

# ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 12 • NÚMERO • 1/2 • JAN/DEZ • 1999



## ESCRITAS DO BRASIL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

ISSN 0102-700-X

Presidência da República  
Arquivo Nacional

# ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

RIO DE JANEIRO, v.12, NÚMERO 1/2, JANEIRO/DEZEMBRO 1999

© 2000 by Arquivo Nacional  
Rua Azeredo Coutinho, 77  
CEP 20230-170 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

**Presidente da República**

Fernando Henrique Cardoso

**Ministro-Chefe da Casa Civil**

Pedro Pullen Parente

**Diretor-Geral do Arquivo Nacional**

Jaime Antunes da Silva

**Editores**

Cláudia Beatriz Heynemann, Oswaldo Munteal Filho e Maria do Carmo T. Rainho

**Conselho Editorial**

Adriana Cox Hollos, Alba Gisele Gouget, Maria do Carmo T. Rainho, Maria Esperança Rezende, Maria Isabel Falcão, Maria Izabel de Oliveira, Nilda Sampaio Barbosa e Sílvia Nínia de Moura Estevão

**Conselho Consultivo**

Ana Maria Camargo, Angela Maria de Castro Gomes, Boris Kossoy, Célia Maria Leite Costa, Elizabeth Carvalho, Francisco Falcon, Helena Ferrez, Helena Corrêa Machado, Heloisa Liberalli Belotto, Ilmar Rohloff de Mattos, Jaime Spinelli, Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, José Carlos Avelar, José Sebastião Witter, Léa de Aquino, Lena Vânia Pinheiro, Margarida de Souza Neves, Maria Inez Turazzi, Marilena Leite Paes, Regina Maria M. P. Wanderley e Solange Zúñiga

**Edição de Texto e Revisão**

José Claudio da Silveira Mattar

**Pesquisa de Imagens**

Cláudia Beatriz Heynemann e Maria do Carmo T. Rainho

**Projeto Gráfico**

André Villas Boas

**Editores Eletrônica, Capa e Ilustração**

Gisele Teixeira de Souza

**Resumos**

Flávia Roncarati Gomes

**Reprodução Fotográfica**

Flávio Ferreira Lopes, Marcello Lago e Sílvia Pente da Costa

**Secretaria**

Ana Teresa de Oliveira Scheer

---

Acervo: revista do Arquivo Nacional. —  
v. 12, n. 1-2 (jan./dez. 1999). — Rio de Janeiro: Arquivo  
Nacional, 2000.  
v.: 26 cm

Semestral  
Cada número possui um tema distinto  
ISSN 0102-700-X

1. Historiografia - Brasil - I. Arquivo Nacional

---

CDD 981

# S U M Á R I O

## Apresentação

5

As Idéias e Noções de ‘Moderno’ e ‘Nação’ nos Textos de Capistrano de Abreu  
Os *Ensaios e estudos*, 4ª série - comentários

Francisco José Calazans Falcon

27

Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil

Arno Wehling

37

O Achamento do Brasil e de Portugal

Perfil intelectual do historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo

Antônio Edmilson Martins Rodrigues

67

Vitorino Magalhães Godinho no Labirinto Ultramarino

As frotas, as especiarias e o mundo atlântico

Oswaldo Munteal Filho

89

Joaquim Nabuco e um Novo Olhar sobre a Nação

Maria Emília Prado

107

A Propósito de uma “Construção Interrompida”

José Luís Fiori

129

Consciência e Realidade Nacional

Notas sobre a ontologia da nacionalidade de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987)

Norma Côrtes

147

A Epopéia Portuguesa

A origem filosófica dos Descobrimentos na historiografia luso-brasileira

Claúdia Beatriz Heynemann

169

Religião, Cordialidade e Promessa

O catolicismo em *Raízes do Brasil e Monções*, de Sérgio Buarque de Holanda

Robert Wegner

187

A Forma Excessiva da Falta

Retórica nacionalista e pensamento plástico

Vera Beatriz Siqueira

199

Cornélio Pena

Notas para um estudo

Rogério Luz

213

Perfil Institucional

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)

217

Resenha

Homenagem a Francisco Iglésias

Maria Yedda Leite Linhares

223

Bibliografia

# A P R E S E N T A Ç Ã O

**E**ste é um número especial da revista *Acervo*, dedicado aos intelectuais brasileiros e portugueses que, por meio de suas obras, nos possibilitam uma reflexão profunda não apenas sobre esses 500 anos que acabamos de completar, mas, sobretudo, sobre os horizontes que vão permear as discussões acerca da nossa história e do nosso passado comum no próximo milênio. Escritas do Brasil, porque muitos textos, traços e vozes se confrontaram ao longo desses séculos, enfrentando-se e disputando a fórmula do que seria a Nação, agenciando seus antecedentes históricos e signos, sua origem americana ou ibérica e privilegiando o meio natural ou a cultura em uma reflexão que é sempre sobre o presente. O Brasil inscreve-

se nas obras de síntese, nas produções ensaísticas, nos movimentos artísticos e literários que, a partir do oitocentos, definem um personagem, o intelectual brasileiro. No outro lado do Atlântico, talvez movidas pelo processo inverso, realizam-se as leituras portuguesas sobre a expansão marítima e o mundo colonial que, igualmente, constroem uma história contemporânea.

A análise da obra desses intelectuais configura um instrumento fundamental para os estudantes de graduação e pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento nas ciências humanas. Vale lembrar que Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Gilberto Freire, Oliveira Viana e outros não aparecem aqui diretamente, entretanto com-

põem o debate, dialogam com os textos apresentados. Postulamos, nesta reunião imaginária, um ensaio sobre a escrita do Brasil.

Capistrano de Abreu, historiador que ocupa um lugar ímpar na historiografia brasileira, está presente nos dois artigos que abrem este número da revista. O texto de Francisco Falcon toma por base *Ensaios e estudos* – 4ª série, obra composta por escritos redigidos entre 1876 e 1904/1905, para discutir as idéias de ‘moderno’ e ‘nação’ na produção historiográfica brasileira à época do cientificismo. Falcon aborda, com muita propriedade, o que era o ofício de historiador para Capistrano, revelando que nesses ensaios não estavam separados o rigor da exposição histórica da crítica documental e da erudição. O artigo de Arno Wehling, por sua vez, percorre diversas obras de Capistrano, para analisar os procedimentos metodológicos adotados pelo autor em sua reflexão sobre o descobrimento do Brasil. Arno ressalta que as conclusões de Capistrano não envelheceram, pelo contrário, continuam a revelar caminhos possíveis de investigação.

A seguir, os artigos de Antônio Edmilson Martins e Oswaldo Munteal enfocam a obra de dois grandes historiadores portugueses, respectivamente João Lúcio de Azevedo e Vitorino Magalhães Godinho. O texto de Edmilson constitui um belo retrato de João Lúcio, revelando aspectos biográficos – inclusive a sua passagem pelo Brasil – e sua trajetória intelectual,

ressaltando a variedade de temas desenvolvidos por ele. Esse artigo, aliás, aproxima João Lúcio de Capistrano, delegando ao primeiro um papel de intermediário entre Capistrano e os arquivos portugueses, tendo sido João Lúcio responsável pela pesquisa a documentos que enriqueceram as interpretações do historiador brasileiro. No artigo de Oswaldo Munteal percebemos como Vitorino Magalhães Godinho revolucionou a historiografia portuguesa com relação aos descobrimentos, ao tratar da história das frotas e dos metais amoedáveis, das rotas ultramarinas e das especiarias do Oriente e da América. Oswaldo parte da obra de Vitorino para enfatizar que, quinhentos anos depois, tanto o Brasil como Portugal necessitam acertar contas com a nossa memória coletiva elaborando um inventário dos marcos conceituais que possam caracterizar uma historiografia dos povos de língua portuguesa.

O texto de Maria Emilia Prado revela uma face original do pensamento do estadista brasileiro Joaquim Nabuco, ao focar o programa de reformas presente no conjunto de suas reflexões. ‘Olhar’ sobre a nação, neste caso, não constitui um artifício retórico, mas representa um esforço de compreensão da singularidade do pacto social à brasileira. Deve-se ressaltar, ainda, que o debate em torno das idéias políticas no Brasil do século XIX ganha uma nova contribuição.

Pensar os descobrimentos à luz da filosofia representa um desafio para os histori-

adores. Cláudia Beatriz Heynemann revê o problema das viagens, partindo de duas coordenadas centrais: em primeiro lugar surpreende o leitor caracterizando o mundo moderno, e utiliza-se dele como fonte e razão de ser da inovação, num diálogo entre antigos e modernos. Num segundo momento, Cláudia busca um outro sentido para a palavra descobrir. Faz uma análise da historiografia brasileira contemporânea, e para isso recorre a uma verdadeira genealogia da cultura brasileira.

Norma Côrtes desenrola o fio isebiano através da obra de Álvaro Vieira Pinto. A autora sinaliza para a tradição intelectual comprometida com a questão nacional, revelando as influências do pensamento ocidental em revista. A erudição de Vieira Pinto se imbrica com a sede de interpretação do Brasil, presente na década de 1950. Norma não cede à tentação da explicação fácil, e vai além, proporcionando uma etimologia do pensamento do ISEB. José Luís Fiori apresenta um dos estudos mais densos e analíticos deste número da nossa revista. Pode-se perceber o encontro de dois pensamentos: o de Celso Furtado e o do próprio Fiori. O texto é uma ferramenta para a compreensão do pensamento econômico brasileiro contemporâneo. A reflexão sobre o desenvolvimento econômico realimenta o debate atual acerca da crise do Estado e do processo de despolitização dos mercados.

Nos artigos de Robert Wegner, Rogerio Luz e Vera Beatriz Siqueira, encontramos o

tema, por caminhos diversos, de formas de compreensão da arte e da cultura brasileiras que resistem, buscando a expressão de uma interioridade – religiosa, estética, espacial – às reduções inerentes ao modelo historicista e ao padrão modernista de nacionalidade. Assim, a análise de Wegner sobre o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda discute a especificidade do catolicismo brasileiro por meio do conceito de cordialidade, e o faz na clave das inflexões weberiana e nietzschiana que figuram na obra daquele autor e que particularizam sua participação modernista. Vera Beatriz Siqueira assinala a imposição de uma ‘brasilidade inventada’ no modernismo de Mário de Andrade ou de Oswald de Andrade e a concretização espacial dessa origem nos monumentos barrocos, no passado colonial. A questão da autonomia da arte afirma-se nas experiências que, a partir da década de 1950, parecem se opor à síntese modernista, encaminhando a proposta da autora, de resistência à sintetização do fato estético. Irredutível às classificações tradicionais é, também, a obra do escritor Cornélio Pena, que, na análise de Rogerio Luz, escapa à intenção de inseri-lo na “história do romance brasileiro”. Aqui também encontramos a idéia de uma falta, incompletude inerente à obra literária, que pode ser lida na construção plástica de espaços “sem profundidade real, sem ilusionismo naturalista”, na forma da narrativa e na inacessibilidade de uma realidade objetiva, nas quais há uma “promessa de alma e de Brasil que se

estiola nos vilarejos e nas fazendas”.

O perfil institucional é dedicado ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, criado por Sérgio Buarque de Holanda em 1962 e especializado em ensino, pesquisa e documentação na área de historiografia e cultura brasileiras.

Fechando a revista, uma inovação. A partir deste número estaremos publicando uma seção dedicada a resenhas, preferencialmente de livros relacionados com o

tema enfocado. O texto da professora Maria Yedda Linhares sobre *Historiadores do Brasil*, de Francisco Iglésias, mais do que uma resenha, constitui um emocionante depoimento sobre aquele que, nas palavras da autora, era “integrado no seu tempo, no seu mundo.” Para nós, editores, é uma oportuna homenagem póstuma a um membro do nosso Conselho Consultivo.

Ao professor Emmanuel Araújo, criador da revista *Acervo*, falecido neste ano, dedicamos este número.

**Os editores**

**Francisco José Calazans Falcon**  
Professor associado do Departamento de História da PUC-Rio.

# As Idéias e Noções de 'Moderno' e 'Nação' nos Textos de Capistrano de Abreu

*Os Ensaios e estudos, 4ª série - comentários*

**E**ste texto resulta das circunstâncias associadas ao andamento dos trabalhos do nosso subgrupo de pesquisa e como tal constitui apenas um primeiro esboço dos temas nele abordados.<sup>1</sup>

Nosso ponto de partida comum, como é sabido, são as idéias de 'moderno' e de 'nação' na produção historiográfica brasileira à época do cientificismo. Todavia, estabelecer a natureza e o alcance da pertinência ou não dessas duas idéias no *corpus* textual de autoria de Capistrano de Abreu constitui precisamente o objetivo que visamos e não uma espécie de *a priori*. Na realidade, tais idéias são apenas hipóteses a explorar e não obstáculos a um exame sistemático das conste-



lações de idéias constitutivas do universo de Capistrano.

Quanto à escolha da 4ª série dos *Ensaios e estudos* para objeto desta análise, poderíamos talvez justificá-la como re-

sultante da avaliação que fizemos de cada um dos quatro volumes, cujo resultado foi a convicção de que os escritos daquela última série permitem uma visão mais ampla que os demais acerca do historiador cearense em face da história e da historiografia.<sup>2</sup>

Não se pense, porém, que não temos consciência de problemas e objeções mais ou menos prováveis. Afinal, estaremos a questionar, na prática, categorias respeitáveis, ou respeitadas, como 'totalidade'

e 'textualidade'.

Com referência à 'totalidade', convém deixar claro que não pensamos aqui nas conhecidas análises 'pré-textuais' e 'subtextuais',<sup>3</sup> mas reconhecemos que os textos por nós analisados somente adquirem sentido mais amplo quando duplamente contextualizados: no conjunto da obra de Capistrano, e no 'momento significativo' correspondente à produção historiográfica cientificista.<sup>4</sup> Tal contextualização entretanto fica para depois. Por enquanto, apenas nos interessam as concepções do próprio Capistrano a propósito de 'ciência', 'história', escrita da história, verdade histórica, fontes documentais, bem como seus juízos – e ironias – acerca de autores, obras e instituições de seu tempo. Interessam-nos, principalmente, as formas originais criadas por Capistrano para lidar com a história do Brasil.<sup>5</sup>

A questão da 'textualidade' sequer será, por enquanto pelo menos, objeto de discussão. Apesar das muitas proclamações e sentenças sobre a 'morte do autor', continuamos a trabalhar com a certeza de que é impossível e sem sentido, para nós, analisar os textos de Capistrano somente como material textual, sem associá-los àquele que os produziu, quando, como e porquê. Claro está, porém, que não preconizamos alguma coisa parecida com a busca de um suposto sentido 'original' ou 'verdadeiro', doado pelo autor. Nem por isso, no entanto, devemos cair no extremo oposto, recusando-nos a levar em con-

sideração os condicionamentos históricos da 'operação historiográfica', descrita por Michel de Certeau.<sup>6</sup>

Todavia, não é apenas aquilo que precede/acompanha a escrita da história que põe seu autor em evidência. Além disso, ou depois disso, entra-se no espaço-tempo da recepção, ou melhor, das recepções. No seu próprio 'tempo', e após, autor e obra aparecem quase sempre em íntima associação – o historiador e os textos que produziu.

Capistrano ocupa no conjunto da história da historiografia brasileira um lugar realmente único, uma espécie de quase (?) unanimidade. Marco fundamental, verdadeiro farol, entre a historiografia romântica e a modernista, isto é, entre Varnhagen e a tríade Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire e Caio Prado Jr., Capistrano gozou da admiração de seus contemporâneos e dos que vieram depois, a começar por José Honório Rodrigues. Críticas, quando as encontramos, são quase todas dirigidas muito mais à obra que Capistrano não produziu – mas que 'poderia muito bem ter produzido' – do que àquela efetivamente publicada. Quase obrigatórias, também, são as alusões simpáticas, 'compreensivas', às obras da 'fase cientificista' do jovem historiador, ainda com a cabeça cheia de idéias e teorias 'positivistas' e evolucionistas. Enfim, a 'revolução copernicana', o historiador que revolucionou, de alto abaixo, a escrita da história entre nós, o verdadeiro iniciador da moderna historiografia brasilei-

ra. Logo, afora os entusiasmos apaixonados e valorações algumas vezes hiperbólicas, Capistrano tem para nós o significado e importância de um problema-chave da nossa historiografia. Para tentarmos começar a resolvê-lo, há necessidade de algo mais do que a nostalgia dos futuros-passados do autor, a delimitação de 'fases', ou a proclamação retrospectiva de uma 'revolução' problemática, como tantas outras, na historiografia.

\*\*\*

*Ensaio e estudos*, 4ª série, organizada por José Honório Rodrigues e publicada em 1976, apresenta várias novidades em relação às (três) anteriores, a começar pelo fato de ser composta de 17 ensaios e estudos 'assinados' e 58 outros, 'não assinados'. Em ambos os casos o período abrangido se estende de 1876 a 1904/5, se bem que a parcela mais substancial dos trabalhos compreenda os anos de 1879 a 1881/2, sendo seu veículo a *Gazeta de Notícias*.

No prefácio, José Honório Rodrigues informa sobre a proveniência destes *Ensaio e estudos* e explicita, em linhas gerais, os critérios que o levaram a incluir, ou excluir, textos atribuídos a Capistrano, sobretudo os 'indícios de autoria' que lhe permitiram reconhecer, com razoável convicção, o trabalho do historiador cearense.<sup>7</sup>

A matéria que se contém nesses textos de Capistrano é razoavelmente variada. Além do historiador, percebe-se aqui a

presença do observador da produção intelectual, sobretudo na seção "Livros e letras", ou na de "Variedade". Crítico e juiz, Capistrano distribui elogios e conselhos, condena e retifica, conforme o caso, sem jamais deixar escapar a oportunidade de invocar suas concepções positivistas, ou fazer valer sua própria erudição e competência de historiador.

Mas, deixemos um pouco de lado as incertezas da autoria e vamos tentar analisar esses textos em função de suas temáticas principais, cortando,

recortando e organizando o material discursivo segundo um certo número de tópicos que nos pareceram os mais significativos – do ponto de vista das nossas indagações.

Temos assim, então, algo como cinco tópicos principais e mais gerais: o *cientificismo* positivista; a visão *historicista*; a concepção rigorosa do *método histórico*, e do papel-chave atribuído à *erudição*; o conhecimento de *história do Brasil e sua historiografia*; a *perspectiva geográfica*, espacial.

À parte, apresentamos sua abordagem sobre as relações entre *portugueses e brasileiros*, e, quase como curiosidades, assinalamos amostras da atitude de Capistrano em face da 'política', apresentamos alguns exemplos de suas ironias e



farpas, e terminamos com uma breve apresentação do historiador 'moderno', atento à história social e cultural.

### **Começemos pelo *cientificismo***

São freqüentes em Capistrano as referências a Herbert Spencer e Auguste Comte, bem como, embora menos numerosas, a Buckle e Littré. Capistrano parece estar convencido da realidade do 'conhecimento científico' das sociedades humanas enunciado pelo positivismo em geral e pela 'filosofia sintética' de Herbert Spencer, em particular. Ao noticiar a morte de Spencer (1887), Capistrano não poupa elogios ao filósofo que "assimilou e superou as idéias de Comte e soube rapidamente incorporar ao seu sistema a teoria geral da evolução", logo após a publicação da *Origem das espécies* por Charles Darwin (1859). Tampouco se esquece Capistrano das relações entre Buckle e Stuart Mill e Spencer.<sup>8</sup>

As alusões e citações de Capistrano das idéias desses expoentes do positivismo podem assumir, conforme o caso, características bastante variadas: argumento de autoridade, e esclarecimento científico, retificação ou correção de equívoco praticado por algum autor, educação e informação dirigidas ao leitor. Assim, se os ensaios de n<sup>os</sup> 37, 38 e 29 sintetizam a história do positivismo no Brasil, ou especificamente em São Paulo,<sup>9</sup> em outros, como os ensaios de n<sup>os</sup> 2, 8 e 33, seu autor tenta aplicar à sociedade brasileira uma lei demonstrada por Comte e Spencer,<sup>10</sup> ou seja: "... o desenvolvimen-

to individual e o desenvolvimento específico coincidem completamente". Ora, "... o característico da sociedade brasileira e pode dizer-se das sociedades americanas em geral é terem um órgão desempenhando várias funções".

Daí resultam conseqüências variadas, pois para que possa executar tarefas diferentes o *órgão* deve ter uma estrutura rudimentar e indefinida, enquanto que a *função*, não estando localizada, é pouco intensa nas suas manifestações, pouco produtiva no trabalho que realiza. Logo: "O *consensus*, a reação do todo sobre as partes, a reação das partes sobre o todo são pouco consideráveis".<sup>11</sup>

Ao analisar o volume de José Leão, *Questões sociais*, Capistrano retoma "o fecundo princípio formulado pelo grande criador da filosofia positivista... os fenômenos sociais são interdependentes, e o estudo de um é possível somente com o estudo simultâneo de outros".<sup>12</sup> Segue-se a crítica ao uso equivocado, pelo autor em tela, dos conceitos de 'órgão' e 'função', ao abordar a imprensa, a literatura, as artes, a política, a religião, a família e o ensino. Segundo Capistrano, o equívoco consiste justamente em que "se há duas verdades demonstradas pela sociologia", a primeira é "que um povo tanto mais se atrasa quanto maior é o número de funções executadas pelo mesmo órgão", sendo a segunda a de que "só depois de circunscrito em sua ação pode o governo bem desempenhar o seu papel".<sup>13</sup> Ao resumir sua opinião sobre o 'opúsculo',

Capistrano assim se pronuncia:

O autor tem dois graves defeitos: o primeiro, é só olhar para o presente (e assim) deixar de lado justamente o mais importante, isto é, o solo e as raízes. O segundo, é não classificar os fenômenos sociais segundo a sua dependência mútua, e assim privar-se dos auxílios que lhe prestaria o método verdadeiramente científico.<sup>14</sup>

Citamos apenas alguns exemplos. As referências a princípios 'positivos' são inúmeras e permeiam comentários os mais diversos de nosso autor.

### **O historicismo**

O 'historicismo' nos textos de Capistrano não nos parece tão evidente ou fácil de detectar como o cientificismo. Aliás, é provável que espíritos menos avisados acreditem de boa fé que estamos a incidir em autêntica contradição teórica. Bem, mas esse é o problema mesmo das interpretações da historiografia de Ranke, expressão maior da escola histórica (germânica) e uma das referências principais de Capistrano no âmbito do ofício historiador.<sup>15</sup>

Nesses *Ensaio*s de Capistrano, a história como processo real, imanente, racional, está subentendida nas categorias do progresso e evolução, tão caras ao positivismo de Spencer. Bem mais que tal visão da história enquanto 'singular coletivo' o historicismo se faz presente em Capistrano na ênfase com que afirma a necessidade de se reconhecer a existên-

cia real, individualizada, de cada período histórico – os diferentes 'séculos' da história do Brasil. Aliás, percebe-se perfeitamente que a especificidade de cada século – aquelas características que os identificam como outros tantos 'indivíduos' históricos – situa-se tanto nas respectivas 'histórias' quanto no estado atual dos conhecimentos disponíveis acerca de cada um deles.

No texto dedicado ao livro de Manuel de Oliveira Lima sobre a história de Pernambuco,<sup>16</sup> Capistrano elogia, emenda, discute e não deixa passar a ocasião de dar nomes aos séculos: "Se quiséssemos designar cada século de nossa história por um epíteto aproximado, saberia (sic) o de pernambucano ao XVI, o de baiano-paulista ao XVII, o de mineiro ao XVIII, como de fluminense ao que breve terminará". E acrescenta: "E do mesmo modo que a cultura do açúcar é o característico do primeiro, do segundo são as bandeiras e a criação do gado, do terceiro as minas e as deslocções da população, e do nosso o café, as estradas de ferro e a centralização".<sup>17</sup>

Noutro texto, criticando uma "história do Brasil, escrita pelo sr. Anibal Mascarenhas",<sup>18</sup> Capistrano se detém a analisar a chamada 'primeira época', que o autor considera terminada em (1581), do que discorda Capistrano:

Se quiséssemos estabelecer épocas em fatos tão complexos e fugidios, como os que estuda a história, fixaríamos o fim da primeira em 1616, quando o

cabo de S. Roque estava montado, fundaram-se Ceará, Maranhão, Pará; a direção do rio-mar estava chamando para o ocidente; o mesmo movimento para o ocidente começava na Bahia...<sup>19</sup>

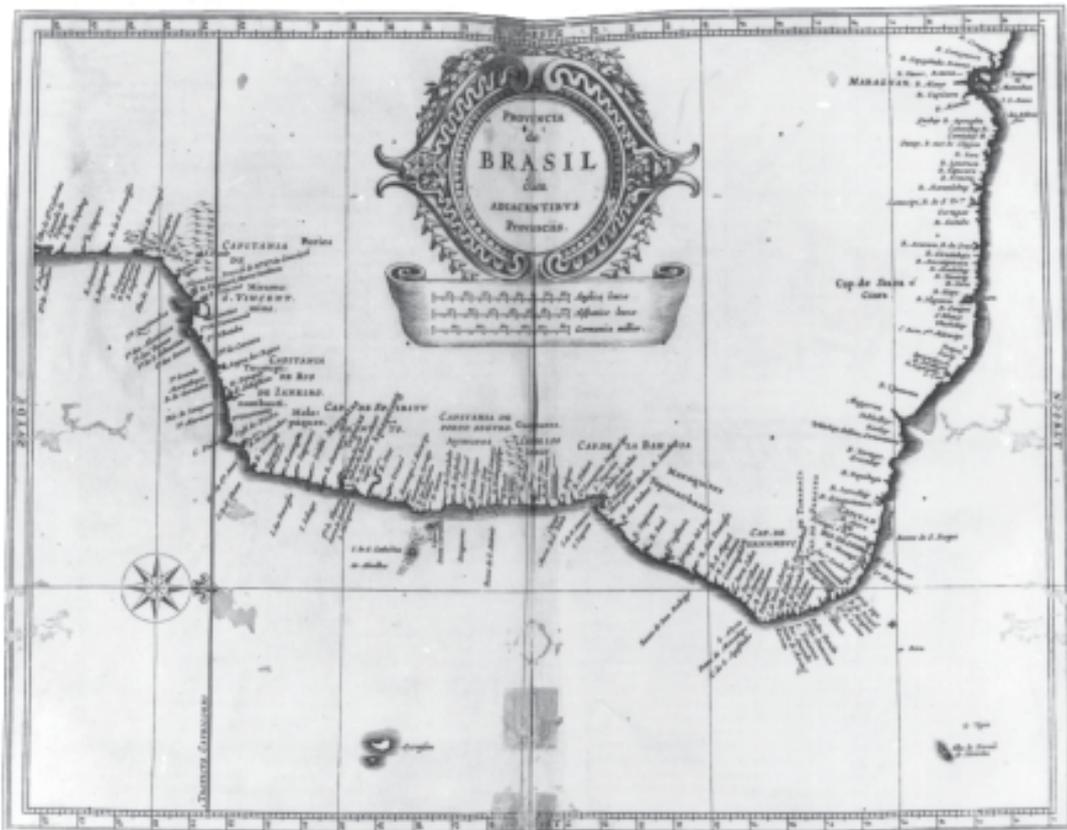
Por outro lado, na perspectiva do “estado atual” dos conhecimentos acerca de cada século, Capistrano, fazendo a crítica das *Efemérides nacionais*, de Teixeira de Melo, vai apontando, do século XIX até o XVI, em que e porque o citado autor merece maior ou menor credibilidade em termos das fontes utilizadas – ou das ignoradas – e dos autores consultados.<sup>20</sup>

Dada a importância que atribuímos a esta questão do historicismo, optamos por

deixar sua análise sistemática para mais tarde. No presente texto apresentamos somente alguns exemplos, dentro dos limites que nos impusemos.

### A concepção do método histórico e o papel da erudição

Em diversos passos, Capistrano exterioriza suas convicções a respeito do que entende ser uma escrita moderna da história – necessidade de generalização e crítica rigorosa das fontes documentais: “... após quatro séculos de empirismo, uma necessidade de generalização se faz sentir, que só pode ser satisfeita depois que as particularidades bem estudadas fornecerem uma base larga para a refle-



Johan Nieuuhofs. *Gedenkwaardige Brasiliae Zee-em-Lant-Reize* [...]. Amsterdam, 1682.

xão”.<sup>21</sup>

Nota-se, nesse trecho, como seu autor enuncia um discurso que, após um primeiro momento – necessidade de generalização, isto é, de teoria –, desilude prontamente os mais afoitos ao lembrar que, embora real, a necessidade de generalização só poderá ser atendida depois que as particularidades forem bem estudadas.<sup>22</sup>

Outra não é, aliás, a substância de crítica dirigida por Capistrano a Pereira da Silva:

A história quando é escrita com precipitação, sem o conhecimento dos fatos e de todas as circunstâncias que a eles se prendem, e onde o autor, poeta ou romancista dá largas à sua imaginação, deixa de ser história, é romance, é poema, deleita, agrada, distrai, mas não instrui, e não adianta idéia alguma, e livros que não adiantam idéias, de pouca utilidade são.<sup>23</sup>

Para Capistrano, “ou história verdadeira ou romance, tem-se a escolher, mas fazer romance em assuntos sérios, só um espírito superior disso é capaz”.<sup>24</sup>

Como era do seu estilo, Capistrano não perdeu a oportunidade de fazer ironia: “É preciso saber muita coisa, ter grande solidez de raciocínio, para se poder escrever história, e entre o que se deve saber é indispensável também conhecer a história que se pretende escrever”.<sup>25</sup>

Para Capistrano, o “ponto de vista histórico” difere bastante do “ponto de vista literário”,<sup>26</sup> quando se trata da leitura de

um livro. Na realidade, porém, a diferença é bem mais profunda e já está presente no próprio texto. Embora nestes *Ensaíos* ele nos ofereça numerosos estudos sobre temas literários<sup>27</sup> – algo normal se tivermos em mente a natureza da sua seção na *Gazeta de Notícias* –, o fato é que, do seu ângulo de visão, não há como se perder de vista que a história exige um método rigoroso de busca e crítica das fontes, base da objetividade de um discurso que se propõe como verdadeiro.

Na prática historiadora de Capistrano, as fontes documentais são quase tudo, daí resultando, em contrapartida, uma permanente preocupação com as ‘lacunas’ historiográficas, as inexatidões documentais, a crítica deficiente das fontes, salpicadas sempre, aqui e ali, de uma ou outra observação irônica, como no ensaio “História pátria” (1905): “Em vez de combinar os documentos vistos por Varnhagen e ainda desconhecidos, o protesto de Bertrand d’Ornesan e o informante de frei Vicente, deixemo-los com todas as discordâncias aos investigadores futuros”.<sup>28</sup>

As fontes constituem, portanto, a pedra de toque do trabalho historiador, e do seu perfeito conhecimento, ou não, decorrem elogios e críticas. Elogios, por exemplo, quando Capistrano comenta o primeiro volume do parecer apresentado por Pandiá Calógeras à comissão especial da Câmara dos Deputados incumbida de legislar sobre as minas nacionais: “Muitas questões complicadas de geografia e his-

tória são esmiuçadas por quem, *conhecendo diretamente as fontes* (grifo nosso), pôde dar novas soluções às vezes e outras as dá mais completas”.<sup>29</sup>

Críticas, em compensação, como na apreciação da *História do Brasil*, de Matoso Maia, a qual não sendo “má”, pois é até mesmo “aproveitável”, tem “dois grandes defeitos”.

O primeiro é não mostrar o estudo das fontes. Que um professor de *história universal* as não conheça, é desculpável, é mesmo justo: mas um professor de *história particular* – professor que rege a cadeira há anos, história que pouco mais abraça que três séculos – não nos parece que tenha a mesma desculpa.<sup>30</sup>

Ou, ainda, acerca de *A crônica geral e minuciosa do Brasil*, de Melo Moraes:

... nem sempre os resultados nos satisfazem. Poderíamos dar muitos motivos, porém dois bastam. O primeiro é que os seus documentos saem às vezes truncados ou fora do lugar conveniente. O segundo é que tendo de se ocupar de mais de três séculos de nossa história, o laborioso escritor não pôde tratar completamente de nenhum no que está publicado.<sup>31</sup>

Em suma, como observa Capistrano em outro artigo sobre “História pátria”, são muitos os perigos que rondam o historiador: “Em alguns pontos, vê-se que o autor andou demasiado às pressas, ou não tira dos documentos tudo quanto con-

têm, ou dá-lhes uma interpretação que não é a que daria se de mais folgas dispensasse para a meditação”.<sup>32</sup>

Ao contrário de Aníbal Mascarenhas, historiador objeto das críticas acima, Teixeira de Melo, autor de *Efemérides nacionais*, só merece elogios: “O que a distingue das outras de igual espécie que há entre nós, é o conhecimento direto e o estudo próprio das fontes, em que, como chefe da Seção dos Manuscritos da Biblioteca Nacional, tanta facilidade tem o autor em haurir”.<sup>33</sup>

Em um de seus curiosos e sugestivos “Gravetos de história pátria”, Capistrano proporciona ao leitor um autêntico roteiro metodológico: “O melhor meio de estudar a história pátria, ou antes o único, é tomar os testemunhos contemporâneos autênticos e deles extrair a narrativa dos acontecimentos. Apurados estes, resta pela sua comparação descobrir os fatos gerais, isto é, as leis e tendências que dirigem a nossa existência de quatro séculos”.<sup>34</sup>

No entanto, escreve Capistrano, tal estudo não é suficiente. A verdade que com ele se alcança é ainda incompleta e inativa e para torná-la viva e fértil é necessário fazer acompanhar a crítica dos documentos de duas ordens de investigações que os esclarecem: “A primeira é o exame da história dos outros países americanos”, pois, apesar de todas as diferenças,

o problema inicial é o mesmo: radicar uma civilização transplantada. A segunda ordem de investigações é o estudo

dos sertões... Nos sertões, em consequência das distâncias, a sociabilidade é sempre diminuta e intermitente e a ação coletiva fraca e mesmo insignificante... Consequência: o sertão se conserva estacionário, isto é, colônia, "histórico", se pode empregar-se esta expressão.<sup>35</sup>

### **A história do Brasil e sua historiografia**

Conhecer as fontes documentais, sim, mas conhecer também a 'história e a historiografia', pois é sempre do cotejar dessas duas que emerge a percepção precisa do que já se conhece, bem como das lacunas que ainda persistem – constantemente tendo-se em vista cada século de *per sí*. Em Capistrano, aliás, uma vasta erudição parece estar sempre a serviço do esclarecimento ou retificação do que se supõe já sabido, e, ao mesmo tempo, da indicação dos caminhos ou problemas ainda insuficientemente percorridos ou equacionados.

Em Capistrano, em muitos destes ensaios, não se separam a exposição histórica, a crítica documental e a erudição do autor. Ao apreciar, quer as edições ou reedições de textos fundamentais, quer as obras recém-publicadas, ele raramente consegue evitar a apresentação de um novo desenho ou resumo do tema em foco. Assim, ao comentar a *História do Brasil*, de Oliveira Martins, Capistrano começa por distinguir entre as duas histórias de que o Brasil precisa:

Uma – *história íntima* – deve mostrar

como aos poucos se foi formando a população, devassando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se ao meio e constituindo por fim a nação.

A outra – *história externa* – convém que trate o Brasil como colônia portuguesa, a princípio desdenhada, dividida depois em donatarias para fazer frente aos franceses, paulatinamente reduzida à possessão régia, vaca de leite no tempo de d. João IV, bezerro de ouro no tempo de d. João V.

A primeira, afirma Capistrano, "deve escrevê-la um brasileiro, e só daqui a quarenta anos será possível, quando estiverem reunidos os documentos, e as monografias tiverem esclarecido pontos ainda obscuros", ao passo que para a segunda "um português é preferível, porque grande parte dos monumentos existe em Portugal e, além disso, proferida por lábios portugueses, a sentença não será acoimada de injusta".<sup>36</sup>

E assim, no entender de Capistrano, aquela "história externa" bem que podia ser escrita por Oliveira Martins, "se a tendência generalizadora do seu espírito não lhe apresentasse a empresa como somenos, ou se os fatos em sua particularidade e exatidão não se amoldassem pouco à sua natureza". De fato, acrescenta, "é difícil encontrar um livro mais inexato que o de Oliveira Martins"; rara é a página em que não se encontra um erro e se não se tratasse de quem é, escreve Capistrano, "não

teríamos dúvida em declarar que a presente história do Brasil é uma obra de fancaria".<sup>37</sup>

Em outros artigos, o historiador cearense oferece-nos sínteses brilhantes de "História pátria", como, por exemplo, ao tratar da sociedade portuguesa de começos do século XVI e da "vida segura e conversável" instituída por Martim Afonso nas praias de São Vicente e nos campos de Piratininga;<sup>38</sup> ou ainda, ao se referir às capitanias hereditárias,<sup>39</sup> elementos-chaves da história do Brasil no século XVI. O mesmo se pode dizer, em maior ou menor grau, das observações de Capistrano a propósito de livros publicados por Melo Morais,<sup>40</sup> Oliveira Lima,<sup>41</sup> Aníbal Mascarenhas,<sup>42</sup> José Leão<sup>43</sup> e Teixeira de Melo.<sup>44</sup> Tomados em conjunto, tais ensaios oferecem-nos a visão do constante vai-e-vem, típico de Capistrano, entre sua propensão propriamente historiadora e a tentação, ou hábito, da erudição textual e factual, que não lhe permitem, talvez, ler uma obra de história do Brasil sem que, de imediato, assinale erros, insuficiências ou lacunas factuais.

### **Uma história em perspectiva geográfica – os múltiplos espaços**

A história do Brasil, na visão de Capistrano, possui uma espessura temporal diminuta, "apenas três séculos", escreveu ele. Com a cabeça cheia de teorias científicas a respeito da influência da natureza ativa ou passiva e da raça – em confronto com a do meio social (população, cultura, linguagem), espe-

cialmente sua influência sobre o organismo social (acanhamento das funções, depauperamento do organismo, atrofiamento da sociedade brasileira<sup>45</sup>) –, nosso autor voltou-se freqüentemente para a geografia.

A ocupação-construção do espaço geográfico assume, assim, o lugar de honra na compreensão do processo histórico brasileiro. Em função dessa perspectiva, ganham significação alguns dos pares semânticos por ele utilizados: litoral e interior ou sertão; viagens exteriores e interiores; ação dos particulares e dos governos; entradas e bandeiras; sertão e cidade(s) ou beira-mar. Trata-se aí, provavelmente, de outros tantos caminhos e atalhos em busca do "caráter nacional" cuja explicação se irá encontrar por meio do conhecimento das "origens do povo brasileiro", tal como se depreende, por exemplo, da intervenção de Capistrano na polémica entre Sílvio Romero e Couto de Magalhães.

'As viagens' constituem uma parte da história pátria que deveria ser estudada com especial cuidado. "Fato capital de nossos anais durante muito tempo" e princípio de classificação.

Com efeito, até certo ponto é possível reduzir a dois os períodos da história do Brasil: durante o primeiro, as viagens dão-se no litoral que acabam povoando quase totalmente; no segundo, levam ao interior que desfloram, exploram e até certo ponto povoam.

Como todos os períodos históricos, es-

tes se deixam dividir com alguma dificuldade; entretanto, se pode com alguma precisão dar para extremo a guerra holandesa.<sup>46</sup>

No período do litoral, os objetos preponderantes, senão exclusivos, do comércio foram as madeiras, o açúcar e depois o fumo; no segundo, a primazia pertenceu à criação de gados e à mineração – temos aqui as províncias colonizadas ou exploradas durante o período do sertão: Ceará, Piauí, Minas, Goiás e Mato Grosso. Todavia, “apesar de tão importante, uma história das viagens ainda não foi escrita, nem sê-lo-á nestes cinquenta anos”.<sup>47</sup>

Segundo Capistrano, por meio das sesmarias escrever-se-ia uma história que ainda não encontrou quem a narrasse: a do “emprazamento lento do território; do avanço da civilização e do refluxo da barbaria”.

É provável que dentro de uns três séculos ela seja descrita quando outras questões estudadas com o rigor dos princípios científicos mostraram que a luta territorial é a grande, a importante, a fundamental questão, sem a qual nenhuma outra pode ser completamente resolvida.<sup>48</sup>

Sublinha então Capistrano as duas direções tomadas pelos esforços dos conquistadores no século XVI: no litoral, do norte ao sul; no sertão, do oriente para o ocidente. Essa dualidade entrou pelos séculos XVI e XVIII e ainda durava no XIX. Para explicá-la, é preciso colocar-se de-

pois de 1549 e se ter em vista as diferenças então existentes entre as capitanias de Coroa e as capitanias senhoriais. Estas tinham marcado um litoral, o indeterminado ficava para o ocidente.

Já as capitanias reais tinham o indeterminado no sertão e no litoral – neste as capitanias realengas podiam sempre expandir-se às custas da desídia ou da impotência dos donatários. Logo, se as capitanias senhoriais não podiam alargar seus domínios no litoral, a tendência devia ser de aplicarem-se ao interior.

Em resumo, foi o governo que explorou e colonizou quase todo o litoral, que nos pôs em comunicação com a Europa e que para aqui transplantou a civilização ocidental; mas foram os donatários que iniciaram a conquista do sertão e assim concorreram para a formação de um país e de um povo novos e que desde o começo tenderam a diferenciar-se dos moldes europeus.<sup>49</sup>

Em outro texto, retomando a mesma temática, Capistrano reafirma sua interpretação acerca das duas forças divergentes que “laboraram no empossamento do território nacional”: os donatários, voltados para o interior, e o governo, direcionado ao litoral. Para demonstrar a regularidade de tal processo, Capistrano propõe a divisão das províncias do Brasil em duas classes: na primeira, aquelas que entestam com possessões estrangeiras; na segunda, as que por todos os lados entestam com terras nacionais.

Nas primeiras, o povoamento não é es-

pontâneo, pois que o determinam sobretudo considerações militares; nas segundas, o que domina é a conveniência industrial... Nas províncias que confinam com países estrangeiros, as fronteiras são o ponto de partida do povoamento.<sup>50</sup>

Já no caso das províncias não militares, o povoamento parte do oriente para o ocidente, do oceano para o sertão, se bem que se encontrem algumas anomalias ou irregularidades determinadas por “diferentes causas: a maior ou menor resistência dos indígenas, a maior ou menor facilidade em navegar os rios e sobretudo os empenhos industriais que se têm em vista” – como nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Ceará.<sup>51</sup>

Logo, em resumo, o povoamento do Brasil cedeu a duas correntes: a corrente militar e a industrial.

Associando sempre as bandeiras à conquista e ao povoamento do sertão, Capistrano tendia a incorporar à sua análise aquelas noções por nós já mencionadas: ‘viagens interiores’, apossamento territorial do oriente para o ocidente, papel dos donatários, mais voltados para o interior, o indeterminado das capitânias senhoriais, enfim, a expressão concreta da “corrente industrial” do povoamento. Veja-se, a título de exemplos, seus comentários sobre a história da ocupação e do povoamento de São Paulo (as bandeiras e as minas),<sup>52</sup> ou a propósito da influência da geografia na história pernambucana, nos comentários que faz

a um livro de Oliveira Lima.<sup>53</sup>

\*\*\*

Não sendo para nós, ao menos por ora, oportuno analisar os ensaios e artigos de Capistrano dedicados a temas especificamente literários, resta-nos assinalar três tópicos bastante distintos, cuja importância relativa caberia talvez ao leitor avaliar: as *relações entre colonizadores e colonos*, “portugueses e brasileiros”; o *apoliticismo*, aparente ou real, de Capistrano; *suas ironias e farpas*.

a) Capistrano praticamente não aborda de maneira sistemática a questão das relações entre os colonizadores e colonizados. Bem que gostaríamos que o houvesse feito, pois assim talvez fosse possível avançar um pouco a propósito de alguns temas e questões que particularmente nos atraem: o(s) lugar(es) da cooperação e do conflito na sociedade colonial; o surgir de um ‘sentimento nacional’, a noção de ‘povo brasileiro’; as tomadas de consciência antilusitanas; a ‘independência’ como projeto.

Infelizmente, para nós, essas coisas não parecem estar muito claras em Capistrano, ou para o próprio Capistrano! Assim, ao comentar a reimpressão da *História da América portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita,<sup>54</sup> ele não esconde seu entusiasmo pelo autor e pela obra. Releva-lhe a falta de espírito crítico – algo comum então – e louva-lhe “as inspirações de forte patriotismo”, pois “ele amava a

sua pátria como artista”, mas “amava também a pátria como homem, e o fato de se entregar às pesquisas de seus anais o prova bastante”, porém “a idéia de independência não lhe sorria”, não tinha simpatia por qualquer separatismo brasileiro – queria ver o Brasil unido a Portugal. Afinal, explica Capistrano, Rocha Pita era rico, de Portugal recebeu grandes distinções; “era um saciado” que desde cedo se impregnara desse “respeito que os vassallos do Brasil têm aos seus governadores que chega a parecer idolatrias”, conforme suas próprias expressões.<sup>55</sup>

Bem mais complicada, no entanto, é a questão quando se trata de criticar, re-

tificar, refutar os exageros ou radicalismos então na ordem do dia a respeito das semelhanças e diferenças entre Portugal e Brasil, ou entre portugueses e brasileiros. É o que lemos, por exemplo, num artigo sobre um livro de Luís Barreto (quarto volume da Biblioteca Útil) em que nega com veemência as idéias de ‘fatalidade biológica’ e ‘determinismo sociológico’ para explicar o ‘caráter português dos brasileiros’, quando, segundo Capistrano, a verdade é a diferenciação, embora não se trata de negar grandes semelhanças entre Brasil e Portugal.

Os *Rascunhos sobre a gramática portuguesa*, de Batista Caetano, oferecem a Capistrano oportunidade para abor-



Henry Chamberlain, *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*, Rio de Janeiro; São Paulo, 1943.

dar “nossa independência lingüística, conseqüência fatal da independência política que já se fez, da independência literária que se está fazendo, e da independência industrial que se fará quando povo e governo melhor curarem de seus interesses”.<sup>56</sup> Congratula-se Capistrano com a crescente aceitação da idéia de ‘dialeto brasileiro’, mas não aceita que a diferença dialetal consista apenas em variedades fonéticas produzidas pelo clima e pela miscigenação de raças. Na verdade, afirma, “a linguagem de um povo é um organismo – ao alterar-se um membro alteram-se também os outros”.<sup>57</sup>

Por ocasião do 7 de setembro de 1881, as reflexões de Capistrano encaminham-se no sentido de focar historicamente os acontecimentos de 1822. Em primeiro lugar, está o fato de que o dia Sete de Setembro “radica cada vez mais na consciência nacional”, quando, há anos, “era de alguma sorte um fato dinástico”. À medida que se conhece melhor o passado, explica, abarcando-se suas manifestações múltiplas, “vê-se que é um dia lógico e coletivo, que teve uma incubação de séculos e teria alvorecido quaisquer que fossem as circunstâncias”.<sup>58</sup>

Na realidade, continua,

a diferenciação era fato inevitável entre a Colônia e a Metrópole – apesar, no entanto, das muitas diferenças que se manifestaram desde o início da colonização, coisa que os

primeiros povoadores compreenderam intuitivamente; a jovem Colônia “estremecia e curvava-se de veneração” ante a Metrópole.

Nesse passo, Capistrano reitera um de seus temas prediletos: a submissão da Colônia à Metrópole lusa somente começou a ser abalada quando contra ela foram desfechados golpes ao mesmo tempo no sul e no norte – no sul, os paulistas, indo aprisionar índios nos domínios de Castela; no norte, os pernambucanos, quebrando o jugo dos holandeses.

A partir da segunda metade do século XVII já não é mais a luta contra estrangeiros – “agora é a luta entre colonos e reinóis, entre portugueses da Europa e portugueses da América”, porém “ainda não estava desenvolvida a idéia de pátria comum: não havia brasileiros e portugueses e a luta não podia tomar caráter nacional”.<sup>59</sup>

Assim, de forma um tanto original, Capistrano contorna o (nosso) fantasma do ‘nativismo’, pois, diante de “todas as revoltas começadas, todos os movimentos de impaciência...” a palavra mais adequada para qualificá-las seria ‘lutas municipais’, cujos vestígios ainda se encontram em diferentes províncias: ‘filhos da terra’ *versus* ‘mercadores’. ‘Lutas municipais’ teriam sido então a revolta de Beckmann e a guerra dos Mascates.

Aos poucos, no entanto, se ia forman-

do a consciência de comunidade e de solidariedade entre as diferentes províncias. As descobertas das minas provocaram o combate dos interesses (alusão provável à chamada 'guerra dos emboabas'), maiores exigências do reino, e, como resultado, o despedaçamento dos laços que ligavam a Colônia à Metrópole. Intensos e vivazes, a antipatia e o ódio entre colonos e reinícolas impressionam viajantes estrangeiros, sendo a conspiração de Minas, ou de Tiradentes, um sintoma.<sup>60</sup>

Pouco simpático a d. João VI, Capistrano é grato a d. Pedro I – “porque ele prestou-nos um grande serviço, talvez o único” (referência à unidade do país). Enfim, “os louvaminheiros oficiais podem esquecer toda a elaboração destas idéias, que germinou nas bandeiras dos paulistas, foi acalentada entre os arraiais pernambucanos, estendeu-se por toda parte e um dia cristalizou-se fulgurante no espírito de Tiradentes”.<sup>61</sup>

- b) A propósito do apoliticismo de Capistrano, fiquemos, pelo menos por ora, com algumas amostras no mínimo curiosas:

Primeira – Na polêmica de Santos Werneck, um positivista que não é republicano, contra Assis Brasil, positivista republicano, Capistrano recusa-se a opinar por não conhecer o trabalho de Assis Brasil, mas acrescenta: “... mesmo porque estas questões

de política são muito transcendententes para que nelas nos aventuremos”. E, no entanto, como é comum, a política expulsa logo retorna: “... se não estamos convencidos... que a monarquia é necessária, não temos dúvida em com ele reconhecer que a república é ineficaz e impotente”.<sup>62</sup>

Na opinião de Capistrano, “o empirismo, o estágio rudimentar em que nos achamos, não pode ser modificado por simples mudança de forma de governo”. O trabalho em foco (*Positivismo republicano na academia*, de Santos Werneck), se prezasse o conhecimento da história pátria, “mostraria que entre o regime atual e o da Colônia há muitas diferenças aparentes porém muitas concordâncias profundas e efetivas. O sertão pode dizer-se que é puramente Colônia...”.<sup>63</sup>

Segunda – “Recebemos um folheto do sr. J. F. Rocha Pombo, impresso em Morretes, no Paraná. Intitula-se ‘Ao povo’ e trata de política. *Passa fora!*”<sup>64</sup>

Terceira – “... é por não pretendermos falar da obra (*Soluções positivas da política brasileira*, de Luís Barreto). Trata-se aí de política, e este elemento está banido destas colunas. Que o diga o dr. Franco de Sá, de cujo interessante livro não dissemos palavra.”<sup>65</sup>

- c) Quanto ao terceiro tópico, ao concluir breve comentário sobre a *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro, Capistrano contrasta admiração e

tristeza:

Eis um homem que, no centro de São Paulo, não poupou tempo, nem esforço, nem despesa, parece ensinar aos seus naturais o que de outrem não pôde aprender. Este homem, porém, nem é lente do Pedro II, nem professor da Escola Normal, nem membro do conselho diretor da instrução pública. Portanto o seu livro não será adotado nem será lido, e ficará no conceito dos Garniers muito abaixo dos livros dos Motas *et reliqua*.<sup>66</sup>

A respeito da segunda edição da *História da fundação do Império brasileiro*, do conselheiro Pereira da Silva, Capistrano é sarcástico: “Escrito de longo fôlego, exigiu ele muita força de vontade e aplicação do seu laborioso autor, mas a verdade é que com muito mais gosto e eloquência, em menos páginas, se podem dizer quanto em três volumes diz o sr. conselheiro Pereira da Silva”.<sup>67</sup>

As ironias não param por aí pois Capistrano mostra-se implacável: “a coragem e o sangue frio manifestados por ele sempre que empunha a pena: aborda todos os assuntos com a maior sem-cerimônia possível”, mas “a grande ilusão do sr. conselheiro Pereira da Silva é supor que se escreve história com a mesma facilidade com que se improvisa um romance...”.<sup>68</sup>

Em outro artigo, quando faz uma aná-

lise dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Capistrano reconhece que

mesmo no Instituto algumas pessoas existem dignas de pertencerem à comissão (que iria escrever uma história física e política do Brasil). Conselheiro Pereira da Silva pode talvez ser aproveitado; mas é preciso cautela: havendo necessidade de qualquer data, nome ou título de livro, o conselheiro não tem escrúpulos em inventá-los. Cautela pois; tanta prodigalidade necessita um curador.<sup>69</sup>

Por sinal, Capistrano não poupa ironias ao IHGB. No texto que acabamos de citar, por exemplo, ele caracteriza e avalia, em poucas palavras, as pessoas que, no seu modo de entender, são merecedoras de crédito, para afinal concluir: “Assim vemos que de 187 sócios do Instituto podem servir e servir bem 26; podem servir condicionalmente três; são perfeitamente inúteis 158”.<sup>70</sup>

Mas encontramos, ainda, outras farpas. É assim que se podem entender os comentários de Capistrano sobre a filosofia do caráter brasileiro que teria sido formulada por d. Pedro II: “entre nós as aspirações limitam-se a duas: ser senador ou lente de Pedro II”. Depois de rejeitar, ironizando, essas duas metas, Capistrano declara pretender “posição muito mais elevada: a de membro do Instituto Histórico” – e se-

gue-se, então, longa e irônica descrição sobre o que é e em que consiste ser membro do Instituto.<sup>71</sup>

Havendo de ceder à imposição regulamentar hesitamos mais; já escolhemos até o assunto. Vamos escrever a história do Instituto Histórico, uma história curiosíssima, onde estão traçadas em caracteres indelévels os progressos da história pátria, a dignidade de nossas letras, os efeitos da proteção sobre a literatura, enfim a origem e desenvolvimento da literatura oficial.<sup>72</sup>

Respondendo, treplicando na verdade, a artigo de Matoso Maia, e ironizando

a afirmação de que ele (Capistrano) seria “lido e versado em todos os ramos de conhecimentos humanos”, Capistrano se apropria do discurso do oponente: “Como podemos sê-lo ‘se ainda não lemos tudo quanto julgamos necessário’?”. Criticando o curso de literatura brasileira, de Melo Moraes Filho, e, finalmente, ao comentar a comemoração do centenário de Camões pelo Gabinete Português de Leitura, o historiador cearense é incansável! Critica obras, pessoas e comportamentos sempre com a mesma ironia afiada e implacável:

Sem o Gabinete, o centenário teria



Henry Chamberlain, *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*, Rio de Janeiro; São Paulo, 1943.

sido celebrado no Brasil? É bem provável que não. Suponhamos, porém, que o fosse. A festa seria alinhavada nas vésperas; não haveria a unanimidade, o aspecto solene, o caráter nacional que revestiu. Os brasileiros somos incapazes de pensar em uma coisa oito dias antes de fazê-la, e por isso as manifestações coletivas revestem entre nós um caráter constante de patuléia.<sup>73</sup>

### Capistrano precursor da 'nova história'?

Nos vários ensaios intitulados "Gravetos de história pátria", Capistrano apresenta observações e sugestões quase sempre originais e, não raro, à frente dos estudos históricos da sua época. Trata-se, de verdade, de temas e questões um tanto marginais com relação aos objetivos do presente trabalho, mas julgamos que esta análise da 4ª série dos *Ensaio e estudos* ficaria incompleta caso não fizéssemos uma alusão, sumária, a esses autênticos *insights* historiográficos 'modernos' de Capistrano.

Observe-se, para começar, a maneira sutil como ele introduz o problema do visível e do invisível, do dito e do não dito, na história do Brasil: as poses assumidas por quem vai tirar um retrato são em geral as menos familiares ou típicas do retratado; nas obras de história se dá a mesma coisa: nos livros que pretendem pintar uma época raramente encontra-se a feição que a destaca – porque se acha escondida ou fora de alcance.

Partindo dessa metáfora, Capistrano afirma:

Quem lê uma história do Brasil, mesmo a melhor que é a de Varnhagen, não pode suspeitar a importância de um fato que todos os historiadores omitem: os festejos. E entretanto nada há mais freqüente, mais típico, mais notável durante todo o período de nossa dependência. O Brasil naquele tempo era uma festa quase ininterrompida.<sup>74</sup>

Festas de igreja, festas pela família real e nas chegadas de governadores e bispos – festas, em suma, de caráter público, para não mencionar as de caráter particular, inumeráveis, como já assinalava Fernão Cardim, em 1584.

Como "a significação destas festas ainda não foi estudada, nem é conhecida", Capistrano propõe quatro causas para os festejos freqüentes, sendo a primeira "a ausência da vida da família, conseqüência do segregamento absoluto dos sexos antes do casamento".

Enfim, "os festejos dos tempos coloniais provam uma sociabilidade instável e imperfeita".<sup>75</sup>

Dando seqüência à questão da vida familiar, os Gravetos seguintes abordam as conseqüências do limitado número de mulheres portuguesas na Colônia: "a mestiçagem dos europeus com os brasis começou desde o primeiro dia, e em muito maiores proporções que com os africanos". Mais importante, no entanto, foi o impacto sobre a moralidade – a grande corrupção dos costumes, a desmoraliza-

ção que reinou nos primeiros tempos da história do Brasil.<sup>76</sup>

Como resultado, temos o “estado de segregamento em que viviam os dois sexos”; a mulher trancada dentro de casa o tempo todo; o homem, desde criança convivendo com os castigos, com os vícios de uma educação precária, com a escravidão, com o pai autoritário e distante. Logo, o amor “era planta efêmera e exótica”.<sup>77</sup>

Finalmente, a família, e, nesse passo, Capistrano estabelece um paralelismo entre o governo da família e o governo do Estado. Se o Estado é governado “militarmente” – através da coação, da imposição –, a família também o é; se o

Estado é governado “industrialmente” – por meio de cooperação, consentimento, discussão –, o mesmo acontece na família. Nessa altura, Capistrano retoma sua conhecida distinção entre o litoral e o sertão, e aplica à relação entre cônjuges na sociedade colonial os traços que ao seu ver caracterizariam, ainda, o sertão: “o homem assumia a posição imperiosa; tomava a atitude de capitão-mor; ... A mulher passava a um papel secundário, o de vassalo ou agregado. A família, de bases já de si superficiais, ficava sem base alguma. A casa era um inferno... Era necessário achar meios de divertimentos, inteiramente diferentes da família. O jogo era um... O segundo expediente eram as festas...”.<sup>78</sup>

## N O T A S

1. No âmbito do projeto “A questão do moderno na história da cultura brasileira”, o nosso subgrupo vem desenvolvendo um subprojeto acerca da “Questão do moderno na historiografia brasileira”, no qual são estudadas as obras de Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, João Ribeiro, Sílvio Romero, João do Rio, e outros intelectuais da *Belle Époque*.
2. Capistrano de Abreu, *Ensaios e estudos*, 1ª série, 2ª edição, nota liminar de José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 1975; *Ensaios e estudos*, 2ª série, 2ª edição, 1976; *Ensaios e estudos*, 3ª série, 2ª edição, 1976; *Ensaios e estudos*, 4ª série, edição preparada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Civilização Brasileira, 1976.
3. Carlos Reis, *Técnicas de análise textual*, Coimbra, Almedina, 1981, 3ª ed. rev.

4. Já na definição do projeto anterior, sobre a "História da história no Brasil", utilizamos essa noção de 'momento significativo', haurida em Antônio Cândido, para sintetizar e organizar em conjuntos razoavelmente coerentes os textos de historiadores unidos por algumas identidades essenciais a respeito da natureza da história-disciplina e da sua escrita.
5. Chamemos de *insights* essas manifestações irônicas e críticas a propósito de homens e coisas do seu tempo. Interessam-nos aí, sobretudo, algumas sugestões e percepções de Capistrano sobre as características essenciais da história do Brasil.
6. Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975, pp. 63-122.
7. *Ensaaios e estudos*, 4ª série, pp. XI-XIII.
8. *Ibidem*, nº 14, pp. 153-155 e nº 19, pp. 173-174.
9. *Ibidem*, nº 37, pp. 252-258 e nº 29, pp. 218-221.
10. *Ibidem*, nº 2, pp. 17-24, nº 8, pp. 46-50, e nº 33, pp. 236-240.
11. *Ibidem*, nº 8, pp. 128-129.
12. *Ibidem*, nº 33, p. 236.
13. *Ibidem*, nº 33, p. 239.
14. *Ibidem*, nº 33, p. 240.
15. Francisco José Calazans Falcon, "'Historicismo': a atualidade de uma questão aparentemente inatual", *Tempo*, v. 2, nº 4, dez. 1997, pp. 5-26.
16. Manuel de Oliveira Lima, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, Leipzig, F. A. Brockhaus, 1894, 1 vol., in 8º, XIII, 327 p.
17. *Ensaaios e estudos*, 4ª série, nº 20, pp. 179-180.
18. *Ibidem*, nº 22, p. 191.
19. *Ibidem*, nº 22, p. 193.
20. *Ibidem*, nº 22, pp. 246-247.
21. *Ibidem*, nº 35, p. 246.
22. É por demais significativa a insistência de Capistrano neste ponto: toda generalização será sempre apressada – ou impossível (?) – enquanto as particularidades não forem bem estudadas. O desconhecimento dos fatos, isto é, da realidade histórica, abre caminho à imaginação, quer dizer, à literatura, e afasta o historiador daquilo que mais lhe deve interessar: as idéias!
23. *Ensaaios e estudos*, 4ª série, nº 6, p. 39.
24. Como exemplos de literatos famosos que tentaram escrever história mas "só conseguiram fazer romances, poemas, livros de anedotas...", Capistrano menciona Lamartine, Thackeray, Castelar e Petruccelli della Galtina.
25. *Ensaaios e estudos*, 4ª série, nº 6, p. 40.
26. *Ibidem*, parte II, nº 2, pp. 100-101.
27. *Ibidem*, "José de Alencar", parte I, nºs 7, 8, 9 e 10; "Literatura brasileira", nº 11; "Literatura. Uma grande idéia", nº 17. Na parte II, sempre com o título "Livros e letras", há numerosos ensaios sobre temas literários.
28. *Ibidem*, parte I, nº 12, p. 69.
29. *Ibidem*, loc. cit., nº 16, p. 84.
30. *Ibidem*, parte II, nº 9, p. 131 e nº 21, p. 188.
31. *Ibidem*, parte II, nº 17, p. 166 (1880).
32. *Ibidem*, nº 22, p. 194 (1898).
33. *Ibidem*, nº 25, p. 205 (1880).
34. *Ibidem*, nº 54, p. 308.
35. *Ibidem*, nº 54, p. 309.
36. *Ibidem*, nº 15, pp. 157-158 (1880).

37. Ibidem, loc. cit.
38. Ibidem, parte I, n° 12, pp. 63-70 (1905).
39. Ibidem, parte I, n° 13, pp. 71-77 (1905).
40. Ibidem, parte II, n° 17, p. 165.
41. Ibidem, parte II, n° 20, p. 177.
42. Ibidem, parte II, n° 22, p. 192.
43. Ibidem, parte II, n° 33, p. 236.
44. Ibidem, parte II, n° 35, p. 247.
45. Ibidem, parte I, n° 1, pp. 3-16 e n° 2, pp. 17-24 (1876).
46. Ibidem, parte II, n° 46, p. 280 (1881).
47. Ibidem, parte II, n° 46, p. 281.
48. Ibidem, parte II, n° 55, p. 311 (1881).
49. Ibidem, parte II, n° 55, p. 312.
50. Ibidem, parte II, n° 56, p. 314 (1882).
51. Ibidem, parte II, loc. cit.
52. Ibidem, parte II, n° 21, pp. 185-190 (1895).
53. Ibidem, parte II, n° 20, pp. 181-182 (1894).
54. Ibidem, parte II, n° 6, pp. 117-122 (1880).
55. Ibidem, parte II, loc. cit., p. 121.
56. Ibidem, parte II, n° 43, p. 271 (1881).
57. Ibidem, parte II, loc. cit., p. 272.
58. Ibidem, parte II, n° 47, p. 284 (1881).
59. Ibidem, parte II, loc. cit., p. 284-285.
60. Ibidem, parte II, n° 47, pp. 286-287.
61. Ibidem, loc. cit., p. 287.
62. Ibidem, parte II, n° 14, pp. 154-155 (1880).
63. Ibidem, loc. cit., p. 155.
64. Ibidem, parte II, n° 26, p. 209 (1880).
65. Ibidem, parte II, n° 30, p. 224 (1880).
66. Ibidem, parte II, n° 5, p. 36 (1882).
67. Ibidem, parte II, n° 6, p. 38 (1877).
68. Ibidem, loc. cit., p. 38.
69. Ibidem, parte II, n° 17, p. 90 (1880).
70. Ibidem, parte II, n° 17, p. 92.
71. Ibidem, parte II, n° 3, p. 105 (1879).
72. Ibidem, loc. cit.
73. Ibidem, parte II, n° 40, p. 263 (1881).
74. Ibidem, parte II, n° 49, p. 292 (1881).
75. Ibidem, parte II, loc. cit., pp. 291-294.
76. Ibidem, parte II, n° 50, pp. 295-297 (1881).
77. Ibidem, parte II, n° 51, pp. 298-300.
78. Ibidem, parte II, n° 52, pp. 301-303 (1881).

# A B S T R A C T

In his article the author puts in relief the ideas of 'modern' and 'nation' in the Brazilian historiography in the time of the scientism. In this context the author has as object of research Capistrano de Abreu's fourth series *Ensaios e estudos*, which principal topics are the scientism, the historicism, the conception of the historical method and the paper of erudition.

# R É S U M É

Dans son article l'auteur met en relief les idées de 'moderne' et 'nation' dans l'historiographie brésilienne à l'époque du scientisme. À ce sujet l'auteur expose comme objet de recherche la quatrième série *Ensaios e estudos* du historien Capistrano de Abreu, dont les topiques principaux sont le scientisme, l'historisme, la conception de la méthode historique et le papier de l'érudition.

**Arno Wehling**

Professor titular da Uni-Rio e da UGF.  
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

# Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil

**A** obra relativamente exígua de Capistrano de Abreu teve, com frequência, dois livros valorizados, *Capítulos de história colonial* e *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. A razão para o fato parece-nos estar em que, além do valor intrínseco como sínteses dos anos formativos coloniais e frutos amadurecidos de sólida pesquisa e reflexão, deixam os demais trabalhos do autor para trás pela própria natureza destes: a tese sobre o descobrimento do Brasil é vista como obra de juventude, presa ao esquema spenceriano; os opúsculos sobre o descobrimento e o trabalho acerca das línguas indígenas são forçosamente mais restritos; e os artigos de jornal reunidos nos *Ensaios e estudos*, após a



morte do autor, ressentem-se às vezes da fugacidade dos comentários e do pequeno desenvolvimento.

Se examinarmos as obras principais buscando o tema do descobrimento, constatamos que o assunto está ausente dos *Caminhos*, o que é perfeitamente lógico,<sup>1</sup> e nos *Capítulos de história colonial* é tratado no terceiro capítulo, de um conjunto de *onze*, correspondendo a 15 páginas de um volume com 297, o que significa 5%.<sup>2</sup> Se o tema for alargado para os antecedentes europeus e a disputa inicial pela terra, isto é, para o capítulo antecedente e o posterior, a conjuntura dos descobrimentos cresce para 31 páginas. O tema preferido de Capistrano, o sertão, foi tratado nesse livro em capítulos de 105

páginas, correspondente a pouco mais de um terço da obra.

Devemos concluir, por esses dados, que Capistrano de Abreu, após um breve entusiasmo de juventude, desinteressou-se do tema do descobrimento? Teria sobre ele, na maturidade, um juízo semelhante a aquelas conhecidas opiniões sobre as invasões holandesas e a conjuração mineira?

Para responder às duas perguntas, temos de repassar os textos nos quais o autor se refere ao descobrimento.

Em 1880, publicou um texto não referente de modo direto ao descobrimento, mas à sua conjuntura: *O Brasil no século XVI*: a armada de d. Nuno Manuel, quando defendeu o ponto de vista do comando desta personagem na expedição de 1501. Trabalho de juventude, mais tarde o autor reformularia conceitos nele emitidos, a partir do próprio comando da expedição. Esse trabalho e a tese foram as obras nas quais se baseou o relator Manuel Duarte Moreira de Azevedo para dar parecer favorável ao ingresso de Capistrano no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 14 de setembro de 1887.<sup>3</sup>

Na tese apresentada em 1883 ao Imperial Colégio Pedro II, para a obtenção da cadeira de história do Brasil, o autor apresentou o trabalho *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*.<sup>4</sup> O assunto foi desenvolvido em pouco mais de oitenta páginas e compreendeu duas partes. Na primeira, foi tratado o desco-

brimento de 1500, sob o ângulo das pretensões francesas, espanholas e portuguesas. Na segunda, Capistrano continuou utilizando o conceito de descobrimento, estendendo-o para todo o século: “Descobrimento do Brasil no século XVI”. As duas partes possuem conclusões parciais.

Dezessete anos mais tarde, no contexto das comemorações do IV Centenário do Descobrimento, Capistrano publicaria mais dois trabalhos: “O descobrimento do Brasil pelos portugueses” foi publicado primeiro pelo *Jornal do Comércio*, na edição de 3 de maio de 1900, seguindo-se a edição em opúsculo, no mesmo ano, pela editora Laemmert.<sup>5</sup> O outro texto, intitulado “O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social”, foi concluído no *Livro do centenário 1800-1900*, publicado pela Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, entidade que fora fundada com o objetivo de centralizar as comemorações do evento.<sup>6</sup>

Os dois trabalhos não se repetem. No primeiro, o autor descreveu e analisou a viagem de Cabral, as questões conexas (local da chegada, originalidade da carta de Caminha, a grafia da palavra Brasil) e as duas ‘correntes históricas’ das navegações, pelo litoral africano e no oeste.

O segundo texto de 1900 é mais abrangente, revelando a visão ampla do autor em relação aos antecedentes da expansão européia, quando remonta sua análise ao século XII. Levando em conta

o estado da historiografia à época, a síntese de Capistrano era atualizada e muito superior ao que circulava no Brasil sobre o assunto, com exceção do então recém-lançado (também em 1900) compêndio de João Ribeiro, cuja filiação à *Kulturgeschichte* de Lamprecht explica a importância atribuída à sucessão de quadros conjunturais da baixa Idade Média.<sup>7</sup>

No caso português, Capistrano trata da política do infante e de d. João II. Considera ainda os grupos indígenas existentes em 1500 e o papel que assumiria o Brasil nesse processo de expansão. Como na tese, organizou no texto as fontes para a história do descobrimento então disponíveis, trabalhando com as cartas de Caminha e do mestre João.

Em 1905, voltaria ao tema dos descobrimentos com dois artigos publicados na *Revista Kosmos*. Neles trata das controversas expedições de 1501 e 1503, descrevendo os acontecimentos com base nos documentos existentes e elaborando inferências fundadas no conhecimento dos portugueses sobre o tema. Nesses artigos, chamou a atenção para a exploração do litoral brasileiro daí por diante em duas vertentes, a da costa leste-oeste (Rio Grande do Norte ou Pará) e sudoeste (litoral do Rio Grande do Norte ao rio da Prata).<sup>8</sup>

O último texto, de 1908, intitula-se "Vaz de Caminha e sua carta" e foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, saindo uma segunda edição no *Livro de ouro do centenário da*

*independência*, em 1922.<sup>9</sup>

O autor elabora seu estudo com o levantamento das edições da carta, os dados biográficos de Caminha, a descrição da estrutura da narrativa e a avaliação dos juízos nela contidos. Discute no texto, ainda, as dúvidas sobre a autenticidade do documento e sobre o acaso, referindo-se à carta de mestre João e ao controvertido trecho de Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo de situ orbis*, de 1906, de sua vinda ao Brasil em 1498, tema que já considerara na tese do Colégio Pedro II.

\*\*\*

**E**m 1976, publicamos estudo sobre a presença do cientificismo, em algumas de suas vertentes, na obra de Capistrano. Defendemos então a tese de que seus trabalhos de juventude, até o concurso do Colégio Pedro II, foram realizados sob a influência poderosa de Spencer, Darwin, Comte, Taine e Buckle, numa combinação de evolucionismo com positivismo na qual preponderava o primeiro. Para além desta ou daquela filiação doutrinária, porém, afirmávamos que o que efetivamente tinha significação de um ponto de vista epistemológico era sua plena adesão ao cientificismo, traduzida na adoção explícita ou implícita de alguns pressupostos teóricos do chamado paradigma newtoniano.<sup>10</sup>

Assim, na tese sobre o descobrimento do Brasil, esses traços do cientificismo revelaram-se cabalmente. A concepção que presidia o trabalho era a de que o desco-

brimento fora resultado da “expansão de um organismo” – o português – e que no Brasil se constituiu, ao longo do século, um “novo organismo”, a sociedade colonial.<sup>11</sup>

Essa concepção fez com que, avaliando criticamente as pretensões francesas, espanholas e portuguesas, ele admitisse a prioridade espanhola com Pinzón – já que descartou a hipótese da chegada anterior de Duarte Pacheco Pereira –, embora considerando que o descobrimento efetivamente válido ocorrera com Cabral. Sua conclusão foi:

É, portanto, com os documentos de que

dispomos, incontestável que o descobrimento do Brasil foi em 1500.

E foram os espanhóis que o descobriram, porque Cabral viu terra mais de meado de abril; Pinzón viu-a em fevereiro, e Lepe, quando Cabral ainda nem percebera sinais de terra, já dobrara o cabo de S. Agostinho para o sul e tornava para o norte.

Esta é a solução cronológica.

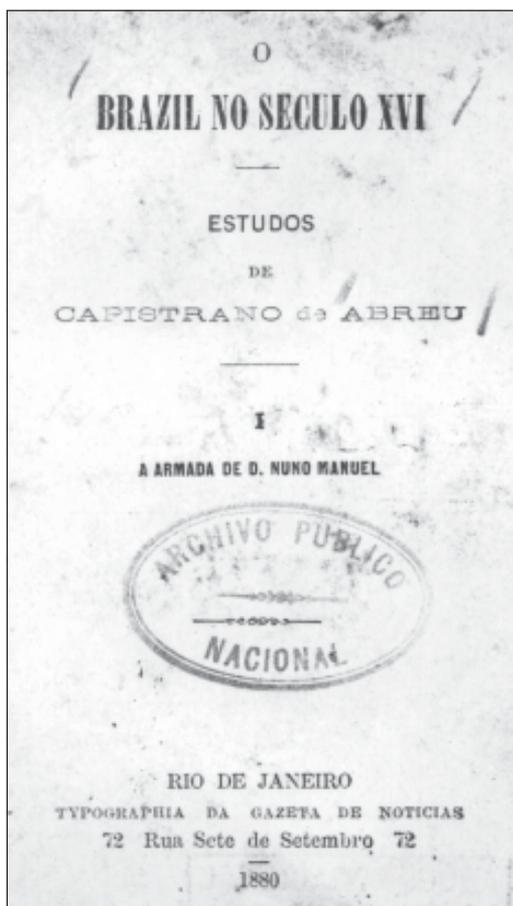
A solução sociológica é diferente; nada devemos aos espanhóis, nada influíram sobre nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os franceses.

Sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os portugueses.<sup>12</sup>

Se analisarmos as duas partes da tese, que se divide em “Descobrimto do Brasil” e “Desenvolvimento do Brasil no século XVI”, veremos que o mesmo princípio unificador da epistemologia cientificista as enforma, a partir da idéia da expansão do organismo social ibérico. Entretanto, há uma diferença, evidenciada no uso das fontes disponíveis, entre a primeira e a segunda.

Na primeira, o autor trata de uma pequena questão do ponto de vista científico que à época esposava, embora fosse aspecto politicamente relevante: a de responder a qual dos pretendentes à “glória de ter descoberto o Brasil” deveria ser atribuído este fato.<sup>13</sup>

Baseando sua análise nas fontes disponí-



veis e num grande rigor lógico, utilizou os procedimentos da metodologia historista de que tão bem se valeria nos trabalhos da maturidade. Já era um rankeano, por esse motivo, mas a distinção entre a solução cronológica e a sociológica da questão demonstra como, em 1883, ainda predominava em sua concepção a epistemologia cientificista.

Na segunda parte, a questão discutida cresce: é a “obra de um século” a sociedade estabelecida no Brasil após cem anos de colonização. Nela a presença cientificista é completa, da concepção ao jargão, justapondo conceitos e evolucionistas a positivistas. Ao concluir, dizia sobre o Brasil quinhentista:

Organismo de pouca massa, de estrutura rudimentar, em que cada órgão representava mais de uma função, em que não havia um órgão especial para cada função: faltava-se o *consensus* profundo, a interdependência fundamental, a ação incorporada que o tornaria uma república...<sup>14</sup>

Os textos de 1900 em diante sobre a temática do descobrimento acompanham a mudança de posição teórica do autor, que se expressaria nas obras de maturidade, como os *Capítulos* e os *Caminhos antigos* e, mais esparsamente, na sua correspondência com outros intelectuais. Nesses textos, aparece plenamente vitoriosa a metodologia historista, de inspiração rankeana, desaparecendo os traços mais vigorosos do cientificismo. O autor repete os procedimentos da tese, estabe-

lecendo as fontes, coletando as informações e cotejando os dados para, então, estabelecer suas conclusões. De permeio, faz crítica da historiografia que o antecede, concordando ou discordando dos juízos à luz das suas próprias investigações.<sup>15</sup>

Os procedimentos metodológicos tornam-se, agora, plenamente hermenêuticos: é a interpretação fundada numa combinação de análise lógica, evidência documental e crítica das interpretações anteriores.

\*\*\*



que conclusões chegou Capistrano de Abreu sobre o descobrimento e sua conjuntura, com esse instrumental?

- I. O interesse pelas Índias era atribuído à busca do reino cristão do preste João, com quem se admitia a idéia de uma aliança antimuçulmana, além do interesse comercial, que implicava a eliminação do Egito e Síria como intermediários do comércio oriental, possibilitando o barateamento dos produtos e “o estanco da corrente de metais preciosos que desde a Roma republicana fluíam para o Oriente”.<sup>16</sup>
- II. Nos últimos anos do infante, já se definiria seu interesse pelas Índias e não somente pela costa da África. O assunto foi ignorado pelo autor na tese de 1883, pois ao tratar das “pretensões portuguesas” ao descobrimento, não recua ao período do infante.

Mas na *Memória do centenário*, onde faz uma sofisticada análise do processo de expansão da Europa desde o século XIII, conclui que os planos do infante, no final da vida, incluíam as Índias, apresentando como prova a bula de Nicolau V,<sup>17</sup> que atribuiu-lhe as terras existentes do cabo Bojador até as Índias.

- III. A inspiração permanente de Colombo e dos navegadores espanhóis eram as idéias de Paulo Toscanelli, cuja cartografia minudente, aproximando a Europa da Ásia pelo ocidente, continuou sendo aceita não apenas pelo descobridor, mas por homens como Vicente Yanez Pinzón, cuja chegada no cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, a 26 de janeiro de 1500, obedeceu a essa orientação. Capistrano sublinhou a conclusão de que foi somente com a descoberta por Balboa do oceano Pacífico, em 1513, que a tese de Toscanelli-Colombo perdeu credibilidade.<sup>18</sup>
- IV. As concepções de Cristóvão Colombo permaneceram basicamente as mesmas desde a década de 1480 até sua morte, em 1506, isto é, ele admitia não apenas a possibilidade de chegar às Índias navegando para o ocidente, ao contrário da orientação portuguesa, como continuou acreditando nisso após as quatro viagens à área do Caribe.<sup>19</sup>
- V. A descoberta do Brasil ocorreu portanto em janeiro de 1500, devendo-

se a Pinzón, embora continuasse a afirmar, como em 1883, que o fato cronológico em nada alterava a efetiva descoberta 'sociológica' pelos portugueses.

- VI. A questão do acaso ou da intencionalidade do descobrimento cabralino, que tanta tinta gastara desde sua proposição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por d. Pedro II, em 1849, nunca empolgou Capistrano.<sup>20</sup> Em "O descobrimento do Brasil pelos portugueses", trata do assunto incidentalmente, a propósito da refutação à presença de Duarte Pacheco Pereira, para concluir como o faria mais tarde Lucien Fèbvre sobre os 'falsos problemas' do conhecimento histórico: "Foi fortuito ou não o descobrimento? Não é questão histórica, deve relegar-se para as minúcias da biografia conjectural".<sup>21</sup>
- VII. Os supostos predecessores de Cabral, como Jean Cousin e Duarte Pacheco Pereira, não tiveram a seu favor, segundo Capistrano, nem documentos nem argumentos definitivos. O primeiro teve o texto que o indica publicado somente em 1785, levantando-se-lhe várias objeções.<sup>22</sup> O segundo não deve ser erroneamente interpretado quando fala em terras na direção do polo Antártico, no que poderia ser o Brasil, porque existia "opinião corrente em Lisboa em outubro de 1501, de que eram entre si contíguas as terras geladas descobertas

pelos portugueses ao norte com as Antilhas descobertas pelos espanhóis e a terra dos Papagaios descoberta mais ao sul por Pedro Álvares Cabral...".<sup>23</sup>

Esse ponto de vista em relação a Duarte Pacheco Pereira, Capistrano o manteve desde 1883, reafirmando-o na *Memória do centenário*, de 1900, e na análise da carta de Caminha, em 1908.

VIII. Nas afirmações de Desmarquets sobre a prioridade de Jean Cousin em 1488 e de frei Gaspar da Madre de Deus sobre a chegada de João Ramalho a São Vicente antes de Cabral e de Colombo, por volta de 1490, Capistrano viu o mesmo intuito de afirmar prioridades, o primeiro para seu país, a França, o segundo para sua terra natal, a capitania de São Vicente. A diferença, diz nosso autor, é que Desmarquets teve a sorte de ter sua tese valorizada, no século XIX, por Paul Gaffarel, enquanto o segundo teve a sua desmontada por Cândido Mendes.<sup>24</sup>

IX. Refutando com facilidade a tese da falsificação da carta de Caminha,<sup>25</sup> Capistrano fez a primeira análise estrutural dessa narrativa. Destacou o papel atribuído ao Brasil, em detrimento dos acontecimentos que antecederam à chegada; as três menções aos indígenas, inclusive o impactante encontro e a simpatia por eles demonstrada; a influência de frei

Henrique, mas a menor importância atribuída à missa do que aos índios; o talento de Caminha e sua mente quantitativa; a valorização da natureza, mas o desinteresse pela astronomia.<sup>26</sup>

X. O Brasil rapidamente mudou de significado para os navegadores portugueses: enquanto em Caminha a terra aparece como "pousada" da rota para as Índias, logo depois, com Américo Vespucci, é "caminho" de uma nova rota, para Malaca.<sup>27</sup>

XI. Quando se inicia a exploração sistemática do litoral brasileiro, com as expedições de 1501 a 1503, a costa passa a ser percebida como duas seções distintas, a leste-oeste e a sudoeste.<sup>28</sup>

\*\*\*

**C**erca de um século nos separam dos textos de Capistrano de Abreu sobre o descobrimento: 117 anos da tese, 92 dos últimos escritos. Apesar disso, suas conclusões sobre o tema não envelheceram, tendo sido incorporadas a nosso conhecimento do assunto, ou pelo menos continuando a se constituir em opções válidas nos terrenos mais controversos.

Duas razões podem explicar o fato: a pequena significação dos documentos posteriormente encontrados sobre a expedição de Cabral, que confirmam os textos básicos disponíveis à época de Capistrano, como as cartas de Caminha,

de mestre João e de d. Manuel aos reis da Espanha; e a capacidade hermenêutica do autor, que esquadrinhou de modo absolutamente competente as possibilidades da investigação.

Se o 'paradigma indiciário' de que falam alguns historiadores realmente existe, as pesquisas de Capistrano sobre o descobrimento do Brasil são uma prova de sua eficácia.

Quais são os passos da pesquisa do autor?

Em primeiro lugar, uma excepcional capacidade heurística. Estabelecidas as fontes, inclusive avaliando a contribuição das diferentes versões disponíveis, como fez com a carta de Caminha, passava o autor à sua articulação. Chegava assim à composição de um mosaico, no qual faltavam elementos fundamentais. Em troca, abun-

davam caminhos hipotéticos, acumulados pela historiografia por diferentes motivos, dos quais os patrióticos ou nacionalistas não foram, nesse assunto, os menos importantes, como se percebe na discussão sobre a prioridade do descobrimento.

Em segundo, a segura hermenêutica. Em lugar de deixar-se impressionar pelos argumentos de autoridade, ou pelas motivações ideológicas, soube complementar a ausência daqueles elementos fundamentais com a capacidade de bem perguntar. As respostas, que fluíam dos documentos ou das deduções, eram com argúcia e capacidade lógica ordenadas e depuradas, tendo como norte a preocupação com as intenções dos agentes históricos.<sup>29</sup>

Essa epistemologia historista, que se definiu com Ranke, cuja obra conhecia, e que se aperfeiçoaria com Dilthey e Weber, Capistrano desenvolveu sem que para isso necessitasse escrever um manual de metodologia histórica – necessidade, aliás, que Ranke sentira.

Abandonado o cientificismo, utilizaria tais procedimentos cada vez mais 'naturalmente', como se co-naturais fossem ao historiador.

Em terceiro lugar, uma fina percepção da contemporaneidade das situações e uma forte desconfiança em relação aos anacronismos. Assim, a todo momento, nos textos sobre o descobrimento, aparece a preocupação com o que efetivamente existia e com o que era percebido pelos



agentes históricos. Tratando-se de um assunto – o ‘desencravamento planetário’ de Pierre Chaunu – sobre o qual existiam diferentes e contraditórias representações, ou, olhado sob a cômoda ótica de nossa cartografia por satélites, diferentes graus de ignorância, era procedimento inteligente não considerar uma informação a partir do referencial geográfico absoluto posterior, mas à luz das próprias representações cartográficas coevas. Sua aplicação desse procedimento à crítica dos intérpretes que à época favoreciam Duarte Pacheco Pereira é de uma lógica de ferro.

A pesquisa sobre o descobrimento em

Capistrano de Abreu reproduz em ponto menor a evolução do pensamento histórico do autor, que transita do cientificismo da juventude para uma posição historicista, ‘rankeana’, na qual a capacidade hermenêutica, perceptível na tese de 1883, tornou-se plenamente dominante nas obras da maturidade, entre as quais se encontram as produzidas sobre o tema entre 1900 e 1908.

A vigência das conclusões do autor bem demonstra que, para além das circunstâncias que a produziram, a grande obra historiográfica permanece, mesmo quando seus fundamentos tornam-se intelectualmente datados.

## N O T A S

1. João Capistrano de Abreu, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1960.
2. João Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1954.
3. Parecer da Comissão de Admissão de Sócios do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pasta Capistrano de Abreu.
4. João Capistrano de Abreu, *O descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pp. 3-92.
5. Idem, “O descobrimento do Brasil pelos portugueses”, em *O descobrimento do Brasil*, pp. 93-117.
6. Idem, “O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social, em *O descobrimento do Brasil*, pp. 128-189.
7. João Ribeiro, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1960, p. 10 ss.
8. João Capistrano de Abreu, “História pátria”, em *O descobrimento do Brasil*, p. 206 ss.
9. Idem, “Vaz de Caminha e sua carta”, em *O descobrimento do Brasil*, pp. 191-205. A reunião desses textos foi realizada por José Honório Rodrigues, também autor de uma “Nota liminar”, na qual faz o histórico de cada um dos trabalhos.
10. Arno Wehling, “Capistrano de Abreu, a fase cientificista”, *RIHGB*, nº 316, 1976. Republicado, revisto e ampliado em *A invenção da história – estudos sobre o historicismo*, Rio de Janeiro, UFF/UGF, 1994.
11. João Capistrano de Abreu, *O descobrimento do Brasil*, p. 87. A idéia já estava presente, ainda de modo mais explícito, num texto de 1874, “A literatura brasileira contemporânea”, em *Ensaio e estudos*, 1ª série, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 35 ss.
12. Idem, *O descobrimento do Brasil*, p. 41.
13. Idem, *ibidem*, p. 2. A questão é colocada como preâmbulo da tese.

14. Idem, *ibidem*, pp. 87-88.
15. Em passos muito semelhantes aos sugeridos por Ranke. Arno Wehling, "Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica", *Revista de História da USP*, nº 93, 1973, p. 177 ss; republicado e revisto em *A invenção da história*, op. cit., p. 150. No mesmo sentido da influência rankeana, Alice Canabrava, Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu, em *Anais do III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*, Porto Alegre, URGs, 1980, p. 215.
16. João Capistrano de Abreu, "O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social", (1900), op. cit., pp. 134-135.
17. Idem, *ibidem*, p. 134. Repetiria a conclusão nos *Capítulos de história colonial*, op. cit., p. 68.
18. Idem, *O descobrimento do Brasil*, (1900), p. 149.
19. Idem, *ibidem*, pp. 146-147.
20. Idem, "Vaz de Caminha e sua carta", op. cit., p. 202.
21. Idem, "O descobrimento do Brasil pelos portugueses", op. cit., p. 108.
22. Idem, *O descobrimento do Brasil*, (1883), op. cit., pp. 14-15.
23. Idem, "O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social", (1900), op. cit., p. 155.
24. Idem, *O descobrimento do Brasil*, (1883), op. cit., p. 31.
25. Idem, "O descobrimento do Brasil pelos portugueses", op. cit., p. 110.
26. Idem, "Vaz de Caminha e sua carta", op. cit., p. 195 ss.
27. Idem, "O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social", (1900), op. cit., p. 175.
28. Idem, "História pátria", op. cit., p. 208.
29. O tema do descobrimento já fora considerado, com tais instrumentos, por Varnhagen. Arno Wehling, *Estado, história, memória*: Varnhagen e a construção da identidade brasileira, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 155 ss. e "As recepções do descobrimento: história, memória e identidade no historicismo brasileiro", *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, vol. 39, 1999, p. 144 ss.

## A B S T R A C T

The main subjects considered by Capistrano de Abreu, in his literary work, allude to the study of the hinterland, to the indigenous languages and to the discovery of Brazil.

The author, in his researches, made use of the heuristic, the hermeneutic and the historical epistemology. In his work, two books were very valorized: *Capítulos de história colonial* and *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*.

## R É S U M É

Les principaux thèmes développés par Capistrano de Abreu, dans son oeuvre littéraire, se rapportent à la découverte du Brésil et à l'étude de la brousse et des langues indigènes.

L'auteur, dans ses recherches, s'avait employé de la heuristique, de la herméneutique et de l'épistémologie historique. Dans son oeuvre, deux livres étaient très valorisés: *Capítulos de história colonial* et *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*.

**Antônio Edmilson Martins Rodrigues**

Pesquisador associado ao Pronex/CNPq/Departamento de História da PUC-Rio. Historiador e professor dos programas de Graduação e Pós-Graduação da PUC-Rio e da UERJ.

# O Achamento do Brasil e de Portugal

## Perfil intelectual do historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo

O PRIMEIRO ACHAMENTO:  
A PERSONAGEM

**E**ntrei em contato com a obra de João Lúcio quando, na universidade, fiz meu

primeiro curso de história do Brasil. No final dos anos de 1960 aprendia-se Portugal nos cursos de história do Brasil. Como todo mundo, o livro foi *Épocas de Portugal econômico*.<sup>1</sup> Devo dizer que àquela altura nada me surpreendeu na leitura, pois pareceu-me uma história épica e que caminhava na direção dos escritos de Vitorino Magalhães Godinho nos seus *Ensaio*s,<sup>2</sup> quando se referiam aos ciclos portugueses na Índia e às questões das especiarias, principalmente da



pimenta. Mais tarde, numa segunda leitura, esta já para um curso que ministrei como professor de civilização ibérica, compreendi que o livro esboçava a idéia de fundação da nacionalidade portuguesa.

Nessa nova leitura, entretanto, encantou-me mais o modo pelo qual João Lúcio operou a compreensão da realidade portuguesa, e chamou-me a atenção a preocupação em mostrar a força da raça portuguesa em sua mestiçagem e a sua formação como associada ao meio físico ibérico.

Voltei a tomar contato com João Lúcio quando li os volumes da correspondência de Capistrano de Abreu, editados e

apresentados por José Honório Rodrigues.<sup>3</sup> No volume 2, José Honório incluiu as respostas de alguns dos correspondentes de Capistrano, dentre eles João Lúcio. Para além das análises de época postadas nas cartas, descobri alguns fazeres de João Lúcio que me eram desconhecidos: sua importância para os historiadores brasileiros, como intermediário entre eles e os arquivos portugueses, fazendo buscas de documentos que, com certeza, enriqueceram as interpretações, por exemplo, de um Capistrano. Nessa função, estabeleceu certas intervenções que nos ajudam a entender a construção de determinadas obras de nossa historiografia e o modo pelo qual são elas documentadas.

Novamente me aproximei de João Lúcio quando, a partir de 1998, envolvi-me no projeto de pesquisa *A questão do moderno na história da cultura brasileira*, coordenado por Francisco Falcon, no âmbito do Núcleo de Excelência do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. Dessa vez, a aproximação deveu-se ao seminário sobre Capistrano de Abreu e sua correspondência com João Lúcio de Azevedo.<sup>4</sup> Foi minha curiosidade lusitana que me levou a tentar compreender melhor a trajetória de um intelectual português. Até esse momento, no entanto, essa curiosidade envolvia apenas a resposta à grande variedade de temas desenvolvidos por ele e suas funções como agente de historiadores brasileiros.

## O SEGUNDO ACHAMENTO: A RECEPÇÃO DA OBRA

Poucos conhecem, hoje, a produção do historiador João Lúcio de Azevedo ou quando a conhecem esse conhecimento fica restrito a *Épocas de Portugal econômico*, na maioria das vezes tomado como referência para a compreensão da história de Portugal, em sua interface com a história do Brasil colonial. No âmbito da historiografia portuguesa, historiadores como Vitorino Magalhães Godinho e Joel Serrão,<sup>5</sup> entre outros, anunciam esse livro como sendo um dos seus clássicos, elevando-o à categoria de fundamental para a compreensão da formação de Portugal.

O exclusivo conhecimento de *Épocas* identifica duas questões que ao invés de aclarar a trajetória intelectual de João Lúcio a colocam sob sombras. A primeira é associar João Lúcio à história econômica e a segunda tomá-lo apenas como um historiador da formação do Estado português. Essas questões, eleitas como principais, na avaliação do historiador português, ocultam um itinerário intelectual e uma história de vida ricas, mas a primeira grande descoberta de João Lúcio foi o Brasil.

Há ainda uma outra referência comum ao historiador, português de nascimento e brasileiro por naturalização, que é sua associação a escolas e estilos historiográficos que são denominados, impropriamente, de tradicionais. Assim, devido à pouca vontade de reavaliar a sua

obra, o historiador ou os historiadores são todos colocados no mesmo saco, sobretudo aqueles que produziram entre o final do século XIX e o início do XX, pois neles sempre há algo de romântico, de positivista, de evolucionista e de historicista.

Trata-se aqui de tentar aclarar determinadas questões sobre o historiador João Lúcio, sem o intuito de resolvê-las ou dá-las por terminadas, por meio de uma apresentação da relação entre a produção intelectual e sua vida. Como é um artigo de sondagem inicial, resolvi deixar de lado as discussões conceituais mais pesadas, optando, desse modo, por um ensaio que, como diria Jacob Burckhardt,<sup>6</sup> é apenas uma das possibilidades de compreensão, já que outras há com certeza.

### O TERCEIRO ACHAMENTO: VIDA E HISTÓRIA

João Lúcio nasceu em 16 de abril de 1855, em São Martinho, no conselho de Sintra, o que assinala uma inserção cosmopolita pela proximidade de Lisboa. Seu pai, Antônio Lúcio de Azevedo, é um homem dos Açores e sua mãe, Teresa Amélia de Azevedo, nasceu em Mafra. Sua formação primária ocorreu em Mafra e ele prestou exames na cidade do Porto. Sua segunda etapa de formação verificou-se no Colégio Sérvulo, no bairro da Junqueira, em Lisboa. Entre 1868 e 1873, cursou o Liceu Nacional de Lisboa, desde 1871 como aluno interno. Em seguida, matriculou-se na Escola Politécni-

ca de Lisboa e no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, optando pela cultura técnica, com o objetivo de aplicar os seus conhecimentos de forma imediata.

Em 1873, modificou radicalmente sua vida. João Lúcio possuía um tio, chamado Botelho, que vivia a alguns anos no Brasil, e que precisava da ajuda do sobrinho nos seus negócios. A modificação é mais radical quando se conhece os negócios do tio e onde se localizavam: borracha e Pará. Simplesmente João Lúcio conheceu o Brasil pelo Pará. Seu tio era dono de uma importante empresa de exploração de borracha e de uma companhia de navegação fluvial. Aos 18 anos, o futuro historiador se viu diante da magnitude da borracha e da Amazônia. Entretanto, não assumiu logo os negócios do tio. Deslumbrado com as novidades do Novo Mundo, João Lúcio quis conhecer melhor a região e entender o que ali se passava; sua mentalidade pragmática assim o exigia. Nesse período trabalhou na Livraria Tavares Cardoso, em Belém, e esse emprego veio bem por conta da preocupação formativa e pela possibilidade de conhecimento da terra e dos homens da região. Mais tarde, assumiu a propriedade da livraria, incorporando um outro fazer que o fascinava: a publicação de livros.

João Lúcio só se dedicou às responsabilidades comerciais e industriais devido à paixão arrebatadora por sua prima Ana da Conceição, e isso o levou para junto do tio. Em 1880, casou-se com a prima e de

imediatamente teve três filhos, o que lhe exigiu maior atenção à família. Em 1885, o tio Botelho morreu e deixou-o, da noite para o dia, dono de várias empresas no Pará. A sua naturalização deveu-se exatamente a essas alterações, pois para ser proprietário de uma companhia de navegação fluvial era preciso ser brasileiro ou naturalizado.

A partir daí sua vida novamente se modificou. A primeira experiência em terras brasileiras despertou-lhe o interesse em compreender o desconhecido e isso ganhou alcance na medida em que suas novas atividades o colocaram em contato direto com o novo. O contato com a paisagem da Amazônia fez João Lúcio transformar-se em historiador; sua atenção para a história se construiu durante os 25 anos de permanência no Brasil. Durante esse tempo, escreveu um diário de sua vida e transformou parte dele em temas que estudou com mais atenção. Desde 1890 sua atenção voltou-se para a história paraense. Seus primeiros estudos procuraram entender os momentos de fundação daquilo que ele observava, por isso dedicou-se ao estudo dos jesuítas em sua ação no Pará e ao marquês de Pombal, por suas experiências na região.

Já em 1894 sua produção era reconhecida, como relevante, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), recebendo o título de sócio numa proposta assinada por dois grandes críticos brasileiros do *fin-de-siècle*: José Veríssimo e Alencar Araripe. Ampliou seu olhar sobre

a região quando se tornou cronista do jornal *A Província do Pará*. Em 1909, já fora do Brasil, acumulou o título de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e, em 1915, iniciou sua correspondência com o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, ao mesmo tempo que auxiliou a Academia das Ciências de Lisboa na organização de eventos ligados ao Brasil e ao Pará.

Desde 1914, com o comentário sobre o livro *América Latina, América inglesa* de Oliveira Lima,<sup>7</sup> retomou os escritos sobre o Brasil. Em 1916, na Academia das Ciências de Lisboa, fez o elogio público do historiador e crítico José Veríssimo, o mesmo acontecendo em 1923, com Oliveira Lima. Em 1921, publicou “A Academia dos Renascidos da Baía e seu fundador”<sup>8</sup> e no ano seguinte, “Academia dos Renascidos – a história do desagravo do Brasil e o poema Brasileida”.<sup>9</sup> Seguiu-se, em 1923, “Da história da colonização do Brasil referida às missões religiosas”.<sup>10</sup> Daí em diante, participou de empreendimentos importantes como a *História da colonização portuguesa* e publicou, constantemente, recensões críticas sobre publicações brasileiras, como a saída, em 1927, na revista *Nação Portuguesa* sobre a história geral das bandeiras paulistas de Afonso Taunay. Dois artigos sobre o Brasil foram publicados na revista do IHGB: “A restauração pernambucana”, no número 84, em 1918, e “Notas sobre o judaísmo e a Inquisição no Brasil”, no número 91, de 1922.

## O QUARTO ACHAMENTO: A VIAGEM INTELLECTUAL

A combinação desses vários aspectos garantiram, na primeira metade do século XX, um lugar especial para João Lúcio na historiografia portuguesa e brasileira. Na brasileira pela reavaliação das origens de Portugal e pela interpretação primeira da história da região amazônica, incluindo-se aí os trabalhos sobre a presença dos jesuítas e sobre o marquês de Pombal.

Entretanto, sua presença no campo de nossa historiografia ganhou maior expressividade pela recepção ambígua do que João Lúcio estabeleceu como a história de Portugal econômico. Seus argumentos confundiram-nos, pois tanto explicavam os limites de Portugal numa Europa renascentista como procuravam justificar a ação portuguesa no Novo Mundo, ação essa vista pelos seus agentes e não por uma indicação genérica do Estado português, examinando a tenacidade e a racionalidade desses grupos dominantes.

Assim, sua obra é leitura obrigatória tanto para aqueles que procuram mostrar a singularidade da história do Brasil com relação a Portugal quanto para os que consideram os portugueses e sua cultura como essenciais na produção da história do Brasil. Essa aparente elasticidade resultou da forma de produção da história de João Lúcio, em que o documento assumiu a condição de realização dos fatos e dos eventos. A força do documento é tão grande que praticamente fala por si

enquanto formalizador da relevância do tema. Cabe ao historiador precisar a conjuntura e explicar a função dos agentes envolvidos, por meio de sua dimensão temporal. O documento é a condição da crítica, não da existência do fato, mas das interpretações que dele são feitas. O documento diferencia em duas direções: de um lado, ao remexer no tema e fazer avançar a condição de interpretação e, de outro, apontando para a verdade.

João Lúcio acrescentou a essa atenção documental uma outra operação necessária, aquela que garante autonomia ao historiador, que é a intuição individual da pesquisa, a capacidade do historiador mover-se no campo das descobertas e das renovações que ampliam o alcance dos fatos e levam à condição da narrativa, quando a essa intuição se combina a erudição e a razão. A narrativa histórica depende, para João Lúcio, da posição e da formação independente do historiador, visto que são elas que dão forma, associando o resultado da investigação ao delineamento inicial do tema.

A narrativa do historiador torna-se complexa quando se multiplicam as diferenças interpretativas, e a partir daí sua atenção aumenta e com ela o quantitativo documental, não pela quantidade em si, mas pela variedade da qual decorre a necessidade de uma leitura de confronto por parte daquele que se dedica a produzir história.

O resultado, no entanto, não é, para João Lúcio, a consciência de que o acúmulo

sincrônico é o elemento dinâmico da produção do evento. A combinatória de João Lúcio aproxima-se de uma relação causal complexa, em que a causa é estabelecida no plural, pois é a lógica evolutiva do progresso da razão humana, no sentido iluminista, que movimenta o olhar do historiador na busca da compreensão do fato. Essa complexidade causal, em certos momentos, sobretudo nos textos mais econômicos, assemelha-se a uma história processual, entretanto é simplesmente a narrativa da complexidade, associada à erudição, que provoca essa impressão. Isso não diminui a importância de João Lúcio, nem faz com que digamos que sua história é simplesmente descritiva. Há um telos que forma um determinado cenário no qual os fatos se constroem, e esse telos é o fundamento da história da razão humana em sua trajetória de progresso. As crises viriam da radicalidade da vontade de progresso.

João Lúcio é um pensador, não teve grandes arroubos literários, e concentrou sua atenção na história humana no Brasil e em Portugal. Também não é um historiador de formação, mas sim de profissão, e opta conscientemente, como veremos adiante, por ser um homem do mundo e da história e aprende o ofício nas suas lides da vida, para depois aprimorar uma metodologia muito particular e cuidadosa, talvez exatamente por não ter tido a formação apropriada. O desenvolvimento do ofício de historiador se verificou nos momentos em que se viu diante da ne-

cessidade de compreender aspectos ou nuances da história do seu cotidiano.

Observa-se, pela leitura da obra de João Lúcio, como o esmero e o cuidado na análise não seguiram qualquer cânone, mas foram produto da experiência do narrador e da relevância do tema estudado. Entretanto, é possível observar a presença de certas idéias-força que reafirmam a sua educação iluminista, como a atenção para a força da razão humana no seu eterno combate com a natureza e, por outro lado, a visão de que essa vitória não se completa na destruição, mas sim no aprimoramento da natureza e no entendimento do seu significado. Por isso, em várias passagens de sua obra, há a constante referência ao condicionamento do meio natural.

A dureza de sua linguagem e o abuso da referência documental se expressam, na aparência, numa contínua busca de objetividade e de verdade. No fundo, traduzem receios de lhe escapar a verdade por divagações poéticas. Ele só as faz quando as imagens utilizadas são inteligíveis de modo direto. Esse medo parece também vir da sua incapacidade de dominar a curiosidade. A sua vida, por si só, já oferece um bom exemplo para isso. O modo pelo qual é atraído para determinadas coisas quase lhe confere o título de *flâneur*.

No último quartel do século XIX, depois de buscar uma formação técnica e instrumental, João Lúcio viveu uma experiência inusitada que explica, de certo modo,

a sua trajetória intelectual e a força de seu pensamento. Sua vinda para o Brasil, com apenas 18 anos, não ocorreu de maneira normal. Ele não chegou ao Brasil pelo Rio de Janeiro, ou por São Paulo. O contato com o Brasil se deu pela Ama-

zônia. Outro aspecto importante é que não conheceu os debates e as polêmicas características da geração de 1870 em Portugal.

Sua entrada no Brasil também não foi a do viajante explorador que vem conhecer



Retrato de d. Manuel I de Portugal.  
Manuel de Faria y Souza, *Historia del reyno de Portugal...*, Amperes, 1730.

o diferente e o exótico, ele veio para exercer atividades comerciais. Essa trajetória, certamente, influenciou na formação do historiador profissional. A experiência do Novo Mundo, através do Pará e das atividades comerciais, despertou-lhe a atenção para a ação formativa das civilizações com a combinação do meio físico como os tipos sociais. É até possível que após o retorno à Europa, tenha tomado conhecimento das polêmicas de *fin-de-siècle* e atualizado suas interpretações, no entanto foi no Brasil, em Belém do Pará, que ele escreveu os seus primeiros trabalhos históricos. Minha hipótese é de que sua formação deu-lhe a condição de seguir esse caminho. Como precisava entender o que vivia, transformou o seu diário em temas de pesquisa, acentuando a ação modificadora do homem na paisagem hostil. Aqui no Brasil, João Lúcio descobriu a vitalidade orgânica própria dos heróis construtores de estados.

Embora tenha vindo muito novo para o Pará, trouxe consigo marcas que foram fundamentais para sua formação histórica, principalmente no trato cuidadoso do documento. Em sua chegada, já trazia uma inquietude e curiosidade que pareciam ser próprias do contador. A tolerância e a paciência no exame minucioso das contas e a atenção para os indícios que permitiam entender o diferente acabaram por ser importantes na produção de uma metodologia muito própria. A procura da lógica da história, a verdade como resultado do esforço de análise dos documen-

tos e a interpretação como o que estabelece a condição da narrativa indicam a presença dessa formação no historiador profissional.

**A**lém disso, não se deve desprezar a necessidade de João Lúcio de conhecer o novo lugar por conta das atividades que assumiu e como reforço para os achamentos. A relevância de João Lúcio, nesse período brasileiro, é a de ter proposto uma série de relações para a história do Pará, contribuindo para o entendimento de sua inserção no conjunto das relações entre Brasil e Portugal. A vontade de conhecer e entender fez com que rapidamente passasse do estranho para o novo.

A educação portuguesa influenciou seus projetos pessoais e retirou-lhe parte da vontade de aventura. A associação família-trabalho, como qualificadora de maturidade, empurrou-o para uma vida burguesa estável. Construiu família e ficou mais perto do tio, dividindo com ele o gerenciamento dos negócios. Toda a formação psicológica e cultural de João Lúcio foi feita no Brasil, num país de profundas transformações, onde a riqueza passava a ser o resultado direto do trabalho. A euforia da borracha deu ao comerciante a condição de ser historiador. Sua cabeça contábil dispunha o tempo de tal maneira que sempre lhe sobrava algum para obter respostas a sua curiosidade. Nesses períodos escreveu sobre a Amazônia e sua ocupação, destacando a função dinâmica dos tipos sociais e dos

grupos profissionais, e ao mesmo tempo investigou, no pensamento, os temas de base, aqueles que poderiam elucidar determinadas situações e fazer a verdade da história aparecer. Contam-se entre estes os estudos sobre Antônio Vieira, os cristãos-novos e o marquês de Pombal.

Por outro lado, na experiência da selva adquiriu valores que o distanciaram da cultura portuguesa do final do século XIX. A modernidade da selva, como bem explicou Foot Hardman,<sup>11</sup> atingiu-o. A religião é um exemplo. A afirmação da materialidade hostil da região afastou-o do catolicismo praticante. Sua religião manteve-se sob a forma subjetiva e crítica. Essa forma de entender a religião teve um aspecto positivo quando de seus estudos sobre os jesuítas, a inquisição e os cristãos-novos. Nos trabalhos cujo tema aborda a dimensão religiosa, nota-se uma certa atitude cética, a presença da dúvida permanente que lhe permitiu um afastamento daquilo que eram os lugares comuns das interpretações consagradas. No caso dos jesuítas, conseguiu produzir uma história da companhia, a partir da dinâmica interna, e, ao mesmo tempo, introduzindo-a nos projetos gerais que circulavam pelo Brasil.

Não estando sujeito às pressões conservadoras da sociedade europeia, na sua forma portuguesa, João Lúcio foi arrebatado pela experiência moderna, e ao voltar a Portugal, o novo mundo europeu pareceu-lhe estranho e não novo. Foi preciso redescobrir Portugal e então lançou-

se a essa tarefa com afinco. Conhecer Portugal inquietava-o mais do que a experiência de conhecimento do Brasil, mas entre o Brasil e Portugal a vida de João Lúcio mudou novamente.

Ele transformou-se num burguês abastado, e nada lhe faltava material ou culturalmente. A região amazônica, por conta da borracha, era assediada por todas as novidades e facilidades de um mundo *fin-de-siècle*. Como vivia de maneira simples e, segundo seu tio, tinha tino comercial, conseguiu acumular muita riqueza com suas atividades, porém estas lhe retiraram, aos poucos, o tempo dedicado ao trabalho de investigação histórica, e isso o afligiu.

A infelicidade de não poder escrever e pesquisar gerou uma nova mudança de vida. O dilema entre o prazer e o dinheiro foi resolvido da noite para o dia, a favor do prazer. Decidiu largar tudo. Vendeu bem suas posições na sociedade das firmas, pois era o momento de apogeu da borracha. Com isso, obteve dinheiro suficiente para viver de rendas e praticar o que mais queria. A volta a Portugal não se realizou de maneira direta, já que resolveu viajar pelo mundo e o primeiro lugar visitado foi os Estados Unidos (EUA).

Em 1895, exatamente no ano de sua saída do Brasil, foi publicado o seu último livro no Brasil. O título conferiu ao livro um sentido de futuro, ao mesmo tempo que homenageava a terra que o tinha acolhido: *O livre Amazonas: vida nova*.<sup>12</sup> Com esse livro fechou um período em que os

temas envolviam negócios e história. Na nova vida, seu projeto era concentrar-se na história, abandonar os registros impressionistas sobre Portugal, as intuições da razão e dedicar-se ao conhecimento da história de Portugal.

A experiência brasileira desenvolveu-lhe a condição de observador do cotidiano, garantiu-lhe a acuidade da identificação dos tipos sociais, ampliou-lhe o conhecimento da força humana, dos costumes e dos valores. A rudeza do meio e a tenacidade dos homens em atingir os seus objetivos formavam a equação universal explicadora da história humana.

De posse dessa experiência e com o novo projeto definido, João Lúcio conheceu os EUA. Em suas atividades comerciais teve contato direto com empresários e financistas americanos que lhe despertaram a curiosidade de conhecer um país que, pelo que lia e ouvia, tinha uma experiência fundacional derivada da força da razão.

Passou quatro anos nos EUA. Observou, com atenção, a vida americana e tal qual Tocqueville<sup>13</sup> deslumbrou-se com o engenho e a liberdade. A visita foi importante por dois motivos. O primeiro, a experiência humana, a força da moral e da tolerância, o sentido do progresso e da dominação da natureza. O segundo, a condição de comparar duas experiências históricas fundadas a partir da Europa.

Entretanto, essa experiência não produziu nenhum trabalho específico. Aqui e ali, percebe-se, em seus comentários, nas

cartas e em resenhas, a presença da experiência. Há apenas um comentário ao livro *América Latina, América inglesa* de Oliveira Lima,<sup>14</sup> publicado na *Revista de História*, em que a experiência apresenta-se como construtora da trama da resenha.

#### O QUINTO ACHAMENTO: A OBRA E O AUTOR

João Lúcio voltou a Portugal no final de 1899 e no ano seguinte editou o seu trabalho *Os jesuítas do Grão-Pará*.<sup>15</sup> Elaborado no Brasil, o livro foi publicado um ano depois de sua chegada, porque esse foi o tempo de João Lúcio conferir datas, fatos e nomes, e abriu-lhe caminho para redigir, mais tarde, a *História dos cristãos-novos portugueses*.<sup>16</sup>

*Os jesuítas no Grão-Pará* tem grande importância nesse retorno ao trabalho histórico do historiador luso-brasileiro, pois foi a oportunidade de penetrar no mundo dos arquivos portugueses e com o tempo tornar-se o grande conhecedor da documentação existente em Portugal sobre assuntos que se referiam ao Brasil, daí o apoio que João Lúcio forneceu a grandes historiadores brasileiros como Capistrano de Abreu e Oliveira Lima. Além disso, a contemplação da riqueza documental lhe deu novo fôlego e o fez avançar pelos seus temas prediletos: os judeus, o marquês de Pombal e a história de Portugal.

Em *Os jesuítas no Grão-Pará* percebe-se uma certa despreocupação, diria relaxa-

mento, com relação à narrativa ser ou não expressão do real. A verificação documental aliviou-o das tensões de seus escritos anteriores. A narrativa flui de modo mais direto, mantendo a lógica que sempre marcou os seus escritos, mas sem nenhum esboço de método que indicasse a apropriação dos debates teóricos do fim do século. Não há, como em quase todos os outros trabalhos, referências bibliográficas que indiquem que João Lúcio se animava com os debates conceituais. Isso não quer dizer que se descuidava das idéias e da filosofia. Dedicou-se de tal forma ao acompanhamento do que era publicado que se tornou um profundo conhecedor das línguas inglesa, francesa e alemã. Nota-se, em sua narrativa, a presença de argumentos que indicam um conhecimento relativo das teorias que se esboçaram no final do século XIX, pela via da operação de oposição entre barbárie e civilização. A imagem que faço desse livro é a de um mapeamento da presença jesuítica no Grão-Pará com a preocupação de fechar uma certa idéia sobre as tensões e os conflitos que João Lúcio observou durante sua permanência na região; é como se o livro não tivesse vida própria e só pudesse ser entendido no interior do processo de civilização do Grão-Pará.

Os jesuítas aparecem no livro como mediadores entre duas visões de mundo e duas formas de sociedade diferentes. A função de amortecer e conciliar interesses faz com que os jesuítas defendam os

índios, mesmo que estes sejam derrotados. Os frutos da ação dos jesuítas podem ser identificados no próprio modo pelo qual os portugueses alteram seus procedimentos na região, inaugurando uma etapa de maior atenção às riquezas e arranjos sociais. No fundo, João Lúcio manteve sua idéia de que a dinâmica histórica, embora dada pela tensão, confirmava a vitória da razão e da raça mais forte, daquela que tinha objetivos e que seguia diretrizes. Ao contemplar os resultados, mostrou como as atitudes dos jesuítas, associados aos mais fracos, tiveram como consequência a reprovação da ordem, expressa no ódio do colono ao jesuíta.

Essa conclusão, que hoje nos parece óbvia, requer alguma atenção como possibilidade de construção de um caminho de entendimento do feito histórico de João Lúcio, visto que a publicação gerou problemas, dos quais destacam-se a feição mundana que foi dada aos religiosos da Companhia de Jesus e o reconhecimento de uma diretriz própria da evangelização que seguia muito mais as diretrizes daqueles que se ocupavam do novo espaço do que as prerrogativas dogmáticas da religião. Como em todos os seus livros, o final de cada capítulo, além de apontar para o seguinte, realiza a condição da síntese como recurso pedagógico de acompanhamento do argumento.

Mas falava eu dos problemas da publicação. Foi o primeiro livro de Portugal. A expectativa em torno de João Lúcio era

enorme, especialmente no intuito de conhecê-lo melhor. A publicação veio à luz num momento de desenvolvimento do republicanismo e, por conseguinte, de uma forte tendência anticlerical que anunciava a oposição à Igreja e ao papel que a companhia havia exercido ao longo do processo de formação da identidade nacional portuguesa.

Essa experiência, para João Lúcio, foi um

misto de trauma e desilusão, já que foi trabalhoso explicar que seu livro analisava a companhia em sua experiência colonial e não constituía nenhum juízo de valor sobre a inserção dos jesuítas na história de Portugal, pois procurava perceber a ação concreta da companhia numa área singular. Se, de um lado, houve esse cansativo trabalho de explicação, por outro, o debate revelou-se proveitoso, visto



Retrato de Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. *Álbum comemorativo da exposição de estampas antigas sobre Portugal por artistas estrangeiros dos séculos XVI a XIX [...]*, Porto, 1946.

que exigiu do historiador uma atenção especial quanto ao aprofundamento de seu ofício de historiador, fomentando-lhe o firme propósito de ressaltar, em seus escritos, os pontos por meio da prova documental. Viu-se João Lúcio perante a necessidade de estabelecer sua narrativa, daí em diante sempre fortalecida pelo documento e pela avaliação historiográfica.

No ambiente conturbado do início de século, era fundamental se obrigar a um trabalho concreto de leitura do que havia sido produzido sobre cada um dos temas que tomava como seu objeto e elaborar a crítica tanto ao documento como à interpretação. Esse trabalho de revisão foi bastante importante no desenvolvimento de sua obra. Longe de ser maçante, transformou-se numa inspiração nova para o seu trabalho. No mundo documental descoberto em Portugal, a curiosidade encaminhou João Lúcio por caminhos e temas aproximados daquilo que imaginava. As críticas ao trabalho sobre os jesuítas abriu-lhe os olhos para um alcance mais produtivo do trabalho de ir aos arquivos, ou seja, agora estabelecia relações entre os documentos a partir da necessidade que tinha de estabelecer a lógica histórica de um tema, ou de reforçar os argumentos em torno de determinados pontos centrais de cada obra.

Essa relação entre o particular e o geral instaurou-se, em Portugal, como algo novo, que caminhou na direção de uma revisão da própria ambiência pessimista

portuguesa de Antero de Quental e de sua interpretação trágica do mundo ibérico.

No mundo intelectual a recepção do livro foi boa, mais pelo sentido corporativo, pelo elogio fácil de um irmão que voltava, no afã de se ter mais um mosqueteiro na luta pela renovação e modernização de Portugal. A tarefa de João Lúcio passava longe de uma ação política mais definida e participativa. Não queria se envolver com a política a não ser tecendo breves comentários sobre tensões sociais, greves e políticas do Estado. Essa atitude da crítica da época escondia determinados comentários que surgiram a partir do livro, especialmente no mundo da rua, sobre a política radical que viram no livro de uma defesa da Igreja e de um reforço do projeto conservador dos clericais. Pelo lado da Igreja e da companhia, as críticas vieram exatamente no sentido inverso dos políticos republicanos. Também a Igreja saudava com restrições estudos que mencionassem as ações independentes da companhia. Àquela altura era difícil explicar a qualquer um dos lados, que viam a história acontecendo como um processo escatológico, que o desejo de João Lúcio era mostrar as diferenças entre a Igreja e os jesuítas.

A recepção, no entanto, confirmou uma outra idéia de João Lúcio: a posição firmada de que o historiador não deveria nem condenar nem absolver as figuras e instituições que estuda. O ideal do historiador é colocar em evidência o maior número possível de documentos que in-

diquem a possibilidade da verdade histórica. Os documentos fazem o papel de reveladores das interpretações: o livro do historiador deve responder a todas as possíveis perguntas sobre o fato, a figura e o evento.

Esse impacto da volta lhe fez bem. De uma ou outra forma, seu nome passou a ser considerado nas rodas culturais de Portugal, e isso mudou sua vida. João Lúcio foi pego pela ciranda da vida social. Retomou algumas amizades do Liceu e incorporou novos amigos. Foi um intelectual aberto ao moderno e exerceu sua visão cosmopolita em tudo aquilo que realizou. Seus trabalhos, daí para frente, estiveram recheados de proposições modernas vinculadas à crítica das artes e da música. Como todo aquele que gosta de enfurnar-se em arquivos, achava o trabalho de impressão de livros raro, emocionante e fundamental. Seguiu, com atenção, a publicação de seus livros e tinha um cuidado especial com as revisões dos originais. Sua atuação mais constante foi na Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, fundada em 1911 por Fidelino de Figueiredo, que congregava, entre outros, Gama Barros, Edgar Prestage, Pereira da Silva, Joaquim Bensaúde e Oliveira Lima. A entidade publicou, entre 1912 e 1928, a *Revista de História*, onde concentra-se a maior parte dos artigos de João Lúcio.

O impacto da chegada também mostrou-lhe suas limitações com relação ao conhecimento da Europa e sua atitude foi visitar vários países europeus; queria e ne-

cessitava entender a natureza europeia, seus costumes, diferenças e cultura. Por isso, demorou-se mais em alguns deles. Primeiro a França, que adotou como região de férias, de descanso. Descobriu Paris e sua pujante monumentalidade e o interior, a província, o espaço que lhe lembrava, com emoção, a força do homem sobre a paisagem hostil. Na Alemanha, além da força do romantismo, aproximou-se da renovação dos estudos históricos, muito embora as visitas aos arquivos sejam a tônica de suas andanças germânicas. Por fim, demorou-se também na Suíça examinando a vida social e a identidade nacional.

Essa viagem pela Europa, ainda *fin-de-siècle*, fez com que durante algum tempo João Lúcio assumisse uma atitude de introspecção. Não publicou nada durante um bom tempo, como se estivesse arrumando as idéias, procurando entender o que lhe era estranho. O grande trabalho era a pesquisa. Vivia na Biblioteca Nacional de Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e em vários outros arquivos. Outra exigência que fez a si mesmo foi estar constantemente atualizado com tudo o que era publicado em Portugal, no Brasil e no mundo. Isso acabou por transformá-lo num profundo conhecedor da produção histórica brasileira e europeia sobre os temas de sua predileção.

As tentativas de interpretação da trajetória intelectual de João Lúcio sugerem que até 1921 os trabalhos do historiador caracterizaram-se por uma variedade de

temas de pesquisa e, assim, pela inexistência de uma unidade temática que tornasse sua produção mais produtiva. Pessoalmente, acho que essa interpretação é equivocada, sobretudo porque propõe uma determinada maneira de ler a obra de João Lúcio que se afirma na inexistência de preocupações filosóficas ou teóricas. A variedade dos temas é a carapaça que esconde essa desconfiança. Mas, vejamos, durante esse período se fomos buscar uma unidade temática teremos as relações entre uma determinada cultura européia, percebida por seus grupos dominantes, e as suas áreas de colonização. E esses temas acompanharam sua vida até o fim.

Ao lado de Vieira, o outro biografado foi o marquês de Pombal que, como Vieira, tinha uma relação direta com o Brasil da região do Grão-Pará. Além disso, o seu interesse pelos dois não era novo. Em seus trabalhos sobre o Pará já eram evidentes suas atenções para um e outro. As críticas aos livros inseriram-se na política anticlerical portuguesa do início do século e na propaganda contrária a Pombal da política republicana.

João Lúcio, na biografia de Pombal, não examinou todo o projeto pombalino. Preferiu deixar de lado as idéias de antijesuitismo, porque não começaram, segundo ele, com Pombal, e de defensor dos colonos brasileiros contra a companhia. Voltou-se para suas realizações diplomáticas e ao descrevê-las traçou um perfil do homem iluminado que sabia o

que queria e tinha um projeto que não se afirmava como promoção pessoal. Havia, em Pombal, um espírito nacional que envolveu uma ação de tipo reformista.

O livro também é publicado num clima de complicações. O período pré-republicano, cheio de agitações e de promessas, foi o *locus* de recepção da biografia de Pombal. As manifestações de reconhecimento pela atenção e seriedade da pesquisa foram várias, mesmo aqueles que não concordavam com as interpretações indicavam a qualidade da tentativa. O ápice do reconhecimento do esforço deu-se na Academia das Ciências de Lisboa que, de forma contundente, talvez até por sua origem, consagrou o livro como obra de referência. Com isso, João Lúcio recebeu o reconhecimento formal do seu ofício de historiador profissional ao ser eleito, em 12 de maio de 1910, sócio correspondente por seus trabalhos de história e por demonstrar que o historiador podia fazer história, mantendo uma posição independente e crítica diante do que eram as interpretações ideológicas e preconceituosas.

Como João Lúcio não andava atrás de promoção social, mas de temas e documentos que pudessem lhe revelar a dinâmica da história de Portugal, não deu bola para a eleição, o que acarretou um certo constrangimento por parte dos homens da Academia. O exame desse episódio merece atenção pois ele não decorreu de um desprezo egoísta, mas de um princípio. João Lúcio foi eleito sócio correspon-

dente estrangeiro, o que ele considerou um absurdo tão grande quanto aquele que o havia transformado, pela naturalização, em brasileiro. Se não queriam admiti-lo como sócio permanente que dissessem logo. Por isso, deixou de comparecer às sessões, voltando a elas apenas em 1911, e mesmo assim pela força de convencimento de amigos.

O outro biografado foi o padre Antônio Vieira. Como registrei antes, Vieira já havia aparecido em seu livro sobre os jesuítas. A curiosidade é que nas partes em que há referências ao jesuíta barroco aparecem contraditoriamente elogios, ausências, vacilos e críticas, quase que anunciando a necessidade de pôr a limpo essas dúvidas. A figura de Vieira marcou a consciência de João Lúcio. Sua menção negativa ou positiva ao jesuíta foi resolvida pela narrativa histórica que apresenta Vieira como uma figura singular. Esse frisson espiritual levou-o a manter uma constante atenção para Vieira, enquanto pesquisava e redigia outros trabalhos. Inclino-me a achar que os trabalhos escritos no período foram formas de exorcizar o fantasma de Vieira, mas que acabaram se constituindo em elementos de apoio à biografia do jesuíta.

Vieira colocou em João Lúcio uma interrogação. Aquilo que até então era um relato diacrônico de um processo de evolução virou um tumulto mental. João Lúcio descobriu que na vida de Vieira não havia uma lógica que pudesse fazer com que suas ações tomassem um destino e um

caminho únicos, uma unidade. Isso atraiu, mas também amedrontou João Lúcio, acostumado à lógica do progresso da razão humana. No caso de Vieira não eram as quantidades de documentos que elucidariam as ausências e lacunas na história do jesuíta. Vieira exigia algo mais, que explicasse a sua personalidade, formação, feito.

Isso fez com que tivesse muito cuidado com a biografia de Vieira e então pudesse descobrir uma série de inéditos, como a *História do futuro*. Começou a pesquisa por volta de 1910 e em 1912 apresentou os primeiros trabalhos sobre Vieira, 'trabalhos laterais', como chamava João Lúcio, que vão desenvolvendo questões e dúvidas e rodeando a personagem.

Entre 1912 e 1919, quando é publicado o primeiro volume, produz um conjunto significativo de artigos sobre Vieira. A maioria resultantes de trabalhos de críticas historiográficas com base em novos documentos. Essa estratégia demonstrava o cuidado de João Lúcio, cuidado que se repetirá em todos os seus trabalhos daí em diante: tornar públicos trabalhos laterais para depois produzir o texto definitivo. Além disso, a leitura dos artigos mostra sua dificuldade em acertar a mão com o jesuíta; os mistérios eram mais fortes que as demonstrações.

Essa série de artigos iniciou-se com a publicação, no Boletim da Academia das Ciências, em 1912, de "Notas sobre duas missões diplomáticas do padre Vieira à

França e à Holanda".<sup>17</sup> O movimento posterior foi debruçar-se sobre a correspondência do jesuíta e em 1915, também no Boletim da Academia das Ciências, publicou um comentário crítico sobre as cartas. A seguir, vem à tona "Alguns escritos apócrifos, inéditos e menos conhecidos do padre Antônio Vieira",<sup>18</sup> também publicado em 1915. Este artigo é uma enorme discussão em torno da idéia de autoria e uma demonstração da evolução da pesquisa de João Lúcio, pois nota-se nele a aplicação do refinamento filológico ao conjunto documental. Em 1916, publicou "*História do futuro*, inédito de Antônio Vieira", no Boletim da 2ª classe da Academia das Ciências de Lisboa, volume 12, fascículo 1. O trabalho de investigação para a biografia do jesuíta foi de tal monta que permitiu a publicação, em três volumes, nos anos de 1925, 1926 e 1928, na cidade de Coimbra, das cartas de Antônio Vieira coletadas e apresentadas criticamente por João Lúcio.

A biografia de Vieira, além de manter uma atmosfera de mistério, ressaltou em seu subtítulo a afirmação do apuro investigativo e do valor do documento: *História de Antônio Vieira: com fatos e documentos*. A denominação do trabalho traz a complexidade do assunto e a definição do método. Com 'fatos e documentos' sugeria que era uma biografia autêntica, verdadeira, não uma idealização como as outras até então publicadas. O trabalho com Vieira foi tão difícil que nem mesmo o recurso normal de recorrer ao

exame cronológico foi possível. A saída de João Lúcio, dada a variedade de ações e pensamentos produzidos pelo biografado, foi buscar na formação de sua personalidade elementos que pudessem fazê-lo compreender a diversidade.

Assim, ao tratá-lo como religioso, não estabeleceu uma história natural da vocação de Vieira, mas enfatizou a sua condição de homem de Deus, a mesma coisa quando o tratou como político, missionário, profeta, revoltado e vencido. Todas essas marcas vinham do aprimoramento da razão em Vieira e a variedade levou João Lúcio a indagar, talvez de forma pioneira, sobre a atribuição de decadência ao momento barroco português. Salta aos olhos, no livro, a força das idéias do jesuíta.

Essa personalidade multifacetada foi o que atraiu a atenção de João Lúcio. Pela primeira vez, a sua narrativa não se confundia com o processo de revelar fatos e eventos que encadeados podiam criar a história. Vieira confundia o historiador e revelava a sua condição de tenacidade na busca de alternativas que permitiriam a descrição fiel da história política, religiosa, missionária, profética, revoltada e vencida da vida de Antônio Vieira.

A grandeza de Vieira é apresentada pela multiplicidade de atuações e pensamentos que revelam como o jesuíta combinou a dimensão espiritual com a material, como Vieira elaborou a consciência da necessidade de secularizar a vida e Deus e o espetáculo da derrota final. O aspec-

to do final trágico, enfatizado, envolve a condição de incluir como chave de leitura de João Lúcio a descrição do barroco como pano de fundo da vida do jesuíta. Além disso, a coragem de escrever sobre um assunto tão polêmico, aliás dois, Vieira e Pombal num Portugal que começava a buscar os seus mecanismos de secularização, revelava a coragem e a seriedade no trato da investigação histórica.

Como a pesquisa para o livro sobre Vieira tomou-lhe muito tempo, e o fez retomar temas e pontos de vista de escritos anteriores, permitiu-lhe também manter no horizonte de seus projetos a história dos cristãos-novos portugueses. Vários escritores e historiadores quando se referem a este livro o denominam História dos cristãos-novos em Portugal, título muito mais restritivo do que aquele que aparece no original, muito mais amplo e que cobre espaços múltiplos.

A preparação dos originais do livro sobre os cristãos-novos retrata pelo menos duas preocupações de João Lúcio: a inclusão de temas polêmicos e de grupos ou personagens vencidos e a explicação do fenômeno da Inquisição em Portugal. *A história dos cristãos-novos portugueses* não é apenas uma história da ação da perseguição religiosa, ao contrário, é uma tentativa de ordenar documentos que mostrassem a vida desse grupo do século XVI ao XIX. Não era mera curiosidade histórica, no sentido de apreciar a vitória dos católicos e do Estado português. Por ter mantido o princípio de estabelecer rela-

ções entre história e vida, João Lúcio preocupou-se em garantir a evidência dos fatos pelos documentos e, da mesma forma que em Vieira, também preparou trabalhos laterais para produzir o livro.

Iniciou suas pesquisas pelos documentos da Inquisição e produziu, no correr do tempo, vários artigos sobre a documentação e as interpretações históricas da Inquisição. Há dois trabalhos laterais que merecem referência: “Os jesuítas e a Inquisição em conflito no século XVII”,<sup>19</sup> que é um desdobramento da história de Vieira e demonstra a capacidade crítica de João Lúcio ao desenvolver a análise dos conflitos no interior da igreja portuguesa, na contramão da tradição explicativa da história de Portugal que enfatizava a unidade da Igreja; e “Antônio José da Silva, o Judeu e a Inquisição”,<sup>20</sup> em que João Lúcio apresentou o perfil do Judeu, ressaltando sua língua crítica e sua ação subversiva, publicado após a edição do livro.

O livro sobre os cristãos-novos foi publicado em 1922 e, na forma final, colocou em evidência alguns aspectos daquilo que podemos identificar como sendo um método, embora para cada escrito as estratégias narrativas e de pesquisa se modifiquem. A necessidade de compreender os choques de tradições e associá-los aos novos tempos fez com que João Lúcio percebesse que a história dos cristãos-novos era a própria história do desenvolvimento urbano de Portugal, e que precisava ser relacionada com o modo de cons-

tuição da cena urbana, combinando-a com o crescimento econômico. O outro passo importante dado pelo historiador luso-brasileiro foi o de neutralizar as posições que consideravam os judeus, cristãos-novos, como coitadinhos frente à ferocidade devoradora da Inquisição. Os contendores tinham valores e acreditavam

neles: “Em todo o drama da história duas faces existem, e quem somente encara a uma só delas somente meia verdade conhece. Em toda a perseguição se há de ter em conta a parte com que para ela convergem os perseguidos”.<sup>21</sup>

Outro traço de João Lúcio é convidar o leitor a realizar uma viagem ao momento



Padre Antônio Vieira.

André de Barros, *Vida do apostólico padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus (...)*, Lisboa, 1746.

proposto como tema, para que se possa entender as idéias e os valores reinantes como única possibilidade de evitar os anacronismos e compreender os sentidos dos fenômenos, no caso morais, religiosos e políticos.

Nesse livro aparece um outro tema que também se constituirá em objeto de pesquisa e livro: o sebastianismo.<sup>22</sup> A grande novidade de João Lúcio foi interpretar o sebastianismo como síntese de duas mentalidades: católica e judaica. Ou seja, o sebastianismo não foi um movimento de reverenciamento heróico, mas sim o fado, a tensão, a saudade, a tristeza da sociedade portuguesa. Essa descoberta de João Lúcio refletia a atenção e o apuro com que lia a documentação e promovia a compreensão da realidade.

Por fim, *Épocas de Portugal econômico*. Deixei, de propósito, para o final a inserção do livro mais conhecido. O motivo, entretanto, não é o seu conhecimento por parte do público, mas sim o modo pelo qual ele é apresentado pela historiografia portuguesa e o sentido atribuído a ele na trajetória intelectual de João Lúcio. João Lúcio, segundo a historiografia, teria com a *História dos cristãos-novos portugueses* encerrado um período de sua atividade de historiador. Se na primeira fase, de 1900 a 1920, os temas e as formas de avaliá-los eram variados, de 1920 a 1922 haveria uma maior capacidade explicativa combinada com uma temática comum. Nesta fase, os historiadores chamam aten-

ção para duas aproximações que se teriam verificado no historiador. A primeira, o empenho dos intelectuais ligados ao Arquivo Histórico Português e à Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, que publicava a *Revista de História*, de eleger a forma de fazer história de João Lúcio como modelo. A segunda, por meio de sua aproximação com Chamberlain, Werner Sombart e Max Weber, que teria resultado, de um lado, na idéia de que o documento é a verdade e constrói os fatos, e que a narrativa desses fatos é a teoria; de outro, no desenvolvimento de determinadas categorias como sentido de evolução, a sociedade pensada como organismo e a idéia de síntese. Em suma, o que eles querem ressaltar é que nessa segunda fase as idéias se constituem nos elementos de dinâmica da história.

Em minha opinião, diria que essa segunda aproximação é difícil e entendo que é oportuno vincular a ética protestante à ética dos judeus e dos cristãos-novos. O que não concordo é que o uso dessa periodização para João Lúcio termine por transformá-lo num historiador marxista e que isso resulte da crise das idéias no período do pós-Primeira Guerra Mundial. A partir de 1922, João Lúcio teria se distanciado das idéias e optado por uma perspectiva materialista, reduzida à economia, como a única capaz de explicar a realidade. Essa pretensa mudança de orientação resultaria das modificações ocorridas na sociedade portuguesa a partir de 1925 com a constituição de elementos

mais fortes de oposição à perspectiva conservadora clerical, dando origem ao grupo Seara Nova e à revista *Nação Portuguesa*, que teriam chamado a atenção de João Lúcio para a crítica social e política:

Em nosso país e em todos os países, o fator econômico tem de ser elemento essencial da história. É ele o que determina sempre o término das pátrias, as migrações e quase sempre as conquistas, guerras, revoluções, conflitos de raça e de crença, todos estes fenômenos inseparáveis do aparecimento e evolução das nacionalidades. E posto que o elemento psicológico freqüentes vezes, na aparência, se lhe sobrepõe, não há dúvida que se gera e desenvolve no ambiente adequado que as condições econômicas lhe preparam. Próximas ou remotas elas predominam, excitando as sociedades à ação coletiva e ainda em sucessos dos que lhes parecem mais alheios, nos mesmos de fundo místico, como a difusão do islamismo, as cruzadas, o movimento da Reforma, é possível descortinar o até onde do seu influxo dependeu chegar à realização.<sup>25</sup>

Essa afirmação, tomada ao pé da letra, pode até indicar uma opção distinta na orientação metodológica de João Lúcio. Entretanto, não revela, por si só, que o historiador tenha alterado os seus procedimentos, mas apenas indica uma maneira de pensar a história por intermédio do privilégio da cultura material ou da economia. A citação não autoriza a qualifica-

ção de João Lúcio como historiador marxista. Então, como podemos explicar essa alteração?

O exame de *Épocas de Portugal econômico* pode ser um bom caminho. Tomado como marco da mudança, o livro apresenta uma estrutura comum ao modo de fazer história de João Lúcio: homens, empreendimentos, realizações da vontade, o meio.

Escrito como uma epopéia portuguesa, *Épocas de Portugal econômico* traduz a vontade competente de um historiador profissional que se dedica a entender a lógica da formação do seu país por intermédio de seu passado.

Compreendido como exemplo de uma mudança de orientação metodológica de João Lúcio, o livro mantém as características gerais dos escritos do historiador luso-brasileiro. São os homens, constituídos enquanto raças, que se defrontam no espaço-meio e determinam a história. A história é a construção real do que efetivamente se passou. Entretanto, essa aparente simplicidade revela direções, entendimentos e reflexões que a transformam em complexidade. A definição de raça, para João Lúcio, não é determinada por resultados de força que indiquem superioridade natural. Raça é o conjunto de referências históricas que se acumulam na história de um povo e que dependendo do meio acentuam determinados caracteres psicológicos, políticos e econômicos. Nesse sentido, raça é uma categoria histórica.

O segundo elemento da equação é o meio. João Lúcio procura um equilíbrio entre a radicalidade do determinismo físico, como fez com o biológico, e a idealização da sua absoluta negatividade como parte integrante da história. Nessa busca, encontra um termo médio que elege o homem como responsável pela verificação das qualidades do meio, ou seja, o meio não se revela pela sua essência natural, mas ele se dá a ver pela combinação que só é eficaz, mesmo num meio hostil, quando o homem reconhece nele a capacidade de ter singularidade e suas qualidades. Isso faz com que um aparente meio físico favorável arruíne os homens ou uma nação, como o ouro da África.

*Épocas* é essa busca, por isso não é um livro que modifique nada, há apenas um alargamento do olhar e do entendimento do historiador. O horizonte observado é complexificado, nele se apresentam novos aspectos, novas tensões e revelações que autorizam João Lúcio a dizer que a materialidade do mundo é a grande conquista da busca que a razão humana realiza. Isso não retira da conquista o registro dos outros traços necessários à compreensão: a psicologia, a tenacidade, a vontade como decorrências da razão.

O livro é dedicado a dois historiadores brasileiros, aqueles que mais perto estiveram de João Lúcio, que conviveram intimamente com ele, que conheceram suas manias e compreenderam o seu projeto: Oliveira Lima e Capistrano de Abreu. Por isso, a dedicatória não é uma mera for-

malidade, ela constrói uma rede de experiências, uma unidade em torno da preocupação com a história.

A página "Ao leitor" é um misto de apresentação e identificação das questões que são tratadas no livro. No nível do método, João Lúcio mantém a sua fórmula de escrever história e identifica os capítulos como "os estudos de que se compõe este volume...". Acrescenta a obediência desses estudos ao conceito materialista, ressaltando que ele não é o único, mas sim o indispensável para a compreensão da história, mostrando que não há nada que o identifique com uma perspectiva materialista ou economicista. O interessante é que se for levado ao pé da letra a presença de uma referência econômica, ela estaria contida na manutenção de sua visão contábil: "Para cada povo existe, como para os indivíduos, uma conta de Dever e Haver, que nos dá o quilate de suas prosperidades, e por onde cedo, até para os maiores impérios, os pródromos da decadência se denunciam". (As maiúsculas de dever e haver são do autor.)

Caso se volte à parte anterior deste ensaio, verifica-se a permanência de sua orientação de juventude. *Épocas* é o culminar da vida e da história. O olhar econômico é o de um especialista em economia, de um empresário capitalista que diagnostica os resultados contábeis de Portugal para lhe passar um atestado: "Com respeito a Portugal, não será sem interesse indagar por que preço pagou as suas glórias, e quais os efeitos delas nas

condições gerais do país”.

Essas palavras indicam que o trabalho de João Lúcio em *Épocas* é o de um contador que tenta compreender o livro do dever e do haver de Portugal. O livro é realmente o realce dos aspectos de estrangulamento e das políticas eficazes ou não do Estado como dirigente maior do empreendimento, que começa com a conquista do espaço, realizada pela “força cristã” da reconquista que anuncia a fundação do Estado. Trata-se de um livro sobre a experiência da fundação do Estado e de suas ações de desenvolvimento. Após esse começo, há uma espécie de refinamento obtido a partir das disputas internas, sempre orientadas por objetivos concretos, da dimensão física do território e das temporalidades externas. Esse refinamento é a guerra considerada como condição de unidade, pois com ela limitaram-se as senhorias pessoais, evitando-se a desagregação feudal e permitindo a centralização real que tem como projeto a construção de uma “monarquia agrária”, na qual o rei é a imagem do povo, o grande agricultor: “o lavrador da nação”.

Esse empreendimento inicial, anotado no livro contábil, revela um resultado positivo do lado da coluna do haver. A ação do “lavrador da nação” é constante e ampla, fundam-se cidades e desenvolvem-se as atividades artesanais, ao lado do grande projeto agrícola. Esse impulso material, que dá resultados imediatos, combinado com a reconquista permite compreender um dos traços psicológicos dos portuque-

ses. Na verdade, são vários traços que anunciam o gosto pela aventura como derivado da tenacidade, da vontade de transformar o meio hostil, seja ele físico ou humano. Reconhece-se na idéia de João Lúcio da formação da nação de aventureiros o projeto que consolida uma ética e uma moral capazes de ampliar a unidade e mobilizar a sociedade para a realização. A ambição e o lucro são positivos pois anunciam o oposto à acomodação. A noção de uma ética católica, movendo as realizações dos portugueses, não aparece desse modo como da Igreja, já que se realiza no e pelo Estado.

A possibilidade de consolidação dessa mentalidade se constrói por meio do controle econômico do Estado que prove a si e aos outros. Ou seja, o Estado determina o que deve ser o equilíbrio entre o dever e o haver, e distribui o excedente do haver em duas direções: na consolidação da unidade e na ampliação da conquista.

O resultado positivo favorece o desenvolvimento do comércio e de sua associação a determinadas cidades, como a cidade do Porto. Entretanto, para mostrar que o empreendimento foi positivo, João Lúcio registra o que os documentos mencionam como testemunhos: a circulação de produtos portugueses desde Bruges, no século XIII, passando pela Inglaterra e pela França e indo até as regiões mais próximas da Grécia e do Oriente, via Veneza e Gênova.

Essa circulação faz com que o Estado se

aplique no desenvolvimento da marinha para que o aumento de velocidade de circulação amplie o resultado do haver. A iniciativa da marinha integra Portugal a Veneza, desde o século XII, com o início das atividades de construção naval e os ensinamentos dos pilotos.

A atividade de exportação traz a condição da importação, que mantida sob controle pode aumentar o potencial das trocas. Para João Lúcio, além do resultado contábil há outro tão positivo quanto: “A população urbana, central ou da costa, formava o traço de união dos campos ao mar. O país era na realidade a sede de uma associação vasta de lavradores”.<sup>24</sup>

As iniciativas comerciais fazem parte do empreendimento da “monarquia agrária” e o crescimento das cidades será decorrência do crescimento agrícola. Ao mesmo tempo, as relações de troca, aos poucos, desenvolvem novas idéias e técnicas que vão se acumulando no Estado, permitindo as primeiras iniciativas industriais, mesmo que de caráter doméstico.

A Revolução de Avis, em 1393, privilegia esse empreendimento ao incrementar a restrição ao avanço do dever. Os censos populacionais e econômicos, por meio do conhecimento do regime das propriedades, mostram a atenção do novo tempo para o acúmulo do haver. A partir de 1395, a monarquia promove a unificação financeira, mediante impostos gerais que têm como base o reconhecimento da dimensão profissional e o povoamento de Portugal de Sancho I, o Povoador.

Um dos resultados mais positivos dessas iniciativas foi a organização administrativa do território e a autonomia municipal como forma de estabelecer recursos para o tesouro real. João Lúcio não esquece o papel da Igreja como incentivadora das atividades agrícolas e auxiliar no processo de unificação do território. Cada matriz de diocese era também instrumento de política do Estado. Além disso, a Igreja é importante pelo sentimento religioso que desenvolveu e que torna-se um símbolo da identidade. O resultado é o avanço da riqueza eclesiástica: “Aquele mesmo sentimento religioso, o incerto da vida futura, que inspirava aos reis as liberalidades para a Igreja, movia os particulares à imitação, e a propriedade eclesiástica não cessava de crescer por doações dos fiéis...”.<sup>25</sup>

Se, de um lado, a Igreja tem um papel positivo, de outro, inicia o desequilíbrio entre o dever e o haver. As doações feitas à Igreja determinam a redução das rendas, tanto dos particulares como do Estado. A ênfase no sentimento religioso retira da terra os braços produtivos, levando-os para as ordens religiosas e dando o céu aos seus familiares.

Os esforços dos reis para sair dessa situação são as primeiras intervenções radicais nos domínios privados, gerando conflitos e aumentando o dever em detrimento do haver: “Destarte, na sucessão dos reinados, a grande casa inicial, acumulada na conquista, se fora pouco a pouco desmembrando, e por fim de expedien-

tes se mantinha, aguardando a falência, de que a surpresa dos descobrimentos provisoriamente a salvou”.<sup>26</sup>

A superação dessa situação de crise só viria com a “Jornada de África”. Ela teria se organizado desde a Revolução de Avis e as restrições de gastos feitas a partir de 1395. Entretanto, se a “Jornada de África” é a salvação, embora provisória, logo a seguir mostra o seu caráter deficitário.

O primeiro grande alento vem do aprisionamento do negro e de sua transformação em escravo. João Lúcio salva a monarquia e d. Henrique, transformando a escravidão numa componente da história das nações: “a escravidão é de todos os tempos, e existiu na origem de todas as sociedades”.<sup>27</sup>

A escravidão produz enormes riquezas, ao mesmo tempo que desenvolve o co-

nhecimento da África, principalmente da costa atlântica. A segunda grande novidade é resultante da atenção dos homens envolvidos na empresa da escravidão para obter ganhos maiores. O resultado são os descobrimentos. João Lúcio escreve um parágrafo que sintetiza o novo momento, indicando as transformações geradas pelos descobrimentos:

Aos primeiros descobrimentos iam os navegadores, uns levados pelo gênio aventureiro, porfiando a quem venceria a maior distância e a maior dificuldade, somente pela glória do feito, como agora os aviadores; outros que buscavam os ganhos sólidos do comércio. Estes designavam as terras pelo nome de seus produtos mais visíveis: costa dos escravos, costa do ouro, do marfim, da malagueta, que ainda hoje



**Torre de Belém. Lisboa, Portugal. Álbum comemorativo da exposição de estampas antigas sobre Portugal por artistas estrangeiros dos séculos XVI a XIX [...]. Porto, 1946.**

os mapas inscrevem. Assim, como não duvidou a cobiça de trocar a invocação do lenho santo, que salvou os homens, pela do que produzia a tinta estimada: Vera Cruz por Brasil.<sup>28</sup>

Com isso, João Lúcio inaugura uma nova fase na história de Portugal, em que o “lavrador da nação” dá lugar ao comerciante da nação: “O dono da nação era agora comerciante, como tinha sido em outros tempos lavrador”.<sup>29</sup>

Esse movimento consolida-se com d. Manuel quando a Corte passa a ser uma grande casa de negócios que tem o objetivo de restabelecer o equilíbrio entre dever e haver. O empreendimento mantém-se, só se modifica o móvel do mesmo. A tenacidade e a vontade de realização continuam sendo a base do novo movimento. O espaço é novo mas deve ser rapidamente conquistado e incorporado ao Estado. Exige-se uma nova atitude: “(...) Os tempos exigiam outra política, de resultados mais palpáveis. Por ela os reis buscam aumentar o seu poderio, e contentar as ambições da classe da nobreza, da antiga e da moderna estirpe, que terminada a conquista do território, na península, não tinham dentro dele adequada satisfação”.<sup>30</sup>

O próximo passo é a “Índia e o ciclo da pimenta”. João Lúcio acentua o papel mobilizador do descobrimento da rota marítima para as Índias. Essa mobilização não se verifica apenas por conta das possibilidades de lucros, mas é como se a Índia se apresentasse como um novo ter-

ritório a ser conquistado e onde as forças negativas, contrárias ao cristianismo, assemelhavam-se aos antigos demônios da África. Além disso, envolvia disputas com o maior inimigo de Portugal: a Espanha. A satisfação de d. Manuel na carta enviada aos reis católicos é mencionada por João Lúcio como a demonstração da “ambição satisfeita”, a hegemonia na “conquista suprema”.

A mobilização é tamanha que desenvolve uma mítica como o reino de Preste João, iniciador do caminho de Portugal para outras terras, e a terras das minas de ouro. Associe-se a isso as especiarias que incorporam-se às antigas relações de circulação dos produtos portugueses. A estratégia dos portugueses foi associar-se aos capitais europeus, principalmente alemães, italianos e holandeses, na realização das feitorias. Essas parcerias estrangeiras atingiam os outros produtos da pauta comercial portuguesa, gerando a ampliação das cidades e a introdução de uma cultura cosmopolita.

Os lucros iniciais eram de tal monta que foram pensados como eternos, entretanto as guerras e a competição acabaram por gerar um sistema deficitário. Os custos do empreendimento aumentaram e mesmo as intervenções do Estado, como a Casa da Índia, não resultaram numa diminuição das dívidas que se acumulavam com os seguidos empréstimos para financiar as viagens, feitos aos Fugger e aos Hauch. Ao lado disso, aumentava o contrabando. A consequência foi a crise de

1580 que colocou Portugal sob a tutela da Coroa de Espanha.

No caso da África há, entretanto, um outro movimento denominado por João Lúcio de “O primeiro ciclo de ouro”. Os resultados desenvolvem-se no mesmo ritmo das especiarias com um agravante que é o custo inicial da técnica de exploração das minas. João Lúcio soma a isso as ilusões de descobertas fantasiosas que aumentavam as despesas e não geravam lucros. Também, junta, ao resultado negativo, o esforço de manter o território através da administração dos vice-reis que consumiam recursos e não produziam. O sonho do ouro e da manutenção da conquista suprema se esvaem:

Sonho que não tardou, como de antigas experiências a dissipar-se. As minas de ouro não pagavam a exploração; as de prata não se encontraram nunca. Nos últimos dias do governo castelhano, este opta por se abandonar labores e pesquisas, e regressar ao sistema antigo de obter os metais preciosos: comutá-los por fazendas baratas e contaria.<sup>31</sup>

No esforço de manter o empreendimento original, o Estado português prepara o “Império do açúcar”. A pimenta já havia dado bons resultados utilizando-se as rotas constituídas no período posterior à conquista. O açúcar e o tabaco continuavam a ocupar essas rotas com uma característica especial que é a de não serem especiarias e terem uma tradição de uso na Europa. João Lúcio faz uma longa his-

tória da cana-de-açúcar, mostrando como ela se consolida em Portugal pelas ilhas da Madeira, dos Açores e de São Tomé, e como daí vai para a costa da África e o Brasil. O momento europeu, entretanto, é diferente, pois novas nações se lançam nas conquistas e na produção dos mesmos bens de Portugal.

De outro lado, a produção do açúcar ativa algumas das experiências anteriores, como a escravidão do negro e agora do índio brasileiro, e a das parcerias internacionais. A opção pelo Brasil é derradeira para a recomposição da economia portuguesa, por isso todos os cuidados são tomados para transformar o açúcar em produto mercantil de Portugal. O açúcar é, no parecer de João Lúcio, o canal por onde penetra a civilização no Brasil, junto com a catequese e os conquistadores. Mais do que isso, para o historiador a história do Brasil, como Estado, começa com o açúcar, por conta da centralização feita com Tomé de Sousa e o governo geral do Brasil.

O derradeiro momento do empreendimento português é revelado através da “Idade do ouro e diamantes”. O propósito dessa parte do livro é mostrar a atuação do Estado nos negócios do ouro e dos diamantes, e tem como idéia central a oportunidade que a ação econômica no Brasil dá de efetivação do “absolutismo integral”. A descrição começa com as primeiras tentativas de avanço para o sertão e segue as idéias-força do valente desbravador.

A narrativa toma a ocupação de todas as regiões, a partir da Bahia e do Rio de Janeiro/São Paulo, e mostra como essas diferentes entradas provocam interesses privados e conflitos, como a guerra dos emboabas. O passo seguinte é uma comparação entre o ouro da África e o do Brasil, cujo resultado demonstra a vantagem das minas no Brasil em função do custo relativamente pequeno da sua exploração.

A partir daí, a narrativa avança pela descrição da política portuguesa de controle do ouro e dos diamantes. As guerras entre os vários grupos de desbravadores e a política de Pombal são dois destaques, embora no fundo João Lúcio já mantenha no ar o seu pessimismo com relação aos resultados, e desse modo nem Pombal é salvo pelo historiador. João Lúcio termina o capítulo com um balanço do período, onde aprecia a contabilidade: “As riquezas do Brasil, tendo pago os de d. João V (dívidas), não bastavam para o seu sucessor. É certo que os tempos diferiam. O terremoto, a guerra na Europa e os conflitos com Espanha na América sugeriam despesas de vulto”.<sup>32</sup>

A última parte do livro é dedicada ao Tratado de Methuen e ganhou o título sugestivo de “No signo de Methuen”. O capítulo é a junção de todas as políticas equivocadas do Estado a mais uma, aquela que determina o tratado de 1703. Com isso, João Lúcio avalia o empreendimento português demonstrando os limites das várias experiências.

A composição do livro segue a mesma tra-

jetória dos outros trabalhos do historiador. Após a produção de ‘trabalhos laterais’ – que são expostos em artigos e conferências – estes são transformados em livro. Na verdade, em *Épocas de Portugal econômico* há uma soma de todos os seus escritos como condição de realizar o trabalho de dar a Portugal um rosto. Depois do livro, desgostoso da política e já velho, não havia muito mais a fazer. Seu projeto estava concluído, só lhe restava aproveitar a velhice e descansar.

Descanso merecido, mas não total sem antes realizar um último sonho: aprender holandês. Não como uma atividade diletante, mas para poder conhecer melhor e tornar pública a obra daquele que João Lúcio reputava um dos maiores filósofos: Spinoza. Aos 77 anos aprende holandês e, embora não tenha conseguido realizar o seu intento, oferece aos portugueses a tradução de um clássico sobre a vida de Spinoza: *Vida de Bento Spinoza, em forma breve mas verdadeira, segundo documentos autênticos e testemunho oral de pessoas ainda em vida por João Colerus*, publicada em Coimbra no ano de 1934.

A vontade é continuar esmiuçando a trajetória de João Lúcio, sobretudo por conta da polêmica até hoje viva em Portugal do local de nascimento de Spinoza, que teria nascido em Lisboa e com a repressão aos judeus teria fugido de Portugal em direção à Holanda, mas isto é uma outra história, para ser contada em outro lugar.

## N O T A S

1. João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal econômico*, 2ª edição, Lisboa, Clássica Editora, 1947. A primeira edição é de 1929.
2. Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1978.
3. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, editada, organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954, 3 volumes.
4. O seminário foi apresentado pelo pesquisador Marcos Mota e o texto intitula-se *Romances abortados pelo tempo da viagem: cartas de Capistrano de Abreu para João Lúcio de Azevedo*. Rio de Janeiro, documento de trabalho Pronex/Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, 1998, 20 páginas.
5. Joel Serrão é conhecido no Brasil pela direção do *Dicionário da história de Portugal*, editado em seis volumes e publicado em Lisboa, em 1975, pela Livraria Figueirinhas.
6. Jacob Burckhardt, *A cultura do renascimento na Itália: um ensaio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
7. O comentário está publicado na *Revista de História*.
8. *Revista de Língua Portuguesa*, nº 14, Lisboa, 1921.
9. *Ibidem*, nº 19, 1922.
10. *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 11, Lisboa, 1923.
11. Francisco Foot Hardman, *Trem fantasma: a modernidade na selva*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
12. Segundo parece, publicado pela gráfica do jornal *A Província do Pará*.
13. Alexis de Tocqueville, *A democracia na América*, 3ª edição, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1987.
14. Ver nota 7.
15. A primeira edição é de 1901, em Lisboa, e a segunda de 1930, em Coimbra.
16. A primeira edição é de 1921, em Lisboa.
17. Boletim da 2ª classe da Academia das Ciências de Lisboa, vol. 6, fascículo 1, 1912.
18. *Ibidem*, vol. 9, fascículo 2, 1915.
19. *Ibidem*, vol. X, fascículo 2.
20. *Portugália*, nº 6, maio de 1926.
21. João Lúcio de Azevedo, *História dos cristãos-novos portugueses*, Coimbra, 1921, p. IX.
22. *Idem*, *A evolução do sebastianismo*, 2ª edição, Lisboa, Clássica Editora.
23. *Idem*, *Anotações à margem de um capítulo de Alberto Sampaio*, Lisboa, L. do Diretório, 1925, pp. 1-2.
24. *Idem*, *Épocas de Portugal econômico*, p. 30.
25. *Idem*, *ibidem*, p. 46.
26. *Idem*, *ibidem*, p. 54.
27. *Idem*, *ibidem*, p. 70.
28. *Idem*, *ibidem*, p. 77.
29. *Idem*, *ibidem*, p. 82.
30. *Idem*, *ibidem*, p. 85.
31. *Idem*, *ibidem*, p. 201.
32. *Idem*, *ibidem*, p. 381.

# A B S T R A C T

The aim of this article is to describe and to analyse some crucial aspects of João Lúcio de Azevedo's production. The analysis gives emphasis to the relationship amongst the individual, the society and the history existent in the principal works of this famous representative of Luso-brazilian historiograph.

# R É S U M É

La proposition de cet article est la description et l'analyse de quelques rôles de la production de João Lúcio de Azevedo. Cette analyse examine les rapports entre l'individu, la société et l'histoire existants dans les principaux ouvrages de ce représentant renommé de l'historiographie luso-brésilienne.

**Oswaldo Munteal Filho**  
Historiador da Seção de Pesquisa do  
Arquivo Nacional. Professor adjunto de História Moderna e  
Contemporânea da UERJ e da PUC-Rio. Doutor em História Social – IFCS/  
UFRJ. Coordenador do Navegar – laboratório de estudos portugueses da UERJ.

# Vitorino Magalhães Godinho

## no Labirinto Ultramarino

### As frotas, as especiarias e o mundo atlântico

Mar!

E é um aberto poema que  
ressoa

No búzio do areal...

Ah, quem pudesse  
ouvi-lo sem mais versos!

Assim puro,

Assim azul,

Assim salgado...

Milagre horizontal

Universal,

Numa palavra só realizado.

(Miguel Torga, *Mar*)

Penso, na verdade, que a  
história do Brasil não é  
história à parte, e que deve



ser considerada  
nas suas  
relações com a  
história  
do meu

país, e ambas integradas na  
evolução mundial.

(Vitorino Magalhães Godinho)

#### INTRODUÇÃO: A TRAMA DA REDE ATLÂNTICA

O encontro dos navegadores com  
a América deu-se através do  
Mar-Oceano, para tomar aqui  
uma inspiração de Colombo. Este meio  
natural, paulatinamente domesticado, foi  
tornando-se aos poucos uma fonte de  
mistérios, de interpretações fantásticas

cunhadas pelos capitães-nobres. Estes comandantes de esquadra formaram-se nos quadros de um pensamento medieval comprometido com o ideal da cavalaria, a obsessão pela honra e, sobretudo, pela busca da glória. Portanto, o perigo fazia parte da conquista, assim como a maneira de ultrapassar os obstáculos transcendentais, representados por serpentes marinhas, dragões ou mesmo entidades mágicas capazes de alterar a mente dos marujos.<sup>1</sup>

A arte da marinaria, confrontada ao tempo histórico em que os aristocratas estavam inscritos, representou uma fonte de novas certezas para a secularização da Ibéria.<sup>2</sup> O historiador português Vitorino Magalhães Godinho propôs uma verdadeira revisão da epopéia das descobertas, por meio da história das frotas e dos metais amoeáveis, das rotas ultramarinas, e, sobretudo, das especiarias do Oriente e da América.

Pode-se supor que ele percebe uma vertente original para a história dos descobrimentos, fundada no movimento dos homens e das mercadorias que singraram os continentes do Novo Mundo. Tempo secular é o tempo da acumulação da riqueza das nações, especialmente dos países ibéricos. A utopia da construção de uma nova identidade (luso-americana) tem uma referência central para Godinho: os meios práticos que melhor viabilizariam a conquista física das novas terras. Nesse sentido, o encontro do Velho Mundo com o Novo Mundo depende

de uma compreensão do significado da realidade palpável, ao alcance da mão dos portugueses, articulada ao esforço de conferir uma dimensão inteligível à Natureza encontrada ou descoberta.<sup>3</sup>

Não devemos nos esquecer que muitos ainda hoje, no limiar do século XXI, consideram a invenção do Novo Mundo como um dado insofismável, e sobre o qual pouco pode-se ainda dizer.<sup>4</sup> O que talvez explique a apatia brasileira ou as manifestações estereis diante das “comemorações” dos 500 anos de Brasil. Afinal, como lembra bem a catilinária pós-moderna, para que investigar o que já está dado? Faz sentido pesquisar?

Faz-se necessário, pois, retomar o debate acerca das fronteiras, a fim de que possamos perceber o cariz da sociedade portuguesa que produziu o encontro com a América. O conceito de fronteira foi assim explicitado por Lucien Febvre: “*Fronteira*: palavra de exércitos em movimento, palavra relativamente nova que se opõe a *limite*, essa velha palavra indulgente de medidores de terra. Fronteira, verdadeira fronteira, linear e de choque – um dos nervos à flor da pele, cuja dor lancinante nossa velha Europa carrega em seus flancos...”<sup>5</sup> É necessário um esforço de retomada da teoria do sistema mundial na perspectiva analítica de Fernand Braudel, e dessa forma integrar a compreensão da fronteira à compulsão à globalidade, forçada pelas políticas coloniais européias em tela desde o século XVI.

As terras descobertas têm a função, dentro da lógica da mundialização das técnicas e do conhecimento sob controle do Ocidente moderno, de proporcionar uma acumulação ilimitada e interminável de capitais e de forças em torno do grande comércio e dos estados hegemônicos do núcleo duro da economia mundo dos descobrimentos.

Este estudo pretende, sumariamente e tendo como foco uma escrita postada, examinar as fontes da reflexão historiográfica de Godinho e os caminhos da sua interpretação, a partir de um trabalho intitulado: *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)*. A estrutura deste trabalho apresentará os seguintes problemas, tomando-se por base a análise da escrita de Godinho: a relação que o autor estabelece entre a crise civilizacional do mundo contemporâneo e o futuro dos países de língua portuguesa. Esse elemento atravessa os estudos e cursos mais recentes do historiador português; o colonialismo luso como uma etapa da história do sistema mundial; a identidade entre a história do Brasil e de Portugal; as frotas e o império português. Os aspectos apontados nessa agenda intelectual de Magalhães Godinho não aparecem nessa ordem, ou mesmo com esses títulos. Na verdade, o ordenamento deste artigo obedecerá o ritmo das *frotas do açúcar e do ouro*, com um olhar sempre atento para as sugestões e polêmicas implícitas num trabalho preparado em 1951.

## MAR E MODERNIDADE: OS IMPASSES DA CIVILIZAÇÃO

A reflexão sobre a escrita de Magalhães Godinho exige um esforço de compreensão de duas vertentes que aparecem constantemente no estudo sobre as frotas: em primeiro lugar, a percepção do mundo como objeto de pesquisa. De uma outra perspectiva, Godinho revela uma preocupação constante com a maneira de pensar a história, e o ofício do historiador. Esse processo de conhecimento do mundo luso-americano encontra o seu ponto de imbricação quando a história da expansão é capaz de examinar, articuladamente, o conceito de descobrimento, a idéia de Novo Mundo e a singularidade do renascimento ibérico para a cultura ocidental.

Os homens que cruzaram o Atlântico entre os séculos XV e XVIII buscavam, em essência, especiarias que muitos navegadores, naturalistas e burocratas régios julgavam existir abundantemente nas terras exóticas do Novo Mundo. Nessa parte do globo terrestre, as ações dos luso-brasileiros foram impulsionadas por uma espécie de mutação mental de inspiração renascentista, que, aliada ao 'espírito' aventureiro, domou as ondas da maré e quebrou a baía tranqüila da resignação em busca do alto-mar.

Na mente e na alma do navegante deveria haver clareza, quando tudo oscilava sob ele. Na ponte de comando havia tanto a sobriedade do conhecimento para

pilotar, quanto o sentimento de descobrir e a caprichosa mística de errar pelo mundo inteiro.

A dimensão multissecular do reconhecimento do céu, da terra e do mar, dos limites territoriais nos oceanos e nas novas terras, precipitou as potências europeias da época para um cenário internacional de disputa acirrada. Muitas bandeiras singraram os mares, dos piratas aos comerciantes ultramarinos, além dos missionários, nobres, pilotos, e naturalistas que lutavam pela hegemonia do Atlântico, transferindo assim para o céu e para o mar a geografia do continente.

A migração de povos, idéias, especiarias e identidades acabou por caracterizar as sucessivas aventuras de redescoberta dos territórios ultramarinos. Quando pensamos, quinhentos anos depois, nos possíveis significados da conquista da África, América e Índia para o fluxo de homens e mulheres que passaram a experimentar a cultura portuguesa, perguntamo-nos sobre a capacidade que temos de reunião e o quanto somos diferentes da origem.<sup>6</sup>

A idéia de uma comunidade de povos de língua portuguesa ultrapassa o espaço local e ganha força planetária quando diversos países fora da língua oficial portuguesa se integram de forma fragmentada à cultura lusitana.<sup>7</sup> As iniciativas em torno de uma maior integração têm sido tímidas. Os centros de pesquisa, acordos de cooperação econômica e mesmo as famosas comemorações em torno dos quinhentos anos muitas vezes ignoram a

força vital de uma possível unidade lusófona.

O pensamento único de cunho neoliberal aumenta os desafios que estamos a enfrentar, diante do processo de globalização da economia e de massificação da cultura. A busca da memória viva, dos laços intelectuais e éticos que nos unem e da reflexão sobre as diferenciadas rotas que marcaram a história de Angola, Cabo Verde, Brasil, Portugal, Timor Leste, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné ao longo do século XX adquirem sentido para a formação educacional e cultural de nossos povos.

É de fundamental importância que as casas de memória, universidades e os órgãos de comunicação social trabalhem articuladamente na revalorização da tradição intelectual luso-brasileira com o objetivo de informar a sociedade civil sobre uma história que foi durante muito tempo comum. Para além disso, devemos refletir sobre os nossos vínculos com a modernização e pensar no passado colonial, que afinal sempre surge como um fantasma contemporâneo para as ex-colônias em busca da superação do atraso. Parte de nossa elite dirigente – econômica e burocrática – tenta contaminar o senso comum com a explicação perversa que associa o nosso atraso econômico à tradição luso-brasileira, esquecendo evidentemente da forma dependente do nosso capitalismo, este sim associado a fatores globais e que escapam ao consenso atlântico.

A liderança em torno da idéia desse consenso depende é claro de investimento material, assim como deve estar comprometida com atitude ética e força intelectual, que afinal concorrem para a materialização dos nossos ideais.

Quinhentos anos depois da expansão cultural e da exploração econômica do Novo Mundo, os povos de língua portuguesa têm refletido, cada um a sua maneira, sobre o processo colonizador e sobre o

lugar que cada um ocupa no mundo de cultura lusófona. As cidades ultramarinas têm em comum o passado colonial, a herança de uma longa tradição imperial (1415-1974) e os fragmentos de uma multifacetada identidade cultural. A experiência de uma unidade imperial, deslanchada pela cultura renascentista e consignada pela língua, pela fé e pelo monopólio metropolitano, caracterizou a mensagem dos descobrimentos portuque-



**Retrato de Vasco da Gama. Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo cabo da Boa Esperança fez d. Vasco da Gama em 1497. Porto, 1838.**

ses por três continentes.<sup>8</sup>

A reflexão sobre o futuro dos povos de língua portuguesa, das origens à maturidade, integra uma história de muitos capítulos na busca dos traços comuns entre a história de Portugal e a história dos países que progressivamente se viam envolvidos num complexo cultural discursivo transepocal. As diversidades cultural, étnica, lingüística e intelectual presentes na trajetória das ex-colônias nos obrigam a cruzar a hipotética temperança e a peculiaridade dos trópicos com a multiplicidade de dialetos e crenças, e finalmente com a própria busca dos países que herdaram o português do seu sentido/destino.<sup>9</sup>

Na memória dos viajantes que singraram os mares e invadiram os povos e as terras exóticas, havia a contemplação em relação à natureza tropical e à ação no sentido dos homens seculares. A perspectiva de 'estar-no-mundo' foi vital para os descobridores, afinal céu e mar pertenciam de fato aos navegantes e a todos os que eram capazes de entender os sinais presentes na natureza física das colônias. Havia assim uma verdadeira aliança entre a colonização e a compreensão. Resta saber, hoje, que síntese é possível ser recuperada ou criada a partir da árida conquista da autonomia e da distante percepção dos fragmentos de uma identidade.

Viajar era preciso e natural para os homens do renascimento científico-cultural do chamado Grande Século. A necessida-

de de que fossem trilhados caminhos para dentro e para fora de Portugal, com as mesmas finalidades e objetivos, reside nos sentidos de explorar e conhecer.<sup>10</sup> Na viagem está implícito o distanciamento, fictício ou não, independente de qualquer racionalidade para ser, num duelo entre razão e vontade/instinto. Para quem o caráter de observar constitui a base para um saber elucidado e não perigosamente suposto, o caminho das fontes é precaução elementar. A viagem foi capaz de (re)construir Portugal pela significação que lhe dá o tempo. Tempo esse que é passado, pois só ele é verdadeiramente tempo.

O desenvolvimento dos espaços de sociabilidade intelectual e o investimento no método científico, voltados para o estudo da natureza como matéria filosófica, visaram a promoção imediata de um conhecimento que se constitui utilitário, ou seja, de um entendimento de fim prático, e inserido nos termos de uma nova descoberta do Novo Mundo. Dessa maneira, a natureza foi a chave para um controle que, de uma forma pragmática, correspondeu a um movimento de largo e minucioso reconhecimento do império colonial atlântico.

O escritor português Miguel Torga em seus "Diários" diz: "O meu espaço de liberdade é o mapa de Portugal, subentendido na folha de papel onde escrevo". Torga convida-nos em sua obra, especialmente em seus "Diários", a um passeio imaginário por Portugal. Apresenta ao lei-

tor um percurso da aventura lusíada desde os trás-montanos aos minhotos, ao Douro, às Beiras, ao passado coimbrão, a Lisboa ultramarina dos cruzados e dos mouros e a Lisboa peninsular/européia, e, afinal, converge para as fundações da nacionalidade portuguesa de d. Afonso Henriques, para então chegar aos alentejanos e algarvios, neste caso o oriente criado pela península ibérica, região fundadora do cisma Ocidente/Oriente desde 711.

Esse é o roteiro ideal-típico dos ensaístas de diversas épocas, mesmo entre aqueles em que a perspectiva do historiador não é necessariamente a dominante e, de certa maneira, o entendimento acerca de Portugal acaba por transcender o ofício especificamente historiográfico. Entre estes intelectuais habitam diversas tradições acadêmicas e literárias, como nos casos de Alexandre Herculano, Antônio Sérgio e Oliveira Martins, que, neste último caso, pontifica a reinterpretção da história de Portugal à luz de uma civilização ibérica emergente e de um país que morreu ao nascer e viveu a imitar os outros. Portugal teria acabado no século XVI e os Lusíadas seriam um epítáfio.

Entender Portugal nas suas origens e na sua integralidade parece ser sempre uma intenção, uma meta, um objetivo quase impossível de ser alcançado.<sup>11</sup> Em um episódio de grande dramaticidade para a história moderna portuguesa, o historiador João Lúcio de Azevedo propõe: “Ninguém acredita já que d. Sebastião venha

a ressuscitar, mas poder-se-á dizer que desapareceu de todo o sebastianismo? Nascido da dor, nutrindo-se da esperança, ele é na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa”.<sup>12</sup>

A difícil e complexa tarefa de, tomando aqui a perspectiva de Fernand Braudel, pegar a estrada, e com os próprios olhos inventariar a diversidade, interpretar a partir da paisagem, procurar a divergência, o contraste, a ruptura e a fronteira, mobiliza-me e impulsiona-me a perceber a interinfluência luso-brasileira na sua singularidade e originalidade.

O problema da identidade no limiar do século XXI recoloca a sociedade brasileira e a portuguesa frente a frente com as suas histórias de permanências e rupturas. A retomada das discussões em torno dos quinhentos anos faz reacender não só a remota história do povo brasileiro, mas também o sentido desta discussão para o próximo milênio. A retomada da herança quinhentista é sinuosa, diria mesmo perigosa, pois remete a uma pesquisa sobre o sentido transistórico que habita no interior da tradição luso-brasileira. Nós não acabamos de nos conhecer. A relação atlântica é antiga e permeada por significativas contradições que referem-se ao próprio passado colonial.

Promover uma ligação entre portugueses e brasileiros, com base exclusivamente na efeméride ou mesmo na “comemoração” do acontecimento, é um risco calculado

e imprevisível. O “aqui e agora”, escreveu Ernst Jünger, “trata-se de uma questão central do nosso tempo, quer dizer, de uma questão que, em qualquer dos casos, se faz acompanhar de perigos”.<sup>13</sup>

Entre a herança e o futuro há uma trajetória errática e muitas vezes criativa. Pode-se dizer mesmo que a gênese da identidade lusófona refere-se, em primeiro lugar, a três influências étnico-culturais: a presença islâmica (século VIII); a tradição visigótica (criação da *diocesis Hispaniarum* por Diocleciano em 297) que originalmente fundou a Ibéria; e o legado ultramarino marcado pelo início das grandes navegações (em torno de 1415). Num segundo momento, deve-se considerar a interpretação sobre a história das gerações de povos e culturas que entraram em contato reciprocamente a partir da empresa colonial, das guerras religiosas e dos movimentos de independência. Aparentemente, as trocas culturais foram desprezadas como fatores de integração, e muitas vezes encaradas como fontes do atraso material. Nesse sentido, para que lembrar de relações entre partes esquecidas ou pouco desenvolvidas do globo, como a distante e ‘ininteligível’ Índia goense, a miserável África portuguesa de descolonização recente e polêmica, ou o Brasil cada vez mais periférico quanto às exigências do núcleo orgânico do capitalismo global?

As dificuldades em torno de uma maior visualização acerca da relevância de se pensar sobre o passado luso-brasileiro

começam com o movimento de consolidação do nacionalismo no século XIX, seguido do fenômeno nacional metamorfoseado em fascismo na década de 1920 em Portugal, e, finalmente, a recuperação econômica em meio a uma recessão internacional.<sup>14</sup> Portugal e Brasil parecem existir em planetas distintos. A dinâmica do encontro contemporâneo parece reivindicar da inteligência ibero-americana a elaboração de um verdadeiro inventário dos marcos conceituais que venham a caracterizar uma historiografia dos povos de língua portuguesa.

O ensino secundário dos jovens estudantes brasileiros tem confirmado todos os preconceitos seculares construídos ao longo das sucessivas redescobertas das nossas diferenças. O encontro do século XXI não é apenas de culturas, mas essencialmente marcado por uma espécie de ajuste de contas com a nossa memória coletiva. É curioso observar a estranheza dos brasileiros no que tange aos quinhentos anos. Um olhar atento pode perceber as seguintes iniciativas lúdicas: a preparação de uma outra sinfonia do Novo Mundo (além da famosa nona de Antonin Dvorák) pensada para as comemorações oficiais, uma encenação da chegada dos navegadores numa espécie de funeral virtual, e, é claro, alguns protestos em nome da busca da alteridade perdida.

Portugal é retomado no âmbito do senso comum como o ponto de partida do atraso,<sup>15</sup> uma espécie de mergulho para o nada. Trata-se, na verdade, de eliminar

fronteiras entre os países que formam a comunidade lusófona, e aproximar algumas investigações realizadas no contexto dos centros de excelência, na direção do grande público. A sociedade brasileira precisa de uma alta dose de história. Há uma concepção mais ou menos disseminada de que a empresa e a carreira coloniais empreendidas pelos lusos foram inferiores às dos holandeses, franceses, ingleses e até dos espanhóis dos nossos vizinhos no Cone-Sul. Alguns parecem buscar a metrópole ideal ou a coerção mais perfeita. Pior, há um verdadeiro esquecimento do colonialismo recente em África. O olhar sobre a história do presente imediato parece ameaçar decisivamente a crítica e surge a proposta escondida de um homem 'não-histórico'. Mais uma vez retomando Torga, o escritor português diz: "uma vida dá para quase tudo".

A intolerância com o passado faz parte das especulações neoliberais e pós-modernas da contemporaneidade. Alguns prepotentes do fim do século correm em busca de uma notoriedade milenarista propondo o fim do pensamento e da ação, sinalizando para o pensamento único que não cessa de afirmar que tudo já está dito. Então para que a pesquisa? Há um esforço de retirar da história qualquer capacidade de compreender ou explicar, num movimento de esmagamento de todo projeto coletivo. O desafio posto na mesa é o seguinte: não há memória individual ou coletiva. O historiador será capaz de capturar no tempo histórico os registros da

memória social contida na experiência multissecular dos descobrimentos? A atitude de pensar historicamente é civil e crítica, independente de ideologias, no momento em que é possível confrontar concepções, examinar registros documentais díspares, buscar a contradição na pesquisa árida e minuciosa sobre o processo com os seus ritmos e sentidos próprios.

O pai da hermenêutica contemporânea, Hans Georg Gadamer, em seu ensaio sobre as origens culturais e os fundamentos antropológicos do continente europeu, medita longamente sobre o hiato entre a genealogia dos povos europeus e o futuro que os espreita. Para tanto, Gadamer lembra muitas vezes do papel da Segunda Guerra Mundial como um momento de reflexão ou "balanço" da experiência humana produzida no passado, e a manipulação sobre a opinião pública e a formação científica estéril nos dias que correm. Afinal, e a função do pensamento filosófico nisso tudo?<sup>16</sup>

A pergunta que muitas vezes tem sacudido os meios de comunicação, de uma maneira geral, parte da convicção de que realmente existe alguma coisa para se 'comemorar'. Bem, se isso é verdade, faz-se necessário estabelecer algumas propostas preliminares. O acontecimento/processo que engloba o mundo lusófono possui temporalidades distintas. A reconstrução portuguesa de 1974 se deu num momento extremamente desfavorável. A economia sustentou o processo de moderni-

zação e redemocratização nas décadas que se seguiram à Revolução do 25 de abril, movimento militar que foi o responsável direto pela liquidação do salazarismo.<sup>17</sup>

As ex-colônias viveram, ao longo do século XX, uma outra experiência histórica, marcada por uma imensa dívida social e pela aceleração do processo de dependência econômica. Em termos metodológicos pode-se pensar a relação luso-brasileira a partir de Portugal, do Brasil ou de Portugal e Brasil. E este é o ponto fundamental: romper com o iso-

lamento cultural que mais uma vez faz uma sombra entre a Ibéria e o Oriente.<sup>18</sup>

A definição do que somos em termos de uma unidade dos povos de língua portuguesa depende de uma afirmação do encontro no século XXI. O sentido da comemoração é diverso, e a capacidade de reunião está vinculada diretamente à recuperação da memória das ex-colônias e à admissibilidade de uma história comum num passado mais remoto.

Uma das tarefas que se apresentam para os intelectuais que têm pensado e pesquisado a longa expansão colonial lu-



Guillaume-Thomas François Raynal, *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, Paris, 1820, volume

sitana, é estabelecer um diálogo entre os tempos da conquista<sup>19</sup> e as tensões em torno dos processos de descolonização. É importante remeter a massa esparrrada de dados, fatos e teorias a uma interpretação que insira o espaço ibero-americano no sistema mundial.

Recentemente, o historiador Eric J. Hobsbawm escreveu uma espécie de biografia do século XX aliada a um profundo senso prospectivo. A provocação veio numa entrevista denominada "O novo século", que apresentou o seguinte ponto de vista logo na sua primeira resposta:

Todos nós, na medida do possível, tentamos prever o futuro. Faz parte da vida, dos negócios, nos perguntarmos sobre o que ele nos reserva. Mas a previsão do futuro deve necessariamente basear-se no conhecimento do passado. Os acontecimentos futuros precisam ter alguma relação com os do passado, e é nesse ponto que intervém o historiador. Ele não está em busca de lucros, no sentido de que não explora seus conhecimentos para assegurar ganhos. O historiador pode tentar identificar os elementos relevantes do passado, as tendências e os problemas. Por isso, é preciso que nos arrisquemos a fazer previsões, mas tomando certos cuidados. Entre os quais, tendo sempre a consciência do perigo de macaquear o cartomante. Precisamos entender que, na prática e por princípio, grande parte do futuro é inteiramente inacessível. Creio que são imprevisíveis os acontecimen-

tos únicos e específicos, ao passo que o verdadeiro problema para os historiadores é entender o quão importantes eles são ou podem vir a ser. Às vezes, podem se mostrar significativos do ponto de vista da análise, mas nem sempre é assim.<sup>20</sup>

Nos dias que correm, posicionamentos desse tipo parecem um convite ao confinamento intelectual. Essa articulação é bastante rara e para muitos um empreendimento de alto risco. Hobsbawm começa o seu livro mencionando o papel da "bola de cristal" para a atividade do intelectual que estabelece um compromisso com o presente.

O enfoque deste estudo privilegia a comunicação entre o passado e o presente como um dos focos para uma visão mais precisa das contribuições de Magalhães Godinho à história da expansão marítima da época moderna.

#### AS VIAGENS DE DESCOBRIMENTO

O mundo atlântico, na perspectiva de Godinho, representou uma verdadeira 'novidade geográfica', edificada entre 1520 e o final do século XVI. A civilização da modernidade atlântica superou a barreira intransponível do oceano, e instalou um mundo marcado pelas conexões permanentes entre americanos, africanos e asiáticos. Os padrões de relacionamento constituídos nos primórdios da modernidade europeia apresentam ritmos e direções variadas, entretanto Godinho faz questão de frisar

que os contatos e migrações existiram sempre.<sup>21</sup>

O mar na Europa tinha adquirido uma componente do poder de Estado, mas não por todo o lado nem ao mesmo tempo, nem no mesmo grau. De um modo geral, o papel do mar na afirmação do poder foi inversamente proporcional à extensão do território. Sem retomar as experiências anteriores ao século XIII, as cidades italianas, Veneza e Gênova em particular, deram provas de precocidade. As suas possessões além-mar, até o mar do Norte, fizeram reviver o conceito antigo de talassocracia. Antes de Inglaterra, Portugal e mais tarde as Províncias Unidas terem fundado, fosse sobre uma ilha, ou sobre uma margem estreita do continente, domínios marítimos, o Mediterrâneo conheceu, em meados do século XV, a experiência original da Coroa de Aragão. A partir de uma expansão catalã até o mar Egeu, o voluntarismo de Afonso V, o Magnânimo (1418-1456), uniu numa espécie de federação a Catalunha, o reino de Valência, a Sardenha, o reino de Nápoles e a Sicília; em 1449, um verdadeiro programa por ele publicado impunha a esses estados alguns elementos de um império marítimo: proibição de determinadas importações estrangeiras, aumento das construções navais e monopólio da bandeira aragonesa. Por seu lado, o reino da França, intimamente ligado ao continente tanto por suas fronteiras como pela mentalidade rural dos seus habitantes, e dividido entre os seus imperativos terrestres e as suas atrações marítimas,

teve hesitações e atrasos. O poderio espanhol, através de Castela, deu prosseguimento a esses avanços com o fortalecimento dinástico e militar absolutista.<sup>22</sup>

Magalhães Godinho percebe com clareza que as rotas atlânticas perseguidas pelas frotas são complementadas pelas rotas de redistribuição, que transportam mercadorias transformadas, atendendo assim a outras demandas do mundo europeu e mesmo extra-europeu. Especiarias exóticas tornadas produtos medicinais, a prata metamorfoseada em moeda. Das “produções naturais” se podia extrair os corantes e tinturas em geral. Nesse caso, pode ser lembrado a partir do estudo de Godinho: o pau-brasil vindo da América portuguesa, o pau-de-campeche do Yucatan, e vindo de Dar’á no Marrocos saariano, o anil. O açúcar partia de vários lados do império marítimo e simboliza na análise de Godinho o epicentro de uma das fases da civilização ibero-atlântica. A abordagem sistêmica ganha força quando afirma que “a gênese do mundo atlântico está pois, em grande parte, ligada àquilo que Fernand Braudel chama muito apropriadamente a dinâmica do açúcar”.<sup>23</sup>

Uma demarcação que atravessa toda a modernidade é a intencionalidade racional<sup>24</sup> dos estados nacionais e dos intelectuais ligados ao poder mais diretamente, orientados para uma política preservacionista do mundo natural, tendo como pano de fundo o pragmatismo, o utilitarismo e a perspectiva de uma redescoberta especulativa do Novo Mun-

do. Tudo isso atualizado pela ilustração setecentista que afinal norteou as potências, os filósofos naturais e os cientistas na direção da criação de espaços de sociabilidade intelectual, e da formulação de políticas coloniais capazes de reorientarem a dinâmica da exploração capitalista estruturada no centro da economia mundial.<sup>25</sup> Afinal, sobre esse aspecto deve-se lembrar o importante e atualizado estudo do economista alemão Elmar Altvater, acerca do impacto do desenvolvimento econômico e do processo decisório dos países de acumulação mais complexa sobre o meio ambiente. Altvater medita densamente sobre a natureza do processo de crescimento econômico das nações mais desenvolvidas do globo, e sustenta de uma forma contundente, apoiado numa farta demonstração empírica, que o desenvolvimento é contrário ao meio ambiente.<sup>26</sup>

Mas devemos ter um certo cuidado ao julgar que o movimento de pilhagem ambiental foi algo que eclodiu quase exclusivamente numa fase posterior ao segundo pós-guerra. Suponho que o movimento exploratório tenha sido bem anterior, e foi estrutural, enraizado, pensado, calculado pormenorizadamente até mesmo em suas conseqüências mais imediatas. Sendo assim o processo de arqueologia, expansão e exploração, iniciado com os descobrimentos, reveste-se de uma certa familiaridade com as inflexões da macropolítica contemporânea.

O reconhecimento do território 'aonde se

está pisando' nunca foi tão valorizado pelos meios de comunicação, escolas, intelectuais oficiais, governo e as universidades. E o século XVIII esteve, de certa maneira, a sombrear a revolução intelectual e científica que funcionou como a força motriz da continuidade, e do salto das gerações futuras no que se refere à mudança de atitude diante das transformações verificadas no espaço natural, como tentarei demonstrar nas páginas que se seguem.

O jogo de busca e conquista dos objetos foi um palco privilegiado para o observador da história da cultura científica ocidental. Os viajantes dos descobrimentos farejaram incessantemente significações e vestígios do elo perdido, numa espécie de pesquisa quase arqueológica, em termos do conhecimento produzido e retido a partir da experiência novomundista.

O esforço despendido pelos navegadores, missionários-religiosos e aventureiros encontra eco na permanente conquista do espaço natural das ex-colônias, que se pode observar contemporaneamente nas conferências sobre a biodiversidade, exames detalhados acerca das novas fronteiras ecológicas no norte do Brasil, assim como em toda mobilização urbana, em grande medida associada aos setores intermediários da pirâmide social, em torno da valorização da qualidade de vida dos grandes centros, como Rio de Janeiro ou São Paulo.

Há uma evidente revitalização dos ambientes silvestres no interior das residênci-

as, e uma percepção aguda de que na infância é possível educar visando a preservação do meio ambiente nas grandes cidades. A aclimação de parcelas da população à vida 'natural' não representa um segredo para os estudiosos da gênese da adequação dos *modernos ou dos homens seculares*<sup>27</sup> ao mundo natural recriado nas grandes metrópoles.

Esse movimento global de integração de grandes contingentes de homens e de produtos exóticos à rede de trocas de mercadorias foi identificado por Russell Wood. Após extensa pesquisa documental, o historiador norte-americano analisou diversas variáveis simultaneamente, conferindo uma única intenção à carreira colonial, e vários sentidos ao fluxo humano, ao fluxo de especiarias comercializáveis por todo o Ocidente, assim como à difusão dos elementos pertencentes à flora e à fauna dos ambientes rústicos transplantados para o continente europeu.<sup>28</sup>

Os descobrimentos peninsulares investiram numa acumulação de forças na direção de um profundo e contínuo movimento investigativo acerca do mundo natural das colônias ultramarinas do Novo Mundo. Podemos então procurar detectar as principais tarefas dos investigadores da natureza que saltavam das suas naus, caravelas e caravelões. As marcas deixadas pelos primeiros colonizadores na demarcação do território relacionam-se diretamente à forma como os lusos entendiam o que estavam vendo.<sup>29</sup> Nesse sen-

tido, o projeto inicial da empresa metropolitana, para além da exploração dos tão sonhados metais preciosos, estava alicerçado numa certa contemplação do vazio do território, do reconhecimento dos meios fluviais, do entendimento do relevo, das potencialidades da natureza e das propriedades que dela se pode extrair.

Falarei agora um pouco sobre a odisséia, em torno da conquista dos elementos naturais, pelas terras americanas ao longo dos tempos modernos, mais especificamente na abertura da modernidade. Este estudo pretende contribuir para uma compreensão mais apurada das origens do desvelamento do meio ambiente americano numa época de profunda reflexão sobre as razões que impulsionam os estados nacionais na direção de uma exploração cada vez mais vigorosa dos ecossistemas planetários.<sup>30</sup> As consequências da macropolítica dos estados também têm sido cuidadosamente estudadas por meio de importantes mensurações quantitativas.<sup>31</sup> Para os efeitos desta investigação, cabe-me aqui provocar algumas discussões sobre um ponto de viragem em que se deu uma reorientação política e intelectual, visando uma maior exploração combinada com uma retórica preservacionista de tudo o que hipoteticamente representasse o mundo das criaturas brutas.

O caminho aparentemente errático dos portugueses na rota da América, para alguns investigadores e muitos curiosos, deve ser percebido como uma aventura

até certo ponto inconclusa, ou até mesmo equivocada e acidental, fruto de um povo à procura da sua história perdida no tempo, e esfacelada em razão de um conjunto plural de identidades que viriam a formar os povos peninsulares – árabes, europeus herdeiros da tradição visigótica e homens de vocação atlântica que circulavam no alto-mar e traziam costumes exóticos de diversas proveniências.

Quando Portugal confirmava por intermédio de Tordesilhas a sua chamada ‘autonomia’ atlântica (longo processo que tem no período de 1475 até 1494 anos decisivos para os monarcas portugueses<sup>32</sup>), os demais reinos ibéricos batiam-se em torno da unificação e da reconquista cristã em sua fase terminal. No centro dos conflitos protonacionais estavam envolvidos diversas cidades-estados e estados recentíssimos, ainda em busca de legitimidade interna e capacidade bélica para que se protegessem do inimigo potencial externo.

Em meio a teia hobbesiana que se tecia – reinos poderosos lutando entre si como a Inglaterra e a França, outros em formação como Florença e Veneza e finalmente os reinos que integravam o grande comércio mediterrânico e atlântico – faz-se necessário lembrar que o Ulisses ibérico tinha uma tarefa no continente e outra no além-mar. O reino de Granada buscava no final do século XV e princípios do XVI a identidade religiosa, os aragoneses dividiam-se entre os interesses mediterrânicos com os aliados de Nápo-

les e aqueles propriamente peninsulares numa possível aliança com Castela. Córdoba vivia a iminente condição de reino esfacelado pela sobrevivência das Taifas. Navarra constituiu-se como região de interesse dos Habsburgos espanhóis, mas também dos absolutistas franceses, e ainda tinha que, ao mesmo tempo, se ver livre da obediência maometana.<sup>33</sup>

Quero crer que a força que sobressai de toda essa rede de trocas mercantis e políticas pode ser caracterizada como uma forma de consciência ultramarina que irá determinar uma vocação despótica, nos dois séculos que se seguem aos primórdios da colonização portuguesa nos trópicos, fundada na convicção de que o futuro está na origem. É como se a salvação dos exploradores da natureza estivesse imobilizada na descoberta dos objetos encontrados pelos primeiros viajantes.

O fato de sermos de uma maneira ou de outra ultramarinos pode se ver refletido nas constantes tensões, freqüentemente capturadas pela historiografia contemporânea, entre a preservação da tradição e os caminhos que sinalizam novas formas de conhecimento baseadas no acontecimento. Os conflitos do continente foram deixados provisoriamente de lado para que a empresa de constituir um vasto império não esbarrasse na “ignorância ecológica”, afinal era fundamental entender taxonomicamente o que se estava vendo.<sup>34</sup> Os europeus possuíam as ferramentas para europeizar a África, a América e a Índia, entretanto muitos impre-

vistos ocorreram no decorrer do tempo, como por exemplo o desconhecimento das múltiplas propriedades das ervas, da procriação dos animais que ameaçavam as *plantations*, ou mesmo os novos minérios parecidos com preciosidades, mas que deveriam se converter em outros usos que não os propriamente pecuniários.<sup>35</sup>

Primeiro, a natureza a ser conquistada era a do arquipélago dos Açores, da ilha da Madeira e demais formações insulares na costa africana e na Ásia. Posteriormente, o mundo natural da América portuguesa passou a ser o objetivo em mira ao longo dos séculos XVII e XVIII, tanto o litoral quanto o interior do Brasil deveriam ser explorados. A lógica que preside a fundamentação científica é a apropriação excedentária funcionalizada para o expansionismo, que assumiu contornos cada vez mais objetivos no século XX.

A natureza passa a se constituir numa potente estrutura de pensamento fornecedora de inspiração para os sábios e estadistas metropolitanos interessados numa utilização mais racional dos elementos naturais e na multiplicação das suas propriedades. O mundo natural integra um conhecimento que resultou do encontro dos navegadores-viajantes com os costumes nativos e as novas especiarias, formando o que o historiador português Luís Filipe Barreto denominou de complexo sociocultural dos descobrimentos. Ao lado disso, a natureza funciona como estrutura do sistema colonial, flexibilizando-o diante das novas motiva-

ções do capitalismo moderno. O conjunto das práticas econômicas do absolutismo (mercantilismo) vai além das exclusivas relações de troca ou mesmo de um ideário limitado pela falta de originalidade que abundava entre os fisiocratas.

Alguns trabalhos relativamente recentes demandam uma determinada originalidade conceitual do pensamento mercantilista, muito especialmente nas seguintes obras: Cosimo Perrota, *Produção e trabalho produtivo no mercantilismo e no iluminismo*; Francisco J. C. Falcon, *Exclusivo metropolitano e comércio colonial: questões recentes*; Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e mercadoria: utopia e prática de navegar*. Nesses estudos, pode-se afirmar que há uma espécie de atualização de algumas posições consolidadas no que concerne à fixidez da prática mercantil na esfera da circulação, assim como no aparente imobilismo do Estado diante das transformações estruturais do capitalismo europeu, que vivia um novo ciclo hegemônico de acumulação de forças militares e dinásticas.

#### AS ARTÉRIAS VITAIS

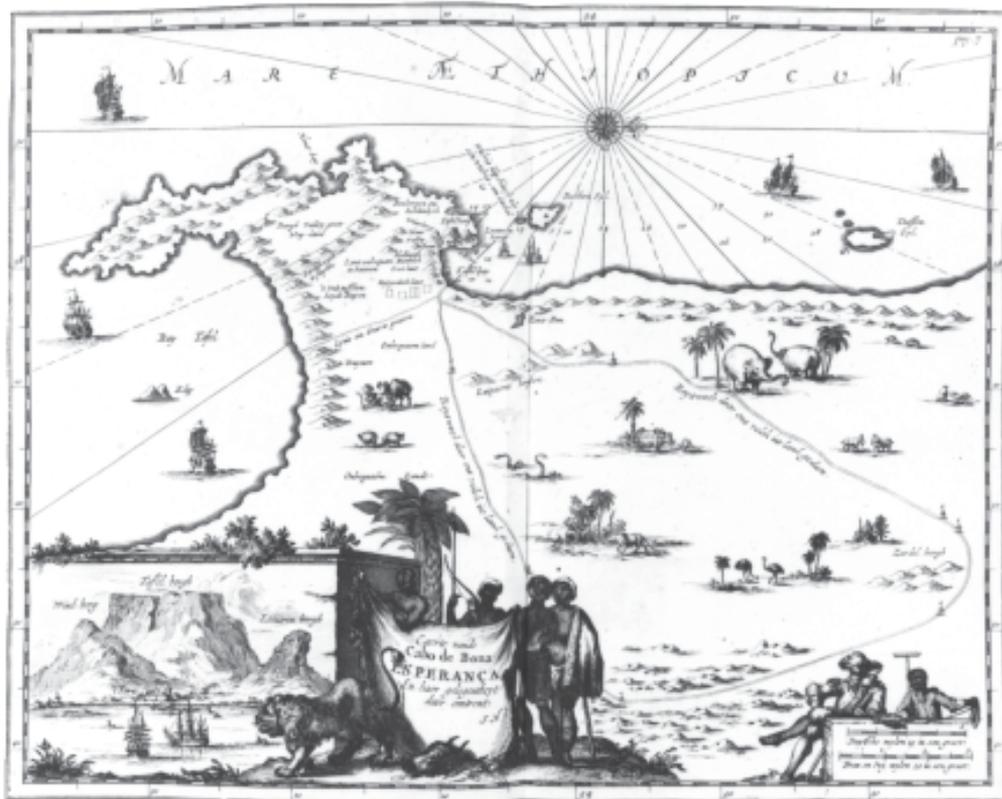
A busca do fio para o entendimento do labirinto ultramarino exige do investigador da expansão um conhecimento adensado sobre o mundo atlântico, expressão cunhada pelo próprio Godinho a fim de designar a inserção do Novo Mundo no contexto da economia mundo européia. A his-

tória da expansão é trilhada de uma maneira que, muitas vezes, nos conduz para a hipótese do estabelecimento dos marcos conceituais de uma historiografia dos povos de língua portuguesa. Como se pode verificar imediatamente, a obra de Magalhães Godinho possui diversas latitudes intelectuais, e todas convergem para uma compreensão das fontes do mundo contemporâneo.<sup>36</sup> A história do presente ronda o tempo todo a tese da expansão como um movimento global, sem que o autor abandone o foco: a circulação de homens e moedas pelo império marítimo. Galeões e frotas navegam pelas rotas primárias na captura do con-

trole de Cádiz, Sevilha, La Coruña, Lisboa, O Porto e Viana do Castelo. O tráfico do açúcar é feito pelas rotas do Brasil a São Tomé. Godinho propõe um verdadeiro mapa dos descobrimentos, examinando o atlântico e os eixos comerciais mais remotos do continente europeu.

#### À POLÍTICA DO MONOPÓLIO COLONIAL E OS FUNDAMENTOS DA CRISE

O tempo longo do colonialismo é contemplado pelo historiador do império ultramarino tanto num olhar dirigido para as motivações mentais coletivas, quanto numa ação de Estado baseada na racionalidade da soci-



Mapa do cabo da Boa Esperança.  
Johan Nieuwof. *Gedenkwaardige Brasiliae Zee-em-Lant-Reize[...]*. Amsterdam, 1682.

idade portuguesa de antigo regime. Godinho não se perde na perspectiva de uma crise econômica estática, mas privilegia efetivamente os elementos que integram um movimento de crise: a história dos preços mundiais, o déficit da balança comercial,<sup>37</sup> e os processos de desenvolvimento em curso nas metrópoles européias. A concorrência à escala do território e da acumulação de capitais é definidora para a ocupação do posto de Estado controlador do núcleo orgânico da economia mundial.

Nas seções 4, 5, 6 e 7 do estudo de Magalhães Godinho sobre as frotas e o reconhecimento do mundo atlântico, pode-se observar a participação portuguesa no sistema mundial por intermédio das colônias. A flutuação do papel do Estado português no cenário internacional é uma das chaves metodológicas para a compreensão desse estudo. Portugal é descrito por Godinho numa luta incessante diante das demais potências frente às alterações de demanda por novos produtos exóticos, confrontos pressionados pelo patrulhamento das rotas promovido por armadas de diversas bandeiras, e no horizonte os vários papéis exercidos pelo Brasil:

Ao mesmo tempo, o ouro do Brasil torna-se, cada vez mais, uma tentação. Em contrapartida, a cultura açucareira vai diminuir no Brasil, porque a mão-de-obra é desviada para as minas e porque o ouro é mais rendoso – o que, de resto, não passa de uma miragem, de

um mito, mas os mitos exercem uma influência que se não pode desprezar nas atitudes coletivas; os homens julgam que o ouro rende mais do que o açúcar; embora na realidade não seja exato, isso basta para os desviar do açúcar para o metal fulvo.<sup>38</sup>

Godinho vislumbra várias leituras para a evolução do mercantilismo no espaço ibérico. O autor revê a centralidade da estratégia metalista, e sugere que o Estado protecionista da época moderna tinha uma grande capacidade de adaptar-se às situações de enfrentamento com a dinâmica do sistema interestados.

#### CONCLUSÃO: A HISTÓRIA É FORMA DE PENSAMENTO

A definição clara do objeto, a busca da objetividade do conhecimento e a erudição no tratamento das fontes e dos clássicos do pensamento contemporâneo articularam o conjunto das preocupações do historiador português Vitorino Magalhães Godinho, em sua obra vasta e complexa. É um escritor de Portugal e do Brasil. Um pensador do sentido imperial da colonização portuguesa pelo mundo. É capaz de a um só tempo contar a história de Portugal apoiado numa pesquisa erudita, pensar sobre o significado da totalidade ibérica, e impor uma trama da rede atlântica a partir dos domínios e da política imposta pelas metrópoles. O debate que existe nos dias de hoje acerca da natureza do processo colonial, entre os pesquisadores da expansão lusa, deveria atingir também os

estudiosos das regiões colonizadas.

Retomando o autor mais uma vez:

A pesquisa histórica estava assim estreitamente associada à análise das questões essenciais do presente e do futuro da grei portuguesa. Pois bem: em nossos dias, bem mais do que então, nesse dealbar da revolução industrial e da Revolução Francesa, a perspectivação histórica da problemática que se nos impõe é instrumento analítico insubstituível, e isto se voltados, como devemos estar, para a prospectiva.<sup>39</sup>

A dimensão prospectiva do seu pensamento também deve ser marcada. A historiografia brasileira demonstra um profundo desconhecimento acerca da produção intelectual portuguesa, especialmente no século XX. O historiador português faz parte de uma verdadeira legião de autores esquecidos por muitos historiadores, ou simplesmente ignorado pelos jovens estudantes que se formam em história hoje em dia.

Godinho sugere que a história de alguma forma seja portadora de um discurso que amplifique o conteúdo para a vida, mais ou menos desta forma: é como se o historiador devesse agir sobre o seu meio social, observando a realidade que o cerca, procurando senti-la, e vivê-la no seu dinamismo. O movimento para ele não está confinado à experiência das trocas. Não, a história demanda um intercâmbio de homens, restabelecendo, de certa forma, um caminho na direção da civiliza-

ção, uma das preocupações do autor. O passado deve ser visto à luz do presente e o historiador deve se comprometer com uma escrita próxima ao público, como fica claro numa entrevista concedida ao professor Manuel Nunes Dias na USP, em 1954. O depoimento ocorre exatamente numa época em que Godinho retocava seus estudos sobre as frotas e os mercados coloniais, e preparava uma edição das frotas com um vasto material de pesquisa. Os mercados não representam uma utopia latente de construção da autonomia territorial, mas a verificação de que processos de desenvolvimento são lutas de dominação. O estudo das frotas, dentre outras lições, demonstra que o cruzamento de interesses, o confronto de identidades e disputas hierárquicas não significam descolamento do mundo.

O repertório de problemas que Godinho delinea nesse estudo, afirma, ou mesmo silencia e provoca a interpretação, pode ser pelo menos apresentado sob a forma de uma agenda para ensaios futuros sobre a história da historiografia luso-brasileira: a retomada da história econômica e dos estudos de história moderna e contemporânea; a crítica pesada à história 'acontecimental'; a história diplomática com seus estudos que levam ao nada; e, finalmente, a preocupação constante com parâmetros universais para compreender o passado. No final da entrevista ao professor Nunes Dias, pode-se destacar uma referência para os estudiosos daquelas décadas, e um aspecto para a reflexão para os investigadores da pes-

quisa histórica contemporânea: "... Mas o passado é a cada momento reconstituído segundo a mentalidade do presente, logo

há um vaivém permanente e a história torna-se, em parte, a autodeterminação do momento de agora por si própria".

## N O T A S

1. Consultar esse processo de formação da consciência cortesã no Ocidente em: Norbert Elias, "Curialização e romantismo aristocrático", em *A sociedade de corte*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 183-233.
2. Conferir a esse respeito: Giacomo Marramao, *Poder e secularização: as categorias do tempo*, São Paulo, Unesp, 1995.
3. Ver para maiores detalhes: Edmundo O' Gorman, *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*, São Paulo, Unesp, 1992.
4. Consultar a este respeito: Vitorino Magalhães Godinho, *O papel de Portugal nos séculos XV e XVI. Que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo*, Lisboa, GTMECDP, 1994.
5. Lucien Febvre, *O Reno: história, mitos e realidades*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 209.
6. Consultar a esse respeito: A. J. R. Russel-Wood, *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa, Difel, 1998.
7. Os documentos fundadores de uma idéia em torno da comunidade lusófona podem ser localizados na seguinte biografia: José Alberto Braga (coord.), *José Aparecido – o homem que cravou uma lança na lua*, Lisboa, Trinova Editorial, 1999.
8. Conferir o seguinte estudo: A. J. R. Russel-Wood, *Portugal e o mar: um mundo entrelaçado*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1997.
9. Sobre esse aspecto o ensaísta Eduardo Lourenço oferece uma perspectiva decisiva: "Portugal é precisamente o primeiro reino da península a libertar-se da presença do Islão e a ocupar desde os fins do século XIII até hoje a mesma tira estreita à beira do Atlântico, a outra fronteira sem fim que mais tarde fará parte do seu espaço real e mítico de povo descobridor". Cf. Eduardo Lourenço, "Portugal como destino: dramaturgia cultural portuguesa", em *Mitologia da saudade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 90.
10. Ver a esse respeito: José Saramago, *Viagem a Portugal*, Lisboa, Editorial Caminho, 1985.
11. Ver: K. David Jackson, *Os construtores dos oceanos*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1997.
12. João Lúcio de Azevedo, *A evolução do sebastianismo*, Lisboa, Presença, 1984, p. 7.
13. Ernest Jünger, *O passo da floresta*, Lisboa, Edições Cotovia, 1995, p. 9.
14. Sobre essa discussão consultar: Kenneth Maxwell, *A construção da democracia em Portugal*, Lisboa, Presença, 1999.
15. Ver a coletânea de artigos de Jaime Reis, *O atraso econômico português, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
16. Ver: Hans Georg Gadamer, *L' eredità dell' Europa*, Torino, Giulio Einaudi Editore, 1991.
17. Consultar dados de Juan J. Linz e Alfred Stepan, *A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*, São Paulo, Paz e Terra, 1999. Especialmente as páginas 115-187.

18. Para uma clarificação das tensões Ocidente/Oriente conferir: Salman Rushdie, *Oriente, Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
19. Para um aprofundamento dos marcos qualitativos desta discussão ver: Boaventura de Sousa Santos, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Cortez, 1997.
20. Eric J. Hobsbawn, *O novo século*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
21. O conjunto da obra e do projeto intelectual de Norbert Elias, acerca de uma teoria da civilização, é fundamental para as nossas reflexões nesta parte do estudo sobre V. M. Godinho.
22. Consultar sobre essa perspectiva mais global: Michel Mollat, *A Europa e o mar*, Lisboa, Presença, 1995.
23. Vitorino Magalhães Godinho, "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)", em *Ensaios II: sobre a história de Portugal*, Lisboa, 2ª ed., Livraria Sá da Costa Editora, 1978, p. 427.
24. Conferir: Miguel Batista Pereira, *Modernidade e secularização*, Coimbra, Almedina, 1990.
25. Assinalo aqui a importância de um exame das idéias do seguinte artigo: Carlos Eduardo Martins, "Los desafíos del sistema mundial para el siglo XXI: perspectivas para la América Latina", em *Aportes* (revista de la Facultad de Economía de la benemérita Universidad Autónoma de Puebla), Puebla, enero-abril 2000, pp. 55-69.
26. Ver essa discussão em Elmar Altvater, *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*, São Paulo, Unesp, 1995. Especialmente as páginas 21-43. Consultar também sobre o conceito de desenvolvimento: Elmar Altvater, "Obstáculos en la trayectoria del desarrollo", em Francisco López Segrera, *Los retos de la globalización*, Caracas, Unesco, 2 volumes, pp. 609-625. Ver também os estudos recentes do sociólogo e economista italiano Giovanni Arrighi sobre a noção de desenvolvimento sustentável no mundo contemporâneo a partir de uma perspectiva que admite níveis diferenciados de somas acumuladas de capital entre os conjuntos de nações, gerando uma espécie de desigualdade macrorregional que daria novos contornos às disparidades locais, regionais e até mesmo numa escala mundial. Cf. Giovanni Arrighi, *A ilusão do desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1997.
27. Consultar a seguinte obra: Antônio Edmilson Martins Rodrigues e Francisco José Calazans Falcon, *Tempos modernos: ensaios de história cultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
28. Ver: A. J. R. Russell-Wood, *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, op. cit.
29. Conferir sobre esse aspecto o criativo trabalho de Kenneth David Jackson, *Os construtores dos oceanos*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1997.
30. Conferir: Vitorino Magalhães Godinho, *O socialismo e o futuro da península*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969.
31. Consultar: Immanuel Wallerstein, *O capitalismo histórico*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
32. Sobre esse aspecto, deve-se consultar um artigo que oferece uma visão abrangente e atualizada deste intrincado problema que envolve questões de ordem diplomática e querelas oriundas da gestão da política interna lusa: Luís Felipe de Alencastro, "A economia política dos descobrimentos", em Adauto Novais (org.), *A descoberta do homem e do mundo*, São Paulo, Funarte, 1998, pp. 193-209.
33. Para uma perspectiva acerca das origens desses conflitos étnico-nacionais ver o tratado de Robert Lopez, *O nascimento da Europa*, Lisboa, Cosmos, 1965.
34. Consultar: Alfred W. Crosby, *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
35. Ver para maiores detalhes: Sydney Mintz, "A antropologia da produção de *plantation*", em Bernardo Sorj, Fernando Henrique Cardoso e Maurício Font, *Economia e movimentos sociais na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
36. Para uma visão ampla da obra e da vida de Magalhães Godinho consultar: Joaquim Romero Magalhães, "De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et in adversis animi fortitudine", em *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1988, pp. 1-41. Romero Magalhães abre diversas portas e permite que o leitor tenha a liberdade de percorrer as possibilidades vislumbradas pela imensa obra produzida pelo historiador português.

37. Conferir sobre esse aspecto: José Jobson de Andrade Arruda, "Frotas de 1749: um balanço", em *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG/Fapemig/Fundação João Pinheiro, nº 21, jul. 1999, pp. 190-209.
38. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)", op. cit., p. 438.
39. Idem, "Os nossos problemas: para a história de Portugal e Brasil", em Maria Adelaide Godinho Arala Chaves, *Formas de pensamento em Portugal no século XV: esboço de análise a partir de representações de paisagens nas fontes literárias*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969, p. 9.

## A B S T R A C T

This text analyses the interpretation of the historian Vitorino Magalhães Godinho about the relationship between the Portuguese America and the process of organization of the economy of the European world since the fifteenth and sixteenth centuries.

The principal ideas announced in this study, according to the history of the fleet and the circulation of the spices related by Godinho, are the following: the conception of the global space discovered since the 'opening of the world'; the contemporaneous crisis of the human science; the history of Brazil and Portugal in a 'unique writing'; and, finally, the concept of Maritime Empire.

## R É S U M É

Ce texte analyse l'interprétation du historien Vitorino Magalhães Godinho sur la relation entre l'Amérique portugaise et le procès d'organisation de l'économie du monde européen, depuis les quinzième et seizième siècles.

Les idées principaux annoncées dans cet étude, selon l'histoire des flottes et de la circulation des épices racontées par Godinho sont les suivantes: la conception du space global découvert depuis l' 'ouverture du monde'; la crise contemporaine de la science de l'humanité; l'histoire du Brésil et du Portugal dans une 'écriture unique', et finalement, le concept d'Empire Maritime.

**Maria Emília Prado**

Professora do Departamento de História  
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

# Joaquim Nabuco e um Novo Olhar sobre a Nação

O período atual, porém, não é de conservação, é de reforma, tão extensa, tão larga e tão profunda, que se possa chamar Revolução; de uma reforma que tire este povo do subterrâneo escuro da escravidão onde ele viveu sempre, e lhe faça ver a luz do século XIX. Sabeis que reforma é essa? É preciso dizê-lo com a maior franqueza: é uma lei de abolição que seja também uma lei agrária.

Joaquim Nabuco, *Campanha abolicionista no Recife*, 1884, p. 47.

**P**ara que possamos melhor compreender e analisar as idéias e conceitos expressos por um pen-



sador, faz-se necessário a realização de um esforço no sentido de conhecer o meio em que este viveu e as influ-

ências recebidas nos anos correspondentes à sua formação. Esse procedimento é importante na medida em que as reflexões de um autor mantêm estreita relação não apenas com as questões que integram o tempo histórico em que ele as produziu, mas se encontram imbuídas do seu modo de conceber a vida, o qual guarda íntima vinculação com os valores recebidos no período de sua formação.<sup>1</sup> Nesse sentido há que se destacar em Joaquim Nabuco dois pontos, a nosso ver fundamentais: a figura paterna e a infância vivida no engenho Massangana, em Pernambuco.

O menino Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu no Recife a 19 de agosto de 1849, filho de José Tomás Nabuco de Araújo e de Ana Barreto Nabuco de Araújo. Logo a seguir, deu-se a eleição de seu pai para a Câmara dos Deputados, onde tomou assento em janeiro de 1850. Isso implicou a mudança dos pais para o Rio de Janeiro e diante desse acontecimento o menino foi entregue aos cuidados de seus padrinhos, Ana Rosa Falcão Carvalho e Joaquim Aurélio de Carvalho. Tendo Ana Rosa enviuvado logo a seguir, coube a ela a tarefa de cuidar da educação de Joaquim Nabuco. Foi, portanto, nas terras do engenho Massangana que o menino cresceu, influenciado pelo catolicismo a ele transmitido pela madrinha; pela paisagem dos canaviais; o ruído dos carros de bois; o cheiro das tachas em que se cozia o mel; o rio que atravessava o engenho e que lhe servia para os banhos e as brincadeiras da infância; a pescaria e o pôr do sol. Essas impressões dos primeiros anos o acompanhariam por toda a vida, onde quer que fosse, levando dentro de si as sensações do menino que um dia fora. Nesses primeiros anos da infância teve ele contato com o modo como se organizava a vida social no Brasil. Sobre essas impressões que a escravidão deixara em seu espírito infantil, relataria mais tarde em sua autobiografia:

A população do pequeno domínio, inteiramente fechado a qualquer ingerência de fora, como todos os outros

feudos da escravidão, compunha-se de escravos, distribuídos pelos compartimentos da senzala, o grande pombal negro ao lado da casa de morada, e de rendeiros, ligados aos proprietários pelo benefício da casa de barro que os agasalhava ou da pequena cultura que lhes consentiam em suas terras. No centro do pequeno cantão de escravos levantava-se a residência do senhor.<sup>2</sup>

O contato com o significado da escravidão dera-se, dessa maneira, naqueles primeiros anos da infância e definiu-se o peso que essa questão teria em sua vida futura. Anos mais tarde, reconheceria que nenhuma das suas posteriores leituras extraídas da história, da ciência ou da religião conseguiram suplantam a lembrança da cena que vivenciara, ainda menino no engenho Massangana.

Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida...<sup>3</sup>

Por certo que esses episódios da infância marcariam o menino de modo absolutamente instintivo, mas é preciso não desconsiderar o papel que essas primeiras observações tiveram na constituição

das inquietações que moldaram o espírito do homem público que se tornaria mais tarde. Tendo sido um menino de engenheiro e podendo apenas usufruir das benesses que a situação lhe proporcionava buscara, no entanto, observar detalhadamente o mundo ao qual pertencia, atentando para suas características, percebendo-o de modo arguto, crítico e munido de uma sensibilidade ímpar, que lhe permitiria penetrar no âmago das relações sociais daquele Brasil de oitocentos. Dessa maneira, foi-lhe possível reconhecer como a escravidão era a característica mais marcante e definitiva do modo como se organizava a vida no Brasil; ela significava algo infinitamente maior, do que apenas uma forma de organização do trabalho que permitia ao senhor acumular riquezas.

A morte da madrinha colocara um ponto final na presença do menino Quincas em Massangana. Tinha por essa ocasião a idade de oito anos e, um mês e meio após aquela triste noite em que a madrinha foi velada, enviara o pai um amigo a Pernambuco com a tarefa de buscar o menino e levá-lo para o Rio de Janeiro.

Fora apenas em 1857 que o menino Joaquim Nabuco encontraria o pai pela primeira vez. Por esse momento, o conselheiro Nabuco de Araújo estava deixando o Ministério da Justiça, no gabinete Paraná-Caxias (1853-57), conhecido como Ministério da Conciliação. Em 1860, a família mudou-se do Catete para a praia do Flamengo, onde o senador residiria até

sua morte. Nesta casa construída nos tempos da Colônia, Joaquim Nabuco pôde terminar sua formação familiar. Convivera com o pai e, além das preleções diárias que este realizava, beneficiara-se também de toda aquela atmosfera política e intelectual que caracterizava a casa do senador Nabuco de Araújo.<sup>4</sup>

No Rio de Janeiro, o menino foi matriculado no Imperial Colégio D. Pedro II e lá completou seus estudos, indo a seguir para São Paulo a fim de ingressar na Faculdade de Direito do largo de São Francisco. Corria então o ano de 1866 e Joaquim Nabuco não podia mesmo deixar de ser, como ele própria nos narra, “um estudante liberal”.<sup>5</sup> O jovem Nabuco se dedicaria juntamente com outros colegas da academia às atividades jornalísticas e assim, já no segundo ano da faculdade, fundaria um jornal destinado a atacar o Ministério Zacarias, a quem seu pai fornecia apoio. Datam dessa época suas atitudes de independência e por vezes de rebeldia diante do pai.

Integrando o que ficou conhecido como a ‘geração de 1870’, Joaquim Nabuco teria por colegas de turma, em São Paulo, Castro Alves e Rui Barbosa. Os anos da academia corresponderam ao momento em que seu espírito se deixou seduzir pelas mais diversas impressões. Oscilando entre a monarquia e a república, deixara-se influenciar em profundidade pela experiência francesa. O ano de 1866, por exemplo, fora todo dedicado à leitura dos clássicos da Revolução Francesa:

Lamartine, Thiers, Mignet, Louis Blanc, Quinet, Mirabeau, Vergniaud e os girondinos. Leria também Donoso Cortez e Joseph de Maistre. Por essa época, a influência literária que mais fortemente tocava seu espírito era a de Renan. Era o tempo em que a Faculdade de Direito do largo de São Francisco achava-se dominada pelos discursos pronunciados por José Bonifácio, o segundo. Ferreira de Meneses era o chefe literário da mocidade, apesar de já então ter colado o grau de bacharel.

Em 1867, o jovem Nabuco então com 18 anos integrava uma geração acadêmica toda feita de rebeldias, anseios, polêmicas, controvérsias. O materialismo dos enciclopedistas, a presença ainda marcante do ecletismo de Victor Cousin, baseado num espiritualismo que buscava conciliar as idéias de Descartes, Kant e do Iluminismo escocês.

A influência decisiva que seu espírito receberia adveio de Bagehot, por meio da obra em que este comentava a Constituição inglesa. Encontrou esse livro entre as novidades da Livraria Lailhacar, no Recife, e em razão dessa leitura pôde concluir que coube à Inglaterra elaborar o modelo político mais perfeito, do qual Nabuco tornou-se um admirador.

Data desse tempo de estudante a primeira obra escrita por Nabuco analisando o sentido e o significado da escravidão. Iniciada em 1869 e planejada para conter três partes, o então acadêmico deixou-a inacabada. Na maturidade Nabuco não se

ocupou com a obra, uma vez que dedicou à biografia de seu pai seus anos de mais intensa atividade intelectual. A análise esboçada em *A escravidão* revelava uma acuidade ímpar e, além de traçar a trajetória da escravidão moderna, é em si mesma uma brilhante contribuição acerca do papel representado pelo tráfico para a manutenção da escravidão dos modernos. Iniciou Joaquim Nabuco esse texto quando retornara ao Recife para cursar o quarto ano de direito. Ao cursar em 1870 o quinto ano, daria por encerrada a escrita da obra, mas o plano inicial não chegou a ser cumprido. Não tendo terminado a terceira parte, tampouco cuidou de levá-la a público. Seria apenas em 1924 que sua viúva, Evelina Nabuco, doaria ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o manuscrito que foi afinal publicado em 1949.

Programada para conter três partes, denominadas o crime, a história do crime e a reparação do crime, apenas as duas primeiras, como já dissemos, foram realmente escritas. Na primeira parte, Joaquim Nabuco iniciava suas considerações sobre a influência da escravidão na sociedade, afirmando que ela “degradou vários povos modernos, a ponto de torná-los paralelos a povos corrompidos que passaram”.<sup>6</sup> Advertia o quanto a escravidão se constituía num empecilho para que um país pudesse se construir como uma sociedade moderna, já que impedia o “desenvolvimento das artes, letras, ciências, governos e povos, em uma palavra: o pro-

gresso".<sup>7</sup> Alertava ainda para o fato de que a escravidão violava os direitos naturais, afetando a moral, o trabalho, a propriedade, a virtude e a família. Colocava-se frontalmente contra a posição da Igreja que assumira uma postura bastante dúbia no tocante à escravidão.<sup>8</sup>

Dentro dessa ótica, procurava advertir que a escravidão impedia a vigência do direito natural à liberdade e por extensão inviabilizava o acesso à propriedade, uma vez que os escravos se encontravam impossibilitados de serem possuidores de seus próprios corpos. Por fim, dedicou longos parágrafos buscando demonstrar como a escravidão corrompia a religião, visto que se tornava a negação do cristianismo.<sup>9</sup>

A segunda parte intitulava-se a "História do crime". Discorria então Nabuco sobre

o mundo antigo, abordando a escravidão na Grécia e em Roma. No tocante à escravidão dos modernos, detivera-se na análise do tráfico, afirmando que "a escravidão moderna teve por origem o tráfico de negros".<sup>10</sup> Percebia o comércio de escravos como fruto da "ganância em sua corrente contagiosa" que fez "perverter por luxo os próprios governos negros, e estes de parceria com os enviados europeus e americanos condenando anualmente milhares de compatriotas, que os estrangeiros resgatavam para o cativoiro".<sup>11</sup>

A análise que Nabuco realizara nessas poucas páginas possuía uma lucidez ímpar. A questão do papel do tráfico na escravidão dos modernos, somente décadas mais tarde seria objeto de atenção e análise por parte dos historiadores.<sup>12</sup>

Prosseguia alertando que os países colo-



Ex-escravos. Maurício Lamberg, *O Brasil ilustrado com gravuras*, Rio de Janeiro, Editor Lombaerts, Tip. Nunes, 1896.

nizadores eram os responsáveis por estimularem a guerra entre os estados e grupos étnicos africanos, tudo isso com a finalidade única de aprisionar os negros para vendê-los aos traficantes, que graças a esse comércio fizeram enormes fortunas. Acusava a vigência dessa extrema desumanidade, representada pelo ato da escravização e pelas péssimas condições impostas à massa escrava. Esse comércio seria, no entanto, como advertira Joaquim Nabuco, a fonte principal a enriquecer traficantes, autoridades metropolitanas e os proprietários que iriam explorar o trabalho do africano.

**P**rocurava advertir ainda que a escravidão, sendo contrária ao direito natural e se encontrando em conformidade com o direito positivo, desrespeitava a natureza humana, só podendo se efetivar mediante a utilização da força. Por fim, punha-se Nabuco a narrar as tentativas abolicionistas já vividas em nossa história, que apesar de terem malogrado mereciam ser referidas com destaque. Nesse sentido, evocava ação empreendida em Palmares, verdadeira lenda viva, verdadeira lenda para o povo de Pernambuco. Ressaltava o movimento de 1817 e o projeto de Bonifácio enviado à Assembléia Nacional Constituinte.

Em Joaquim Nabuco, as reflexões políticas tinham caráter eminentemente prático, pois ele foi, antes de tudo, um observador atento do seu tempo e das grandes questões que afetavam o mundo, em especial o Ocidente. Sua curiosidade inte-

lectual era intensa e sua intervenção em questões políticas tinha a finalidade de demonstrar a necessidade de serem realizadas modificações profundas na sociedade e no Estado brasileiro. Adepto dos postulados liberais, acreditava ser possível aplicá-los a fim de promover uma transformação radical da realidade brasileira. Utilizou-se da palavra escrita (em jornais ou livros) e oral (na tribuna ou no palanque) com o objetivo de esclarecer e emocionar. Falava, dessa maneira, à razão e à emoção com o intuito de viabilizar as transformações. Interessava-se pelas questões pertinentes à organização política e administrativa do Estado, mas subordinava-as à reestruturação da sociedade.

Na política Joaquim Nabuco foi um apaixonado e muito mais que um reformador, foi um revolucionário. Interessava-o ver implantado no Brasil um sistema político moderno, dotado de instituições sólidas, porém democráticas. Objetivava não apenas o fim da escravidão, mas também a integração dos ex-escravos na condição de cidadãos ativos, detentores dos direitos de cidadania plena.

Em Joaquim Nabuco, a razão deveria ser um poderoso instrumento a ser utilizado de forma a possibilitar a construção de uma sociedade em que o Estado proporcionasse os meios indispensáveis para que a população pudesse ser integrada de modo justo. Assim, era fundamental que este Estado tivesse instituições políticas sólidas e democráticas capazes de

garantir o desenvolvimento econômico do país e o conseqüente crescimento da riqueza nacional.

Em 1879, iniciavam-se de modo sistemático suas atividades políticas, *strictu sensu*, porque em 1878 seria eleito, pela primeira vez, deputado. Informa-nos Nabuco que seu desejo mais íntimo era se dedicar à diplomacia, porém a morte de seu pai, ocorrida em março de 1878, levou-o a entrar na atividade político-partidária, atendendo à solicitação de sua mãe; o senador Nabuco de Araújo deixou assegurada a eleição do filho mediante acordo realizado com o barão de Vila Bela, chefe político de Pernambuco. Hesitava Nabuco em ingressar na política porque não se percebia como sendo

o que se chama verdadeiramente um político, um espírito capaz de viver na pequena política e de dar aí o que tem de melhor. Em minha vida vivi muito da Política, com P grande, isto é, da política que é história (...) o meu interesse vai sempre para o ponto onde a ação do drama contemporâneo universal é mais complicada ou mais intensa.<sup>15</sup>

Mas, então o Brasil era o cenário de um dos grandes dramas que afetavam o mundo: a escravidão. Nessas circunstâncias possuía Nabuco uma razão para ingressar na política, objetivando por intermédio da ação parlamentar tornar possível o fim da escravidão. Assim, já nos primeiros meses de atividade parlamentar Nabuco principiava seu diagnóstico, apontando as mazelas da sociedade brasilei-

ra. A um só tempo buscava tornar a tribuna da Câmara um fórum privilegiado de ação. Nesse sentido, orientou seus esforços para buscar convencer os deputados da necessidade de se enfrentar a questão do fim da escravidão. Igualmente, procurava abordar outras questões que considerava importantes, indicando as medidas por ele tidas como indispensáveis para que no Brasil existissem instituições adequadas a um país moderno.

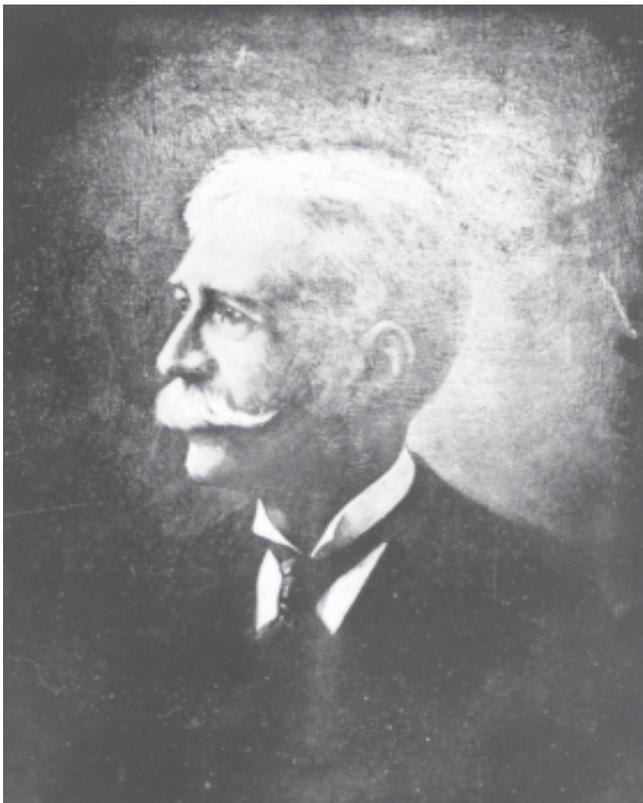
Os deputados envolvidos na questão abolicionista não tiveram seus mandatos renovados na eleição de 1881. Dessa maneira, após a derrota eleitoral, Joaquim Nabuco se dirigiria a Londres onde trabalharia como correspondente do *Jornal do Comércio*. Redigiria ali, aquele que se constituiu no mais destacado libelo contra a escravidão, *O abolicionismo*.<sup>14</sup> Nessa obra, procurava Nabuco tornar a escravidão odiosa perante os próprios senhores de escravos. O livro se constituía, dessa maneira, como um instrumento de propaganda a favor da emancipação. Reafirmava suas declarações anteriores de que a escravidão podia ser considerada uma "escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores".<sup>15</sup> Definindo ser o abolicionismo a grande causa, recusava-se a vislumbrar o fim da escravidão ocorrendo por meio de uma luta que colocasse frente a frente senhores e escravos. Assim, Joaquim Nabuco se auto-intitulava possuidor do "mandato da raça negra", a ele destinado para que conduzisse a luta

em defesa da causa abolicionista.

Joaquim Nabuco se constitui num desses raros homens capazes de conjugar com a mesma intensidade a teoria e a práxis. Ao dedicar sua vida à luta para que o Brasil se tornasse uma nação política e economicamente moderna, realizaria uma análise profunda acerca dos obstáculos à implantação, no Brasil, dos postulados dessa modernidade. A um só tempo, elaboraria um projeto completo sobre as transformações indispensáveis para que isso fosse possível. Advertia que o país precisava ser constituído por uma população livre, conhecedora dos seus direitos e deveres; governada por um regime democrático, em que as questões mais impor-

tantes para a nação fossem discutidas por representantes eleitos pelos cidadãos que a compunham.

Nessas circunstâncias, advogava Nabuco que os cidadãos brasileiros para além da liberdade deveriam possuir todas as condições necessárias para desenvolverem suas potencialidades. Dispunha então que competia ao Estado resolver o problema da terra, mediante a realização de uma reforma agrária. Havia a necessidade de se elaborar e por em prática uma política educacional eficiente, além de uma política previdenciária destinada a propiciar dignas condições de vida aos idosos. Por fim, o trabalho fabril precisava ser valorizado, devendo-se incentivar o estabele-



Joaquim Nabuco. Óleo do professor Carlos Osvaldo. Arquivo Nacional.

cimento de indústrias. Antes de explicitarmos cada uma dessas reformas defendidas por Nabuco, acreditamos ser preciso fazer algumas considerações sobre o significado dessa modernidade e as razões pelas quais o Império do Brasil se encontrava tão distante dela.

Modernidade é um conceito extremamente complexo, mas, em linhas gerais, podemos dizer que o mundo moderno se caracteriza pela presença de um pacto social diverso daquele que presidiu o medievo. A sociedade não era mais compreendida como sendo fruto da vontade de Deus e aos homens competia a organização do mundo em que viviam. Passava-se, dessa forma, a valorizar a capacidade do homem em construir a sua vida e se recusava a idéia de predestinação. Esse novo tempo foi inaugurado fundamentalmente por três eventos que podem ser considerados os marcos da modernidade: o Renascimento, a Reforma protestante e os Descobrimentos. Cada um contribuiu, a seu modo, para revolucionar o mundo. Ao se considerar inválidos valores como tradição e hierarquias e ao se valorizar o trabalho como o meio pelo qual o homem poderia se reconhecer como sendo um 'eleito de Deus', abria-se caminho para a contestação da permanência da escravidão. Os homens precisavam ser livres para empreenderem no mundo suas ações. Mais do que isso, a pouco e pouco, vai-se elaborando a teoria do direito natural à liberdade, até a formulação completa do axioma de que

os homens nascem livres e iguais perante as leis. A liberdade era, portanto, condição básica para que os homens pudessem trabalhar e se tornarem empreendedores. Por outro lado, o trabalho propiciaria ganhos monetários que por sua vez seriam utilizados para aquisição de bens.

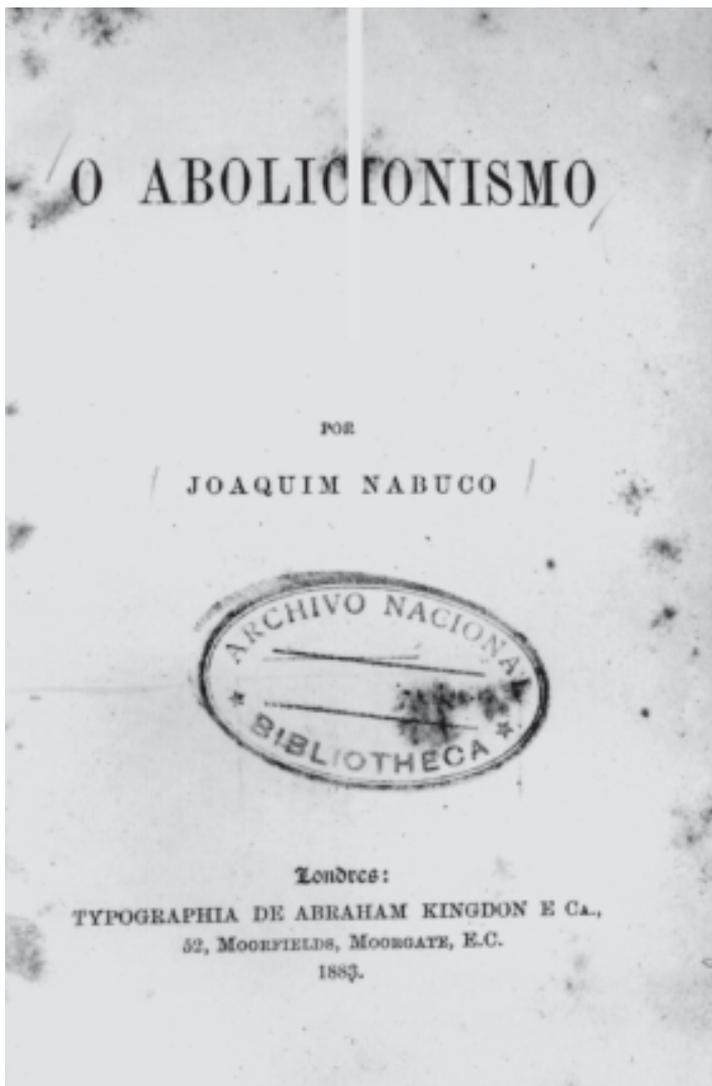
Os descobrimentos alargaram o horizonte cultural do homem europeu, na medida em que este teve contato com povos de cultura inteiramente diversa. Reforçava-se a postura dos renascentistas dispondo-se, cada vez mais, o homem como o centro das investigações científicas, artísticas e literárias. Por outro lado, o incremento das atividades econômicas propiciadas pela descoberta das novas terras contribuiu para o crescimento das atividades mercantis, bem como para o aumento da riqueza na Europa Ocidental. Em pouco mais de um século, o homem europeu passava a contrapor o direito à felicidade proporcionada pelos bens materiais ao ideário da comunidade cristã medieval e sua concepção de que o homem não devia valorizar os bens terrestres. Diante dessa nova forma de perceber a vida, a Ibéria permaneceu ligada e fiel ao catolicismo, à tradição e ao modo como o mundo estivera organizado ao longo da Idade Média. Em contrapartida, repetimos, encontramos na Europa Ocidental a negação dos valores da comunidade e a afirmação dos valores do individualismo.<sup>16</sup>

A colonização da América portuguesa se processou, portanto, dentro das bases

pertinentes a uma concepção de mundo hierarquizada, marcada pela vigência de toda sorte de privilégios. O mundo se dividia entre senhores escravos de tal maneira que mesmo os homens livres precisavam se colocar sob a proteção de um grande senhor que lhes concedia terras para plantação de gêneros destinados à subsistência, moradia e auxílios os mais diversos.<sup>17</sup>

O Estado que emergiu do processo de in-

dependência efetivado em 1822 instaurou-se tendo como base uma sociedade que preservava parte significativa do mundo colonial. O universo do trabalho estava organizado a partir de uma ordem escravista, preservando-se toda sorte de privilégios. Ocorre, porém, que o processo que levou ao rompimento dos laços coloniais foi efetuado sob a égide dos pressupostos liberais e isso era incompatível com a permanência de uma socie-



dade marcada pela presença de privilégios e principalmente pela escravidão.

À questão da escravidão, Nabuco dedicou sua vida e sua ação na política. Seus escritos tinham por objetivo esclarecer a irracionalidade política e econômica representada pela permanência da escravidão, sensibilizar a nascente opinião pública do Império, ou ainda arregimentar o apoio da opinião internacional para a causa abolicionista e, por fim, da própria dinastia reinante. Para além disso, sua vasta obra conteria também um projeto pormenorizado de reformas necessárias para que o Brasil pudesse se construir como uma nação moderna. Ao procurar convencer os proprietários de que a adoção do trabalho livre era inclusive mais vantajosa para eles mesmos, Nabuco ia analisando, passo a passo, cada um dos problemas nacionais.

Nabuco compreendia a escravidão como sendo o “centro de todo o nosso organismo social”,<sup>18</sup> e de um tipo de relação que se estabelecera em virtude do trabalho rural que desdobrou-se, tornando-se um “sistema territorial, caracterizado pelo monopólio da terra e pela clausura dos trabalhadores”. A escravidão viabilizou ainda a constituição de uma população livre “miserável e dependente do mesmo grau que o escravo”. Dessa maneira, de “sistema agrícola e territorial, tornou-se um regime social e estendeu o seu domínio por toda a parte”.<sup>19</sup>

Joaquim Nabuco se recusava a entrar na celeuma, então vigente, de que não vigo-

rava no Brasil o liberalismo político em sua plenitude. Limitava-se a constatar que existia no Império um modo particular de organização política, que impedia a vigência dos valores do liberalismo político. Isso ocorria porque os partidos ascendiam não em razão de uma opinião, mas por mercê da Coroa, e nessas circunstâncias as câmaras eram servis para com os gabinetes; na medida em que o imperador nomeava o gabinete e a este competia realizar as eleições que se processavam por um sistema indireto caracterizado pela vigência da fraude. Esta poderia ocorrer no momento da votação, na apuração dos votos ou por ocasião do reconhecimento dos diplomas. Advertia que diante disso era impossível analisar a realidade política do Brasil tomando-se por parâmetro os princípios do liberalismo.

Importava para Nabuco deter-se na especificidade da realidade brasileira porque dela decorria a impossibilidade de ser implantado no Brasil o liberalismo em sua plenitude. Nessas circunstâncias, afirmava que a questão central no Brasil era a escravidão e que dela decorriam todas as outras.

Identificado o principal obstáculo para que fosse possível o estabelecimento no Brasil de uma ordem liberal, Nabuco procurava por um lado indicar todos os desdobramentos advindos da presença da escravidão. Por outro lado, buscava apontar as transformações que considerava indispensáveis para que a ordem liberal pudesse ser implantada e advertia que com-

petia ao Estado propiciar essa transformação.

A escravidão era a responsável pela ausência de vínculo entre o homem e a terra. O subpovoamento do território também se relacionava à escravidão, pois devido ao caráter extensivo da lavoura tropical e ao fato de que ela absorvia a vida econômica do país, o território não ocupado pela grande lavoura permanecia despovoado. A escravidão era a responsável, também, por não haver vida urbana fora das capitais das províncias. Isso ocorria porque, estando o país reduzido às grandes propriedades cultivadas por escravos, pouco espaço existia para o surgimento de núcleos urbanos com atividades manufatureiras e mesmo mercantis.<sup>20</sup>

As cidades, a que a presença dos governos provinciais não dá uma animação artificial, são por assim dizer mortas. Quase todas são decadentes. A capital centraliza todos os fornecimentos para o interior; é com o correspondente do Recife, da Bahia ou do Rio que o senhor de engenho e o fazendeiro se entendem, e assim o comércio dos outros municípios da província é nenhum.<sup>21</sup>

O baixíssimo nível de vida da população decorria do fato da terra se encontrar dividida em grandes latifúndios, e isso impedia que mesmos homens livres pudessem dispor de terras para produção. Para que fosse possível o acesso à terra, o homem livre necessitava do favor de um

grande proprietário, tornando-se morador ou sitiante. A esse respeito afirmava Nabuco:

Uma classe importante, cujo desenvolvimento se acha impedido pela escravidão, é a dos lavradores que não são proprietários e, em geral, dos moradores do campo ou do sertão. Já vimos a que se acha, infelizmente, reduzida essa classe, que forma a quase totalidade de nossa população. Sem independência de ordem alguma, vivendo ao azar do capricho alheio, as palavras da oração dominical – o pão nosso de cada dia nos dai hoje – têm para ela uma significação concreta e real.(...) trata-se de uma população sem meios, nem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário – se existe esse Eldorado, em nosso país – e que por isso tem que resignar-se a viver e criar os filhos, nas condições de dependência e miséria em que se lhe consente vegetar.<sup>22</sup>

Diante disso, Nabuco procurava demonstrar que a escravidão além de tornar indigna a vida do negro, criava todas as condições para que fossem extremamente baixas as condições de vida da população. Sendo a lavoura no Brasil refratária ao trabalho livre, não restava outra saída para a população pobre, que não possuía terras nem recebia os favores de um grande senhor, a não ser migrar para as cidades, para viver em habitações paupérris-



ócio à impossibilidade de se ter acesso à terra. A apatia, por sua vez, não era vista por Nabuco como tendo origem na natureza do homem, mas sim como sendo decorrência da situação a que estava exposto. Ao negar validade a essa argumentação, Joaquim Nabuco punha-se contra as propostas imigrantistas, pois defendia a tese de que não havia falta de braços e que, portanto, não era necessário buscar no imigrante os braços para a lavoura. Por outro lado, advertia que o projeto imigrantista era nocivo também ao imigrante, uma vez que este não viria para se tornar proprietário, mas para trabalhar na grande lavoura em substituição ao escravo.

A pouco e pouco Nabuco ia apontando novos desdobramentos produzidos pela escravidão. Negava a opinião vigente de que o Brasil era uma nação rica, pois afirmava que não se podia dizer isso de um país que tinha sua economia dependente da grande lavoura, a qual vivia solicitando favores ao Estado e necessitava de dinheiro fornecido mediante a usura que, por sua vez, a sufocava. O crédito agrícola concedido pelo Estado não era suficiente e, diante desse quadro, o grande proprietário rural se via na necessidade de tomar dinheiro das mãos de um grande comerciante. Impossibilitado, por vezes, de saldar sua dívida, terminava perdendo a propriedade. Essa situação tinha como consequência o Estado ser convocado a socorrer descendentes dos grandes proprietários empobrecidos. O socorro prestado pelo Estado resultava na

hipertrofia do funcionalismo que passava a se constituir o abrigo para o sustento dos membros empobrecidos da classe dos proprietários de terras. A nação arcava, assim, com um ônus que se constituía em uma sobrecarga para a qual ela pouco se encontrava preparada.

**R**evelava-se, dessa maneira, o estado bastante frágil da própria aristocracia territorial. Por outro lado, esse funcionalismo podia ser visto como uma espécie de 'servo' do governo, o que favorecia o fortalecimento do Estado, tornando a sociedade extremamente débil. Essa fragilidade da sociedade era acentuada por uma série de outras questões, decorrentes todas da presença da escravidão. Sobre o Estado afirmava:

(...) o que é o Estado entre nós, poder coletivo que representa apenas os interesses de uma pequena minoria e, por isso, envolve-se e intervém em tudo o que é da esfera individual, como a proteção à indústria, o emprego da reserva particular, e, por outro lado, abstém-se de tudo o que é da sua esfera, como a proteção à vida e segurança individual, a garantia da liberdade dos contratos...<sup>23</sup>

Nessas circunstâncias, escravidão e regime territorial escravista constituíam-se o núcleo dos obstáculos para a construção de um país moderno. A indústria não podia se estabelecer e se desenvolver, o mercado de trabalho livre era insignificante, o mercado interno era incipiente e comercializavam-se produtos originários

do estrangeiro. A pequena e a média propriedade não existiam. O Estado ao proteger os interesses privados descuidava-se, por sua vez, das questões essenciais ao desenvolvimento nacional, tais como educação, saúde e previdência. O analfabetismo era alto, impedindo a existência de uma imprensa forte e atuante, e a opinião pública era reduzida e desarticulada. Enfim, o cenário era trágico se tomarmos como parâmetro os princípios que caracterizam a modernidade: liberdade civil e política, integração social e econômica, mercado interno forte etc. No tocante à questão educacional, advertia Nabuco:

Entre as forças em torno de cujo centro de ação o escravagismo fez o vácuo, por lhe serem contrárias, forças de progresso e transformação, está notavelmente a imprensa, não só o jornal, mas também o livro, tudo que diz respeito à educação (...). Mas para fazer o vácuo em torno do jornal e do livro, e de tudo o que pudesse amadurecer antes do tempo a consciência abolicionista, a escravidão por instituto procedeu repe-lindo a escola, a instrução pública, e mantendo o país na ignorância e escravidão, que é o meio em que ela pode prosperar. A senzala e a escola são pólos que se repelem.<sup>24</sup>

Nos discursos feitos por ocasião da campanha eleitoral de 1884, Joaquim Nabuco pôde demonstrar a um público ampliado cada um dos problemas que impediam o Brasil de se constituir como um país ca-

paz de se dirigir para atividades industriais e criar os meios necessários ao desenvolvimento educacional e cultural. Procurava elucidar que seu objetivo era libertar o escravo para emancipar a nação, sendo seu projeto nacional e global. Nesse sentido, afirmava que “a liberdade sem o trabalho não pode salvar este país da bancarrota social da escravidão, nem tampouco merece o nome de liberdade: é a escravidão da miséria”.<sup>25</sup>

A reforma que considerava essencial era a agrária. Lutava assim por uma “lei de abolição que seja também uma lei agrária”.<sup>26</sup>

É tempo de cessar esse duplo escândalo de um país nas mãos de alguns proprietários – que nem cultivam suas terras, nem consentem que outros as cultivem, que esterilizam e inutilizam a extensão e a fertilidade de nosso território – e de uma população inteira reduzida à falta de independência que vemos.<sup>27</sup>

A reforma agrária seria apenas a primeira das reformas. Outras se faziam necessárias para que o trabalho fosse garantido e valorizado. Citava, dessa forma, os artesãos e os operários, pois para ele “somente o trabalho manual dá força, vida, dignidade a um povo, e a escravidão inspirou ao nosso um horror invencível por toda e qualquer espécie de trabalho em que ela algum dia empregou escravos”.<sup>28</sup> Esse estado de coisas só podia ser superado com a implementação de medidas capazes de propiciar a criação de indús-

trias, a liberdade e a proteção ao trabalho e o direito do operário ao voto.

Todo esse conjunto se encontrava dependente da adoção do binômio 'educação e previdência'. Era necessário que houvesse um redirecionamento da política educacional, de modo a torná-la mais voltada para a ciência, em detrimento da educação bacharelesca e elitista. Seria preciso ainda que se criasse um sistema previdenciário forte e eficaz que viabilizasse o amparo à velhice e à família. Por fim, uma legislação trabalhista que garantisse os direitos do trabalhador: salário, jornada, segurança. Não descuidava Joaquim Nabuco de advertir sobre a necessidade dos trabalhadores se organizarem, porque frisava que dependia dos próprios trabalhadores a sua emancipação. Nesse momento, o liberal admirador do modelo inglês, o aristocrata, distanciava-se de suas convicções e adotava um discurso abertamente revolucionário. Referindo-se aos artesãos afirmava:

(...) vós sois a grande força do futuro; é preciso que tenhais consciência disso, e também de que o meio para desenvolver a vossa força é somente a associação. Para aprender, para deliberar, para subir é preciso que vos associais. Fora da associação não tendes que ter esperança.<sup>29</sup>

Nabuco assistiu à chegada da abolição e às discussões posteriores acerca dos direitos que possuíam os senhores de escravos de serem indenizados pelo Estado. Assistiu às lutas entre os deputados

que integravam o Partido Liberal reivindicando as glórias pela lei de abolição e protestando pelo fato da referida lei ter sido promulgada por um gabinete conservador. Assistiu, por fim, à queda da Monarquia e à Proclamação da República. Não conseguiu ver implantadas, no entanto, o conjunto de reformas que representariam uma verdadeira revolução.

### CONCLUSÕES

Joaquim Nabuco produziu o diagnóstico mais completo e profundo da realidade brasileira da segunda metade do século XIX. Os pensadores que se propunham a analisar as dificuldades do Brasil para se construir como uma nação moderna, apontavam soluções destinadas a introduzir modificações na estrutura política e administrativa. Assim, questionava-se a vigência do poder moderador, o processo eleitoral, a maneira como ocorriam as relações entre o Legislativo e o Executivo. Deve-se a Nabuco a introdução de um modo inteiramente novo de se analisar o Brasil da segunda metade do século XIX. Recusando-se a discutir os problemas que impossibilitavam o Brasil de se constituir como um país onde vigorasse plenamente o liberalismo, Joaquim Nabuco optou por produzir uma obra em que procurava demonstrar as razões pelas quais os valores do liberalismo não podiam ser implantados de modo absoluto no Brasil. Destacava que não estava no sistema político os verdadeiros problemas nacionais, mas sim na fragilidade da sociedade, decorrência da vigência da escravidão.

A escravidão era o 'calcanhar de Aquiles' do Império brasileiro e a sua permanência obstaculizava a construção de uma sociedade permeável aos princípios do liberalismo. Introduzia Joaquim Nabuco um olhar novo sobre os problemas políticos brasileiros. Mais que isso, terminaria por elaborar uma teorização acerca da sociedade brasileira destacando ser a escravidão o núcleo originário de todos os impedimentos a dificultar, sobremaneira, a construção de uma nação moderna.

Além de indicar um modo novo de se analisar o Brasil, Nabuco não se limitou a apontar os problemas, mas tratou de ela-

borar um amplo projeto de mudanças que implicava a realização de uma verdadeira revolução na sociedade e no Estado brasileiros da segunda metade do século XIX. Enquanto pensador político, preocupado em analisar os impasses existentes em seu país, Nabuco pode ser considerado, sem dúvida, aquele que produziu a mais completa obra política sobre o Brasil do século XIX. Elaborou, por outro lado, um projeto de uma magnitude ímpar para o país, que se tivesse sido posto em prática possibilitaria o Brasil ter entrado no século XX munido dos instrumentos necessários a ser, efetivamente, uma nação moderna.

## N O T A S

1. A esse respeito ver Karl Mannheim, "O problema da intelligentsia: um estudo de seu papel no passado e no presente", em *Sociologia da Cultura*, São Paulo, Perspectiva, 1974.
2. Cf. Joaquim Nabuco, *Minha formação*, 10ª ed., Brasília, UnB, 1981, p. 129.
3. Idem, *ibidem*, p. 131.
4. Idem, *ibidem*, p. 28.
5. Idem, *ibidem*, p. 28.
6. Cf. Joaquim Nabuco, *A escravidão*, apresentação e organização de Leonardo Dantas Silva, Recife, Fundaj/Editora Massangana, 1988, p. 29.
7. Idem, *ibidem*.
8. A posição da Igreja na América portuguesa a respeito da escravidão dos negros foi analisada por Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*, Petrópolis, Vozes, 1986.
9. Joaquim Nabuco, *A escravidão*, op. cit., p. 36.
10. Idem, *ibidem*, p. 76.
11. Idem, *ibidem*, p. 76.
12. Cf., por exemplo, os trabalhos de Eric Williams, *Capitalism & slavery*, Nova Iorque, 1961; e Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, 4ª ed., São Paulo, Hucitec, 1986.
13. Cf. Joaquim Nabuco, *Minha formação*, op. cit., p. 41.
14. Cf. Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*, 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1988.

15. Idem, *ibidem*, p. 27.
16. A esse respeito cf. Louis Dumond, *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*, Rio de Janeiro, Rocco, 1985. Ainda do mesmo autor: *Homo hierarchicus*, Chicago, The University of Chicago Press, 1970.
17. Ver sobre a sociedade colonial a belíssima obra de Gilberto Freire, *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 25ª ed., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1987.
18. Cf. Joaquim Nabuco, *Campanha abolicionista no Recife: eleições de 1884*, 1ª ed., Recife, Fundaj/ Editora Massangana, 1988.
19. Idem, *ibidem*, pp. 30-31.
20. As questões referentes ao papel das cidades foram tratadas por mim em *Os impasses da cidadania na transição da Monarquia para a República no Brasil*, tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH/USP, 1992.
21. Cf. Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*, op. cit., p. 113.
22. Idem, *ibidem*, pp. 127-128.
23. Idem, *ibidem*, p. 148.
24. Idem, *ibidem*, p. 137.
25. Idem, *ibidem*, p. 55.
26. Idem, *ibidem*, p. 48.
27. Idem, *ibidem*, p. 48.
28. Idem, *ibidem*, pp. 141-142.
29. Idem, *Campanha abolicionista no Recife*, op. cit., pp. 146-147.

## A B S T R A C T

This essay intends to present the interpretations developed by Joaquim Nabuco concerning Brazilian social and political life in the end of the XIX century. At the same time the work emphasizes one particular aspect, i. e., that his analysis was in opposition to the current way Brazil was normally described, and in this sense Nabuco proposed a global project of reform of the Brazilian State and the society. We tried, as well, to point out the originality and the comprehensive features of his diagnosis.

## R É S U M É

Dans ce travail nous essayons de présenter les interprétations faites par Joaquim Nabuco à propos de la vie politique et sociale du Brésil dans les dernières années du XIXème siècle. Il est important de remarquer que son analyse s'oppose nettement à la façon par laquelle le Brésil était analysé et décrit jusqu'à cette époque. Dans ces conditions Nabuco a pu élaborer un projet complet de réforme de la société et de l'État au Brésil. En même temps le travail cherche à montrer l'originalité et la nature globale du diagnostic fait par Nabuco.

**José Luís Fiori**

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professor titular de Economia Política Internacional na UFRJ e na UERJ.

# A Propósito de uma “Construção Interrompida”

A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisão. A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente.<sup>1</sup>



fecundidade permanente do seu pensamento, sua capacidade demonstrada de analisar e antecipar os acontecimentos, captando as tendências estruturais e de longo prazo da história, e de provocar, de forma constante, o pensamento dos seus contemporâneos. Isso é o que se pode dizer da obra de Celso Furtado, que soube manter-se permanentemente fiel à sua própria concepção de que

aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes pro-

**A** maior homenagem que se pode fazer a um intelectual é reconhecer a atualidade e

jetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão.<sup>2</sup>

Tal consciência e compromisso dão seriedade ainda maior à sua preocupação com as conseqüências de longo prazo da nova estratégia econômica liberal dos governos brasileiros na década de 1990. Sua advertência, no livro *Brasil, a construção interrompida*, é muito clara: “Na lógica da ordem econômica internacional emergente parece ser relativamente modesta a taxa de crescimento que corresponde ao Brasil. Sendo assim, o processo de formação de um sistema econômico nacional já não se inscreve naturalmente em nosso destino nacional”.<sup>3</sup> Diagnóstico que o leva a concluir e advertir, no plano político, que

num país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais, na ordenação das atividades econômicas, conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional.<sup>4</sup>

Uma previsão frustrante, se tivermos presente um conceito e uma hipótese que atravessam o trabalho teórico e as análises históricas de Celso Furtado e, ao mesmo tempo, reaparecem como condição

essencial do seu projeto político-econômico: sua concepção e projeto de uma “formação econômica nacional”, e sua hipótese de que ela só se concluiria com a criação “dentro do território brasileiro de um sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se (...) (através) de centros de decisão consistentes e autônomos”.<sup>5</sup> Essa premissa sustenta sua convicção de que a formação de um sistema econômico nacional brasileiro teria três condições indispensáveis: a primeira seria a criação e fortalecimento de “centros endógenos de decisão” capazes de nos dar “a faculdade de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades estabelecidas por nós mesmos”;<sup>6</sup> a segunda seria que esse processo fosse acompanhado por uma crescente homogeneização da sociedade, capaz de abrir espaço para a realização do potencial da cultura brasileira; e a terceira, finalmente, que a própria idéia da ‘formação’ se fizesse ‘vontade coletiva’ e projeto político capaz de acumular a força indispensável para transformar a agenda das prioridades nacionais em dimensão política do cálculo econômico.

Para Celso Furtado, esse era um processo em pleno curso – pelo menos desde os anos de 1930 – que foi atropelado pelas transformações mundiais que se aprofundaram a partir da década de 1970 e interrompido pelas políticas e reformas liberais levadas a cabo pelos governos brasileiros da década de 1990. “A perda de controle dos fluxos de liquidez inter-

nacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram lugar a uma situação nova em que a própria idéia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo". Quando, na verdade, segundo Furtado,

a atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões. E a questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente.<sup>7</sup>

E isso porque, como o próprio Furtado já dissera muito antes,

debilitar o Estado como centro de decisões independente dos conglomerados internacionais não significa, na América Latina, fortalecer a iniciativa privada; significa, sim, renunciar à formação de um sistema econômico nacional, isto é, um sistema de produção articulado em função dos interesses da coletividade nacional.<sup>8</sup>

Daí sua conclusão de que o Brasil, ao estar assistindo neste final de século o desaparecimento de sua "esperança de desenvolvimento", também está perdendo a expectativa e a vontade coletiva que foram decisivas para a construção e preservação de sua unidade e – apesar de sua crise quase permanente – do próprio pac-

to federativo. Por isso, não o surpreende a multiplicação recente dos conflitos verticais e horizontais que vêm erodindo, sobretudo nesta década de 1990, os laços de solidariedade inter-regional, indispensáveis ao funcionamento de qualquer república federativa.

\*\*\*

A própria obra de Celso Furtado fornece os elementos que pretendemos utilizar para prolongar sua reflexão, rediscutindo alguns aspectos da 'formação nacional brasileira'. Nosso objetivo é sustentar a hipótese de que existem contradições na forma de inserção internacional e de organização interna da sociedade brasileira, que foram responsáveis por uma espécie de inconclusividade 'originária e crônica' do projeto de construção da nossa autodeterminação econômica e política. Nesse caso, se poderia dizer, inclusive, que foi um interregno desenvolvimentista – entre 1930 e 1980 – que despertou as esperanças e criou a expectativa de que já tivessem se fortalecido e autonomizado, durante esse período, 'centros internos de poder' dispostos a completar e operar um 'sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se'. Se essa hipótese for correta, também se poderia dizer que a década de 1990 não foi apenas uma interrupção de um processo lento porém contínuo de 'formação' ou 'construção nacional', mas o fechamento de um parêntesis e o retorno aos trilhos de um caminho que começou a ser construído muito antes e

que vem sendo percorrido pelo menos desde o “advento do núcleo industrial, na Europa do século XVIII, e que provocou uma ruptura na economia mundial da época, passando a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra”.<sup>9</sup>

Para refletir-mos sobre essa hipótese, devemos partir da própria visão de Furtado sobre o desenvolvimento capitalista. Ele estiliza esta história, em vários momentos de sua obra, identificando a existência – como ‘tipos ideais’ – de duas etapas fundamentais do ‘modelo clássico’ de desenvolvimento histórico de longo prazo do capitalismo. A primeira, mais prolongada, deu-se quando a mão-de-obra era abundante e o progresso tecnológico lento, incremental e quase vegetativo. A segunda desenvolveu-se a partir da revolução tecnológico-industrial que colocou o norte da Europa, definitivamente, no epicentro da economia capitalista mundial.

O mesmo recorte histórico Celso Furtado utiliza para analisar a inserção internacional e a evolução estrutural da economia brasileira, sobretudo durante a sua ‘segunda etapa’, depois da ‘revolução industrial’. Sua tese já é clássica e bem conhecida, mas vale lembrá-la como ponto de partida de nossa hipótese. No seu livro *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, publicado em 1984, Furtado nos ensina que “a história do capitalismo industrial está marcada pela formidável expansão geográfica do seu núcleo central

ocorrida na fase inicial” e que “o sistema de divisão internacional do trabalho é fruto deste núcleo industrial original, em seu empenho de ampliar os circuitos comerciais existentes e de criar novas linhas de comércio”. Nesse processo,

a iniciativa esteve com as economias que se industrializaram e geravam o progresso técnico; a acumulação rápida que nelas tinha lugar constituía o motor das transformações que iam se produzindo em todas as partes. As regiões que neste quadro de transformações tinham suas estruturas econômicas e sociais moldadas do exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema.<sup>10</sup>

Foi nesse mesmo momento que se formaram e consolidaram, segundo Furtado, as condições originárias do subdesenvolvimento, que ele define como uma “situação estrutural que reproduz permanentemente a assimetria entre o padrão de consumo cosmopolita de uns poucos (os modernos e modernizantes), que estão de fato integrados no mundo desenvolvido, e as debilidades estruturais do capitalismo periférico”. Dualidade responsável pela limitada difusão do progresso tecnológico, reforçada e reproduzida, permanentemente, pela dependência cultural de ‘elites’ que sempre se apresentaram, através das gerações, como portadoras de projetos análogos de modernização da sociedade brasileira.

Não nos interessa aqui retomar o debate nem subscrever a tese econômica e sociológica de Furtado sobre as relações entre o consumo suntuário e o subdesenvolvimento.

O que propomos é apenas acompanhar, naqueles dois momentos históricos estilizados e nos dois espaços hierarquizados por Furtado, uma história paralela à da inovação e difusão tecnológica. A história da origem – extremamente complexa e prolongada – dos primeiros estados territoriais europeus, onde a formação dos mercados e do sistema capitalista – a um só tempo nacional e ‘global’ – se combinou com ‘vocações territoriais’ expansivas e competitivas. Esse nascimento ocorreu na Europa, como todos sabem, entre os séculos XV e XVIII, a chamada era mercantilista, ou também, parcialmente, manufatureira. Foram três séculos de luta intra-européia e de competição colonial. Mas foi também o período em que se consolidou, na paz e na guerra, a tormentosa aliança entre os príncipes e os detentores do capital, ao mesmo tempo em que avançavam, com maior ou menor sucesso, os projetos de criação de ‘sistemas econômicos endógenos’. Também aqui se pode reconhecer uma ruptura, que ocorre entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, quando se altera a natureza e a hierarquia do núcleo político responsável pela administração de uma ‘economia-mundo’ capitalista, que passa a nos incluir na forma de uma economia periféri-

ca, tal como aparece descrita e analisada por Celso Furtado. Mas as regras básicas de relacionamento entre os estados territoriais – e destes com o processo de expansão dos mercados e dos capitais privados – permaneceram e se prolongaram através dos séculos seguintes. Esse é um ponto muito importante, não apenas porque introduziu o território brasileiro no ‘sistema colonial’ português e, a partir daí, nos conflitos geopolíticos e econômicos europeus, mas também porque contém algumas lições decisivas sobre os processos originários de formação dos estados e dos sistemas econômicos territoriais que lograram se autodeterminar; lições que podem ser úteis para a discussão sobre a hipótese da ‘inconclusividade nacional brasileira’.

\*\*\*

Os limites de uma conferência<sup>11</sup> impedem uma releitura mais extensa e indispensável dessa história e nos obrigam a uma síntese imediata e rápida do que consideramos mais importante para o nosso objetivo. Referimo-nos a alguns ensinamentos sobre os aspectos mais permanentes das relações entre os estados, os capitais privados e os processos simultâneos de ‘endogenização nacional’ e expansão imperial do capitalismo e do seu núcleo europeu interestatal de gestão política. Quais as principais lições dessa história, do nosso ponto de vista?

A primeira é que o casamento do Estado com o capitalismo é originário e indissolúvel, mas foi sempre mais estre-

to e expansivo em alguns estados do que em outros;

A segunda é que os dois, ao nascerem juntos, constituíram, a um só tempo, os territórios e as economias ‘nacionais’ e os impérios coloniais. Isso vai numa direção oposta ao senso comum, que tende a considerar que os estados territoriais foram um freio permanente e impotente ao movimento de mundialização do capital. Quando, ao contrário, o que a história nos ensina desde o século XVI é que, se o capital sempre teve uma propensão incontida à globalidade, os estados territoriais originários já nasceram movendo-se – ou muito pouco depois de se haverem formado, já se moviam – em direção à ‘extraterritorialidade’ e à tentativa de constituição de impérios cada vez mais globais. Uma lei implacável com relação ao comportamento pelo menos dos que vieram a se constituir no núcleo dominante do sistema interestatal. Lei de ferro que se manifesta de maneira originária e intensa durante todo o período de formação do sistema estatal: entre a guerra turco-veneziana que culmina na Paz de Buda, de 1503, “celebrada entre a Turquia, Moldávia, Ragusa, Veneza, o Papado, a Boêmia–Hungria, a Polônia–Lituânia, Rodes, Espanha, Portugal e a Inglaterra, o primeiro grande acordo internacional dos tempos modernos”,<sup>12</sup> e a Guerra dos Trinta Anos que culmina na Paz de Westphalia, de 1648, em geral considerada como data de nascimento do sistema interestatal. Período em que a expan-

são do domínio ibérico, em direção à África e à Índia, trouxe a América para dentro da história européia. Mas, depois disso, essa ‘lei de ferro’ seguiu atuante nas disputas intra-européias pelos novos territórios e enclaves coloniais. Conflitos que se mantiveram ativos, mesmo depois e muito mais à frente, empurrando e contendo a um só tempo a expansão do poder e da riqueza das Províncias Unidas, da França e da Inglaterra;

A terceira lição que podemos extrair, sobretudo do período ‘mercantilista’ propriamente dito, é que a competição entre esses estados originários não apenas incentivou políticas protecionistas e de monopolização comercial, mas ao mesmo tempo acelerou os processos internos de ‘desregulação’ e integração que deram origem aos mercados internos e aos primeiros sistemas econômicos ‘endógenos’. Segundo Eli Hecksher, inclusive,

a força indubitavelmente mais poderosa do mercantilismo se projetava para dentro e não para fora; se dirigia contra os organismos sociais não obstante mais delimitados, contra as cidades, as províncias, os países e as corporações que haviam imperado na vida social ao longo da Idade Média. Assim considerado, o mercantilismo foi, antes de tudo, um sistema unificador;<sup>13</sup>

Em quarto lugar, a história nos ensina que – pelo menos até hoje – se essa propensão à constituição de um império universal nunca se realizou, foi porque cada novo avanço de cada um desses poderes

políticos e territoriais dominantes encontrou-se e confrontou-se com várias outras 'vocações' iguais e contrárias. E foi a existência simultânea dessas várias vocações iguais e contrárias que permitiu o surgimento de um sistema de 'equilíbrio de poder' e 'hegemonia', que foi sempre transitório e que acabou sendo chamado de 'ordem mundial'. Por isso que Max Weber associou, de forma indissolúvel, a expansão capitalista à competição entre os estados, de tal maneira que se esta fosse substituída por um império universal, o capitalismo também acabaria. Uma hipótese radical e provocadora, mas extremamente interessante para aqueles que sonham ainda hoje com um capitalismo global, sem estados e homogeneizador da riqueza mundial;

Em quinto lugar, a história nos ensina que a competição entre os estados estimulou

e estreitou, permanentemente, a aliança entre os mercadores, os banqueiros e os príncipes, na medida em que se transformou numa formidável alavanca de acumulação de riqueza, configurando o próprio espaço em que sempre se moveram os 'grandes predadores' de que nos fala Fernand Braudel. O lugar onde, na expressão de Giovanni Arrighi,

o dono do dinheiro encontra-se com o dono não da força de trabalho, mas do poder político (...) e onde poderemos desvendar (...) o segredo da obtenção dos grandes e sistemáticos lucros que permitiram ao capitalismo prosperar e se expandir 'indefinidamente' nos últimos quinhentos ou seiscentos anos, antes e depois de suas incursões nos domicílios ocultos da produção;<sup>14</sup>

A sexta lição que nos oferece a história



**Visita de Celso Furtado, superintendente da Sudene, aos Estados Unidos. 22 de julho de 1961. Arquivo Nacional.**

passada é que a relação de competição entre esses 'blocos', formados pela aliança entre estados e capitais privados, acabou gerando uma estrutura hierarquizada de poder e riqueza dentro do próprio núcleo central do sistema, no coração da Europa, e criando ao mesmo tempo um conjunto de territórios e economias – que às vezes são chamados semiperiféricos – dentro da própria Europa;

Por fim, a sétima lição que se pode extrair do casamento entre o capital e os estados territoriais originários é que a competição de que estivemos falando se deu dentro de um conjunto muito limitado de estados que, na sua origem, estavam no norte da Europa e cujo número e identidade modificou-se muito pouco através dos séculos. Um pequeno número de jurisdições políticas autônomas que pode ser considerado como o 'núcleo orgânico' de gestão política do capitalismo, mesmo quando movido por longas e periódicas guerras. Núcleo de gestão cuja competição interna, na guerra e na paz, foi absolutamente decisiva para a expansão dos mercados, a difusão do progresso tecnológico e a acumulação e distribuição da riqueza mundial. E nesse sentido, foi igualmente decisiva para a criação das 'janelas de oportunidade' que permitiram – quando bem aproveitadas – o aumento da participação na riqueza mundial de alguns poucos estados e territórios situados fora do núcleo central do sistema.

Como no modelo seqüencial de Furtado,

também nessa história da formação e competição político-econômica entre os estados territoriais ocorreu uma inflexão decisiva na primeira metade do século XIX. Trata-se de uma conseqüência da revolução industrial, mas também das revoluções políticas francesa e norte-americana e da vitória inglesa sobre as pretensões francesas, primeiro na Índia e depois na própria Europa. Foram essas vitórias que permitiram à Inglaterra transformar seu poder econômico ascendente numa nova forma do poder mundial – a hegemonia –, que lhe permitiu impor sua liderança à Europa e ao mundo com base na superioridade material, na força ideológica do seu projeto liberal e, sobretudo, no poder expansivo e articulador das suas finanças, exercido no contexto do primeiro sistema monetário internacional – o padrão ouro –, lastreado pela sua moeda, a libra.

Essa nova forma de supremacia inglesa – que começou de fato no século XVIII e prolongou-se pacificamente (na Europa), depois da derrota de Bonaparte, ao longo do século XIX – não impediu, entretanto, a recomposição do núcleo central do sistema e o retorno de uma competição econômica e política, que acabou desembocando na corrida imperialista e nas duas guerras que destruíram a possibilidade de um império mundial inglês.

É interessante notar que a própria expansão inglesa foi responsável pela constituição e fortalecimento dos estados e das economias que acabaram equiparando-se

à Inglaterra e impondo-lhe uma situação de equilíbrio e, mais tarde, uma nova hegemonia mundial. Neste segundo período dessa história política – paralelo à segunda etapa do desenvolvimento de que nos fala Furtado –, que se encerra com a Primeira Guerra Mundial, mantém-se, portanto, as mesmas regras fundamentais de funcionamento anterior do sistema interestatal. Mas, ao mesmo tempo, ocorrem três grandes novidades – paralelas à segunda revolução industrial e ao nascimento do *modern capitalism* –, duas das quais têm importância decisiva para a discussão do nosso problema brasileiro. Em primeiro lugar, o núcleo europeu expande-se e abre suas portas, pela primeira vez, a dois estados situados fora do seu território, os Estados Unidos e o Japão, ao mesmo tempo em que se consolidava, dentro do seu território, um novo poder político capaz de impor sua supremacia na Europa Central, combinando sua unificação territorial com uma estratégia nacional de desenvolvimento capitalista que se transformou em paradigma entre os casos de industrialização tardia. Mais importante do que isso, para nós, entretanto, é a forma como se deu a legitimação das estratégias econômicas de tipo ‘neomercantilista’ utilizadas por alguns estados ou potências emergentes, em pleno auge da hegemonia ideológica do liberalismo econômico. É quando se constrói e impõe uma nova idéia-força – pelo menos no plano simbólico – que propõe a homogeneização, unificação e mobilização de populações

que haviam deixado recentemente a condição da servidão: o nacionalismo. Foi nesse momento e nos países atrasados onde Estado e capitalismo se constituíram tardiamente – sobretudo no que se pode chamar de ‘semiperiferia’ européia – que o nacionalismo assumiu a forma de um projeto consciente e de uma vontade política coletiva e, portanto, também popular. Vontade que fez da homogeneização social e cultural, da ‘endogenização econômica’ e da industrialização sinônimos de ‘construção nacional’. Se excluirmos a Itália, pode-se dizer que foi quase na mesma região em que já se dera a ‘segunda servidão’ e onde Perry Anderson já identificara, no século XVII, a formação de um absolutismo original, em que a função do poder centralizado foi, sobretudo, “defender a posição de classe da nobreza feudal, ao mesmo tempo contra seus rivais do exterior e contra seus próprios camponeses”.<sup>15</sup> E onde, no século XVIII, o ‘despotismo ilustrado’ de Pedro, O Grande, Catarina II e Frederico II espelhou-se no modelo europeu, transformando Voltaire no primeiro ‘consultor internacional’ que se propôs a ajudar a modernização russa. É nesse espaço, em particular na Rússia, Hungria, Polônia, Boêmia, Prússia e, depois, Alemanha, que foi necessário traduzir – no século XIX – a visão e a linguagem ‘elitista’ do mercantilismo sobre as relações do poder com a riqueza, para que as desigualdades sociais se dissolvessem numa estratégia comum de consolidação territorial e expansão das forças produtivas. Como diz Pierre Deyon,

o mercantilismo originário foi “amoral e a-religioso considerando a atividade econômica unicamente como uma fonte de riqueza e de poder e despojando as relações entre os indivíduos de todo idealismo cristão... sendo difícil encontrar na literatura mercantilista qualquer preocupação pelos infelizes, e uma filosofia da felicidade terrena para a maioria”.<sup>16</sup>

Não é casual que tenha sido o austríaco Otto Bauer quem escreveu *A questão nacional e a social democracia*, a principal obra marxista sobre a ‘questão das nacionalidades’, publicada em 1907, enquanto seu conterrâneo Rudolf Hilferding escrevia sobre o capital financeiro e iniciava-se o debate sobre a economia política do imperialismo. Tudo isso na mesma região que foi o berço do socialismo revolucionário e o epicentro político e cultural da ‘primavera dos povos’ e da luta das novas ‘nações’ contra o poder dos impérios que controlavam a Europa Central e dividiam o território que veio a se transformar na Itália.

A história recente do século XX é mais conhecida e difícil de ser sintetizada. Mas, apesar disso, em grandes linhas, pode-se afirmar que depois de 1945, de novo, as regras básicas dessa história de ‘longa duração’ do sistema interestatal voltam a se manifestar na expansão imperial norte-americana. Expansão que esbarra na União Soviética, mantendo-se durante 25 anos uma competição interestatal bipolarizada, em que um dos competidores se colocava fora e contra as regras do

próprio sistema econômico controlado pelos Estados Unidos. Mais recentemente, depois da década de 1970, começa uma lenta mudança do quadro econômico e político mundial, que foi longamente tratada no nosso livro *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*.<sup>17</sup> O que parece cada vez mais claro, entretanto, e que acompanha e prolonga as tendências anteriores é que, primeiro na Europa Ocidental, depois na Ásia e agora na Europa Central e na Rússia – à sombra de uma gigantesca supremacia imperial anglo-saxônica –, está ocorrendo um lento processo de reconstrução daquilo que provavelmente virá a ser, no século XXI, o novo núcleo central de gestão político-estatal de um capitalismo que segue seu movimento implacável de centralização e globalização.

\*\*\*

Como utilizar essas lições da história para retomar e repensar a questão proposta por Celso Furtado sobre a interrupção do processo de construção nacional no Brasil nas últimas duas décadas do século XX? Primeiro, sublinhando, junto com Furtado, a permanente excentricidade do nosso país com relação à dinâmica do núcleo central da economia capitalista e do seu sistema competitivo de gestão interestatal. Uma posição periférica que pesou decisivamente no nosso desenvolvimento tecnológico, na evolução da nossa estrutura produtiva e na reprodução da nossa fragilidade financeira, e que se consolidou no mesmo momento em que se

dava a segunda revolução industrial, junto com um processo de acelerada centralização e monopolização do capital e acirramento da competição imperialista. Uma excentricidade – e esse é o nosso ponto – que nos transformou numa peça secundária e quase passiva da geopolítica do núcleo central, deixando-nos à margem da competição interestatal que funciona há muito tempo – como vimos com Weber e Braudel – como um elemento estratégico da multiplicação da riqueza capitalista. Mas, por outro lado, a nossa inserção como periferia econômica e geopolítica e a formação do nosso estado imperial ocorreram simultaneamente – portanto sem ‘atraso gregoriano’ – com a industrialização da semiperiferia europeia, que estava impondo ao núcleo central do sistema alguns novos sócios; e estes utilizaram, como vimos – na contramão da hegemonia ideológica liberal –, a idéia-força de ‘nação’, como fundamento de um projeto de desenvolvimento econômico de tipo ‘neomercantilista’.

Já faz tempo que as análises comparativas, de tipo histórico-estrutural, tentam estabelecer e analisar as semelhanças e diferenças entre esses dois desenvolvimentos político-econômicos paralelos, utilizando-se, sobretudo, dos conceitos de ‘via prussiana’ e de ‘capitalismos ou industrializações tardias’. Mas, não há dúvida que a comparação mais rica ainda é aquela entre o desenvolvimento econômico, social e cultural do capitalismo na Rússia, depois da abolição da servidão, e

o desenvolvimento do nosso capitalismo brasileiro, depois da abolição da escravidão. Isso porque a Rússia, ao contrário da Alemanha, além de ser tardia era semiperiférica com relação ao capitalismo do norte da Europa. Assim, do nosso ponto de vista, foi a analogia e o paralelismo com o desenvolvimento de uma economia russa dependente do Estado e do capital financeiro internacional – muito mais do que com a ‘via prussiana’ alemã – que colocou a tese de Gershenkron sobre o ‘capitalismo tardio’ do leste europeu no centro do debate sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro. E foi a polêmica dos *narodniks* e as teses de Lenin e Trotsky – sobre a fragilidade e ambigüidade da burguesia ‘nacional’ russa e o peso da massa camponesa e ‘subproletária’ – que alimentaram as intuições centrais da teoria da ‘dependência associada’ que aparece na América Latina, nos anos de 1960/70. Finalmente, foi a história da *intelligentsia*, entendida como o ‘lugar’ em que se deu a tentativa mais nítida, sintética e combativa de definição da identidade da ‘mãe Rússia’ – esta vista como fundamento de um projeto nacional e popular de revolução social –, que se transformou no paradigma de referência para análise do papel da nossa própria intelectualidade que discute, desde a segunda metade do século XIX, sobre o que seja a ‘identidade nacional’ brasileira e como transformá-la em fundamento de um projeto de modernização econômica e social.

Não há dúvida que é na produção literá-

ria dessa intelectualidade e no retrato que fazem da vida social dos seus povos que se pode surpreender, de forma mais nítida, o sentimento de ‘atraso’ das elites desses países com relação ao núcleo europeu que define os parâmetros da ‘alta cultura’ e da ‘correta temporalidade’ social e econômica. Ao mesmo tempo, é onde se pode reconhecer com mais facilidade a tensão permanente que divide tal intelectualidade entre o seu cosmopolitismo e o seu localismo, entre sua vida urbana e sua mitificação da vida rural, entre suas preocupações sociais universalistas e suas lealdades nacionais.<sup>18</sup> A existência, nessas duas distintas periferias do centro econômico e cultural da modernidade capitalista europeia, de tensões similares entre o social e o nacional e entre o local e o internacional é que nos induz a pensar na utilidade da tese de Karl Polanyi – sobre o ‘duplo movimento’ responsável pela grande trans-

formação do capitalismo entre os séculos XIX e XX – para refletir sobre as semelhanças e especificidades do desenvolvimento desses países que fizeram suas intelectualidades viverem, desde sempre, um sentimento permanente de ‘inconclusividade nacional’.

Relembrando apenas, Karl Polanyi identifica a existência de um ‘duplo movimento’ na história do capitalismo industrial e liberal, que seria o resultado histórico da

ação de dois princípios organizadores da sociedade (liberal), cada um deles determinando os seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios. Um foi o princípio do liberalismo econômico, que objetivava estabelecer um mercado auto-regulável, dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre-comér-



Celso Furtado com João Goulart e Juscelino Kubitschek. Fortaleza, 30 de março de 1960. Arquivo Nacional.

cio como seus métodos. O outro foi o princípio da proteção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – básica, mas não exclusivamente, as classes trabalhadoras e fundiárias – e que utilizava uma legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos.<sup>19</sup>

Polanyi reconhece, na sua história da ‘civilização liberal’ do século XIX, a existência de uma hierarquia política e monetária internacional. Afinal, ele também era austro-húngaro e não podia ser insensível às desigualdades intra-européias; mas apesar disso não consegue se desfazer completamente do quebra-cabeças colocado pela forma desigual e territorial como se manifesta o seu ‘duplo movimento’. Por conseguinte, ao descrever as mudanças da segunda metade do século XIX, conclui que

desde os anos de 1870 observou-se uma mudança emocional, embora não houvesse uma ruptura correspondente nas idéias dominantes. O mundo continuava a acreditar no internacionalismo e na interdependência, enquanto agia sob os impulsos do nacionalismo e da auto-suficiência. O nacionalismo liberal se transformava num liberalismo nacional, com seus mercados se apoiando no protecionismo e no imperialismo na área externa e no

conservadorismo monopolista na área interna. (...) Na verdade, o novo nacionalismo foi o corolário do novo internacionalismo.<sup>20</sup>

Isso apesar dele também se dar conta de que foi a Alemanha quem teve que se separar “... deliberadamente do sistema internacional de capital, mercadoria e moeda, de forma a diminuir a autoridade do mundo exterior sobre si mesma...”,<sup>21</sup> e de que, por outro lado, fora a Rússia, mais tarde, forçada “a seguir, relutantemente, os caminhos da auto-suficiência. (E onde o) socialismo em um único país foi originado pela incapacidade da economia de mercado em estabelecer uma ligação entre todos os países; o que parecia uma autarquia russa era apenas a morte do internacionalismo capitalista”.<sup>22</sup> Por isso, apesar de perceber especificidades históricas e desigualdades territoriais, Polanyi acaba sempre concluindo que, no longo prazo, na Europa, o protecionismo interno e externo, social e nacional tendeu a fundir-se.

Do nosso ponto de vista, os dois ‘princípios’ de que fala Polanyi são universais porque são manifestações político-ideológicas de duas contradições essenciais – ou ‘materiais’ – do próprio capitalismo: a contradição entre o capital e o trabalho e a contradição entre a globalidade dos seus fluxos econômicos e a territorialidade de sua gestão política. Essa não é sua maneira de ver e talvez por isso não consiga introduzir no seu modelo teórico o efeito do desenvolvi-

mento territorial desigual do capitalismo, tanto quanto o efeito da competição e hierarquização do poder dos estados nacionais. Como consequência, Polanyi tampouco trabalha e desenvolve a hipótese de que seu 'duplo movimento' pudesse se manifestar por distintos tempos e formas, produzindo efeitos igualmente distintos nas várias sociedades nacionais. É exatamente esse o ponto que nos interessa sublinhar: apesar de sua universalidade, esses dois princípios atuam de forma completamente diferente fora do núcleo original (norte-europeu) do sistema. Entretanto, para poder introduzir essa dimensão histórico-territorial, é necessário primeiro clarificar, conceitualmente, algumas distinções – básicas para o nosso objetivo – no raciocínio de Polanyi. A primeira é que o 'segundo princípio' de Polanyi – o da 'autoproteção social' – sempre teve duas faces, que ele mesmo reconhece, mas que não são necessariamente coincidentes ou convergentes. Por um lado, esse segundo princípio atua e identifica-se com os processos nacionais de auto-regulação progressiva das relações sociais internas de cada país, que resultaram, na história de Polanyi, de uma politização das relações de classe, forçando uma lenta democratização dos sistemas políticos europeus. Mas esse mesmo princípio também se manifestou sob a forma da regulação estatal das relações econômicas externas de cada país, voltada para a proteção dos seus sistemas econômicos nacionais. Autoproteção econômica que assumiu a forma – quase sem-

pre – de políticas de tipo 'neomercantilistas'. Porém, atenção: deve-se notar que essa mesma autoproteção da economia nacional pôde ser feita, no caso da potência hegemônica – ou de seus 'sócios' mais próximos dentro do núcleo central –, por meio da defesa do livre-cambismo e de políticas 'liberal-internacionalizantes'. Essa diferenciação é que nos permite aceitar e analisar – ainda nos termos do Polanyi – a constatação histórica de que as várias faces dos dois 'princípios' se manifestaram de forma completamente diferente – na segunda metade do século XIX – dentro do seu núcleo originário e dominante e na sua 'semiperiferia'. Essa é, do nosso ponto de vista, a explicação dessas assimetrias e arritmias intra-européias que nos reconecta com as 'lições históricas' a respeito da competição entre os velhos estados territoriais e os novos estados nacionais, situados na semiperiferia européia, mais Estados Unidos e Japão.

Juntando as duas pontas do nosso raciocínio (num exercício muito elementar de exemplificação), é possível ver que – mesmo mantendo-nos dentro do espaço ampliado europeu – a principal força de sustentação do 'princípio liberal-internacionalizante' de que nos fala Polanyi sempre foi o poder material e cultural da potência econômica dominante ou, no máximo, de um limitado número de estados situados no topo da hierarquia do que chamamos de 'núcleo central' do sistema político-econômico capitalista.

Por outro lado, o segundo princípio – de autoproteção social – só se manifestou na forma de uma democratização progressiva das instituições políticas e de uma lenta regulação das relações sociais nesses mesmos países do núcleo central. Enquanto que nos territórios situados na semiperiferia européia, onde foi mais intensa a autoproteção econômica nacional, a regulação social ocorreu na forma de ‘surto’, mais concentrados no tempo e menos democráticos, até porque havia sido mais recente a desregulação dos mercados do trabalho e da terra e, portanto – como diz o próprio Polanyi –, “era a propriedade industrial e não mais a comercial que devia ser protegida, e não mais contra a Coroa mas contra o povo”.<sup>23</sup>

\*\*\*

Também no Brasil, os mercados da terra, do trabalho e do dinheiro começam a consolidar-se na segunda metade do século XIX, no mesmo momento em que se concluía nossa incorporação econômica como periferia dos mercados europeus e da hegemonia inglesa – exatamente o processo estudado por Celso Furtado. Nossa hipótese é que, nessa periferia, também existiu e segue atuante – na medida em que é coextensivo com o capitalismo – o ‘duplo movimento’ de que nos fala Polanyi. Mas a forma com que se articulam, se desenvolvem e se manifestam os seus ‘dois princípios’ contraditórios – liberal-internacionalizante e de autoproteção nacional; e de desregulação dos mercados e autoproteção social – é completa-

mente diferente da Europa, apesar de que, também aqui, as diferenças tenham muito a ver com a forma como se deu, depois da Independência, a nossa inserção geopolítica e geoeconômica no mundo. São hipóteses muito incipientes e que estão no ponto de partida de uma pesquisa ainda por ser desenvolvida. Seria muito precipitado avançar além disso ou tentar evidenciar, de forma impressionista, o que estamos sustentando. Mas não é inútil nem impossível lembrar alguns pontos históricos que podem servir de orientação preliminar na construção da trilha futura desta investigação histórico-comparativa.

- I. Para começar, relembremos que, na clave de Furtado e Prebisch, nossa transformação em periferia econômica européia – na segunda metade do século XIX – ocorreu como contraface da expansão européia provocada pela revolução industrial. E, do nosso ponto de vista, essa expansão político-econômica do núcleo central do sistema foi liderada pela força hegemônica do ‘princípio liberal-internacionalizante’ e empurrada pela força expansiva da competição interestatal dentro da Europa. Uma conjuntura, portanto, em que a ação das forças liberais da potência hegemônica não apenas estimulou o aparecimento e fortalecimento de forças e políticas protecionistas de tipo ‘neomercantilista’ na semiperiferia européia, como também permitiu e

promoveu a expansão desigual, mas conjunta, do território econômico dos novos e velhos estados nacionais. Expansão que assumiu a forma, por um lado, da segunda grande onda colonial européia – na África e na Ásia – e, por outro, da constituição não colonial da periferia econômica latino-americana.

- II. Essa periferia, por sua vez, passa a ocupar um lugar *sui generis* dentro do sistema, porque já dispõe de um estado territorial independente, mas onde a ação liberal-internacionalizante do *hegemon* e dos seus competidores não gera nenhum tipo de reação protecionista ou de expansionismo regional, como ocorreu com o Japão no sudeste asiático e também com os Estados Unidos. Assim, os estados nacionais desse novo tipo de periferia não só não participam da competição interestatal, mas tampouco sua competição regional ocupa lugar de destaque na multiplicação das suas riquezas nacionais. Como diz Charles Tilly, “os estados da América Latina, do Oriente Médio e da Ásia do leste diferem grandemente no que diz respeito tanto à organização interna quanto à posição dentro do sistema universal de estados (...) (e) ao estender-se ao mundo não europeu, o sistema de estados não continuou simplesmente o mesmo...”.<sup>24</sup> E no caso da América Latina em particular

– acompanhando a sua tese central sobre a formação dos estados originários –, os novos estados independentes, que nascem da decomposição dos impérios ibéricos, jamais viveram, como na Europa, as “formas de guerra que esmagaram temporariamente os seus vizinhos, e cujo suporte gerou como produtos secundários a centralização, a diferenciação e a autonomia do aparelho estatal”.<sup>25</sup>

- III. O Brasil, por sua vez, acaba ocupando um lugar peculiar dentro dessa periferia – e isto já no século XIX – não apenas por ter um território mais extenso, mas sobretudo por haver evitado a sua fragmentação – que ocorreu no caso hispano-americano – por meio da constituição, negociada com os ingleses, de algo extremamente original: nem república, nem estado-nação, mas um novo império tropical que nasce sem guerras de conquista. Como diz Maria da Conceição Tavares,

o novo império brasileiro, nascido à sombra de dois impérios, um decadente e outro no auge de sua expansão mundial, manteve sob seu domínio político a expansão das oligarquias regionais em sua ocupação do espaço e estabeleceu-se aos poucos sobre um território continental unificado. Em menos de um século, os espaços econômicos decadentes da exploração colonial (...) deram lugar a um espaço dominante de acumulação, tendo como centro inter-

no o próprio complexo cafeeiro e como inserção internacional a economia mundial.<sup>26</sup>

- IV. A partir de então, não é difícil acompanhar o impacto das grandes inflexões econômicas e geopolíticas internacionais nas crises e mudanças internas da economia e da vida política brasileira. Mas, há uma herança dessa organização imperial que atravessará a história – tendo a ver com a competição e hierarquização interna de suas províncias – e que dá origem a uma espécie de ‘núcleo central interno’ do poder político e econômico. Competição e núcleo que se mantêm no período republicano, dando origem a um tipo peculiar de equilíbrio de poder inter-regional, decisivo na forma como se manifestam os ‘dois princípios’ de Polanyi. Assim, não é difícil perceber que, desde nossa inscrição na periferia do capitalismo hegemônico pela Inglaterra, veio de São Paulo a principal força de sustentação do liberalismo econômico e de sua orientação internacionalizante. Enquanto coube a uma coalizão dos demais estados do núcleo dominante ou da sua semiperiferia, aliados com os militares, sustentar políticas protecionistas e desenvolvimentistas, mesmo quando elas acabassem favorecendo prioritariamente São Paulo. Mas, embora se reconheça a importância da inflexão de estratégia econômica que

ocorre no país depois de 1930, não há dúvida de que ela foi viabilizada pela crise mundial e legitimada pelo princípio do direito universal à autoproteção dos desenvolvimentos econômicos nacionais, aceito e defendido pelas grandes potências depois da Segunda Guerra Mundial. Além disso, há que se reconhecer que o projeto desenvolvimentista de criação de um sistema econômico nacional jamais foi um projeto nacionalista agressivo, nem esteve associado a qualquer idéia de potência, com exceção, talvez, de dois raros momentos nas décadas de 1930 e 1970, quando também estavam em curso mudanças no quadro geopolítico mundial.<sup>27</sup>

- V. Nesses cento e cinquenta anos de história imperial e republicana, entretanto, o produto e a riqueza nacionais cresceram de forma continuada, realimentados periodicamente pelos ciclos de expansão do crédito, do investimento internacional e do endividamento externo do país. Os momentos de refluxo desses ciclos internacionalizantes, os ajustes e as ‘substituições de importações’ sempre tiveram como objetivo fundamental a preservação da riqueza mercantil e patrimonial das nossas classes proprietárias. E quando deram lugar, como depois de 1950, a uma verdadeira expansão industrial, esta seguiu apoiando-se, basicamente, na inter-

venção do estado sobre o crédito e/ou investimento externo.

O que importa, no caso desse tipo de economia, é, por um lado, o papel central da questão do câmbio e do crédito externo – que se transformam na principal correia de transmissão econômica entre o que ocorre no núcleo orgânico e nesse tipo de periferia capitalista: uma verdadeira porta de entrada ou saída para os países que descartaram as alternativas ‘neomercantilistas’ ou nacionalistas e optaram por alguma variante do modelo de ‘desenvolvimento associado’. Por outro lado, destaca-se o papel central do controle do poder do Estado, como instrumento de preservação e multiplicação interna da riqueza – sobretudo mercantil e patrimonial –, como já foi dito.

É sobre este pano de fundo que se sobressai a natureza paroxística dos debates ideológicos que atravessaram a ‘era desenvolvimentista’ e cada uma de suas crises. Nacionalismo versus cosmopolitismo, estatismo versus liberalismo e estabilização versus crescimento, na verdade, foram sempre clivagens táticas no manejo da política econômica, só adquirindo dimensões ideológicas e estratégicas na cabeça de alguns intelectuais, dos militares e de um número reduzido de empresários industriais. Nos momentos de expansão e fuga para frente, todos estiveram juntos e o debate arrefeceu, mas o con-

senso se desfez em todas as reversões cíclicas. Nos primeiros momentos, agigantava-se a face desenvolvimentista, nos outros, reacendia-se a ira antiestatal e a força dos liberal-internacionalizantes...<sup>28</sup>

VI. Nesse sentido, pode-se dizer que, apesar de alguns momentos isolados, nossas elites econômicas nunca tiveram necessidade de atrelar a defesa e acumulação de sua riqueza mercantil e patrimonial a qualquer tipo de projeto nacional e popular. Pode-se dizer mesmo que a expansão da ‘riqueza brasileira’, ao não passar pela competição interestatal, tampouco precisou passar pela ideologia da nação, uma vez que nunca precisou e nem sequer se propôs integrar – ainda que fosse no plano simbólico ou ideal – o processo de desenvolvimento econômico com a homogeneização social ou cultural do território e sua população.

Desde a nossa versão local e regionalista das ‘revoluções democráticas’, nas décadas de 1840 e 1850, que o discurso republicano de nossas elites regionais, comprimidas entre o Império e o medo da rebelião social, não pôde nem precisou transformar-se em discurso nacional. Como disse Tavares, “as nossas reformas burguesas sempre tiveram como limites dois medos seculares das nossas elites ilustradas: o medo do Império e o medo do Povo”.<sup>29</sup>

VII. Uma trajetória que nos dá uma pista para compreender porque, pelo menos até a década de 1930, as iniciativas democratizantes e regulatórias das relações de trabalho e de proteção social só apareceram no campo político em alguns poucos países latino-americanos, semelhando uma espécie particular de domínios informais da Inglaterra, como foi o caso da Argentina e do Uruguai. Enquanto que, no Brasil, esse mesmo princípio ou movimento de autoproteção social só se manifestou de forma tardia, depois da abolição da escravidão, em 1888, e sobretudo depois de 1920. E se nos compararmos (do ponto de vista histórico, sem nenhum juízo de valor nem prescrição normativa) com a semiperiferia européia, veremos que, mesmo depois da década de 1920, só em dois rápidos momentos – nas décadas de 1930 e 1970 – pode-

se dizer que houve uma certa convergência entre os movimentos de autoproteção nacional e a regulação autoritária das relações sociais. Em verdade, a ação do 'princípio de autoproteção social', no Brasil, foi extremamente lenta e não seguiu a trajetória das revoluções democráticas e socialistas européias, nem a das modernizações autoritárias e 'pelo alto', ficando mais próxima da evolução secular dos Estados Unidos, com quem nossas elites já haviam partilhado – em sua Inconfidência Mineira – o sonho da criação de um república escravocrata.

VIII. Do nosso ponto de vista, passa por aí a explicação de porque, embora a 'questão nacional' tenha sido tematizada no Brasil sem nenhum 'atraso' em relação ao resto do mundo semiperiférico, foi sempre um pro-



Celso Furtado no ato presidencial de inauguração da Panair do Brasil. Rio de Janeiro, s.d. Arquivo Nacional.

blema dos nossos intelectuais e militares, muito mais do que de nossas elites políticas e econômicas. Não é casual o fato de que a intelectualidade brasileira esteja há cento e cinqüenta anos se debatendo sem sucesso, na tentativa de formular um conceito e um projeto de nação que pudesse dar conta dessa aparente 'desconjunção' brasileira, enquanto o 'país real' dos donos do poder e da riqueza expandia-se, de forma cíclica mas continuada, através das portas abertas pelo liberalismo-internacionalizante e de costas para o povo. Na verdade, esse 'país real' nunca precisou da idéia de nação, e sua vontade política dirigente nunca apontou efetivamente para a 'construção de um sistema de decisões e produção capaz de definir e hierarquizar por si mesmo objetivos coletivos ou nacionais'.

- IX. Nesse ponto, pode ser de enorme importância e fecundidade – para discutir a base material da 'desconjunção' – a separação que faz Braudel entre os planos e os tempos da vida material e quotidiana da maioria da população que constrói sua sobrevivência diária através do país, praticamente à margem da rede de trocas que o atravessa desde o século XVIII. Construção marginal que faz do território brasileiro uma imensa economia de mercado, distinguindo-o do espaço em que se reproduz e acumula a riqueza propriamente ca-

pitalista, articulada, desde sempre, às possibilidades abertas pelas sucessivas ordens mundiais 'liberal-internacionalizantes'.

\*\*\*

É por isso que no Brasil, como na Rússia, coube às suas *intelligentsias* um papel tão importante na tentativa de identificar as próprias raízes e encontrar uma identidade nacional em que se pudesse sustentar um projeto coletivo de modernização econômica, social e política, que culminasse na construção de uma nação. Mas, é por isso, também, que esse esforço impotente acabou se transformando num sentimento permanente de 'inconclusividade nacional', a qual tem uma base material e social que se mantém e se manifesta de forma explícita na história intelectual brasileira, desde, pelo menos, nossa literatura romântica e a 'escola cientificista' do Recife. É verdade que alcança um nível de rara densidade e beleza na obra de Machado de Assis, como nos ensinou, já faz tempo, Roberto Schwarz. Entretanto, do nosso ponto de vista, foi nos 'modernismos' dos anos de 1920 que se explicitou de maneira mais transparente a ambigüidade e dificuldade dos intelectuais para chegar a um consenso que fundasse um projeto nacional e popular para o país.

Não cabe aqui entrar no debate sobre a história intelectual do nosso conceito de 'endogenia' e nação, mas a verdade é que, se olharmos com cuidado para a hegemonia do projeto liberal da década

de 1990 das nossas elites econômicas e políticas e dos seus intelectuais orgânicos, podemos inclusive pensar que se trata, ainda, de uma das mais acabadas obras 'modernistas'. E, nessa direção, pode-se levantar a hipótese de que o país, hoje, está sendo conduzido por uma aliança verdadeiramente 'antropofágica' e bem-sucedida entre o 'cosmopolitismo' dos jardins paulistas, atrelado às 'altas finanças internacionais', e o 'localismo' dos donos do 'sertão' e da 'mandragem' urbana. Uma aliança de poder que estaria conseguindo, finalmente, concluir a construção interrompida de um projeto secular de inserção internacional e transnacionalização interna dos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras.

É bem verdade que também se pode pensar na hipótese de que a ambigüidade

material e social e a fragilidade financeira do nosso capitalismo periférico se manterão; podendo, em algum momento, provocar uma reviravolta interna dentro das forças conservadoras, na direção de mais um ciclo de 'fuga para frente'; ciclo que ainda seria sustentado pela abundância de crédito internacional, mas que se voltaria uma vez mais para a expansão da atividade produtiva. Nesse caso, com toda certeza, deve retornar ao primeiro plano da agenda das oposições populares ao atual projeto liberal outra velha advertência de Celso Furtado, que já não tem a ver com a discussão sobre a viabilidade ou não do crescimento econômico, e sim com a da possibilidade de sua democratização: "o ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser agora, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país".

## N O T A S

1. Celso Furtado, *Brasil, a construção interrompida*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 24.
2. Idem, *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, pp. 30-31.
3. Idem, *Brasil, a construção interrompida*, p. 13.
4. Idem, *ibidem*, p. 35.
5. Idem, *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 79.
6. Idem, *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, p. 108.
7. Idem, *Brasil, a construção interrompida*, p. 24.
8. Idem, *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, p. 55.
9. Idem, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, p. 178.
10. Idem, *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, pp. 109-110.
11. Este texto é da conferência feita no Seminário Celso Furtado e o Brasil, promovido pela Fundação Perseu Abramo, e realizado em Belo Horizonte, nos dias 22 e 23 de novembro de 1999.

12. Charles Tilly, *Coerção, capital e estados europeus*, São Paulo, Edusp, 1996, p. 238.
13. Eli Hecksher, *La época mercantilista*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943, p. 6.
14. Giovanni Arrighi, *O longo século XX*, Rio de Janeiro, Editora Contraponto/Unesp, 1995, p. 25.
15. Perry Anderson, *L'État absolutiste: ses origines et ses voies*, Paris, François Maspero, 1978, p. 270.
16. Pierre Deyon, *O mercantilismo*, São Paulo, Perspectiva, 1973, pp. 83 e 86.
17. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Petrópolis, Vozes, 1997.
18. Ver R. Schwartz, *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1976; e P. E. Arantes, *O sentimento da dialética*, São Paulo, s.ed., 1992.
19. Karl Polanyi, *A grande transformação*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980, p. 139.
20. Idem, *ibidem*, p. 198.
21. Idem, *ibidem*, p. 239.
22. Idem, *ibidem*, p. 242.
23. Idem, *ibidem*, p. 223.
24. Charles Tilly, *op. cit.*, p. 278.
25. Idem, *ibidem*, p. 262.
26. Maria da Conceição Tavares, "Império, território e dinheiro", em José Luís Fiori (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Petrópolis, Vozes, 1999, p. 451.
27. José Luís Fiori, "Sonhos prussianos e crises brasileiras", em idem, *Em busca do dissenso perdido*, Rio de Janeiro, Insight Editorial, 1995; e Maria da Conceição Tavares, "Império, território e dinheiro".
28. José Luís Fiori, "Sonhos prussianos e crises brasileiras", p. 81.
29. Maria da Conceição Tavares, "Império, território e dinheiro", p. 453.

## A B S T R A C T

The author in this article analyses particularly the book of Celso Furtado, *Brasil, a construção interrompida*, which main subjects are the international economical order and the new liberal strategy of the Brazilian governments in the nineties.

## R É S U M É

L'auteur dans cet article analyse particulièrement le livre de Celso Furtado, *Brasil, a construção interrompida*, dont les principaux sujets sont l'ordre économique internationale et la neuve stratégie libérale des gouvernements brésiliens pendant la décade de 1990.

**Norma Côrtes**

Historiadora, doutoranda em Ciência Política  
pelo Iuperj e professora da Universidade Cândido Mendes.

# Consciência e Realidade Nacional

Notas sobre a ontologia da nacionalidade  
de Álvaro Vieira Pinto (1909–1987)

A celebração dos 500 anos nos convida a evocar aqueles que se dedicaram a pensar a experiência civilizacional brasileira. Considerando que o atual padrão de explicação social está fragmentado numa multiplicidade de especializações acadêmicas e científicas, este é um bom momento para se visitar a filosofia de Álvaro Vieira Pinto. Não por a 'ciência primeira' ser capaz de recompor a integração dos empreendimentos cognitivos – há muito tempo a filosofia não assume o papel de fiadora da probidade epistêmica das nossas convicções teóricas –, mas principalmente porque seu pensamento representa o mais consistente e bem acabado esforço de teorização do nacionalismo brasileiro.



Catedrático de história da filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia e intelectual com formação clássica e rigorosa, Vieira atendeu aos apelos da vida pública quando, em 1956, se juntou ao grupo de intelectuais fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Na chefia do Departamento de Filosofia do ISEB, instalado no centro dos debates nacionalistas, entregou-se à tarefa de compreender filosoficamente a formação dos vários modos de pensar o ser nacional. Em sua principal obra, *Consciência e realidade nacional*,<sup>1</sup> pôs-se a interpretar o problema da origem das múltiplas visões sobre a realidade nacional, elaborando uma densa ontologia da nação e das suas formas de consciência.<sup>2</sup> Além de preten-

der dissolver o antagonismo entre consciência e o real, reunindo um plano ao outro, todo o seu esforço intelectual visava compreender os vários modos de percepção sobre a realidade nacional e as suas respectivas formas sociais de agir, de viver e de ser. Publicada em dois longos volumes, a obra trazia para as fileiras do pensamento nacionalista brasileiro uma das mais sofisticadas tradições filosóficas do Ocidente. E desfilava uma linhagem de pensamento que se inaugurara no dualismo kantiano, ganhou concreção e historicidade na filosofia dos pós-hegelianos, atravessou o historicismo de Dilthey além da fenomenologia de Edmund Husserl, apareceu contida na hermenêutica de Heidegger e no pensamento do seu contemporâneo Ortega y Gasset, para finalmente vir a se encerrar no existencialismo de Karl Jaspers e no humanismo de Sartre.<sup>5</sup>

Embora exuberante, esse imenso *corpus* filosófico assumia um formato textual ex-

tremamente singelo. *Consciência e realidade nacional* foi escrito em linguagem ordinária e comum, acessível a todos os tipos de leitores desde que minimamente cultivados. Ainda que o autor mobilizasse um sofisticado aparato intelectual, seu argumento era exibido de modo coloquial, segundo as formas expressivas típicas do falar comum. Vieira expunha seu pensamento livremente, como se fosse uma opinião, desconhecendo a necessidade de comprovar ou exibir a fundamentação das suas afirmações filosóficas. O livro não possuía qualquer adorno técnico, nenhum tipo de referência às fontes bibliográficas e nem fazia menção teórica aos intrincados problemas filosóficos sob cuja inspiração fora confeccionado. Dessa maneira, tratava-se de uma obra densa e volumosa (cerca de mil e cem páginas) que, contudo, poderia ser lida pelo público em geral. Além disso, o texto não exigia nenhum grande salto de raciocínio do leitor. Extremamente cauteloso no



Álvaro Vieira Pinto, diretor do ISEB, ao microfone. S.d. Arquivo Nacional.

modo de apresentação do seu argumento – ora repetindo e rescrevendo as idéias, ora alterando a estrutura das frases para mais uma vez afirmar o que antes já havia apresentado –, Vieira permitia que seu leitor fosse gradativa e lentamente compreendendo toda a sua exposição.

O despojamento textual e as suas desmedidas proporções foram motivo de muita indignação por parte dos filósofos e leitores com formação especializada.<sup>4</sup> Se não chegou a ser o fator decisivo para a má fortuna crítica da obra, tal liberalidade estilística contribuiu fortemente para acentuar este destino. De maneira até compreensível, a reação da crítica foi dura e negativa. E, censurando a atitude de Álvaro Vieira, seus críticos em uníssono disseram:

... o professor Álvaro Vieira Pinto se abstém deliberadamente de fornecer ao leitor as referências bibliográficas que permitiriam uma identificação das fontes inspiradoras do seu pensamento e uma avaliação crítica fundamentada da sua originalidade. (...) A ausência de uma bibliografia das fontes sobretudo existencialista e marxista, de que se serviu o autor, torna precária qualquer tentativa de um estudo mais amplo do seu pensamento dentro das correntes atuais, o que, na nossa opinião, seria interessante e mesmo necessário, tendo em vista a significação do movimento de idéias isebiano na vida intelectual brasileira dos últimos anos.<sup>5</sup>

Justificável, essa reação revelava o des-

conforto provocado pela total ausência de indicações das fontes de inspiração do autor. Afinal, a inexistência de qualquer forma de referência significava, primeiro, que não se poderia previamente reconhecer o universo intelectual em que aquela peça filosófica se inscrevia e, depois (talvez ainda pior), que se deveria depositar cega confiança nas conclusões de Vieira Pinto. Além disso, e para culminar, a reunião das suas características textuais também não permitia o fácil reconhecimento do estilo literário da obra. Volumoso demais para ser um ensaio sobre o Brasil, coloquial demais para ser um tratado filosófico, realista e fidedigno demais para ser obra ficcional, *Consciência e realidade nacional* era um tipo híbrido e eclético de texto, flacidamente instalado numa espécie de limbo estilístico literário. Vieira, porém, pareceu desconsiderar essas questões e não se importou com as prováveis reações contrárias quando conscientemente optou por esta estratégia de apresentação textual,<sup>6</sup> compondo um texto longuíssimo, mas enxuto, pois desprovido de qualquer ornamento teórico ou de linguagem especial.

Para o autor não se tratava de simples questão de gosto entre formas de escrita; sua atitude não pode ser reduzida a uma prosaica e idiossincrática preferência pela singeleza expositiva. Na verdade, sua maneira de escrever encontrava razões políticas e teóricas muito bem consolidadas e estabelecidas no seio da mesma tradição filosófica, que estava oculta sob o manto do despojamento da sua lin-

guagem textual.<sup>7</sup>

Assim como Karl Jaspers, Vieira acreditava que “a filosofia se destina ao homem e a todos diz respeito”.<sup>8</sup> Ele nutria uma perspectiva democrática acerca do alcance social do seu empreendimento intelectual, acreditando que o público mediano teria perfeitas condições de compreender e se interessar pelos temas filosóficos que sua obra explorava uma vez que, naturalmente, se despojasse o texto da árida tecnicidade típica dos tratados acadêmicos. Desde 1956, ele vinha repelindo a suposição exclusivista que imagina que a melhor compreensão sobre a sociedade brasileira nasce apenas no cérebro de uns poucos iluminados. Na palestra de inauguração dos trabalhos do ISEB, “Ideologia e desenvolvimento nacional”, ele evoca a tradição do ensaísmo sociológico brasileiro opondo-se ao seu elitismo.

Antes de mais nada, é indispensável alterar o ponto de vista em que se perdia a velha sociologia, que, considerando a consciência social sediada exclusivamente nas chamadas elites, as separava radicalmente das massas, as quais apareciam assim como puro inconsciente coletivo.<sup>9</sup>

*Consciência e realidade nacional*, portanto, foi o passo decisivo do seu rompimento com a ‘velha sociologia’. Por vários motivos e sob todos os seus aspectos – quer como estrutura discursiva, quer como conjunto doutrinário –, esse livro representou a mais radical tentativa de quebrar os padrões de inteligibilidade da

tradição intelectual brasileira.

Quanto ao aspecto de sua composição textual, a singeleza expositiva da obra convidava ao diálogo filosófico todo e qualquer leitor que se dispusesse a pensar sobre a formação da consciência da nacionalidade. Se não apelou aos recursos expositivos esotéricos, tendo voltado sua incomum erudição para dialogar com homens comuns, foi porque acreditava que sua filosofia dispensava “o exercício do exibicionismo pedante, pois as coisas que agora tem interesse em dizer são simples, diretas, exprimem a verdade dos fatos, que são de todos, e naturalmente devem ser transmitidas em linguagem usual e acessível a qualquer um”.<sup>10</sup>

Mais que assegurar a difusão das suas idéias, a adoção da linguagem ordinária transformava a leitura de *Consciência e realidade nacional* numa experiência singular. Explico-me. À semelhança dos movimentos artísticos concretistas que nos anos de 1950 e 1960 estavam em voga – cujas exposições se caracterizavam justamente por convidar o público a interagir com a obra de arte, chamando o espectador a realizar uma experiência que encerra (contém e conclui) o fenômeno estético<sup>11</sup> –, a peça filosófica de Vieira Pinto permitia que homens comuns, mesmo sem qualquer preparo especial, experimentassem realizar os sofisticados passos intelectuais contidos no ato de pensar uma ontologia da nação e da consciência brasileira. Quer dizer, a singeleza lançava um convite à vivência do exercí-

cio filosófico. Convém observar, portanto, que o uso da linguagem vulgar não alterou apenas o modo de expor idéias. Seu principal impacto foi mudar a própria experiência da leitura, transformando-a numa espécie de diálogo cujo início exigia apenas a espontaneidade da consciência ingênua, mas que a cada passo, ao longo daquelas mil páginas, se ia transfigurando na lenta aquisição da consciência crítica da realidade nacional. Para o homem comum, a experiência de leitura de *Consciência e realidade nacional* assemelhava-se a uma travessia, uma espécie de rito de passagem da consciência. Uma vez que o livro foi aberto, o leigo não apenas aprendia uma série de informações eruditas, mas também e prin-

cipalmente – e este era o verdadeiro objetivo de Vieira Pinto – experimentava, mantinha e vivenciava um lento, longo e denso diálogo filosófico, que o conduzia a atravessar da sua original singeleza intelectual até atingir a autoconsciência crítica da nação brasileira.

*Consciência e realidade nacional* não objetivava apenas transmitir um conjunto bem definido de informações filosóficas. Ao invés de informar o público, Vieira Pinto queria formar leitores. No limite, sua intenção era modelar consciências. Nesse gesto, porém, não havia qualquer traço de magnanimidade – tal como se quisesse conceder ao leigo um pouquinho da sua vasta iluminação filosófica. Longe de adotar a postura do professor catedrático-



Álvaro Vieira Pinto. Rio de Janeiro, 1963. Arquivo Nacional.

co disposto a ensinar conhecimentos eruditos que os leitores deveriam assimilar passivamente, a sua atitude era a do intelectual engajado, o filósofo nacionalista, que indiscriminadamente convidava o público à prática, ao exercício e à aventura de pensar a formação da consciência nacional.<sup>12</sup>

Esse convite à meditação filosófica confere caráter tético a *Consciência e realidade nacional*. Porque além de escrever sobre os princípios husserlianos, afirmando o postulado fenomenológico “pensamento é ação”,<sup>13</sup> Vieira também propiciava aos leitores a oportunidade de realmente efetuar todos os passos envolvidos neste ato de pensar a realidade nacional, concretizando positivamente o argumento da fenomenologia. Quer dizer, o livro não era somente um tratado filosófico de caráter teórico sobre o problema da estrutura intencional da consciência e dos seus elos com o mundo.<sup>14</sup> Ainda que, no plano teórico, aí estivesse o ponto nevrálgico da obra, a questão não consistia apenas em definir teoricamente o problema do vínculo que reúne a consciência à realidade – de resto, porque Husserl já havia tratado disso;<sup>15</sup> para Vieira Pinto importava sim que tais vínculos fossem reais, ou seja, que os fundamentos factuais e existenciais desta idéia não fossem ignorados e nem ficassem ocultos ou esquecidos. Não bastava contemplar teoricamente o assunto consciência e realidade; o que de fato Vieira Pinto pretendia era instalar, estabelecer e enraizar uma consciência filosoficamente

preparada na realidade brasileira.

Tal intenção o conduziu a adotar um percurso de meditação bastante peculiar. Com uma trajetória metódica totalmente avessa a de Descartes, Vieira Pinto incorporou ao seu raciocínio toda a balbúrdia das idéias impuras e indistintas, elaborando uma cuidadosa fenomenologia da realidade brasileira. Ele mergulhou sua investigação no mundo ordinário e fez uma espécie de inventário da vida cotidiana e da mentalidade dos homens comuns. Sua ontologia do ser da nação e da consciência nacional não adotava a lógica dedutiva como procedimento metódico já que ele se recusava a assumir qualquer tipo de isolamento introspectivo. Foi nesse sentido que declarou:

Não me é possível ver o mundo sozinho, porque se tal acontecesse, minha compreensão seria indeterminada, sem critérios de verdade, sem confirmação; preciso que outros vejam como eu vejo. (...) O pensamento não é produção monádica, oriundo de seres racionais unitários, independentes e incomunicáveis, mas efeito social, produto do modo coletivo como um grupo humano se comporta face das coisas no trabalho pelo qual se esforça por apropriar-se delas em seu benefício. Todo o pensamento é um dizer comum...<sup>16</sup>

Ao perceber a inteligência como um *dizer comum*, um modo de *ser-com*<sup>17</sup> os demais homens, seguindo fielmente as orientações heideggerianas – fato que, infelizmente, em virtude da omissão das

referências bibliográficas, a crítica não pôde, soube ou quis perceber –, Vieira atribuía significado comunitário, isto é, dialógico e intersubjetivo<sup>18</sup> a todo e qualquer pensamento sobre a realidade nacional, mas particularmente conferia tal caráter a sua própria incursão intelectual<sup>19</sup>. Quer dizer, ele inscrevia a si próprio na realidade que investigava e se instalava na vida ordinária, tornando-se um dos tantos intérpretes e partícipes da sociedade brasileira. Em outras palavras, a consciência do filósofo se quer mais um dos habitantes da mesma realidade sobre a qual meditava.

Com efeito, no que diz respeito ao aspecto do seu enraizamento histórico e social, a consciência filosófica não difere da mentalidade dos demais homens (embora, é claro, seja mais erudita). Tal indistinção não só permite correlacionar a realidade com uma filosofia que lhe corresponda<sup>20</sup> – sugerindo, pois, uma sociologia do conhecimento<sup>21</sup> –, mas também implica rejeitar qualquer forma de isolamento ou de ruptura epistêmica entre o intérprete e os fenômenos observados. Se autêntico e sincero, o saber filosófico não afasta o pensador do mundo dos homens, pois, considerando que é um *dizer comum*, o pensamento não conduz a um plano superior e cognitivamente privilegiado, como se içasse o filósofo a um *topos* especial a partir do qual ele observa a realidade nacional. Ao contrário, para bem compreender o Brasil, Vieira Pinto acreditava ser necessário despir-se de todo e

qualquer traço de pedantismo intelectual.<sup>22</sup> A erudição e a sabedoria não conferem nenhum privilégio epistêmico àquele que as possui.

Eis a razão de ter adotado um formato discursivo popular. Ao perceber a própria investigação como expressão de uma dentre tantas outras inteligências que habitam (no) e explicam o mundo dos homens, sua atitude intelectual (a que chamou docilidade do espírito<sup>23</sup>) o conduziu necessariamente a uma espécie de ânimo compreensivo que desejava aceitar e queria assimilar a realidade tal como constituída pelo *dizer comum*. Álvaro Vieira Pinto concebia a consciência crítica (leia-se filosófica) nos seguintes termos:

O pensamento crítico da realidade nacional não afirma nenhuma proposição como verdade *a priori*, descoberta pela reflexão pessoal, auto-suficiente, antes sustenta que *a verdade é um valor social*, exige a participação do outro, que a deve aceitar mediante condições que lhe sejam próprias, do contrário não passaria de lucubrações solipsistas. (...) portanto, *preciso do outro para 'constituir', quer dizer, instituir conjuntamente com ele a verdade do que conheço*, por outro lado, não posso dar por suposto que o processo de percepção da consciência alheia seja idêntico ao meu (...). Logo, a consciência crítica só é capaz de formular a sua verdade na base da comunicação social. Quando esta não existe quebram-se os suportes do pensar lógico, ficando o ho-

mem à mercê das impressões e intuições emocionais.<sup>24</sup> (os grifos são meus)

Sendo assim, quando mergulhou sua investigação no cotidiano da vida brasileira, elaborando uma fenomenologia da consciência nacional, ele não estava só declarando as suas simpatias pela mundanidade, como se nutrisse um particular apego pelo povo, uma espécie de encantamento populista pelas formas corriqueiras e vulgares de pensar e viver. Ele

sequer idealizava a expressividade vulgar. Nada o conduzia a pensar que o núcleo genuíno da nacionalidade ardesse no seio do povo. Ao contrário, afinal compreendia que o falar das massas era inconseqüente – nele grassava o mais cômico e ingênuo modo de se pensar a realidade nacional<sup>25</sup> –, e seu principal (senão único) objetivo foi justamente superar tais modos singelos de se compreender a nação.

Em verdade, eram os seus postulados fi-



Jean-Paul Sartre. S.I. 20 de fevereiro de 1954. Arquivo Nacional.

losóficos, uma vez que vinculavam a consciência ao mundo, que reclamavam pelo enraizamento da sua própria meditação na realidade nacional. Portanto, quando Vieira adota a coloquialidade para elaborar uma fenomenologia descritiva do mundo ordinário e das suas formas de consciência, não está somente descrevendo a sociedade brasileira. Longe de ser apenas uma contemplação sobre uma realidade que não lhe afetava, a fenomenologia oferecia um território reflexivo para o estabelecimento do próprio exercício filosófico. Já que concordava com Husserl,<sup>26</sup> ele não poderia afirmar que a inteligência consiste num dizer comum – um jogo de reconhecimento e compreensão mútua que os homens experimentam entre si –, para logo em seguida se evadir da realidade, indo fundamentar os seus próprios enunciados na evidência exclusiva e excludente da sua subjetividade, erguendo um cenário teórico perfeito e verossímil, mas irreal já que concebido dedutivamente como ideação de um *cogito* indubitável.

Ainda que o despojamento textual sugerisse o contrário, o formato discursivo de *Consciência e realidade nacional* nem era casual, nem se devia exclusivamente a uma preocupação didática – como se revelasse apenas uma particular atenção do autor para com o seu público. Em verdade, tal formato era absolutamente adequado aos postulados teóricos do filósofo, possuindo um efeito duplamente tético (dualidade que, vale lembrar, reproduz os dois planos conceituais da obra: a cons-

ciência e a realidade): o primeiro diz respeito ao estatuto da leitura, ou seja, tratava-se de estabelecer uma interação entre o filósofo e o homem comum, diálogo assegurado pela singeleza textual; mas o segundo efeito incide sobre a necessidade de fundamentação da investigação filosófica em si mesma – na medida em que, voltando a citá-lo, declarou: “preciso do outro para ‘com-instituir’, quer dizer, instituir conjuntamente com ele a verdade do que conheço”. Em suma, ao descrever coloquialmente a vida social brasileira, Vieira Pinto tanto lançava um convite ao diálogo filosófico, oferecendo aos leitores um cenário facilmente compreensível sobre as várias concepções de realidade nacional, quanto também estabelecia (e tematizava sobre) a mesma situação dialógica que era condição de possibilidade absolutamente necessária para a execução do seu próprio empreendimento intelectual.

Há um último aspecto a considerar. Do ponto de vista substantivo, o uso de formas expressivas ingênuas, próprias do linguajar e da mentalidade das massas, repousava sobre a hipótese de ser justamente aí, em meio ao confuso balbúcio da mentalidade singela, onde se encontrava a consciência socialmente compartilhada daquilo que se chama de realidade nacional. Dessa forma, a investigação de Vieira Pinto visava o exaustivo comércio dialógico que os homens experimentam entre si – comércio em que se constitui, confirmando ou não, aquilo que eles compreendem, classificam e discriminam

como verdadeiro. Quer dizer, *Consciência e realidade nacional* consiste numa investigação sobre como os vários modos de consciência inscritos na sociedade brasileira configuravam e compreendiam a chamada realidade nacional.

Esse traço é crucial para a compreensão do rompimento de Álvaro Vieira Pinto com a tradição do pensamento social e político brasileiro. A sua ontologia não foi buscar o ser da nacionalidade em um elemento identitário genuíno, nem mesmo na idéia de brasilidade ou no âmago de alguma essência supostamente primeva. Ao invés disso, Vieira tem como objeto de investigação as formas de mentalidade que conflitivamente convivem na sociedade brasileira. Ele visava compreender o acordo que esta multiplicidade de consciências conquista e, através dos seus respectivos juízos, define o que se entende por realidade. E assim procedeu em virtude de postular o caráter social da verdade – uma vez que a verdade é social e conjuntamente constituída, o filósofo não pode pontificar sobre um núcleo genuinamente verdadeiro à revelia do efetivo esforço constituinte que coletivamente a estabeleceu enquanto tal. Isso significa que não existe um elemento ou algo substantivo a que se possa chamar de identidade, de caráter, de espírito ou de realidade nacional dados previamente à convivência social que os homens de fato experimentam entre si. Pois é somente através de tais relações sociais que eles compartilham uma espécie de contrato cognitivo que, fixando o estatuto de to-

das as coisas que estão no mundo, estabelece um acordo ontológico acerca do que a realidade é ou deixa de ser. Em outras palavras, em *Consciência e realidade nacional* a compreensão das formas de consciência nacional visava responder como os homens efetivamente estabelecem e determinam, por meio do convívio social, o que é a verdade, o que é o bem, o que é o belo, o que é a justiça, o que é o poder etc. Enfim, tratava-se de investigar o processo de constituição social da realidade nacional.<sup>27</sup>

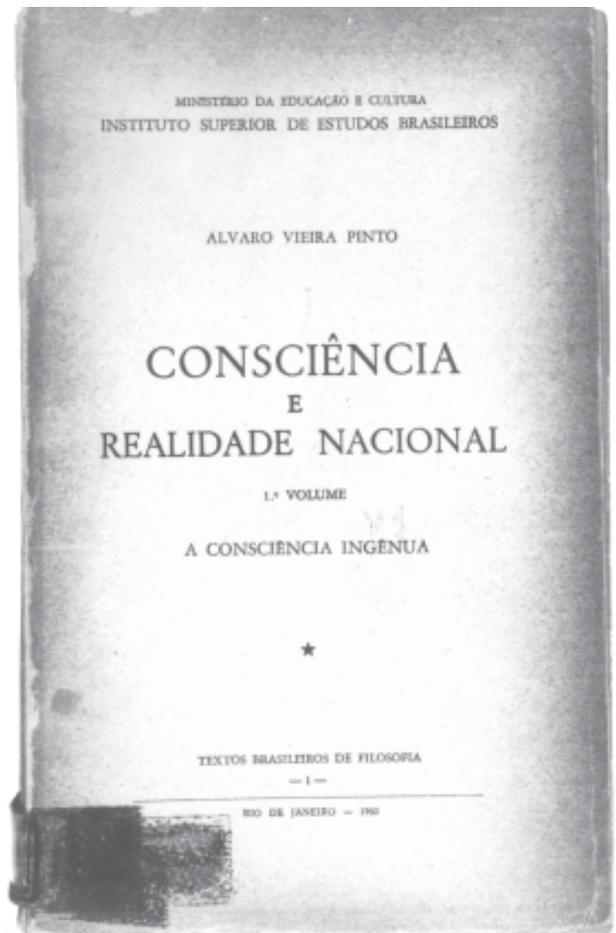
Esse ponto de partida implicava rejeitar a suposição de que caberia ao filósofo o privilégio de estabelecer a realidade do mundo – como se a habilidade de definir o ser de todas as coisas (habilidade que caracteriza a investida ontológica) fosse uma prerrogativa exclusiva da consciência filosófica. E, depois, também significava retirar qualquer caráter normativo de *Consciência e realidade nacional*. Quer dizer, Vieira Pinto tanto se recusava a pontificar sobre o que a realidade é, na medida em que não identificou aprioristicamente algo a que se pudesse chamar de ‘ser nacional’, quanto se negava a estabelecer um corpo de normas que definissem o dever-ser do ente nação. Por fim, e em decorrência disso, ele também era levado a repelir as teses dos principais ensaístas e publicistas brasileiros, rompendo com o modo de tradicionalmente se configurar o problema da nacionalidade.

Porque enquanto a tradição intelectual

brasileira vinha sistematicamente perseguindo um princípio que consubstanciasse a brasilidade em seus traços mais genuínos – e nessa busca acabou por traçar uma longa série monotemática de predicados da nação: ora a sensual mistura das raças, ou a exuberância tropical, ora a personalidade dócil, ou a indolência do herói sem caráter, ora os traços orientalizantes da colonização, ou a descoberta de uma “alma” interiorana e sertaneja, ora ainda a imensidão territorial, ou mesmo a chamada questão social<sup>28</sup> –, Álvaro Vieira Pinto, em um só movimento, rejeitou todas es-

tas elaborações reificantes do chamado caráter nacional brasileiro. Em hipótese alguma, sua ontologia buscou estabelecer predicados essenciais para o ente nacional. A rigor, sequer existe *um* ente nacional. Em *Consciência e realidade nacional*, a nação não é uma coisa nem um espírito, não consiste numa extensão tangível, nem num sentimento romântico, não é um agregado de seres reunidos pelo contrato político e tampouco é raça, comunidade lingüística ou solo fecundo. Porque apenas

... para a mentalidade ingênua a nação é coisa que “já existe”, e precisamente



existe enquanto coisa. Está feita, sua realidade é completa, ainda admitindo-se que sofra modificações ao longo da história. É o berço material e espiritual onde fomos depositados pelo destino, e por isso nos precede, sendo o terreno que nos é oferecido para nele exercer a nossa operosidade. O essencial desta crença é a acentuação, em sentido ingênuo do “fato” da nação; esta nos precede, é um “fato” porque está “feita”, acabada na sua realidade presente, embora não terminada na existência temporal. (...) Ora, o que a consciência crítica desvendará é exatamente o oposto: *é a minha atividade que torna possível a existência da nação*. Esta não precede a minha ação, mas sucede dela.

*A nação não existe como fato, mas como projeto*. Não é o que no presente a comunidade é, mas o que pretende ser, entendendo-se a palavra “pretender” em sentido literal, como “pre-tender”, “tender antecipado” para um estado real, e não no sentido de imaginário pretender, na antecipação de querer passar por aquilo que não é. (...) A comunidade constitui a nação ao “pretender ser”, porque é assim que a constitui no projeto de onde deriva a atividade criadora, o trabalho. A nação resulta, pois, de um projeto da comunidade, posto em execução sob a forma de trabalho. A nação está sempre adiante do presente, o qual não é, como ingenuamente se pensaria, momento perfeito da existência da nação, mas

condição para essa existência. Não se tem de entender o presente em sentido cronológico, enquanto inevitável passagem para o futuro; mas em sentido ontológico, como fundamento do projeto de ser. *A nação está sempre adiante, consiste no projeto que formamos de fazê-la. Não é um ser, e sim um mais-ser*, porque só é o estado presente da realidade quando vemos na perspectiva da sua transformação no estado futuro, quando consideramos portanto como acrescentado ao “ser” atual o seu imediato “ir-ser”. *A nação não é um dado do conhecimento intelectual, mas uma decisão da vontade social*.<sup>29</sup> (os grifos são meus)

A fórmula que melhor condensa essa citação pode ser expressa nos seguintes termos: ‘o ser da nação é o tempo’. Embora Vieira Pinto não tenha tão claramente explicitado este tributo a Heidegger, tal fórmula conduz ao centro da sua ontologia da nacionalidade. Para ele a nação não tem existência substantiva, mas é aquilo que os homens realizam historicamente. Seus predicados não foram, estão ou serão definidos de forma imutável. Ela não secreta sua alma (sequer possui uma) sobre aqueles que nos seus limites geográficos vivem e morrem. Sendo histórica, nunca se dá como a mesma, pois sua compleição é conquistada através dos tempos. É o fruto das realizações humanas, das ações, dos conflitos, dos diálogos, dos acordos, dos limites que cada geração ao longo do tempo alcançou e empreendeu.

Dizer que é histórica e temporal, contudo, não implica ir buscar o núcleo do seu ser no passado. Embora possua uma memória e uma história (que os arquivistas guardam e os historiadores cuidam de narrar), para Vieira a nação não consiste naquilo que no ontem se definiu. A cada momento, quando mais um recém-chegado nasce, um novo arranjo de existir se estabelece, conformando uma outra e singular situação histórica. Então, sob a força deste impulso não apenas o futuro se apresenta como promissor e virtualmente pleno de todas as inéditas oportunidades que sequer ainda foram totalmente vislumbradas, mas o próprio passado se exhibe mutável e aberto, sendo alterado e recomposto a cada nova interpretação historiográfica que, de tempos em tempos, se sucede (de acordo com o ritmo das transformações nos paradigmas cognitivos), refazendo desse modo a memória e a tradição nacional.

Assim como em Heidegger, segundo Vieira, o tempo aponta para uma fronteira aberta, uma dimensão que desconhece limites. Nem o limite do que outrora foi, nem o limite do que virtualmente será. Pois se o futuro pode ser facilmente concebido como indeterminado – pelo fato de não ser ainda –, da mesma forma se pode conceber o passado – pelo fato de não ser mais. Ambos são aquilo que no presente se determina. E a cada novo instante, em cada nova atualidade, uma conjunção temporal original reúne passado-presente-futuro, alterando as expectativas do porvir e modificando as perspectivas

sobre o passado.

Espécie de fissura na malha temporal, o presente guarda todas as possibilidades da mobilidade histórica. É nele quando se travam os conflitos<sup>30</sup> em torno quer da memória histórica, quer dos projetos de destino. *Porque é hoje o momento em que se define tanto o que a nação será, quanto o que ela julga ter sido.* Intervalo temporal perpetuamente aberto – seu tempo ainda não foi consumido, seu desfecho jamais será dado –, o momento atual encerra a indeterminação do devir. Com efeito, a historicidade reside nesta franquia que o presente oferece, pois, sendo inconclusa, a conjuntura atual pode vir a ser preenchida pela livre ação humana. Por isso, Vieira declara que “o presente é para a visão lúcida um campo de possibilidades aberto ao projeto existencial do homem e da comunidade. É o descortino do futuro e não o coroamento do passado”.<sup>31</sup>

Em *Consciência e realidade nacional*, a nação se diz histórica e temporal não em virtude de o filósofo ter recolhido uma coleção de fatos contidos num passado remoto já definido e realizado, mas em razão de o tempo presente trazer consigo a virtualidade de tudo o que ainda resta por fazer no futuro (e aí se inclui a explicação do passado). Em outras palavras, a historicidade não consiste na mera observação *a posteriori* de uma sucessão temporal – não se trata de contemplar o que aconteceu na história pátria –, mas revela esta abertura para o futuro que se exprime como vir-a-ser.<sup>32</sup>

Quando Álvaro Vieira Pinto recusou-se a estabelecer um ser essencial para a nacionalidade, definindo o estatuto ontológico da nação pelo seu *projeto de ser*, em verdade afirmava o primado da ação. E jogava sobre os ombros de seus contem-

porâneos o peso da responsabilidade correspondente à liberdade<sup>35</sup> que cada momento presente oferece aos homens para projetar o futuro e o passado da comunidade nacional.

É possível que aí ainda haja uma lição.

## N O T A S

1. Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*, Rio de Janeiro, ISEB, 1960, 2 volumes.
2. Há uma variedade de termos que correspondem à noção de consciência de *Consciência e realidade nacional*, dentre os quais se destacam: espírito, mentalidade, representação, pensamento, modalidade de pensar etc. Segundo Vieira, a "consciência é sempre um conjunto de representações, idéias, conceitos organizados em estruturas suficientemente caracterizadas para se distinguirem tipos ou modalidades". *Consciência e realidade nacional*, v. I, p. 20.
3. Sobre essa linhagem filosófica, cf. C. Delacampagne, *História da filosofia no século XX*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997. Cf. também Pietro Prini, *Historia del existencialism: de Kierkegaard a hoy*, Barcelona, Herder, 1992; Javier B. R. Azúa, *De Heidegger a Habermas*, Barcelona, Herder, 1992. Sobre os vínculos entre Dilthey, Husserl e a filosofia da existência cf. Eduardo Nicol, *Historicismo y existencialismo*, (1950), México, Fondo de Cultura Económica, 1989; Dilthey-Husserl, *Correspondências entre Dilthey e Husserl (jun./jul. 1911)*; "En torno a la filosofía como ciencia estricta y al alcance del historicismo", em *Revista de Filosofía de la Universidad de Costa Rica*, v. I, nº 2, 1957, pp. 103-124; Françoise Dastur, *Husserl, des mathématiques à l'histoire*, Paris, PUF, 1995; Martin Heidegger, *Ser e tempo*, (1927), Petrópolis, Vozes, 1993; Hans-Georg Gadamer, *Verdad y metodo*, (1960), Salamanca, Sígueme, 1988.
4. A primeira recepção crítica de *Consciência e realidade nacional* foi formada pelos seguintes textos: Luís Washington Vita, "Consciência e realidade nacional", em *Revista Brasiliense*, nº 41, maio/jun. 1962; Leandro Konder, "Consciência e realidade nacional", em *Estudos Sociais*, nº 12, abr. 1962; padre Henrique C. Lima Vaz, "Consciência e realidade nacional", em *Síntese*, jun. 1962; Michel Debrun, "O problema da ideologia do desenvolvimento", em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, II-2, jul. 1962; e Gerard Lebrun, "A realidade nacional e seus equívocos", em *Revista Brasiliense*, nº 44, nov./dez. 1962. Um panorama desta recepção pode ser encontrado em Marcos César de Freitas, *A personagem histórica e sua trama: Álvaro Vieira Pinto na história intelectual da revolução brasileira*, tese de doutorado, PUC-SP, 1997.

5. Henrique C. Lima Vaz, "Consciência e realidade nacional", op. cit., p. 71.
6. Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*, op. cit., v. I, p. 17: "O caráter de meditação livre, evidente no trabalho aqui apresentado, é inerente à situação do autor diante do assunto. Desejando pensar por si mesmo o problema que escolheu, sem a preocupação em compendiar-lo numa exposição didática, quis valer-se dos conhecimentos hauridos na sua formação intelectual para com o auxílio deles investigar o tema que se propôs. A liberdade da meditação a que se devotou explica a ausência de dissertações expositivas dos conceitos e doutrinas de que se utiliza ou a que alude, bem como alguma desordem na disposição da matéria. (...) Não figuram, por isso, no presente trabalho discussões filosóficas sobre as relações entre a consciência e o ser, mas tão-somente as que se referem à questão restrita das relações entre o pensamento com a realidade nacional. Igualmente não figuram (...) discussões expositivas das diversas atitudes doutrinárias que suscitam. De certo modo, é possível dizer que o autor dá por suposto o conhecimento delas e se outorga a liberdade de usar conceitos que lhes são próprios para esclarecer os tópicos em exame. Não sendo o livro um tratado expositivo, e sim meditação contínua e, em grande parte, assistemática, a utilização de tais conceitos é lícita e não prejudica o entendimento de algum leitor menos familiarizado com eles, pois o sentido em que são tomados ressalta claro no texto. Deliberadamente não há dissertações doutrinárias, mas apenas a incorporação de alguns produtos da reflexão alheia ao modo de pensar do autor, quando lhe parecem úteis a exprimir a sua própria compreensão".
7. Esse modo de exposição filosófica já havia sido posto à prova pelo próprio Husserl que, em *A crise das ciências européias*, publicado em 1954 – poucos anos antes de *Consciência e realidade nacional* –, declara ter deliberadamente evitado recorrer à linguagem técnica e científica. Então, ele escreve: "Esta linguagem foi evitada conscientemente. Entre as grandes dificuldades do modo de pensar que pretende capturar e fazer valer a 'intuição originária', ou seja, o mundo da vida pré e extracientífico, que acolhe em si toda a vida atual e também a vida do pensamento científico e a alimenta como fonte das suas configurações conceituais de sentido; entre todas essas dificuldades figura, dizia, ter que adotar a linguagem ingênua da vida, ainda que também se precise manejá-la adequadamente, isto é, tal como se requer demonstrações teóricas. *Que o retorno cabal à ingenuidade de vida, se bem que numa reflexão que se eleva sobre ela, seja o único caminho possível para superar a ingenuidade filosófica* subjacente ao 'cientificismo' da filosofia objetivista tradicional, é algo que se clarifica pouco a pouco e finalmente, de um modo pleno, abrirá as portas para uma nova dimensão filosófica, já repetidas vezes indicadas". (o grifo é meu) Edmund Husserl, *La crisis de las ciencias europeas y la fenomenología transcendental*, Barcelona, Crítica, 1991, p. 61.
8. Karl Jaspers, *Introdução ao pensamento filosófico*, São Paulo, Cultrix, 1991.
9. Álvaro Vieira Pinto, *Ideologia e desenvolvimento nacional*, Rio de Janeiro, ISEB, 1956, p. 15.
10. Idem, *Consciência e realidade nacional*, op. cit., v. II, p. 210.
11. Cf. Ronaldo Brito, *Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*, Rio de Janeiro, Funarte, 1985.
12. Aí se encontram traços de uma filosofia da pedagogia, sobre o seu impacto na obra de Paulo Freire, cf. Vanilda Pereira Paiva, *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
13. Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*, op. cit., v. II, p. 187: "Pensar e agir, só para fins de exposição didática, são coisas distintas. Inteligência e vontade não são faculdades subsistentes à parte uma da outra, nem disposições independentes no todo físico-espiritual que é o do homem, em sua qualidade de ser socialmente condicionado. (...) Pensar é desde logo agir, como a ação é o pensamento que se conclui".  
*Consciência e realidade nacional*, v. II, p. 197: "A ação é sempre concreta, pois se completa no efeito atual sobre determinado objeto da realidade. Ao contrário da especulação, que é abstrata, e por isso se dirige ao universal, a ação incide sempre sobre o dado concreto. A consciência que daí resulta é também concreta, diz respeito a este fato ocorrido aqui e agora. É possível generalizar e, portanto, tornar abstrata a teoria ou a proposta da ação, mas não a própria ação. A consciência que se dispõe a refletir as modificações do universo, resultantes de determinada atividade, torna-se também concreta na sua representação".
14. Idem, *ibidem*, v. I, pp. 42-44: "A tese fundamental a defender é a de que a consciência não existe à parte do real representado, como se fosse um interveniente estranho, que se superpusesse à realidade para percebê-la de fora, à distância. A relação da subjetividade ao plano real não é de ligação, entre um suposto mundo espiritual e o das coisas materiais, nem a de mera reflexão óptica, como se o objeto real admitisse uma imagem virtual num espelho, mas é a relação de 'intencionalidade'. (...) A consciência não tem existência em si, independentemente

te, destacada da coisa que representa, mas é sempre consciência *de algo*, tende sempre para aquilo que é a cada instante o seu objeto e se conforma exclusivamente no momento de representá-lo. Não o constitui como existente pelo ato de conhecê-lo, mas se constitui a si própria por esse ato. Só assim, ao perceber, é representação subjetiva de alguma coisa objetiva. (...) Temos de entendê-la como modo de ação, específico do existir humano, pelo qual este se constitui em foco de representações (...). É na relação de conhecimento que o sujeito se vai criando, em face da realidade que preexiste a ele”.

15. “A percepção da ‘casa’ ‘visa’ (refere-se a) uma casa – ou, mais exatamente, tal casa como recordação; a imaginação, como imagem; um juízo predicativo; um juízo de valor acrescentado, visá-la-ia a sua maneira, e assim por diante. Estes estados de consciência são também chamados estados intencionais. A palavra intencionalidade significa apenas esta particularidade intrínseca e geral que a consciência tem de ser consciência de qualquer coisa, de trazer, na sua qualidade de cogito, o seu *cogitatum* em si próprio.” Edmund Husserl, *Meditações cartesianas*, (§ 14), Porto, Rés, s.d.
16. Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*, op. cit., v. II, p. 302.
17. Cf. Martin Heidegger, *Ser e tempo*, op. cit., (§ 25-27).
18. “... o sentido de uma comunidade de homens, o sentido do termo ‘homem’, que, já enquanto indivíduo, é essencialmente membro de uma sociedade (...) implica uma existência recíproca de um para outro. Tal implica uma assimilação objetivante que coloca o meu ser e o do dos outros no mesmo plano. Eu e cada outro somos, portanto, homens entre outros homens. Se me introduzo em outrem pelo pensamento e se penetro profundamente nos horizontes daquilo que lhe pertence debater-me-ei de imediato com o seguinte fato: da mesma forma que o seu organismo corporal se encontra no meu campo de percepção, o meu encontra-se no campo de percepção dele e, geralmente, apreende-se tão imediatamente como ‘outro’ para si como eu o apreendo como ‘outro’ para mim. Vejo igualmente que a multiplicidade dos outros se apreende reciprocamente como ‘outros’; em seguida, posso apreender cada um dos outros não como ‘outros’ para si e, portanto, ao mesmo tempo, imediatamente para mim próprio.” Edmund Husserl, *Meditações cartesianas*, op. cit., (§ 56), pp. 164-165. Sobre o conceito de intersubjetividade cf. § 42 a 63.
19. Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*, op. cit., v. I, p. 189: “O diálogo é a condição existencial da realidade humana que dele precisa para se fazer a si mesma, e tem forçosamente de exercê-lo no âmbito comunitário, com interlocutores reais e sobre temas objetivos. O diálogo não pode ser exercício imaginário, a que o espírito se dedique para adestrar-se ou simplesmente para provar a sua verdade em presença de um adversário fictício; tem de ser um drama concreto, travado entre existências que ocupam posições distintas no espaço social, antagônicas em virtude de razões que afetam existencialmente uma e outra”.
20. Idem, *ibidem*, v. I, p. 63: “Um país não possui o grau de consciência que exhibe, não cultiva preponderantemente determinada concepção filosófica, não adere a uma teoria política, não desenvolve particular estilo artístico, por virtude do acaso. Todas as manifestações espirituais que em conjunto formam a sua cultura encontram motivação em condições objetivas de sua existência, quer as do momento presente, quer as que vigoraram no passado, e continuam, por inércia social, a produzir efeitos”.
21. Idem, *ibidem*, v. I, p. 11: “O conjunto de condições objetivas que constitui o estado de uma comunidade nacional é sempre acompanhado por uma consciência social, onde se reflete”.
- Sobre os vínculos intelectuais entre Karl Mannheim, Max Scheler e Edmund Husserl cf. Gunter W. Remmling, “Philosophical parameters of Mannheim’s sociology of knowledge”, em *The sociology of Karl Mannheim*, London, Routledge & Kegan Paul, 1975. Cf. também Susan Heckman, *Hermenêutica e sociologia do conhecimento*, Lisboa, Edições 70, 1990.
22. Idem, *ibidem*, v. I, pp. 197-198: “O intelectual semicolonial que produz para exhibir o que julga saber, é invariavelmente um misto de estudioso e charlatão. Não estando vitalmente interessado naquilo que estuda, só o fazendo por inclinação de espírito, motivo de trabalho ou divertimento intelectual, é para efeito de sucesso público que perlista as páginas dos tratados das revistas e dos catálogos. Tem necessariamente que exhibir mais do que de fato adquiriu, e desta maneira envereda sempre por alguma modalidade de charlatanismo. São tão numerosas estas possibilidades que não há tempo de citá-las, mas uma das mais freqüentes, por exemplo, é a impressão de familiaridade com o pensamento de conhecidos gênios estrangeiros, dos quais na verdade só possui materialmente a obra, ou seja, o livro em papel. Disserta com desembaraço sobre idéias de personagens dos quais tem o mais superficial conhecimento, dando-se como intérprete e crítico desses expoentes da cultura. Nas obras que elabora para o deslumbramento interno, derrama-se em citações de autores estrangeiros quase sempre no original. Observa-se aqui a necessidade de demonstrar publicamente o conhecimento dos idiomas sagrados da cultura, a fim de não ser acusado de compulsar material de segunda mão. (...) Os

que não se atrevem ao cometimento da freqüente visita ao mundo clássico, preferem demonstrar familiaridade com a cultura do nosso tempo, e para tal fim o procedimento mais indicado é exhibir especial conhecimento do idioma germânico. Acham que se conseguirem dar a impressão ao grande público de que sabem alemão, terão conquistado definitiva e indubitavelmente o lugar de 'intelectual'. Para isso é indispensável citar os filósofos alemães modernos e contemporâneos no original, sem, evidentemente, a menor concessão ao vulgo, por conseguinte sem descer à lisonja popular de traduzi-los. E há até os que, na impossibilidade de vôos tão altos, contentam-se em citar francês. Tudo isso é unicamente exemplo de como a consciência ingênua interpreta e exerce o seu papel de mediadora da cultura”.

23. Idem, ibidem, v. I, p. 201: “O pedantismo é o oposto da docilidade de espírito, a qual, longe de se opor à aquisição da cultura internacional, se define pela utilização desta, a fim de criar a própria cultura, o que supõe a reflexão sobre os problemas peculiares à realidade do pensador e a elevação das proposições resultantes da compreensão deles no plano do saber universal. Somente quando o homem de estudo se volta para a consideração da sua realidade objetiva, a do seu país e do seu povo, poderá empregar a erudição que possui, sem receio de resvalar no pedantismo”.
24. Idem, ibidem, v. I, p. 190.
25. Idem, ibidem, v. I, p. 422.
26. Idem, ibidem, v. I, p. 189.
27. É possível aproximar esta *démarche* de *Consciência e realidade nacional* da sociologia do conhecimento tal como formulada por Berger e Luckmann em *A construção social da realidade* (1966). Esses autores declaram que a realidade é socialmente construída ao mesmo tempo em que definem o real como a dimensão cuja existência independe da volição humana. Tal paralelismo pode ser feito pelos dois seguintes motivos: primeiro porque Berger e Luckmann são continuadores da fenomenologia sociológica de Alfred Schutz, cuja obra, por sua vez, pretende complementar aquela de Scheler, discípulo direto de Husserl. Quer dizer, todos estes pensadores pertencem a mesma tradição filosófica, e ainda que a supuséssemos fragilmente constituída (o que não é o caso) possuem concepções teóricas razoavelmente semelhantes. E segundo por um motivo prosaico, biográfico, mas não menos revelador. A tradução da edição brasileira de *A construção social da realidade* foi realizada por Álvaro Vieira Pinto (sob o pseudônimo de Floriano de Sousa Fernandes) em meados de 1973. Mesmo que não fosse verdade que toda tradução implica algum grau de co-autoria, creio ser legítimo supor que, em virtude das coincidências entre suas orientações filosóficas, Vieira Pinto subscreveria a noção de realidade postulada pelos dois sociólogos.
28. Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e realidade nacional*, op. cit., v. I, pp. 245 e 263-264.
29. Idem, ibidem, v. II, p. 199.
30. Idem, ibidem, v. I, p. 12: “Há indubitavelmente uma nova consciência em ascensão no seio da sociedade brasileira, mas não sendo ainda dominante luta por se definir a si própria e refutar os modelos de pensar precedentes. Vivemos um período em que diferentes configurações de idéias, representando cada qual um modo de compreensão da realidade, combatem pelo direito de serem reconhecidas como legítimas e de assumirem a direção política do processo nacional. (...) Trava-se, assim, uma luta entre modos de pensar representativos de atitudes e de interesses antagonônicos no interior da mesma comunidade, luta que tende a se tornar particularmente aguda, no caso da sociedade brasileira”.
31. Idem, ibidem, v. II, p. 33.
32. O acento, todavia, dessa noção de vir-a-ser não incide sobre a suposição de a atualidade guardar total e irrestrita liberdade – o ponto não é que os homens possam livremente fazer ou escolher qualquer coisa –, o acento está na realidade histórica propriamente dita, ou seja, no fato de a realidade da nação revelar aquilo que seus homens *necessariamente* realizam, escolhem e conseguem ser.
33. Em *O existencialismo é um humanismo*, Sartre sugere que a liberdade não consiste tão-somente numa franquia que desembaraça o homem de toda e qualquer determinação, pois que implica na responsabilidade sobre a própria existência. Em suas palavras: “... não há determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade. Se, por outro lado, Deus não existe, não encontramos diante de nós valores ou imposições que nos legitimem o comportamento. Assim, não temos nem atrás de nós, no domínio dos valores, justificações ou desculpas. Estamos sós e sem desculpas. É o que traduzirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre porque, uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer”. Jean-Paul Sartre, *O existencialismo é um humanismo*, Coleção *Os pensadores*, Rio de Janeiro, Abril, 1978, p. 9.

# A B S T R A C T

This article indicates that the discursive structure of *Consciência e realidade nacional*, although simple, was appropriate to the phenomenological and existential postulates of the author. The adequacy between the format of the explanation and his philosophical principles allowed this philosopher of the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) to assume an inedited intellectual posture, and, breaking with the tradition of the social Brazilian thought, he formulated an anthology of the national character from his historicity.

# R É S U M É

Cet article montre que la structure discursive du livre *Consciência e realidade nacional*, bien que simple, était convenable aux postulats de la phénoménologie et existentialistes de l'auteur. L'adéquation entre le format de l'exposition et ses principes philosophiques rendraient possible que ce philosophe de l'organisation Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) assumait une posture intellectuelle inédite, et en se brouillant avec la tradition de la pensée sociale brésilienne, formulait ainsi, une anthologie du caractère national à partir de son historicité.

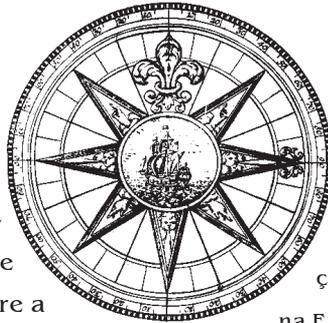
**Cláudia Beatriz Heynemann**

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Chefe da Seção de Pesquisa do Arquivo Nacional.

# A Epopéia Portuguesa

## A origem filosófica dos Descobrimentos na historiografia luso-brasileira

**M**ax Weber evidenciaria em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* a sua tese de uma relação inequívoca entre a modernidade e o racionalismo ocidental. A racionalização descreve a profanização da cultura ocidental e o desenvolvimento das sociedades modernas. Uma dessacralização do mundo, esse o momento que se expressará de muitas maneiras para indicar a bipartição que caracteriza a época moderna, entre fê e razão, rompendo-se uma conciliação que o tomismo tornara possível em sua leitura da Antigüidade clássica, notadamente nos comentários a Aristóteles. Para Jürgen Habermas, o que devemos entender por racional na perspectiva weberiana está



nesse processo de desencanto que levou a que a desintegração das concepções religiosas do mundo gerasse na Europa uma cultura profana. As modernas ciências empíricas, a autonomização das artes e as teorias da moral e do direito fundamentadas a partir de princípios levaram aí à formação de esferas culturais de valores que possibilitaram processos de aprendizagem segundo as leis internas dos problemas teóricos, estéticos ou práticos-morais, respectivamente.<sup>1</sup>

Em torno da idéia de modernidade, Habermas avança sobre essa "íntima relação" estabelecida por Weber entre modernidade e racionalidade. No proces-

so contemporâneo de desmascaramento da razão, é preciso compreender sua face subjugante e subjugada, proveniente de uma subjetividade, de um sujeito auto-reflexivo que marca a modernidade, ou, nas palavras de Habermas, “a consciência de época da modernidade”. É assim que ele partirá de Hegel, que utiliza de início o conceito de modernidade relacionado a épocas históricas. Os “novos tempos” são os “tempos modernos” e, aqui, Habermas estará fortemente referido a Koselleck, para esclarecer que a divisão, ainda hoje utilizada, em Idade Moderna, Idade Média e Antiguidade adquire outro significado que não o meramente cronológico, quando os “novos tempos” passaram a significar uma época radicalmente nova:

Enquanto que no Ocidente cristão os “novos tempos” designaram o tempo ainda para vir que se abriria ao homem só após o Juízo Final (...), o conceito profano da Idade Moderna exprime a convicção de que o futuro já começou, significa a época que vive dirigida para o futuro, que se abriu ao novo que há de vir. Desta forma, a cesura do começo do novo é deslocada para o passado, precisamente para o início da Idade Moderna; foi apenas em pleno século XVIII que o limiar histórico fixado à roda de 1500 foi reconhecido retrospectivamente como sendo na realidade esse começo.<sup>2</sup>

Esse ponto de inflexão, fixado no setecentos, de uma autoconsciência da

modernidade, que reorganiza um passado iniciado com o Renascimento, conhece inúmeros desdobramentos. Poderíamos dizer que há um duplo reconhecimento, que é próprio de uma busca de racionalidade no século XVIII, nas análises contemporâneas que, igualmente, identificam aí esse momento de ruptura. Os novos tempos que se anunciaram com a descoberta de um Novo Mundo marcam, desse modo, uma especificidade que podemos localizar, para nossos objetivos, na escrita de uma história luso-brasileira, que se dá nos termos da sua inserção ou exclusão nesses novos tempos.

A tentativa de compreensão das origens filosóficas e culturais dos Descobrimentos portugueses e da ação colonizadora que daí decorreu descreve, na historiografia portuguesa e brasileira, dois caminhos que não se excluem: por um lado, trata-se de uma reflexão contemporânea sobre a sociedade brasileira tomando-se por base seu passado ibérico e, por outro, da análise da história de Portugal a partir do momento fundador das descobertas atlânticas. Nesse sentido, Descobrimentos e Renascimento são associados nessas reflexões, seja para marcar uma distinção, em que ao primeiro acontecimento caberia um espírito pragmático e experimental prefigurador da ciência moderna, seja para associá-los, dotando o Renascimento de um caráter igualmente cindido em relação ao período medieval. Essas discussões, assim sintetizadas, têm desdobramentos na histó-

ria do pensamento científico moderno, nas contínuas releituras que se realizam das duas maiores tradições filosóficas do Ocidente. Trataremos aqui, sobretudo, das interpretações historiográficas em torno de uma origem filosófica dos Descobrimientos portugueses, da possibilidade de permanência de uma matriz aristotélica – em um universo científico postuladamente platônico – na história da expansão ibérica, das avaliações que se realizaram sobre o caráter moderno dos Descobrimientos.

Em “Nominalismo, artes plásticas e trópicos”, Gilberto Freire reflete sobre a tradição nominalista franciscana que haveria de favorecer a expansão ultramarina e o contato com os novos continentes, afirmando a “influência franciscana sobre a

arte de ver”.<sup>3</sup> A arte de ver a que Freire se refere era aquela do desenho, que nas artes plásticas tinha em Michelangelo o seu iniciador. O desenho tinha a “dignidade da fonte da qual se derivariam ‘todas as formas de representação’ e, por conseguinte, segundo ele, todas as ciências”. A relação se estabelece, dessa forma, entre um “realismo” da representação e a observação empírica, a observação do particular, do concreto e do visível, que teria sido estimulada pelos franciscanos.<sup>4</sup> Freire vincula a formação de uma nova espacialidade do Renascimento com a ciência em suas características modernas, de observação empírica, o que em si é uma interpretação comum a outros autores. Mas, a novidade de sua análise está em destacar o



Gilberto Freire. S.d. Arquivo Nacional.

“problema até hoje mal estudado, o da influência franciscana sobre a expansão da Europa nos trópicos”.<sup>5</sup>

Alguns aspectos desse ensaio articulam-se com a idéia que ele apresenta em outros textos. Assim, não apenas parte da nova espacialidade renascentista, mas, em seu olhar para as artes plásticas, renova a idéia de uma plasticidade do português em sua adaptação aos trópicos, razão de sua força no Novo Mundo. O pragmatismo experimental, o estudo da natureza, atribuído aos franciscanos em Oxford, e, aqui, a referência à vertente cristã neoplatônica se impõem, e o levam a Luís de Camões, considerando-o “discípulo dessa ciência”. Camões, que como ninguém “fez elogio tão rasgado do ‘saber da experiência feito’, que era então, e vinha sendo desde o século XIII, dentro do catolicismo, o saber principalmente franciscano, experiencial e experimental, em oposição ao dominicano mais aristotélico, mais acadêmico e mais hierarquicamente superior”.<sup>6</sup> Freire identifica, portanto, em Guilherme de Occam, na tradição nominalista do apogeu gótico, os elementos necessários à expansão portuguesa, elementos que consistiam, para que assumissem o pragmatismo e o espírito científico atribuídos aos Descobrimientos marítimos, em opor “o particular ao universal, o concreto ao abstrato, e, ousado até dizer, o especificamente regional ao abstratamente geral”.<sup>7</sup>

Devemos assinalar, a respeito desse aspecto, que o texto formula o movimento,

aparentemente contraditório, em que a crítica “ao universal” (entendida como aos universais platônicos, anteriores às coisas – *ante rem*), conduzindo ao nominalismo, ao particular e ao concreto, levaria à perspectiva de um espaço infinito e abstrato, com a qual se identificariam a física e a astronomia modernas em seu pensamento platônico. Se o nominalismo emerge do próprio pensamento aristotélico, afeito a essa concretude de um espaço heterogêneo, hierarquizado e qualitativo, ele permitiria que a existência das coisas em si levasse à idéia de infinitude, cujas consequências para as viagens de exploração e descoberta foram também analisadas por Gerd Bornheim.

Em “A descoberta do homem e do mundo”,<sup>8</sup> Bornheim estabelece a profunda relação entre os Descobrimientos e o Renascimento, “características de dois traços fundamentais para o entendimento dessa imensa cultura que foi e continua sendo o Descobrimiento” – um dos quais é a determinação particular exata –, fornecendo como exemplo a “prática universalizante dos navegadores” portugueses, no espírito da Escola de Sagres. A determinação particular estaria no processo que ele descreve, ao relacionar o aristotelismo com uma cultura universalizante:

O enciclopedismo de Aristóteles em sua fase final buscava precisamente isto: inventariar a universalidade que chegou a ser concretizada pela evolução da cul-

tura grega: a biblioteca de Aristóteles está na gênese da Universidade ocidental, e deve ser interpretada como o lugar de cultivo dos universais, ou melhor, do trânsito entre os universais concretos e os universais científicos.<sup>9</sup>

Esse movimento em que desponta o nominalismo, em direção aos “novos tempos”, significa o primado da existência, do particular, nesse sentido, em referência à experiência e à empiria, numa crítica subjacente aos universais platônicos. “Pois o conceito de descobrimento acoberta essas coisas díspares: a educação para o universal passa a exercer-se em bases insólitas, chegando até mesmo aos limites extremos de sua própria negação.”<sup>10</sup> A emergência da tradição nominalista, de conseqüências científicas e filosóficas bastante duradouras na cultura ocidental, ilumina não apenas o sentido dos Descobrimentos, mas, também, a constituição dos gabinetes de história natural, das enciclopédias, das universidades, de um conhecimento que parte da existência e não da essência, uma existência nas palavras, que é o sentido dos dicionários. E quando a essência é conceito vazio de qualquer conteúdo, “a existência, ao contrário, é que traz consigo todo o porte da realidade: o indivíduo, enquanto datado, situado no espaço e no tempo, é que passa a assumir todo o peso do real, dotado de uma espécie de cidadania ontológica”.<sup>11</sup>

A operação conceitual que então se processava estava na origem do impulso ex-

plorador das navegações. Mas, se Bornheim a relaciona com as transformações interiores ao aristotelismo mesmo, Freire cria uma cisão e opõe o nominalismo franciscano ao aristotelismo, notadamente jesuítico, cuja ultrapassagem seria inerente à possibilidade da expansão portuguesa no mundo. Esse vem a ser o cerne da discussão do caráter científico e experimental dos Descobrimentos, incidindo sobre suas filiações filosóficas e, sobretudo, apontando para os séculos subseqüentes e o destino de uma formação cultural luso-brasileira. Se o princípio nominalista não é obrigatoriamente uma recorrência nessas análises, certamente a superação de Aristóteles e, de forma geral, da autoridade dos textos, em prol do que se concebe como experiência, é o eixo de grande parte da historiografia sobre o tema.

Nesse tempo de origem, espaço dos descobrimentos marítimos, instalaram-se as tentativas de compreensão do Renascimento português em si, e, igualmente, dos destinos da sociedade portuguesa, pela via dos obstáculos encontrados ao seu desenvolvimento. Em Antônio Sérgio, encontramos a idéia de um fluxo interrompido, de uma decadência pela ruptura com a promessa das navegações, como ele dirá em “O reino cadaveroso”: “eis uma idéia fundamental – as Navegações, como aqui se vê, criaram em nós a atitude crítica, a atitude da independência em relação aos textos. Mais ainda: criaram em nós a cons-

ciência perfeita desse grande resultado das Navegações...".<sup>12</sup> A grandeza se afirma em Camões, no "sentimento da majestade da Físis, do seu poder autônomo", relacionando, assim, o primado da experiência como atitude contestadora fundamental da autoridade e do saber aristotélico, em que

A natureza cria, a natureza gera (é variegada e riquíssima); é a ela, agora, que se dá o título de majestade; e os doutos varões – os homens dos textos – trazem de cor as "razões subidas", os conceitos aristotélicos da metafísica escolástica, com que pretendem classificar e explicar tudo; não conhecem, porém, aquelas variedades da natureza, na nova terra e no novo céu; eis que a experiência, madre das coisas (que nos desengana da Autoridade e toda a dúvida nos tira), nos mostra o precário de tais razões.<sup>13</sup>

A referência a Camões, convocado como escrita de origem e que em sua grandeza anuncia retrospectivamente a queda, está também em Freire. Um "épico de novo tipo", os versos camonianos, em seu elogio da experiência, no gosto pelo contato direto com a natureza, versos franciscanos, que falam dos que praticam a arte de ver. Os "mares nunca dantes navegados" são para ele o tempo, os séculos XV e XVI, em que plasticamente estavam habilitados a ter contato com as novas situações, com as populações "estranhas", com "decidida vantagem sobre os de formação rigidamente aristotélica

e hieráticos no seu intelectualismo". Reafirma-se nesse artigo a crítica à rigidez aristotélica e ao intelectualismo, na vertente do que ele qualifica como artificialismo, marca dos jesuítas (e, em outro registro, das influências cartesianas, francesas, visíveis nos jardins geométricos) e de efeito devastador sobre a paisagem intelectual, desprovida de interesse pelo "estudo experimental da Natureza e do Homem".

E é nesse sentido, também, que Camões é filosoficamente um franciscano, "onde se maravilhou liricamente com o que ele próprio chamou a 'vária cor' dos trópicos", que em contraste com as terras frias dos mestres tomistas, discípulos de Aristóteles, ele pode enxergar:

Ora, o trópico era uma situação nova desse ponto de vista. Por conseguinte, mais para ser tratada pelo saber experimental que pelo rigidamente aristotélico. Mais para ser interpretado por uma arte esclarecida por esse critério do que por artistas de todo fechados em suas concepções academicamente européias de pintura, de escultura, de arquitetura, ou de literatura. Daí Camões ter sido um épico de novo tipo, inclusive amoroso de mulheres de cor e de cores tropicais.<sup>14</sup>

A variedade encontrada nos trópicos, fosse de natureza física ou étnica, provocava uma atitude experimental. A natureza é variegada, nos lembra Antônio Sérgio, igualmente assinalando seu correlato na experiência madre das coisas. Também as

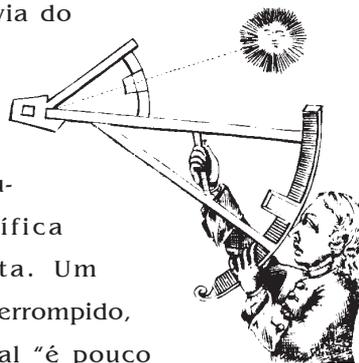
formas de expressão artísticas, assim como a possibilidade de se confundir amorosamente nesses novos cenários, participam desse todo, dessa síntese do caráter da colonização portuguesa.

Antônio Sérgio e Freire encontram-se na obra *O mundo que o português criou*, da década de 1940. No prefácio, o primeiro dedica-se à idéia de uma plasticidade do caráter luso que teria permitido o sucesso da colonização e, pela mesma razão, o seu fracasso na Europa. Citando Freire, que se pergunta sobre “esse desajustamento profundo do caráter português em relação ao ambiente europeu que o envolve”, um desajuste que talvez explique o “movimento de decadência e de enfraquecimento contínuo que encheu mais de quatro séculos da história de Portugal”,<sup>15</sup> Antônio Sérgio discorre sobre essa “plasticidade” lusa, uma característica ambivalente, questionável para ele, e que, de toda forma, empurrava as discussões para a via da etnocultura, da psicologia, tendo certamente como perspectiva a natureza tropical. Natureza que não se situa, unicamente, no caminho inverso das verdades tomistas, dos textos da física aristotélica, dos seres fantásticos, da geografia que antecedia as viagens.

A natureza do mundo colonial é um instrumento interpretativo do império luso, figurando como espelho da Metrópole no discurso das autoridades metropolitanas, na discussão historiográfica, nas opções estéticas pelo artifício ou pela intenção representativa. Para permanecermos ain-

da nos textos da década de 1940, devemos destacar, na mesma obra prefaciada por Antônio Sérgio, a contradição implícita que se detecta na colonização portuguesa: força e fragilidade na sua “esplêndida aventura de dissolução. Portugal seguiu em sua política colonizadora aquelas palavras misteriosas das Escrituras: ganhou a vida perdendo-a. Dissolvendo-se”.<sup>16</sup> Essa é uma idéia básica, que recai sobre a idéia de miscigenação, podendo ser estendida também ao Oriente, mas que se referirá sobretudo ao Brasil, para onde, Freire assinala, diversas influências artísticas orientais convergiriam na formação de um “todo luso-brasileiro”.<sup>17</sup>

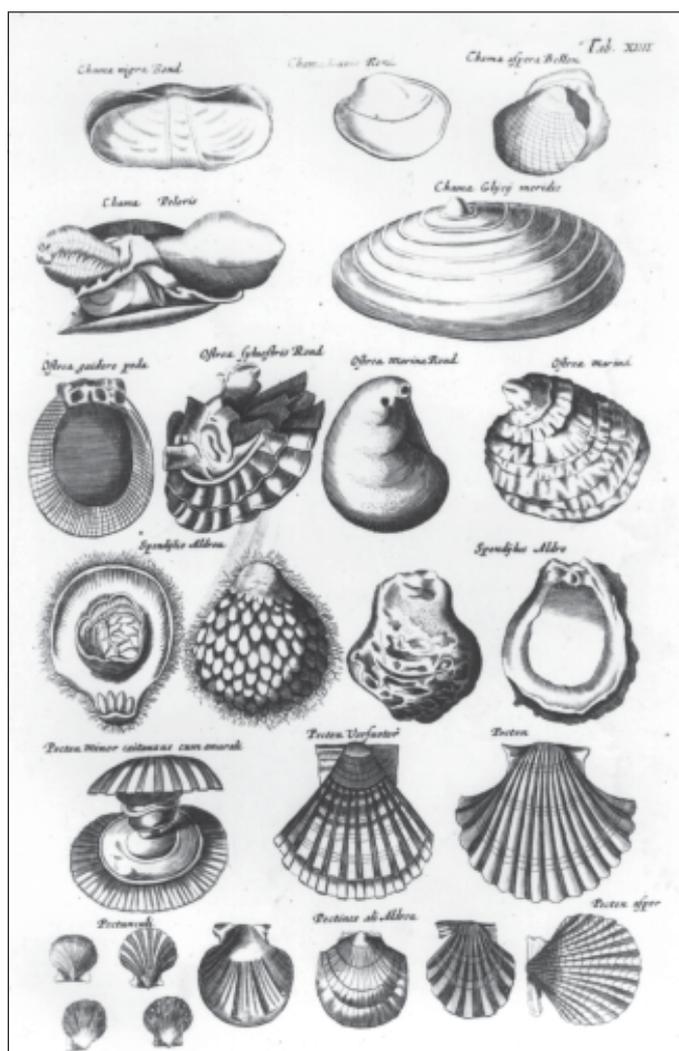
A construção do luso-brasileiro, presente na concepção do sistema colonial, do império, da história dos séculos de colonização e da história portuguesa, nos transporta incessantemente a uma origem, às possibilidades de seu compartilhamento com uma história americana, ao momento do desvio, da perda, de uma morte de que fala Antônio Sérgio. As navegações destacavam-se como acontecimento no campo das idéias, como o momento em que Portugal se inscreveu na via do humanismo crítico e na véspera da revolução científica seiscentista. Um percurso interrompido, sobre o qual “é pouco



dizemos que não teve seqüência aquele despertar para a atitude crítica... Temos que confessar que viemos para trás; temos que declarar que tudo morreu".<sup>18</sup>

Em uma perspectiva menos melancólica, Gilberto Freire nos fala dessa morte que se dá como dissolução, a Europa submetida à África, indicando uma predisposição à colonização "híbrida e escravocrata", no território indefinido entre os dois continentes:

A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana, quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escrava; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a dureza doutrinária e moral da Igreja



Denis Diderot et al., *Encyclopédie*.

*Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, Paris, Briasson, 1751-1780, 35 vols.

medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando mas sem governar: governando antes a África.<sup>19</sup>

Freire constrói nesse hibridismo, em que os signos da cultura moura ou negra triunfam, uma antinomia não somente com a Europa e sua germânica rigidez, mas com a doutrina cristã medieval, com o gótico, o latim, com os elementos enfim, que configuravam o universo, mais do que cristão, jesuítico, oposto portanto à tendência inata à colonização, à mobilidade portuguesa, a sua capacidade de adaptação e de encontro experimental com a natureza, que se impõe ao saber da escolástica tomista. A colonização é assim essa conquista, triunfo sobre o germânico, o visigótico, o direito canônico, o feudalismo. Em Gilberto Freire, os portugueses figuram-se modernos em sua inversa reconquista, incorporando o traço mouro em contraste ao caracteristicamente europeu. O mundo que o português criou é um território que se forma nessa passagem, triunfo da filosofia nominalista, franciscana; tal é o sentido dos séculos XV e XVI serem mares nunca antes navegados.

Plasticidade e rigidez são os temas que se estendem também em *Sobrados e mucambos*, participando do quadro de estetização da sociedade brasileira, que se tornaria mais acentuada no século XIX, associando, ainda, o artificialismo da ora-

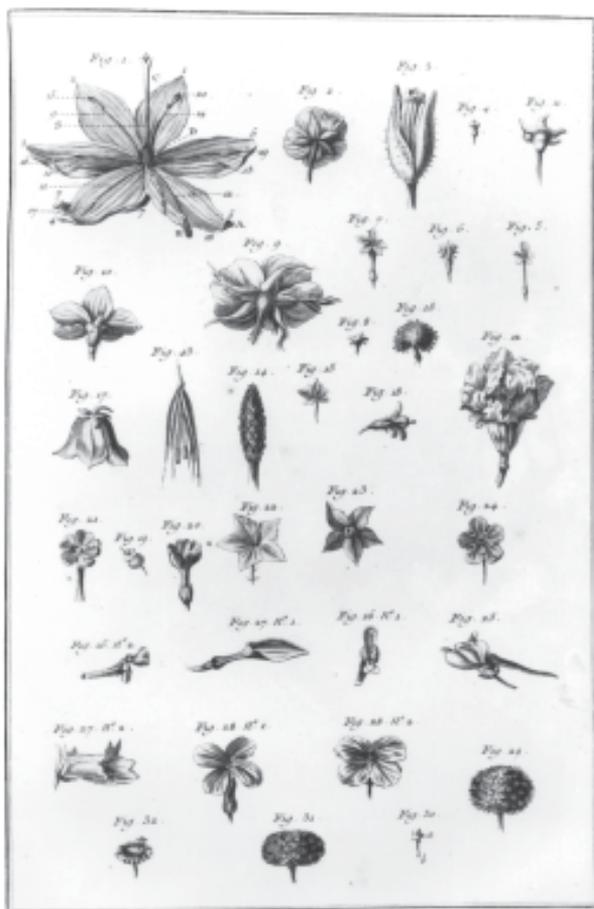
tória, típico dos bacharéis, à retórica jesuítica, configurando um “império da estilização”.<sup>20</sup> Estilização que Freire identifica na retórica valorizada e no distanciamento da natureza, na cultura jesuítica, opondo-lhe, nesse último caso, a filosofia das Luzes, promotora de uma transformação. Uma correspondência, em princípio contraditória, que ele explicará, dizendo que se o “contato com as modas inglesas e francesas operou, principalmente no sentido de nos artificializar a vida, de nos abafar os sentidos e de nos tirar o gosto das coisas puras e naturais”,<sup>21</sup> o mesmo não aconteceria no campo das idéias. As idéias francesas e inglesas eram responsáveis por “noções mais exatas do mundo e da própria natureza tropical”:

A monocultura, devastando a paisagem física, em torno das casas, o ensino do colégio de padre jesuíta devastando a paisagem intelectual em torno dos homens, para só deixar crescer no indivíduo idéias ortodoxamente jesuíticas, quebrara no brasileiro, principalmente no da classe educada, não só as relações líricas entre o homem e a natureza (...) como a curiosidade de saber, a ânsia e o gosto de conhecer, a alegria das aventuras de inteligência, de sensibilidade e de exploração científica da natureza. Essa curiosidade, esse gosto, essa alegria nos foram comunicados nos fins do século XVIII e através do XIX pelos enciclopedistas e pelos revolucionários franceses e anglo-americanos.<sup>22</sup>

A monocultura e o ensino do “colégio de padre jesuíta” devastavam a paisagem física e a paisagem intelectual. Tal é a relação fundamental que Freire estabelece e que é centrada, essencialmente, nos elementos fundadores da colonização portuguesa na América. Dedicando-se com mais ênfase ao século XIX, aponta uma ruptura, algo que se “quebrara” no brasileiro, uma origem marcada por uma relação de lirismo com a natureza, provavelmente identificada não apenas aos jardins de “sentido humano, útil, dominando o estético” e que eram fiéis à “tra-

dição do português”,<sup>23</sup> mas àquela mesma sociedade de monocultura, desastrosa à paisagem natural, e, contudo, anterior ao ensino dos jesuítas, que teriam criado “pelas cidades da Colônia, elitizadas de letrados, quase todos simples latinistas untuosos”.<sup>24</sup>

A alteridade dos Descobrimentos, dos versos épicos de Camões e o sentimento de adaptação ao mundo estão, para esses autores, no aristotelismo escolástico, na rigidez dos textos, na negação da experiência, projetando-se sobre Portugal



Denis Diderot et al., *Encyclopédie*.

*Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, Paris, Briasson, 1751-1780, 35 vols.

como obstáculo, desvio, morte. É em Sérgio Buarque de Holanda que encontramos uma continuidade epistemológica e cultural dos Descobrimentos com o saber de vertente aristotélica, uma percepção que ele demonstrará em muitas de suas análises, refletindo sobre o gesto do acaso, assinalando a ausência de um plano prévio, de um racionalismo presente nas cidades de colonização espanhola. Ou seja, tratava-se daquela “íntima convicção de que não vale a pena”, expressa por Audrey Bell ao analisar o desleixo e a saudade, que está também no “realismo tosco e chão” a que se refere em “O semeador e o ladrilhador”.<sup>25</sup> Aqui, ainda revela-se uma espécie de dualidade, da força e fraqueza reunidas em uma característica. A formação do Estado português, sua capacidade de se expandir no mundo, trazia consigo um modo de intervir no espaço colonial e na paisagem, que se dava “sempre com esse significativo abandono”.<sup>26</sup> Mas o realismo que ele descreve, em oposição ao mesmo planejamento que fez com que as cidades espanholas preexistissem como traço, era inerente ao ato de descobrir dos portugueses e não estranho à filosofia aristotélica.

*Visão do paraíso* descreve a aproximação peculiar desenvolvida pelos portugueses no século XVI com a natureza tropical. Contrastando os dois povos ibéricos na perspectiva das mentalidades colonizadas, afirma que “não é menos certo que todo o mundo lendário nascido nas conquistas castelhanas e que suscita

eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes de juventude, tende a adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que penetra na América lusitana”.<sup>27</sup> Portugal do século XVI apresenta assim a estranha combinação de elementos modernos, relacionados à “avassaladora preponderância da coroa”, com um realismo “repousado”, essa *forma mentis* “vinculada ao passado e avessa, por isso, à especulação e à imaginação desinteressada do humanismo renascentista”.<sup>28</sup>

Os Descobrimentos não teriam representado assim, na história portuguesa, uma ruptura com a ciência aristotélica, sendo mais certo afirmar que foram norteados pelo “pedestre realismo” e o particularismo próprios de fins da Idade Média, o que não se manifesta apenas naqueles anjos que parecem renunciar ao voo, acrescenta Sérgio Buarque, para quem “só a obstinada ilusão de que a capacidade de apreender o real se desenvolveu até os nossos dias numa progressão semelhante e retilínea”<sup>29</sup> nos faz pensar em um “retrocesso” que só se daria nas artes. Se o capítulo “As atenuações plausíveis” traz os tons rebaixados da imaginação lusa, é no capítulo inicial, ao discutir a relação entre a experiência e a fantasia, que ele apresenta o lugar do aristotelismo e da escolástica no universo luso, tensionado com o humanismo quinhentista. Aqui o pensamento mágico, tal como vimos analisando, surge em sua negação da Razão, ainda que fosse gênese

se da ciência no século XVII. E, é esse espírito renascentista, que teria informado as navegações portuguesas, que ele reverte em sua interpretação daqueles homens, “em quem a tradição costumava primar sobre a invenção, e a credulidade sobre a imaginativa”, os quais, devemos sublinhar, “raramente chegavam a transcender em demasia o sensível”. A pergunta que se formula, então, é se

O que, ao primeiro relance, pode passar por uma característica “moderna” daqueles escritores e viajantes lusitanos – sua adesão ao real e ao imediato, sua capacidade, às vezes, de meticulosa observação, animada, quando muito, de algum interesse pragmático – não se relacionaria, ao contrário, com um tipo de mentalidade já arcaizante na sua época, ainda submisso a padrões longamente ultrapassados pelas tendências que governam o pensamento dos humanistas e, em verdade, de todo o Renascimento?<sup>30</sup>

Configura-se, assim, uma leitura daquela experiência e atitude empírica, que, ao contrário de prenciar a senda pela qual se chega a um perfil científico moderno, é, mais do que tudo, um produto da razão escolástica, ultrapassando o campo restritamente teológico. Outro foco das discussões acerca do caráter dos Descobrimentos em sua relação com o humanismo está na retórica ciceriana, identificada com o platonismo. Remontava-se ao embate, que mais genericamente podemos indicar, entre humanistas e

escolásticos, que Sérgio Buarque indica como posições possivelmente definidas nos séculos XVII e XVIII: “Em todo o longo curso da polêmica dos humanistas contra a escolástica e o aristotelismo, a superioridade freqüentemente afirmada da Retórica em confronto com a Dialética e a Lógica relaciona-se para muitos a sua capacidade de aderir mais intimamente ao concreto e ao singular ou, ainda, a sua eficácia maior como instrumento de persuasão”.<sup>31</sup>

A posição humanista marcaria o espírito especulativo e, nesse caso, associada à defesa da retórica, possivelmente a um posterior pensamento racionalista do século XVII.<sup>32</sup> Esse resultado, no entanto, não necessariamente opõe o realismo e a empiria constatados nos Descobrimentos portugueses à escolástica e ao aristotelismo. A ausência da imaginação e do espaço concedido à magia, astrologia e alquimia do Renascimento encontrava correspondência no “tranquilo realismo” dos que consentiam em “aceitar o mundo atual assim como se oferece aos sentidos, e se recusam a vesti-lo de galas vãs”. Assim, enquanto aquelas correntes espirituais que chegariam, nos séculos seguintes, à “negação do sobrenatural”, passando do racionalismo até o ateísmo, buscavam, nesse momento, “contrariar a marcha no sentido da secularização crescente da vida”, permanecendo no território da imaginação, era a tradição que fazia com que outros vivessem um cotidiano que “nem os deixa oprimidos, nem os

desata dos cuidados terrenos”.

Esse viver cotidiano significa, na obra de Sérgio Buarque de Holanda, a permanência do “complexo de ensinamentos” formado pelo aristotelismo e pela escolástica, contra o qual o humanismo crítico haveria de se rebelar, deixando sinais duradouros, sem dúvida, mas em um terreno em que eram ainda mais poderosos os entraves da tradição. Em sua obra encontramos, essencialmente, o elo entre as navegações lusas e a tradição escolástica e o equacionamento com a visão de mundo do Renascimento. Aqui, a idéia da “experiência que é madre das coisas, nos desengana e toda dúvida nos tira” adquire uma outra tonalidade, não se opondo ao texto das autoridades e à tradição, mas estabelecendo sim uma continuidade ao “realismo comumente desencantado, voltado sobretudo para o particular e o concreto”, que ele vê predominar entre os “velhos cronistas portugueses”, com sua “inspiração prosaicamente utilitária”: “muito mais do que as especulações ou os desvairados sonhos, é a experiência imediata o que tende a reger a noção do mundo desses escritores e marinheiros, e é quase como se essas coisas só existissem verdadeiramente a partir delas”.<sup>33</sup>

As análises que a historiografia produziu sobre os Descobrimentos, ou ainda que, olhando para as navegações, procuram compreender o setecentos, estão inscritas na idéia de um desenvolvimento das ciências. Para Silva Dias, a ciência em Por-

tugal, até as iniciativas ilustradas da segunda metade do século XVIII, enfrentou um obstáculo epistemológico em seu desenvolvimento, permanecendo, assim, à margem da história das idéias científicas presentes em parte da Europa, em compasso com as avaliações da “vasta marginalidade da cultura portuguesa”.<sup>34</sup>

Partindo da leitura dos textos *conimbricenses*, que “sequer” tangenciavam contatos com a escola cartesiana ou galilaico-newtoniana, Silva Dias atribui à travessia dos mares e aos Descobrimentos – geográficos, náuticos, zoobotânicos – o questionamento dos “saberes entronizados” pela escolástica dos séculos XIII e XIV. No entanto, “esta semente de uma nova seara cultural e científica, não deu na terra portuguesa os frutos maravilhosos que, à escala dos processos mentais, gerou para lá da Península Ibérica”.<sup>35</sup> Os Descobrimentos teriam, assim, favorecido e mesmo possibilitado o desenvolvimento do pensamento científico moderno na Europa, à exceção de Portugal, e essa parece ser uma convicção da historiografia que se dedica tanto aos Descobrimentos quanto ao quadro mais amplo envolvendo a história portuguesa que é construída a partir de um outro acontecimento fundador: as reformas empreendidas no setecentos.

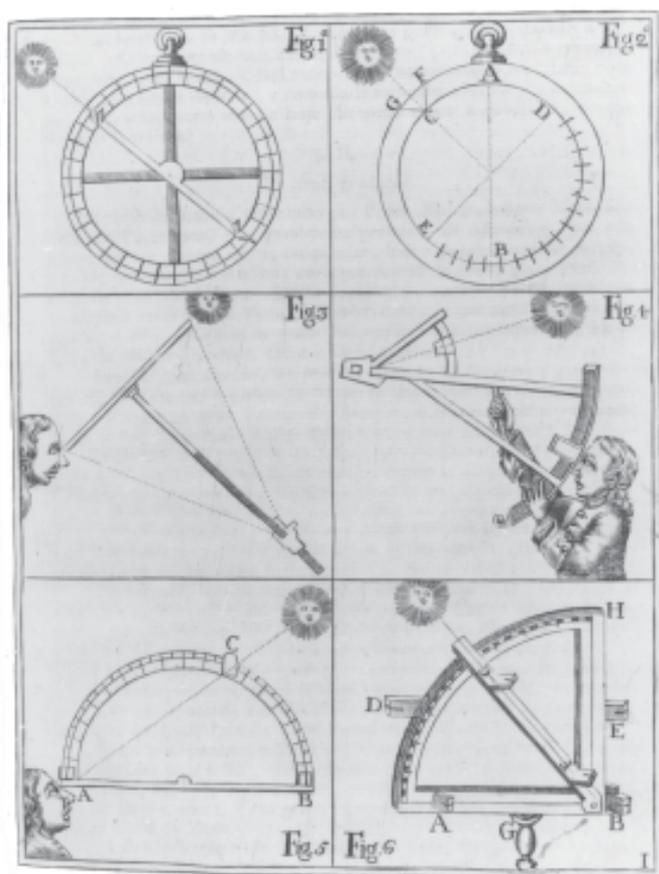
É sobre o caráter do humanismo português e sobre o sentido da idéia de expe-



riência que se trava a discussão acerca dos Descobrimentos, discussão em que a importância reside em fixar esse caráter como prefiguração de uma história. Há uma continuidade que é traçada entre o setecentos e a ciência que brotaria do Renascimento e se realizaria ao longo dos séculos XVII e XVIII no tempo da revolução científica e no espaço europeu, ambos, tempo e espaço, subtraídos a Portugal. Correspondência que é paralela à relação que, igualmente, se procura estabelecer entre *Portugal do Renascimento* e *Portugal dos Descobrimentos*, sobre a qual não devemos “esquecer que se trata

de dois universos mentais bem diferentes entre si”.

Com essa advertência, Francisco Falcon traça a distinção, afirmando que “o Renascimento em associação com o humanismo é um movimento que abrange homens de letras, filósofos e artistas – ‘intelectuais’ num sentido muito amplo (...). O saber renascentista e humanista se liga à palavra, ao texto; já o saber dos Descobrimentos está ligado às observações e experiências do cotidiano das viagens marítimas”.<sup>36</sup> O mais importante é o fato de que se tratava de uma



Manuel Pimentel, *Arte de navegar... e roteiro das viagens e costas marítimas de Guiné, Angola, Brasil, Índias e Ilhas Ocidentais e Orientais*, Lisboa, Na Oficina de Miguel Menescal da Costa, 1762.

Concepção do saber essencialmente textual, baseada na autoridade dos escritos dos autores greco-romanos cujo peso enquanto “tradição” dos “antigos” possuía um valor supremo, definitivo. No interior desse saber não nos iludamos com referências à “observação” e “experiência”; tais noções nada têm a ver com as suas correspondentes modernas; seu sentido era ainda aristotélico e se referia à mera comprovação ou ilustração, de um saber que era, em sua essência, racional e especulativo.<sup>37</sup>

Uma “trilogia hierárquica e porosa”, marcando a cultura discursiva do Renascimento português, é a fórmula proposta por Luís Filipe Barreto, identificando nesse conjunto o saber escolástico, o humanista e o racionalismo crítico-vivencial. Caberia à escolástica, a “hegemonia cultural triunfante”, e ao humanismo, a “hegemonia cultural dominada” e derrotada, existindo, no entanto, uma intensa comunicação e contaminação entre esses mundos.<sup>38</sup> Uma perspectiva da qual Falcon também parece se aproximar em “A cultura renascentista portuguesa”. Mais correntemente, insiste-se sobre um núcleo diferenciado, uma cultura dos Descobrimentos, sobre a “explosão de uma vitalidade empírica”,<sup>39</sup> à qual permaneceria indiferente o mundo da “erudição livresca”, dedicada ao comentário dos textos.

Poucos humanistas da geração de quinhentos “interessaram-se pela Natureza”,

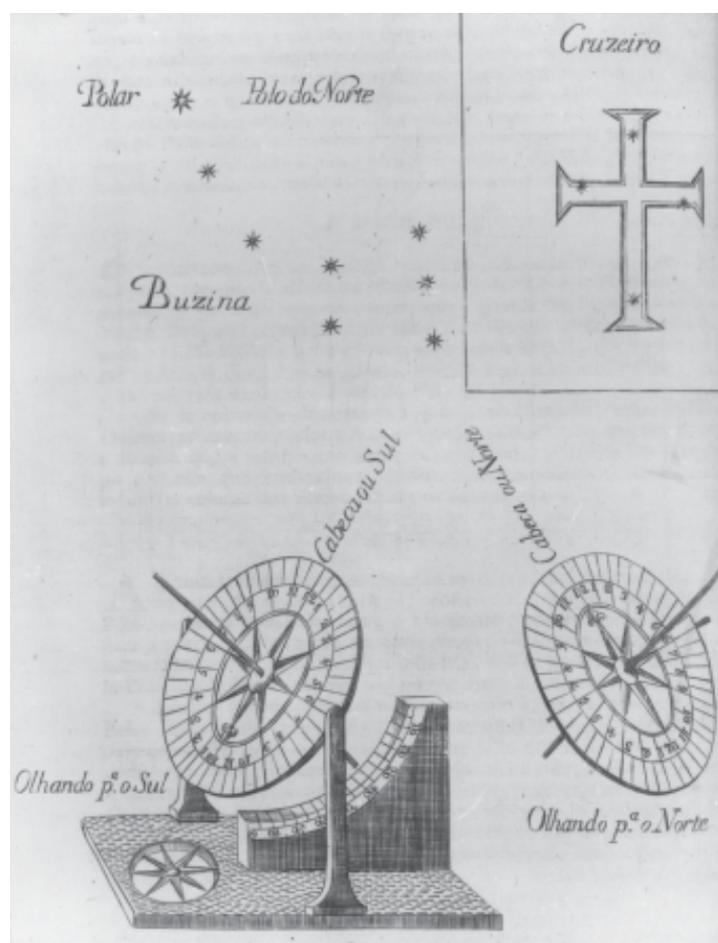
marginalizando assim a vertente “técnico-naturalista” dos “intelectuais do mar”.<sup>40</sup> A diferenciação entre o conceito de experiência para os Descobrimentos e aquele formulado sob uma outra *episteme* – relativizando, desse modo, a ligação entre os dois momentos – não impede, ao mesmo tempo, a onipresente idéia de perda, de atraso, da cultura científica portuguesa, contraposta ao marco fundador das navegações, idéia que eclode na referência ao momento em que os portugueses “ousaram cometer o grande mar oceano”.<sup>41</sup> Assim se desenrola o texto de Pedro Nunes, o cosmógrafo que corporifica esse estar à margem da Universidade, ingressando nela após a principal etapa de seus trabalhos científicos. Nunes, em sua famosa passagem, prossegue nesse relato de viagem: “entraram por ele sem receio. Descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares e, o que mais é, novo céu e novas estrelas...”.<sup>42</sup>

O cometimento do mar, que implicava ou mesmo se submetia ao novo céu, nos leva à classificação da cultura dos Descobrimentos em três campos propostos por Luís Filipe Barreto e explicitados por Francisco Falcon. Assim, enquanto existe um campo “técnico-prático”, dentro do qual devemos compreender a ciência náutica, as técnicas de navegação, os instrumentos para observação e orientação e tudo mais que permite tecnicamente a viagem, haveria um campo “teórico positivo” em que encontramos algumas gerações, entre as quais a de Pedro Nunes, que se ocu-

pam da matemática, da astronomia, da geografia e, igualmente, da medicina, da botânica, da zoologia. Aqui, “indução e dedução, enquanto caminhos para um saber científico, manifestam-se então de forma imprecisa, imperfeita, uma vez que ‘as teias do universo mental aristotélico’ ainda aprisionam ou condicionam as formas de pensamento em sua quase totalidade”.<sup>43</sup>

Além do predomínio do saber aristotélico sobre a indução ou dedução, que podemos, projetivamente, traduzir para o

racionalismo cartesiano e a física experimental newtoniana, é fundamental retomarmos o caráter mesmo da leitura tomista de Aristóteles, em que não se exclui uma dada forma de racionalidade e pragmatismo, configurando uma ordem racional que se contrapõe aos “heróis da ciência moderna”, como Galileu e Descartes, na utilização da prova matemática “como fonte de evidência unívoca para o que era problemático no reino nebuloso da interpretação bíblica”. Assim, Richard Morse descreve o conflito daqueles “pro-



Manuel Pimentel, *Arte de navegar... e roteiro das viagens e costas marítimas de Guiné, Angola, Brasil, Índias e Ilhas Ocidentais e Orientais*, Lisboa, Na Oficina de Miguel Menescal da Costa, 1762.

fetas por direito próprio, impacientes com as adaptações e contemporizações eclesiásticas, buscando arrancar a Palavra diretamente do Livro da Natureza”, e assinala que não o faziam por serem meramente céticos e empiristas: “não pretendiam negar a palavra do Criador, mas apresentá-la com maior efeito persuasivo”. Dirá então que aí residia o problema, pois o que a Igreja combateu

Não foi o método experimental nem as opiniões inovadoras, mas a pretensão de conhecimento demonstrável – como certificado ou certeza – nos reinos físico e moral. O problema crítico, portanto, era a racionalidade dos pioneiros religiosos e científicos – Lutero, Calvino, Galileu, Descartes, Pascal – que surgiram dentro de áreas culturais católicas.<sup>44</sup>

Analisando o processo cultural seiscentista, Morse estrutura uma especificidade no âmbito das tradições européias que configuram a Ibero-América.<sup>45</sup> Essa particularidade se relaciona com o predomínio da escolástica e sua possibilidade de abordagem do Novo Mundo, de ler o Livro da Natureza através dos tantos livros da tradição, textos que se superpõem, aproximando-se da natureza americana, cumprindo a trajetória inexorável rumo ao lugar natural, lendo no livro da natureza (que presumiria uma atitude auto-reflexiva) a realidade concreta e hierarquizada, o realismo de que nos fala Sérgio Buarque de Holanda.

Ainda na perspectiva da idéia da experi-

ência no Renascimento – envolvendo as técnicas de navegação, o humanismo e a escolástica –, é certo que para muitos autores o conhecimento e a visão de mundo que informaram as navegações não se comunicariam com a noção de experiência que vigora na segunda escolástica, nos *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis*, os oito livros que, a partir de 1592, começam a ser editados sob a forma tradicional de comentários a Aristóteles. Acerca dos *Conimbricensis*, Antônio Rosa Mendes afirmará que são demonstrativos de como

a cultura escolar portuguesa, a única oficializada e que tinha um público, não reteve o saber técnico-positivo legado pelos homens do mar e as aproximações da metodologia experimentalista de que alguns deles foram artífices (...). Nesse terreno epistemológico, os *Commentarii* regridem ao estágio da experiência-fato, do tosco empirismo ingênuo que ainda desconhece os processos corretores das impressões qualitativo-subjetivas do mundo físico.<sup>46</sup>

Tomando-se por base, em larga medida, a interpretação efetuada por Silva Dias, é certo que em Antônio Rosa Mendes temos a preservação dos “intelectuais do mar” como instância singular, em uma série de gradações que, de outro lado, também subentende um humanismo “prático” e um outro “livresco” que haveria de ignorar o primeiro. Onde então vigoraria a idéia de experiência, ou uma “verdadeira” experiência no sentido de sua inscri-

ção na gênese da ciência moderna? Repetiríamos aqui a análise de Sérgio Buarque de Holanda, em direção a uma continuidade com o realismo voltado para o “particular e o concreto”, com sua “inspiração prosaicamente utilitária” em que a experiência imediata tende a reger a noção do mundo desses escritores e marinheiros, unificando, sob esse aspecto, as esferas que se quer separar.

Ainda que operasse modificações na recepção de alguns escritos clássicos, o humanismo “livresco”, em sua leitura erasmista, um humanismo cristão, era mais renovação do que inovação, diz Antônio R. Mendes. A reforma espiritual que estava na base da pedagogia erasmiana leva a “um desinteresse pelo mundo físico, separando-o do especificamente humano, que eram as letras”. Daí perdurar o saber dos textos, saber abstrato, predominando sobre o “conhecimento concreto da realidade físico-natural”.<sup>47</sup>

Refletindo sobre as circunstâncias do Descobrimento da América, José Antônio Maravall sublinha o “fato extraordinário” do descobrimento, pelos espanhóis, de um novo mundo. O adjetivo ‘novo’ era, em si, um acontecimento na consciência dos contemporâneos, falando-lhes de um mundo até então ignorado. Mas em meio à “nova situação espiritual renascentista”, diz Maravall, é preciso repensar o lugar que, desde Burckhardt, é atribuído aos Descobrimentos como característica essencial do Renascimento:

Deve-se ter em conta que essa nova

apreciação dos valores mundanos não vai sempre no sentido de um efetivo conhecimento e domínio do mundo sensível, tal como se abre certamente ante os olhos humanos. A investigação atual não deixa de pôr certos limites à significação que no campo da história da ciência e da filosofia pode atribuir-se a este aspecto do pensamento renascentista. Com razão, em uma clara síntese sobre estas questões, Gilmore sustenta que o conhecimento real e prático que se tem do mundo, desde meados do XV, retrocedeu sobre o que se possuía dos séculos anteriores. A autoridade de alguns clássicos, como Estrabão ou Ptolomeu, pesa mais nas cosmografias do tempo que as relações de viagens...<sup>48</sup>

Esse deslocamento dos Descobrimentos em relação ao saber renascentista problematiza, também, uma divisão entre o lugar dos textos clássicos e o aporte ao mundo físico, por meio da observação e da experiência. Expõe-se, assim, que se a história das navegações está na técnica e no cálculo, ela está, igualmente, nas leituras renovadas no século XVI das profecias de Horácio sobre os perigos da navegação e de Sêneca sobre o descobrimento de terras transoceânicas.<sup>49</sup> A associação entre uma dada atitude experimental, um Universo que se revela pela cosmografia e pela matemática, com o que caracterizaria o Renascimento não deve obscurecer esse tempo que é tecido pela leitura, pela realidade dos textos clássicos.

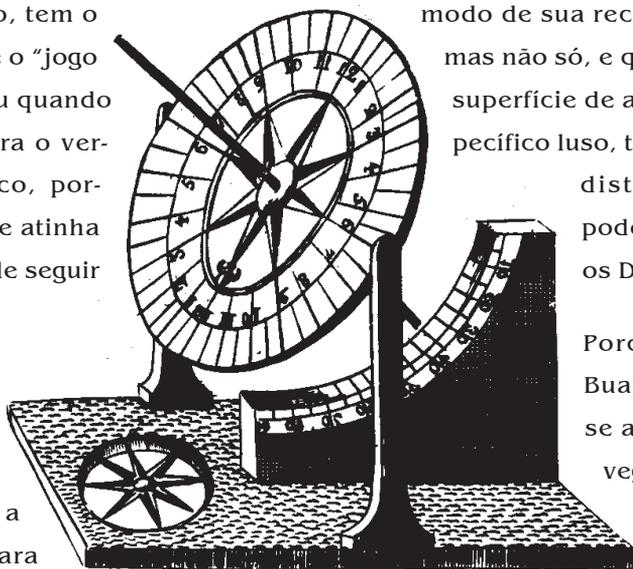
Por outro lado, Maravall se referirá a um 'homem do Renascimento', a uma nova mentalidade, a uma nova atitude frente ao conhecimento das coisas físicas, o saber técnico-científico que sublinha os equívocos dos filósofos naturais da Antiguidade.<sup>50</sup> Preferir os ensinamentos de "alguns modernos" em lugar dos clássicos será uma postura corrente no século XVI. Identificar modernos, antigos, clássicos é uma das questões que se apresentam, tal como na tela de Giorgione, analisada por Maravall e intitulada *Os três filósofos*. Nela, frente aos velhos representantes do saber tradicional, um jovem grego representa o novo espírito científico "que se reconhece em dívida com os clássicos, mas que se levanta frente ao caduco (em suas duas versões: aristotelismo escolástico e averroísta) como autêntico representante do novo e antigo, do moderno e do clássico, contra o velho". Para Maravall, a roupagem grega do jovem filósofo, levando um esquadro e um compasso, tem o mesmo sentido que o "jogo polêmico de Galileu quando afirmava que ele era o verdadeiro peripatético, porque era ele o que se atinha à lição aristotélica de seguir a experiência".<sup>51</sup>

A 'roupagem' talvez fosse, assim, um recurso de aproximação com a cultura clássica para

poder superá-la, ou ainda a estratégia de ocupar o próprio lugar dos oponentes. Em outro sentido, a crítica às interpretações medievais da Antiguidade. De qualquer modo, o conhecimento 'real e prático' que se projetou sobre o Renascimento, sobretudo na geografia, cosmografia e na física, é compreendido, predominantemente, como pensamento dedutivo, experimental, não especulativo. Uma discussão que se atualiza ao longo da formação de um corpo filosófico e científico nos séculos seguintes, significando uma temporalidade discursiva da ciência, constituída nesse texto continuamente revisito, com novos antecedentes que são convocados para estabelecer o passado das conquistas e das filiações derivativas de um saber científico. No processo de superações e rupturas, encontramos, também, aqueles territórios em que se configuraram permanências visíveis com a tradição. Tradição aristotélica ou o aristotelismo que se deu a conhecer, no

modo de sua recepção sobretudo, mas não só, e que apresenta uma superfície de aderência a um específico luso, tão próximo ou tão distante quanto se pode estabelecer com os Descobrimientos.

Porque, para Sérgio Buarque de Holanda, se a grandeza das navegações e "a importância universal e duradoura do



alto pensamento que os presidia (os portugueses)” foi desde cedo percebida, os versos de Camões se precipitam sobre um outro cenário, sobre a “paisagem de decadência” que se delineia. A tinta épica de Camões, dirá Sérgio Buarque, “não corresponde tanto a uma aspiração ge-

nerosa e ascendente, como a uma retrospectiva melancólica de glórias extintas. Nesse sentido, cabe dizer que o poeta contribuiu antes para desfigurar do que para fixar eternamente a verdadeira fisionomia moral dos heróis da expansão ultramarina”.<sup>52</sup>

## N O T A S

1. Jürgen Habermas, *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990, p. 13. Observamos que na introdução À *ética protestante* Weber enuncia o “racionalismo específico e peculiar da cultura ocidental”, advertindo que ‘racionalismo’ pode ter inúmeros significados, “por isso, surge novamente o problema de reconhecer a peculiaridade específica do racionalismo ocidental, e, dentro deste moderno racionalismo ocidental, o de esclarecer a sua origem”. Cf. Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, 14ª ed., São Paulo, Pioneira, 1999, p. 11.
2. Jürgen Habermas, op. cit., p. 17.
3. Gilberto Freire, “Nominalismo, artes plásticas e trópico”, em Idem, *Arte, ciência e trópico*, 2ª ed., São Paulo, Difel, Brasília, INL, 1980, p. 43.
4. Idem, ibidem, p. 40.
5. Idem, ibidem, p. 39.
6. Idem, ibidem, p. 43.
7. Idem, ibidem, p. 40.
8. Curiosamente, o título coincide com o capítulo que Buckhardt dedica às navegações em *A cultura do Renascimento*.
9. Gerd Bornheim, “A descoberta do homem e do mundo”, em Adauto Novais (org.), *A descoberta do homem e do mundo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 21. Devemos observar que para os aristotélicos e realistas moderados, os universais estão na coisa – *in re*. Cf. José Ferrater Mora, *Dicionário de filosofia*, São Paulo, Martins Fontes, 1998.
10. Gerd Bornheim, op. cit.
11. Idem, ibidem, p. 27.
12. Antônio Sérgio, “O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”, em Idem, *Obras completas, ensaios*, 2ª ed., tomo II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977, p. 36.
13. Idem, ibidem, p. 38.
14. Cf. Gilberto Freire, op. cit., p. 46.

15. Apud Antônio Sérgio, "Prefácio", em Gilberto Freire, *O mundo que o português criou*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1940, pp. 15-16.
16. Gilberto Freire, *O mundo que o português criou*, op. cit., p. 95.
17. Idem, ibidem, p. 96.
18. Antônio Sérgio, "O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal", op. cit., p. 41.
19. Apud Antônio Sérgio, "Prefácio", op. cit., pp. 13-14.
20. Ricardo Benzaquen de Araújo, *Guerra e paz: Casa grande & senzala e a obra de Gilberto Freire*, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.
21. Gilberto Freire, *Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1996, p. 315.
22. Idem, ibidem, p. 316.
23. Idem, ibidem, p. 201.
24. Idem, ibidem, p. 316.
25. Sérgio Buarque de Holanda, "O semeador e o ladrilhador", em Idem, *Raízes do Brasil*, 23ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1991, p. 61.
26. Idem, ibidem, p. 76.
27. Idem, *Visão do paraíso*, 6ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 130.
28. Idem, ibidem, p. 134.
29. Idem, ibidem, p. 2.
30. Idem, ibidem, p. 1.
31. Idem, ibidem, p. 2.
32. A relação entre o humanismo no Renascimento italiano e a retórica ciceriana, bem como uma supremacia da Academia sobre o Liceu, são umas das principais características da ruptura operada no período, nas universidades italianas. Essa é a fórmula exposta por Robert Mandrou em *Des humanistes aux hommes de science: XVe et XVIIe siècles*, Paris, Éditions du Seuil, 1973. Se as transformações não assumiram a forma de uma ruptura decisiva entre o Renascimento e o pensamento escolástico, por outro lado a redescoberta da retórica ciceriana, particularmente a partir de Petrarca, produziu mudanças não apenas no que se entendia por arte retórica, mas na filosofia moral e política, no ideal de "homem viril", relacionado à idéia de virtude e a um novo "programa" de educação que se apresentava contrário ao aristotelismo. Petrarca, assinala Q. Skinner, afirma que o conhecimento de Aristóteles não é suficiente para se aprender "o que é virtude": "a análise aristotélica pode incluir uma 'percepção penetrante', mas sua lição não tem as palavras que agulhoam e incendeiam". Cf. Q. Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 108-109.
33. Idem, ibidem, p. 5.
34. José Sebastião da Silva Dias, "Cultura e obstáculo epistemológico do Renascimento ao Iluminismo em Portugal", em Francisco Contente Domingues e Luís Filipe Barreto (orgs.), *A abertura do mundo: estudos de história dos Descobrimientos portugueses*, v. I, Lisboa, Presença, 1986, p. 41.
35. Idem, ibidem, p. 43.
36. Francisco José Calazans Falcon, "A cultura renascentista portuguesa", em *Semear*, Rio de Janeiro, PUC, v. 1, nº 1, p. 24.
37. Idem, ibidem, p. 28.
38. Cf. Luís Filipe Barreto, *Portugal, mensageiro do mundo renascentista*, Lisboa, Quetzal Editores, 1989, p. 20.
39. Antônio Rosa Mendes, "A vida cultural", em José Matoso (dir.), *História de Portugal: o alvorecer da modernidade*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, v. III, p. 347.
40. Apud idem, ibidem, p. 346.
41. Idem, ibidem, p. 347.
42. Idem, ibidem.

43. Francisco José Calazans Falcon, "A cultura renascentista portuguesa", op. cit., pp. 39-40.
44. Richard Morse, *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 35-36.
45. Em seu artigo "O medieval e o moderno no mundo ibérico", Beatriz Helena Domingues trata da opção ibérica como "uma outra leitura da *mesma* tradição. Foi como se, a partir da mesma pedra, tivessem sido esculpidas duas estátuas diferentes. A ibérica, mais tradicional, tentou manter, ainda que renovando, a imagem tradicional do mundo". Cf. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.10, nº 20, 1997, p. 200.
46. Antônio Rosa Mendes, "A vida cultural", op. cit., p. 363.
47. Idem, *ibidem*, p. 347.
48. José Antônio Maravall, *Antiguos y modernos: visión de la historia e idea de progreso hasta el Renacimiento*, Madri, Alianza Editorial, 1986, p. 435.
49. Idem, *ibidem*, p. 431.
50. Idem, *ibidem*, p. 557.
51. Idem, *ibidem*, p. 562. Galileu afirmava estar "seguro de que se Aristóteles retornasse ao mundo, receber-me-ia entre seus seguidores em virtude das poucas porém concludentes contradições, bem mais que muitos outros que, para defender cada um de seus ditos como verdadeiro, vão retirando de seus textos conceitos que nunca lhes teriam vindo à mente". Apud Ludovico Geymonat, *Galileu Galilei*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997, p. 276.
52. Sérgio Buarque de Holanda, "O sementeiro e o ladrilhador", op. cit., p. 80.

## A B S T R A C T

In the eighteenth century a concept of modernity was formulated which had as its origin the Renaissance. In this century and also in the Brazilian historiography, the 'new ages' concerned, essentially, to the Atlantic discoveries, that gave a pragmatic and announcing sense of the scientific revolution of the seventeenth century. As association or rupture with the Renaissant humanism, the discussion about the philosophical origins of the Discoveries occurred on the reading that took place in the modern contemporaneous history.

## R É S U M É

Au dix-huitième siècle on formule un concept de modernité que présentait comme point de départ la Renaissance. Pendant ce siècle et dans l' historiographie brésilienne, les 'nouveaux temps' ont rapport, essentiellement, aux découvertes atlantiques qui donnent un sens pragmatique et annonciateur de la révolution scientifique du dix-septième siècle. Comme association or rupture avec l'humanisme de la Renaissance, la discussion sur les origines philosophiques des Découvertes était tombée sur la lecture qu'on avait réalisée de l' histoire moderne contemporaine.

**Robert Wegner**

Pesquisador visitante (recém-doutor) da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.  
Pesquisador associado ao Pronex do Departamento de História da PUC-Rio.

# Religião, Cordialidade e Promessa

O catolicismo em *Raízes do Brasil* e  
*Monções*, de Sérgio Buarque de Holanda

**A**o menos desde “O significado de *Raízes do Brasil*” – apresentação escrita por Antônio Cândido que, a partir da quinta edição, de 1967, acompanha a obra de Sérgio Buarque – se tem chamado a atenção para a importância da obra de Weber na construção de *Raízes do Brasil*. Vinte anos mais tarde, George Avelino Filho concluía seu texto “As raízes de *Raízes do Brasil*” lançando, em forma de perguntas, diversas tarefas para a interpretação do livro, dentre elas a de analisar a influência de Weber além da construção de tipos ideais. Recentemente, essa tarefa foi levada a cabo por Pedro Meira Monteiro em sua dissertação de mestrado, defendida em 1996, que deu origem ao livro *A queda do aventureiro*.



Esse mesmo autor faz referência a um texto escrito por Brasil Pinheiro Machado em homenagem aos quarenta anos de *Raízes do Brasil*, no qual o historiador paranaense teceu, em 1976, uma instigante interpretação da primeira edição do livro de Sérgio Buarque, realizando em boa medida a tarefa de demonstrar a importância de Weber na construção do argumento de *Raízes do Brasil*.<sup>1</sup>

Pinheiro Machado sugere a leitura de *Raízes do Brasil* como um reexame da “história da sociedade brasileira à luz da problemática e da metodologia weberiana”. Nesse exame, Sérgio Buarque lançaria mão da obra de Weber “sem o seu ‘diálogo com Marx’ e sem as

reelaborações que os pensadores não alemães lhe deram”, o que neste caso quer dizer que o ensaísta não incorpora, dentre outras, as análises de Tawney, elaboradas em *Religion and the rise of capitalism*,<sup>2</sup> de 1926; e, naquele caso da ausência de diálogo com Marx, significa que em *Raízes* o capitalismo é interpretado não como um sistema, mas fundamentalmente como uma racionalidade específica. Podemos dizer nessa linha que, para Pinheiro Machado, Sérgio Buarque elaborou uma interpretação do Brasil espelhada nas teses de Weber sobre o surgimento do espírito da racionalidade capitalista burguesa, ou, na boa expressão de Pedro Monteiro, que “o ‘espírito do capitalismo’ é, pois, segundo esta interessante interpretação, o ponto de fuga de toda a composição do autor”.<sup>3</sup>

Sabe-se o papel estratégico que a religião possui no trabalho de Weber para a compreensão da racionalidade que deu origem ao capitalismo. Assim, se o protestantismo, e mais especialmente o calvinismo, desempenha um papel chave no argumento weberiano, na linha de interpretação de *Raízes do Brasil* sugerida por Pinheiro Machado, o catolicismo possui grande peso nesse livro de Sérgio Buarque.

O objetivo do presente artigo é justamente abordar a religião em *Raízes do Brasil* (1936) e, percebendo de que modo ela se entrelaça com a ‘cordialidade’ – conceito central do livro –, tentar vislumbrar as possibilidades de o catolicismo no Bra-

sil vir a ser um elemento de constituição do *self* e de coesão social. Em seguida, acrescentando o livro seguinte de Sérgio Buarque, *Monções*, que foi publicado em 1945, procura-se estender a mesma discussão sobre religião no Brasil, ressaltando-se que, nessa obra, é possível entrever uma religiosidade não menos presa ao sensível mas que, contudo, como uma espécie de filtro das paixões que transbordam diretamente do coração, parece operar de forma mais adequada uma intermediação entre interioridade e exterioridade.

#### CATOLICISMO NO BRASIL

Em seu texto “Raízes do Brasil: uma re-leitura”, Brasil Pinheiro Machado recorda, antes de tudo, que com as guerras religiosas o mundo católico europeu ficara reduzido e que, então, a contra-reforma empreende, como uma espécie de compensação, a conquista espiritual da América, do Extremo Oriente e da África. Com isso, o Brasil torna-se um cenário privilegiado dessa conquista, a qual, pode-se dizer, consiste quase que em um experimento de materialização do clima da contra-reforma no Novo Mundo, da mesma maneira que se diz que a colonização da Nova Inglaterra o é das crenças puritanas.<sup>4</sup> Nesse sentido, seguindo sua leitura de *Raízes do Brasil* como um espelho das categorias weberianas, Pinheiro Machado elege uma rápida passagem do primeiro capítulo, em que Sérgio Buarque se refere à Companhia de Jesus – “que impôs seu

espírito ao mundo católico, desde o Concílio de Trento<sup>5</sup> –, como chave explicativa dessa cultura ibérica transportada. Segundo as palavras do comentador, “nessa rápida alusão ao Concílio de Trento está um dos pontos chave para o desenvolvimento da problemática de *Raízes do Brasil*, pois que é aí que seu autor identifica uma ética religiosa diretamente oposta à ‘ética protestante’”.<sup>6</sup>

Seguindo a mesma linha de interpretação, torna-se importante dizer que Sérgio Buarque faz referência ao Concílio de Trento quando comenta o reaparecimento da querela do pelagianismo, na qual a Companhia de Jesus teria tido um papel fundamental *contra os princípios predestinacionistas*, reação que, para Sérgio, é uma espécie de prolongamento, na teologia, da *cultura da personalidade* que predomina entre os povos ibéricos e que gera uma desconfiança em relação às teorias negadoras do livre arbítrio e do mérito pessoal.<sup>7</sup>

Como a doutrina da predestinação é justamente a base do calvinismo e, na argumentação weberiana, do surgimento do espírito do capitalismo, a reação contra os princípios predestinacionistas orquestrada pela Companhia de Jesus, uma “instigação nitidamente ibérica”, é significativa para levarmos adiante a forma de leitura sugerida por Pinheiro Machado. Sem a doutrina da predestinação – ou mesmo alguma concepção equivalente –, o trabalho não chega a ganhar a conotação religiosa do termo alemão *beruf* e do in-

glês *calling* e, dessa maneira, o labor nunca se tornou uma atividade que pudesse, por seus frutos, vir a indicar a eleição do indivíduo por Deus, ficando ausente do rol das virtudes cultivadas pela ética católica. Nesse contexto, conforme palavras de Sérgio Buarque,

no trabalho não buscamos senão a própria satisfação, ele tem o seu fim em nós mesmos e não na obra, um *finis operantis* e não um *finis operis*. As atividades profissionais são, aqui, meros acidentes na vida dos indivíduos, ao oposto do que sucede entre outros povos, onde as próprias palavras que designam semelhantes atividades adquirem um acento quase religioso.<sup>8</sup>

Prolongando o argumento de Pinheiro Machado, é útil nos estender sobre o tema da religião no Brasil, lembrando, para tanto, que, na descrição de Sérgio Buarque, não é exatamente um catolicismo dos mais canônicos que ganhará força no país, pois

o nosso culto (era) sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar, a que se poderia chamar, com alguma impropriedade, ‘democrático’, um culto que dispensava no fiel todo esforço, toda diligência, toda tirania sobre si mesmo, o que corrompeu, pela base, o nosso sentimento religioso.<sup>9</sup>

Ilustrando suas observações com relatos de viajantes, como os de Saint-Hilaire, para quem, no Brasil, “ninguém se compenetra do espírito das solenidades”, Sér-

gio Buarque considera que essa religiosidade de superfície – “menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior; quase carnal em seu apego ao concreto” – só poderia ser transigente e pronta a acordos, à qual “ninguém pediria, certamente, que se elevasse a produzir qualquer moral social poderosa”.<sup>10</sup>

A partir da segunda edição de *Raízes do Brasil*, publicada em 1948, Sérgio Buarque passa a lembrar que isso não sig-

nificava propriamente uma contradição com a Igreja Católica, de modo que se pudesse falar em uma religiosidade popular que destoasse muito da doutrina oficial. Na verdade, o catolicismo tridentino, no seu esforço de reconquista espiritual e de propaganda da fé perante a ofensiva da Reforma, fez a exaltação dos “valores cordiais e das formas concretas e sensíveis da religião”,<sup>11</sup> encontrando um terreno fértil em nosso comportamento social – o que só vem corroborar o argu-



Messe dans l'église de N. S. de Candelária a Pernambuco.  
Johan Moritz Rugendas, *Voyage pittoresque dans le Brésil*, Paris, Engelmann et Cie., 1835.

mento de Pinheiro Machado sobre a centralidade da religião da contra-reforma na construção de *Raízes do Brasil*.

Assim, na esteira do Concílio de Trento, o catolicismo no Brasil terá um caráter adaptável às circunstâncias sociais de modo a não ter um princípio transcendental a ordenar a vida do crente em torno de um centro definido, apelando sempre “para os sentimentos e os sentidos e quase nunca para a razão e a vontade”.<sup>12</sup> Ou, para usar os termos de Oswald Spengler referidos por Sérgio Buarque ao comparar a religiosidade no Brasil e na Rússia, falta ao catolicismo no Brasil qualquer tendência para a “verticalidade”. Está-se mais próximo de um *ethos* de amor fraternal, e não paternal, no qual o próprio Cristo é sentido mais como um irmão – aqui vale lembrar o caso relatado por Sérgio Buarque das festas do Senhor do Bom Jesus da Pirapora, em São Paulo, e sua história do Cristo que desce do altar para sambar com o povo. Nesse contexto, citando a passagem de Spengler sobre os russos, a tendência fáustica, inteiramente vertical, visando ao aperfeiçoamento pessoal é vã e ininteligível.<sup>13</sup>

Nesse ponto, podemos moderar em certo grau o argumento de Pinheiro Machado e dizer que, do catolicismo presente no livro de Sérgio Buarque, chega a ser difícil extrair uma racionalidade específica que seja equiparável à ética protestante, na medida em que se trata de uma religiosidade que não define uma vertebração

nem um princípio que minimamente organize o *self*, posto que apenas “se perdia e se confundia num mundo sem forma e que, por isso mesmo, não tinha forças para lhe impor sua ordem”.<sup>14</sup> Mas é precisamente esse ponto que caracteriza a ‘cordialidade’ exposta no capítulo 5 de *Raízes do Brasil* e, portanto, para uma melhor avaliação desse tipo de religiosidade, vale a pena um exame mais detido sobre o tema, ao lado do da ‘civildade’.

#### CORDIALIDADE, CIVILIDADE E O ANIMAL CAPAZ DE FAZER PROMESSAS

Podemos começar argumentando que *Raízes do Brasil* apresenta um verdadeiro dilema, uma vez que é temerário afirmar que Sérgio Buarque realiza uma opção entre a cordialidade e a civilidade. Na realidade, o autor procura vê-las de diferentes ângulos, como demonstra George Avelino Filho, em texto de 1990, ao apontar para “duas maneiras” por meio das quais a noção de civilidade aparece em *Raízes do Brasil*.

Conforme o comentador, a primeira maneira é quando Sérgio Buarque entende a civilidade “nos moldes weberianos, como o processo de racionalização e impessoalização das relações humanas, e onde a civilidade seria a representação da própria ‘jaula de ferro’”. Por esse ângulo, a cordialidade emerge como um elemento contraposto à civilidade, isto é, aparece como sendo constituída por relações humanas mais afetivas e “sem máscaras”. Nesse sentido, diz Avelino, “seguindo a

vertente modernista que desenvolveu uma crítica à civilização moderna”, o fundo emotivo transbordante envolvido na cordialidade parece ser exatamente uma vantagem diante do processo clássico da racionalização e impessoalização sofrido pelas culturas européias.<sup>15</sup>

A segunda maneira encara a civilidade e a cordialidade dentro das “exigências imperativas das novas condições de vida – um processo pelo qual a ‘lei geral suplanta a lei particular’ –, que se manifestam na urbanização e na industrialização”. Dessa perspectiva, a “civilidade, apesar de ainda ser vista como máscara, é o instrumento que permite a individuação das pessoas e sua integração de forma autônoma em um todo mais amplo: o ‘mundo’ ou a *society*”.<sup>16</sup> Do lado da cordialidade aparece sua ineficácia e a extrema dificuldade de o ser humano, nessa ambiência, vir a perceber e se submeter a regras que tenham validade para todos, dificuldade que, se não superada de alguma maneira, mina pela base a possibilidade de uma sociedade democratizada.

Vale lembrar que, muitas vezes, civilidade e cordialidade podem confundir-se na aparência “e isso explica-se pelo fato da atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: é a forma natural e viva, que se converteu em fórmula”.<sup>17</sup> De todo modo, deve ser sublinhado que a cordialidade diz respeito à espontaneidade, ao passo que a civilidade está relacionada à

fórmula. A primeira possuiria, então, vínculo direto, sem intermediação, com o “coração” e, por isso mesmo, como esclarece Sérgio Buarque a Cassiano Ricardo na segunda edição de seu livro, cordialidade não se refere somente a sentimentos positivos de amizade e concórdia. Em nota de pé-de-página, o autor procura enfatizar sua diferença em relação ao poeta – o qual sugeria substituir o termo cordialidade por bondade –, declarando que não se trata de afirmar o brasileiro como bondoso em oposição a mal-doso, mas de percebê-lo impulsionado pelos sentimentos, bons ou maus, nascidos diretamente do coração,<sup>18</sup> e não pelos sentimentos que participam da razão. É justamente essa oposição que caracteriza o par cordialidade/civilidade, como fica claro no início do capítulo “O homem cordial”, quando o autor afirma que o Estado não é uma continuidade do círculo familiar mas, ao contrário, nasce em oposição à família. “A ordem familiar em sua forma pura é abolida por uma transcendência”<sup>19</sup> e o elemento racional supera o emotivo.<sup>20</sup>

É importante enfatizar que, seja em prol da amizade, seja da inimizade, a cordialidade tende a se manifestar em *atitudes imprevisíveis*. Já a civilidade significa que existe uma intermediação entre o coração e suas manifestações exteriores, consistindo exatamente numa padronização das atitudes, que “não precisam ser legítimas para se manifestarem”.<sup>21</sup> Nesse caso, pode-se dizer que a civilidade diz respeito ao *previsível*. De fato, sob certo

ponto de vista, é possível afirmar que é pela falta de previsibilidade característica do contexto das relações cordiais que a instauração da separação entre o mundo do privado e do público torna-se difícil, posto que na esfera pública são necessárias normas abstratas que tenham validade universal e que sejam seguidas em praticamente qualquer circunstância, deixando-se de lado os impulsos do coração – ou melhor, guardando-os na intimidade.

Prosseguindo na senda da participação modernista de Sérgio Buarque explorada por George Avelino,<sup>22</sup> parece extremamente instigante uma remissão a Friedrich Nietzsche, cuja influência no modernismo brasileiro, embora ainda pouco estudada, parece ter sido relevante. Evidentemente, é forçoso reconhecer que, sem uma pesquisa acurada, seria precipitado enveredar por afirmações muito audaciosas.<sup>23</sup> Contudo, creio que seja interessante arriscar que Nietzsche tenha sido importante para os modernistas, ao menos no que diz respeito à formulação da já mencionada crítica à rotinização do mundo moderno. De qualquer modo, também acredito válido estabelecer um diálogo entre a elaboração que Sérgio Buarque faz do par cordialidade/civilidade e os argumentos do filósofo alemão acerca da constituição do *self*.

Talvez, numa primeira aproximação, e se for correta a afirmação de que a obra de Nietzsche foi importante para a crítica

modernista à civilização moderna, sejamos tentados a enxergar em certas características da cordialidade elementos relacionados à “afirmação da vida” e antagonísticos ao excesso de razão e de vontade de verdade, parecendo então o homem cordial uma virtualidade de nova humanidade. Assim, nesse caso, a cordialidade apontaria para o futuro do Brasil, como também ofereceria uma alternativa para a cultura européia, e aí ganharia sentido pleno a afirmação de Ribeiro Couto resgatada por Sérgio Buarque de que “a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade”.<sup>24</sup> Em suma, nessa linha, se a cordialidade tem algo de negativo é apenas em virtude de sua inadequação ao mundo racionalizado e regido por regras impessoais. É certo que, nesse raciocínio, a crítica a esse mundo significaria, ao mesmo tempo, uma exaltação da cordialidade.

Contudo, outra consideração de *Raízes do Brasil* pode logo afastar a tentação de uma aproximação direta que conduza a esse tipo de ilação. Quando faz sua exposição do que entende por homem cordial, opondo-o ao polido, Sérgio Buarque recorre ao filósofo alemão para dizer que “foi um pouco a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: ‘Vosso mau amor de vós mesmos fez de vosso isolamento um cativoiro’”.<sup>25</sup> Nesse sentido, um olhar mais cuidadoso pode começar a perceber mais distâncias que aproximações. No caso, voltando ao raciocínio que vínhamos desenvolvendo em torno da *falta de previsibilidade* relaciona-

da à cordialidade, antes de ver nela o exercício da livre vontade, podemos perceber, por exemplo, a impossibilidade de *fazer promessas*, capacidade considerada por Nietzsche, em *Genealogia da moral*, como a tarefa paradoxal que a natureza impôs ao homem.<sup>26</sup>

Nesse sentido mesmo é que o homem cordial se aproximaria de um *self* natural, na medida em que suas ações e palavras são puro transbordamento dos sentimentos vindos diretamente do coração, sem qualquer intermediação de regras ou de um princípio interiorizado. O homem cordial não é capaz de fazer promessas: o que ele promete hoje, esquece amanhã se o impulso do seu coração mudar. De certo modo, o homem cordial poderia ser mais próximo da criança descrita por Nietzsche, em “Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida”, “que não tem qualquer passado a recusar e que brinca, na sua feliz cegueira, entre as barreiras do passado e do futuro”.<sup>27</sup> Assim, é certo, o homem cordial teria a força do esquecimento sem o qual, para Nietzsche, “não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, *presente*”.<sup>28</sup> E nessa leitura já começaria a aparecer uma ponta daquele elogio à cordialidade presumido há pouco.

Entretanto, longe de fazer a simples apologia do homem que é puro esquecimento, tanto em “Da utilidade e dos inconvenientes” (1874) como em *Genealogia da moral* (1887), Nietzsche argumenta pela necessidade de superar a natureza, sain-

do do estado de tudo esquecer, e implantar uma memória em si mesmo, sem a qual não há possibilidade de se criar algo duradouro e forte. Nessa direção, é preciso tanto o sentido histórico quanto o esquecimento e talvez seja até possível dizer que enquanto a hipertrofia do primeiro era personificada pelos alemães contemporâneos de Nietzsche, a ausência de sentido histórico estaria mais bem representada, podemos sugerir, pelo brasileiro caracterizado por Sérgio Buarque. Por esse caminho, se o filósofo alemão criticava seus contemporâneos, provavelmente criticaria o homem cordial do mesmo modo, pois tanto a um quanto a outro faltaria o “instinto vigoroso” que advertisse quando é necessário ver as coisas historicamente e quando não.<sup>29</sup>

**S**e a hipertrofia do sentido histórico pode conduzir a cultura à decadência, só com o esquecimento, seria possível dizer – talvez um pouco no mesmo sentido daquela afirmação de Sérgio Buarque de que “com a simples cordialidade não se criam os bons princípios (; é) necessário algum elemento normativo sólido (...) para que possa haver cristalização social”<sup>30</sup> –, não se constrói uma nação. De seu lado, o homem polido pode adequar-se a princípios que lhe permitam tornar-se integrante de uma civilização. Se este, de certo ponto de vista, é criticado pelo ensaísta brasileiro, a solução não seria a simples reafirmação da cordialidade. Ao mesmo tempo, poder-se-ia considerar que, ao realizar sua crí-

tica da civilização européia, Nietzsche não está a fazer uma defesa do retorno ao homem que tudo esquece. Do mesmo modo que isso já aparece em sua obra de 1874, em *Genealogia da moral* o filósofo alemão reforça a idéia da tarefa de se tornar capaz de prometer, argumentando que

O homem 'livre', o possuidor de uma duradoura e inquebrantável vontade, tem nesta posse a sua *medida de valor*: olhando para os outros a partir de si, ele honra ou despreza; e tão necessariamente quanto honra os seus iguais, os fortes e confiáveis (os que *podem* prometer) – ou seja, todo aquele que promete como um soberano, de modo raro, com peso e lentidão, e que é avaro com sua confiança, que *distingue* quando confia, que dá sua palavra como algo seguro, porque sabe que é forte o bastante para mantê-la contra o que for adverso, mesmo 'contra o destino'.<sup>31</sup>

E é exatamente em *Genealogia da moral* que transparece nitidamente a enorme dificuldade, de um caráter até violento, do longo processo de implantação de uma memória no ser humano que lhe permita prometer. Nesse ponto, abrindo um parêntese, é importante lembrar algumas aproximações realizadas entre a obra de Sérgio Buarque e outros autores que tematizam a construção da esfera pública, diálogos que parecem trazer à tona um mesmo ponto fundamental para a discussão.

As observações de Luís Costa Lima, em *Sociedade e discurso ficcional*, e de George Avelino, iluminando a noção de civilidade em Sérgio Buarque tomando por base obras de autores como Richard Sennett, Norbert Elias e Reinhardt Koselleck, chamam a atenção para a importância desse elemento na constituição de um espaço público.<sup>32</sup> Desde os trabalhos de Elias, é possível dizer que a polidez, a regulação da conduta e o autocontrole relacionados ao mundo moderno burguês envolveram um longo e até árduo "processo civilizador" que já vinha se desenvolvendo desde a sociedade de corte, que no caso francês – ao contrário do que ocorreu na Alemanha – não foi avessa à participação de círculos burgueses emergentes. Desse modo, com a burguesia e a classe média afeitas aos modos cortesões da aristocracia, já no século XVIII não havia mais nenhuma grande diferença de costumes entre os principais grupos burgueses e a corte e, posteriormente, com a instauração da sociedade burguesa, antes da ruptura com esses costumes, houve tentativas de melhorá-los e adaptá-los.<sup>33</sup> Já Sennett, conforme expõe Avelino, detecta uma deterioração do mundo público na cidade do século XIX, vinculada à substituição da noção de indivíduo que exalta a 'singularidade' no lugar daquela que envolve 'reserva'. Lembrando de Simmel em seu texto "Da psicologia da moda",<sup>34</sup> pode-se dizer que essa substituição apontada por Sennett envolve a desconfiança em relação à *máscara*, que, de uma ferramenta para a ma-

nutenção da singularidade, passa a ser vista como massificadora e vinculada à falsidade. Assim, a procura dos interesses comuns e o cultivo de uma arena pública são substituídos pela busca da identidade.

Tanto em Elias, com a construção da civilidade na corte, como em Sennett, que aponta para a sua deterioração, importa ressaltar, conforme a consideração de Avelino, que ambos

(...) colocam como condição principal para o surgimento da civilidade a quebra do localismo e da intimidade. A contenção dos impulsos pessoais leva à criação de formas artificiais de sociabilidade, reconhecidas por todos, e à capacitação do indivíduo em lidar com seu exterior de forma mais neutra do ponto de vista afetivo. Assim, forja-se

o indivíduo civilizado, capaz de determinar de forma independente seus interesses e constituidor de um espaço público.<sup>35</sup>

Não deixa de ser interessante a referência às discussões sugeridas por Costa Lima e Avelino para, por um lado, reforçar que Elias demonstra a grande lentidão e dificuldade envolvidas no processo civilizador e, por outro lado, lembrar que Sennett alerta que a vida na cidade não é suficiente para garantir essa civilidade que permite a manutenção do espaço público. Isso não deixa de guardar uma certa coincidência com o raciocínio desenvolvido por Sérgio Buarque segundo o qual a “nossa revolução”, caracterizada pelo fortalecimento das cidades, desagregava o ruralismo e a mentalidade cordial que lhe correspondia, sem, contudo,



Sérgio Buarque de Holanda. 21 de outubro de 1967. Arquivo Nacional.

substituí-la pela civilidade.

Retomando mais diretamente as aproximações com Nietzsche, podemos sublinhar que nesses diálogos em torno da construção da esfera pública também aparece um longo e árduo processo de constituição do *self*, ausente de um ambiente no qual vigora a cordialidade. Procurando adotar um ponto de vista nietzscheano, essa ausência parece remeter não à afirmação da vontade, mas sim a seu enfraquecimento, pois, como escreveu o filósofo em fragmento publicado postumamente e citado por Scarlett Marton em sua tese sobre o autor,

A multiplicidade e desagregação dos impulsos, a falta de sistema que os reúne resulta em 'vontade fraca'; sua ordenação sob o predomínio de um único resulta em 'vontade forte' – no primeiro caso, há oscilação e falta de centro de gravidade; no último, precisão e clareza de direção.<sup>36</sup>

É esse centro de gravidade que parece faltar ao homem cordial, que paradoxalmente, ao seguir seus impulsos mais imediatos e pessoais, não afirma sua individualidade como, eventualmente, poderia se esperar. Ou ao menos, caso perceba-se como indivíduo, é com horror a si mesmo – para recorrer novamente à passagem em que Sérgio Buarque se refere ao pensamento de Nietzsche –, horror este que o leva a procurar com muita frequência a vida social. Tudo isso parece se manifestar na “religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo da ceri-

mônia do que ao colorido e à pompa exterior”, em cultos em que, notou um viajante, os devotos – ao chegarem ao santuário – procuram com a vista as pessoas de suas relações, sorrindo a uns, saudando a outros.<sup>37</sup>

#### O DILEMA BRASILEIRO NA MODERNIDADE

Para um bom entendimento do dilema presente em *Raízes do Brasil*, quer seja analisado desde o ponto de vista da cordialidade e da necessidade de civilidade no mundo moderno, quer ressalte-se a fragilidade da vontade do homem cordial, é preciso focalizar a percepção de Sérgio Buarque acerca da condição da modernidade no século XX. Numa passagem da primeira edição de *Raízes do Brasil*, que é suprimida da edição seguinte, o ensaísta considera que o século XIX caracterizou-se por um grande engano que “foi justamente o de ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo das fórmulas e dos conceitos”. Enquanto durava, podemos dizer que esse engano, ao possibilitar crenças compartilhadas, foi criador de modelos de organizações sociais e do *self*. Sérgio Buarque lembra, por exemplo, que “nesse pecado é que se apóiam todas as revoluções modernas, quando pretendem fundar os seus motivos em concepções abstratas como os famosos ‘Direitos do homem’; e completa dizendo: “Sobreestimaram-se as idéias, que usurparam decididamente um lugar excessivo na existência humana. Julgou-se que

um formalismo rígido e compreensivo de todas as ações individuais é o máximo de perfeição e de apuro a que pode aspirar uma sociedade".<sup>38</sup>

Ressalte-se que, independentemente da valoração que lhe atribui, no momento em que escreve, no desenrolar da década de 1930, Sérgio Buarque via esse engano sendo lentamente dissipado.<sup>39</sup> Sendo assim, parece possível detectar na sua argumentação um *diagnóstico sobre a condição moderna*, no qual está presente a percepção de que – para recorrer a um autor contemporâneo – “a modernidade não é mais tomada como um estágio necessário no progresso do pensamento (ou, como Hegel a tivera, na *Entwicklung* do Espírito), mas sim como um constructo histórico e contingente, em relação a nós mesmos, que somos igualmente contingentes”.<sup>40</sup> Com essa percepção, bem modernista aliás, configura-se a situação de se ter como horizonte o moderno e a modernidade sem, contudo, a justificação transcendental associada ao pensamento iluminista e que ganha corpo de forma mais forte com a Revolução Francesa.

As críticas formuladas por Sérgio Buarque, no capítulo 6 de seu livro, ao positivismo e ao liberalismo democrático vão justamente na mesma direção.<sup>41</sup> Da mesma forma, assim que retorna da Alemanha, no início de 1931, precisamente da viagem em que foi gestado *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque revela ao amigo Manuel Bandeira que “quando saí daqui eu tinha uma tendência para o comunis-

mo. Hoje estou achando nele o mesmo excesso racionalista do catolicismo. Comunismo e catolicismo são soluções extremamente racionalistas”.<sup>42</sup>

A crítica ao racionalismo exacerbado, que caminhava ao lado de princípios de organização que transcendem a existência social contingente, tinha no entanto seu preço. Se, de um lado, Sérgio Buarque detectava no tipo do homem cordial a ausência de centro de gravidade, de outro, na sua interpretação da modernidade, via fechada a possibilidade de nela encontrar um princípio que preenchesse aquela ausência e desencadeasse assim um ordenamento do *self* numa configuração ética mais vertebrada. É como se o Brasil estivesse chegando às portas da civilização tarde demais.

É justamente nessa situação que Sérgio Buarque mapeia o dilema brasileiro e encerra seu livro com o parágrafo que clama pela necessidade de artifício aliado à autenticidade:

Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcen-

de. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. (...) O espírito não é uma força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas exteriores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas.<sup>43</sup>

Ao mesmo tempo que esse dilema se constitui numa dificuldade, demonstra a necessidade de não se romper com a tradição e cria um desafio e um incentivo para a busca de um caminho particular para o mundo moderno. Esse caminho não está traçado e, na verdade, não aparecem indicativos claros quanto a ele em *Raízes do Brasil*. Vale sublinhar que, ali, a religiosidade não parece dar muita esperança para isso, uma vez que ela é, por assim dizer, uma presa de sua ambiência cordial.

#### RELIGIOSIDADE E FORMAÇÃO

Creio que se lermos o livro *Monções* tendo em mente esse dilema apresentado em *Raízes do Brasil*, a obra que o precede, podemos encontrar indícios de buscas de respostas para o mesmo. Isso significa afirmar, antes de tudo, que há pontos de continuidade entre as duas obras, ou, dizendo de forma mais ousada, entre o ensaísta e o historiador. Sérgio Buarque parece

manter, em boa medida, as mesmas questões que o preocupavam no seu livro de estréia, enquanto simultaneamente tateava virtualidades da história nacional que ajudassem na busca daquele contraponto almejado no último parágrafo de *Raízes do Brasil*. Embora em *Monções* o autor não discuta longamente sobre religião, este é um dos temas em que é possível perceber essas suas preocupações e, por isso mesmo, pode valer a pena manter o foco que temos seguido neste artigo.

Antes de prosseguir, esclareça-se que *Monções*, publicado em 1945, é o primeiro livro de Sérgio Buarque sobre o tema das entradas para o oeste a partir do planalto paulista e foi escrito com a intenção de ser apresentado a um concurso nos Estados Unidos, no qual recebeu menção honrosa, mas não o prêmio principal. De qualquer forma, o texto é um marco em sua atividade, sendo considerado como a obra que, nove anos depois de *Raízes do Brasil*, inaugura sua carreira de historiador profissional.<sup>44</sup> Em *Monções* é apresentado o custoso processo de estabelecimento, no decorrer do século XVIII, de uma rota comercial por via fluvial entre o planalto paulista e as minas do Mato Grosso.

Sem entrar em detalhes sobre o tema central do livro – inclusive deixando de lado a diferença de *Monções* tratar de uma parte específica do Brasil, o planalto paulista e os atuais estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, enquanto *Raízes do Brasil* se propunha a ser um ensaio

sobre a nação –, em *Monções* é possível detectar uma religiosidade diferenciada da que aparece em *Raízes do Brasil*, o que não significa dizer que aqui ela se caracteriza por uma absoluta verticalidade entre o crente e a divindade. Na realidade, nem sequer podemos afirmar que a religião tenha perdido, entre os monçoeiros, aquele caráter de apego a formas concretas e sensíveis que aparecia no livro de estréia de Sérgio Buarque de Holanda, e os fiéis continuam tendo uma proximidade quase horizontal com personagens divinos. Ao mesmo tempo, a religiosidade passa a se revestir de um caráter de *humildade* sem precedentes, que se manifesta na face exterior do exercício da devoção e, simultaneamente, nos seus motivos, que passam a estar entrelaçados com os interesses e dificuldades relacionados aos aspectos materiais da sobrevivência no sertão.

De fato, uma vez que “as monções nunca chegaram a deixar nos hábitos e na vida social do paulista nenhuma dessas marcas de vivo colorido que nascem de uma intimidade grata e quase lírica entre o homem e sua ocupação mais constante”,<sup>45</sup> tudo aqui parece lembrar as lições literárias de Erich Auerbach que, ao falar do estilo baixo, diz que *humilde* está relacionado com *húmus*, com o solo, e literalmente significa baixo, aquilo que está perto do chão.<sup>46</sup>

Assim, o caráter aventureiro e de busca de ganho fácil já presente em *Raízes do Brasil* reaparece em *Monções* despido

mais do que nunca de qualquer elemento sublime, uma vez que

O duro e tosco realismo que o comércio de Cuiabá refletia, em seus vários pormenores, e que se denuncia no próprio aspecto exterior das embarcações, não é senão o fruto de uma aplicação voluntária de todas as energias ao afã de enriquecimento, de domínio e de grandezas. Se requer audácia, pode-se quase dizer que é uma audácia contrafeita, incapaz, por isso mesmo, de se elevar sobre o plano da realidade mais rasteira e agreste.<sup>47</sup>

O afã de enriquecimento e a audácia limitada ao plano mais rasteiro não eliminam, contudo, toda forma de religiosidade, “pois os santos das igrejas, as rezas, os bentinhos, as feitiçarias pertenceram sempre ao arsenal dos que se embrenhavam no sertão”. Esse arsenal, contudo, não chega a descolar os monçoeiros de seus interesses mais imediatos em direção a valores transcendentais, visto que “o céu é aqui simples dependência da terra, disposto sempre a amparar os homens na perseguição de seus apetites mais terrenos”.<sup>48</sup> Nesse sentido, quando se fala do caráter humilde da religiosidade, não se supõe que esta tenha algo de sublime a revelar, como se quisesse permitir que qualquer um pudesse, por esse caminho, elevar-se do mais simples ao divino.<sup>49</sup> Aqui,

o medo inspirado pelas cachoeiras, pelos índios bravios, pelo ‘minhocão’ – essa entidade monstruosa que parece

resumir em si todas as forças hostis da natureza – poderia ajudar a corrigir um pouco o pobre naturalismo daqueles aventureiros, se o recurso aos poderes sobrenaturais não fosse entendido, neste caso, menos como um meio de salvação das almas do que de conservação e sustento dos corpos.<sup>50</sup>

É possível considerar que no quadro de *Raízes do Brasil*, ainda mais se pensarmos no diálogo desenvolvido na segunda parte deste artigo, em que ressaltamos a ausência de um ‘centro de gravidade’ no homem brasileiro, não seria essa mudança tão pouco sensível que modificaria algo deste homem. Contudo, o que encontramos em *Monções* são seres que, devido à organicidade de sua religiosidade com a vida diária, lentamente se moldam, aprendem a agir de maneira concertada e a esperar para ter o fruto do seu trabalho, até porque “os elementos de que agora dispõe o sertanista para alcançar sua terra de promessa vão deixar menor margem ao capricho e à iniciativa individuais”. Nas monções, pode-se falar então num processo de disciplinamento da aventura, de modo que “se o quadro dessa gente aglomerada à popa de um barco tem, em sua aparência, qualquer coisa de desordenado, não será a desordem das paixões em alvoroço, mas antes a de ambições submissas e resignadas”.<sup>51</sup>

Na verdade,<sup>52</sup> o tipo de formação que verificamos aqui se aproxima menos da idéia de ‘vocação’ que do ideal de *bildung* (formação), o qual, como nos ensina Harvey

Goldman, não implica um rompimento com o *self* natural. Com base em Kant, esse autor esclarece que a ‘vocação’ exige uma revolução do *self* natural para sua transformação em personalidade. Historicamente, essa via corresponde à da ética protestante que, segundo Weber, foi a única capaz de, ao mesmo tempo, criar a personalidade *par excellence* e propiciar um terreno fértil para o espírito do capitalismo, uma vez que exige um centro de gravidade claro e mantém vínculos com a precedência do “mundo das fórmulas e conceitos”, notada por Sérgio Buarque como uma ilusão do século XIX. O que temos visto sobre a religião em *Monções* indica a possibilidade de interpretá-la como um processo de formação por meio de reformas graduais do *self*, numa constante intercomunicação entre interioridade e exterioridade que resulta em uma mentalidade mais ordenada e submetida a princípios que, sem serem transcendentais, estão além dos impulsos mais imediatos – numa versão que se aproximaria mais do ideal de *bildung*.<sup>53</sup>

Em *Monções*, as grandes caracterizações e o recurso a tipos ideais são evitados, mas, se para este texto retivermos os termos que aparecem em *Raízes do Brasil*, podemos dizer que, nele, *a cordialidade lentamente se disciplina e se civiliza, sem que haja, contudo, um rompimento radical com suas características iniciais*. É certo que ainda assim é difícil falar propriamente de um “centro de gravidade”, porém podemos vislumbrar um processo de formação do *self* e de organização so-

cial que não corresponda mais a um absoluto desordenado. É como se a luta diária pela vida, a defesa dos interesses mais prosaicos e uma religião mais próxima do *humus* que do céu fossem tecendo os fios que se tornarão delgadas vértebras da interioridade e da solidariedade social. Delgadas porque não se trata de uma civilidade como a que aparece em *Raízes do Brasil* e nem daquela inque-

brantável vontade, de que fala Nietzsche, cujo portador “promete como um soberano”. Mesmo assim, os homens que se formam nas monções, ainda que desprovidos de um princípio organizador claro, parecem poder guardar na intimidade suas paixões mais imediatas em prol da coletividade, seguir regras que transcendem o interesse individual e, talvez, até mesmo, realizar promessas.

## N O T A S

1. Antônio Cândido, “O significado de *Raízes do Brasil*”, em Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 24<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992; George Avelino Filho, “As raízes de *Raízes do Brasil*”, em *Novos Estudos Cebrap*, nº 18, 1987, pp. 33-41; Pedro Meira Monteiro, *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp, 1999; Brasil Pinheiro Machado, “*Raízes do Brasil: uma re-leitura*”, em *Estudos Brasileiros*, nº 2, 1976, pp. 169-193.
2. É necessário observar que Tawney aparece somente a partir da 2<sup>a</sup> edição de *Raízes do Brasil*. Citado desde então por três vezes no decorrer do livro, em uma delas surge significativamente na nota onde Sérgio Buarque se refere expressamente à tese de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, e, diferentemente da 1<sup>a</sup> edição, acrescenta que “parecem procedentes (...) algumas das limitações que à tese central de M. Weber, no ensaio acima citado, opuseram historiadores como Brentano e Tawney” (Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., (3<sup>a</sup> ed.), 1956, p. 224, nota 167). O volume de *Religion and the rise of capitalism* pertencente a Sérgio Buarque é uma edição de 1936 – conforme pude verificar na Coleção Sérgio Buarque de Holanda da Biblioteca Central da Unicamp –, a mesma que aparece nas citações feitas pelo autor a partir da 2<sup>a</sup> edição de *Raízes*.
3. Pedro Meira Monteiro, op. cit., p. 234.
4. Ver Alexis de Tocqueville, *A democracia na América*, tradução de Neil Ribeiro da Silva, 2<sup>a</sup> ed., Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1977, pp. 32ss.
5. Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., 1936, p. 11.
6. Brasil Pinheiro Machado, op. cit., p. 179.
7. Ver Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., 1936, p. 11.
8. Idem, ibidem, p. 114, nota 35.
9. Idem, ibidem, pp. 107-108.
10. Idem, ibidem, p. 108.
11. Idem, ibidem, (3<sup>a</sup> ed.), 1956, p. 219.
12. Idem, ibidem, 1936, p. 108.
13. Idem, ibidem, p. 106, nota 33.
14. Idem, ibidem, p. 108.
15. George Avelino Filho, “Cordialidade e civilidade em *Raízes do Brasil*”, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 12, 1990, pp. 8 e 9.
16. Idem, ibidem, p. 9.

17. Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., 1936, p. 102.
18. Idem, ibidem, 1956, p. 209, nota 157.
19. Idem, ibidem, 1936, p. 94.
20. Idem, ibidem, p. 150.
21. Idem, ibidem, p. 102.
22. Além de se referir à militância modernista de Sérgio Buarque em seu artigo de 1990, op. cit., George Avelino a analisa mais detidamente, procurando perceber seus vínculos com a elaboração de *Raízes do Brasil*, em artigo publicado em 1987.
23. Apesar do lugar extremamente polêmico que ocupou no movimento modernista, talvez uma entrada possível para o estudo da recepção de Nietzsche no movimento seja a análise da “estética da vida” de Graça Aranha, autor que à época – a despeito de ter sido chamado de “aranha sem graça” por Oswald de Andrade – chegou a exercer grande fascínio sobre os jovens modernistas, inclusive sobre Sérgio Buarque, o qual sucumbiu ao seu poder de sedução que, contava o historiador mais tarde, “parecia irresistível” (Sérgio Buarque de Holanda, “Apresentação”, em *Tentativas de mitologia*, São Paulo, Perspectiva, 1979, p. 22). Ver também Graça Aranha, “Mocidade e estética”, em revista *Estética*, nº 1, 1924, pp. 3-11
24. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936, p. 101.
25. Idem, ibidem, p. 103.
26. Friedrich Nietzsche, “Culpa, má consciência e coisas afins”, em *Genealogia da moral: um escrito polêmico*, 2ª ed., tradução de Paulo César Sousa, São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 57.
27. Friedrich Nietzsche, “Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida”, em *Considerações intempestivas*, Lisboa/São Paulo, Presença/Martins Fontes, 1976, p. 106.
28. Friedrich Nietzsche, “Culpa, má consciência e coisas afins”, op. cit., p. 58.
29. Friedrich Nietzsche, “Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida”, op. cit., p. 107.
30. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1956, p. 274.
31. Friedrich Nietzsche, “Culpa, má consciência e coisas afins”, op. cit., pp. 60-61.
32. Ver Luís Costa Lima, *Sociedade e discurso ficcional*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1986; George Avelino Filho, “Cordialidade e civilidade em *Raízes do Brasil*”, op. cit.
33. Ver Norbert Elias, *O processo civilizador: uma história dos costumes*, tradução de Rui Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990, pp. 51-55.
34. Georg Simmel, “Da psicologia da moda: um estudo sociológico”, em Jessé Sousa e Berthold Ôelze (orgs.), *Simmel e a modernidade*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998, pp. 161-170.
35. George Avelino Filho, “Cordialidade e civilidade em *Raízes do Brasil*”, op. cit., p. 10.
36. Apud Scarlett Marton, *Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos*, São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 34-35.
37. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936, pp. 108 e 110.
38. Idem, ibidem, p. 146.
39. Idem, ibidem, p. 146.
40. Wlad Godzich, “In-quest of modernity”, em M. Nerlich, *Ideology of adventure: studies in modern consciousness*, 1100-1750, vol. 1, Minneapolis, University of Minnesota Press, p. IX.
41. Ver idem, ibidem, pp. 118-123.
42. Manuel Bandeira, “Introdução”, em Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, Rio de Janeiro, Rocco, p. 292. (Matéria originalmente publicada em *O Jornal*, Rio de Janeiro, na edição de 24 de janeiro de 1931). Para evitar confusão é necessário lembrar que o catolicismo em questão não é, por assim dizer, o mesmo daquele tratado na primeira parte do texto, uma vez que diz respeito ao movimento católico que se propagou a partir da década de 1920 e atingiu grande força na de 1930, tendo nos seus quadros, por exemplo, um intelectual como Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde. Esse era um movimento muito mais organizador que o catolicismo tridentino e popular discutido no corpo do texto.
43. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936, pp. 160-161.

44. Ver Maria Odila L. da Silva Dias, "Sérgio Buarque de Holanda, historiador", *Sérgio Buarque de Holanda*, São Paulo, Ática, 1985, p. 56.
45. Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1945, p. 116.
46. Erich Auerbach, "Sermo Humilis", em *Literary language & its public in late Latin Antiquity end in the Middle Ages*, Princeton, Princeton University Press, p. 39. Sobre o tema da humildade em *Monções e Caminhos e fronteiras* ver Elisa Goldman, *O humilde e o sublime: a representação do bandeirante na historiografia paulista*, dissertação de mestrado, Departamento de História da PUC-Rio.
47. Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, op. cit., p. 120.
48. Idem, ibidem, p. 121.
49. Este tipo de relação entre o humilde e o sublime, em que verdades elevadas são reveladas pela linguagem baixa, diz respeito à leitura agostiniana das Sagradas Escrituras. Ver Erich Auerbach, *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*, São Paulo, Perspectiva, 1994, p. 135.
50. Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, op. cit., p. 121.
51. Erich Auerbach, *Mimesis*, op. cit., p. 122.
52. O argumento deste parágrafo foi mais amplamente desenvolvido em Robert Wegner, "Os Estados Unidos e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda", em Jessé Sousa (org.), *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1999.
53. Ver Harvey Goldman, *Max Weber and Thomas Mann: calling and the shaping of the self*, Berkeley, University of California Press, 1988, cap. 3.

## A B S T R A C T

This text focuses on the religion in the book of Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, published in 1936. The author of this article observing how the religiosity of the Brazilian people interlaces the principal concept of that work – the 'cordiality' – tries to understand the possibilities of the catholicism to become an element of social cohesion.

In Sérgio Buarque's following book, *Monções*, published in 1945, it is detected a religiosity different from that one that appears in *Raízes do Brasil*.

## R É S U M É

Ce text objective relever le concept de religion dans l'oeuvre de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, publiée en 1936. L'auteur de cet article, en observant comme la religiosité du peuple brésilien entrelace le principal sujet de ce travail – la cordialité –, essaye comprendre les possibilités du catholicisme devenir un élément de cohésion social.

Dans l'oeuvre suivante de Sérgio Buarque, *Monções*, publiée en 1945, on détecte une religiosité différente de celle exposée en *Raízes do Brasil*.

**Vera Beatriz Siqueira**

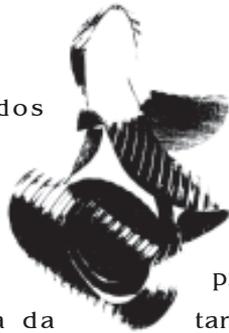
Professora adjunta de História da Arte da UERJ.  
Pesquisadora do Pronex/Departamento de História da PUC-Rio.

# A Forma Excessiva da Falta

## Retórica nacionalista e pensamento plástico

**A**s comemorações dos 500 anos do Descobrimento trazem, para as artes plásticas brasileiras, alguns problemas e vários riscos. À insistência na categoria sintética da 'brasildade' soma-se o desejo contemporâneo de retomada da questão nacional. Na década de 1980, artistas de todo o mundo buscaram no diálogo com as tradições locais a compensação para a universalidade e hipermodernidade dos debates plásticos das décadas anteriores, cujo foco fechado apagava as poéticas e eliminava a singularidade e a individualidade.

Foi na Alemanha, e mais particularmente com a obra de Joseph Beuys, que esse



*revival* das questões nacionais tomou impulso novo. Mas recuperar a tradição romântica da arte germânica, brutalmente interrompida pelo nazismo, significava enfrentar o problema cultural central da Alemanha contemporânea. A abordagem hermenêutica, a força de expressão do indivíduo e o estranhamento diante das tradições desvirtuadas inserem essa perspectiva diferente de 'nacionalismo' na atualidade das questões estéticas e artísticas.

No caso brasileiro, enfrentar esse problema deve envolver, portanto, o reendereço da definição de arte nacional. Desde o seu surgimento no modernismo, a questão da brasildade busca respostas mais ou menos empíricas

à pergunta sobre a sua origem e legitimidade cultural. Foi preciso que o nosso passado colonial ganhasse os limites concretos das edificações, esculturas e pinturas barrocas, para converter em certeza física a invenção da origem. E que a modernidade artística se tornasse capaz de materializar certas características socioculturais, tidas como típicas ou populares, que aparecem repertoriadas no 'mata-virginismo' de Mário de Andrade ou na 'antropofagia' de Oswald.

Tais respostas empíricas, é preciso reconhecer, não são meros equívocos culturais. Ao contrário, procuram compensar a fragilidade cultural brasileira, a ausência de valores capazes de nos guiar no universo das tradições locais (tantas e tão disparatadas quanto possível). O seu maior problema foi o tom impositivo adquirido pela pretensão sintética da brasilidade inventada. O que surgiu como busca de um lugar material para a arte moderna – logo, enquanto tópica – acabou se transformando em pretensão homogeneizadora e em comprometimento com certo discurso populista. Transformou-se em pretensão utópica.

Os artistas contemporâneos dispostos a repensar a tradição nacional precisam, no Brasil, assumir o embate com essa já institucionalizada compreensão de nossa identidade cultural. Se ninguém ousa questionar as críticas de Beuys ou Kiefer à apropriação nazista dos signos e mitos germânicos, há porém em nosso país uma tendência à adoção de posturas dóceis

com relação à decantada brasilidade modernista. Compreende-se a sua função e mesmo seu significado histórico de introdução singularizada nos debates artísticos modernos – o que, afinal, é justo, embora não deixe de atualizar a visão exótica de nós mesmos diante do outro. Resiste-se, contudo, à recusa franca da associação direta e recorrente entre brasilidade e civismo que, desde então, parece ter se tornado o grande estigma cultural pátrio.

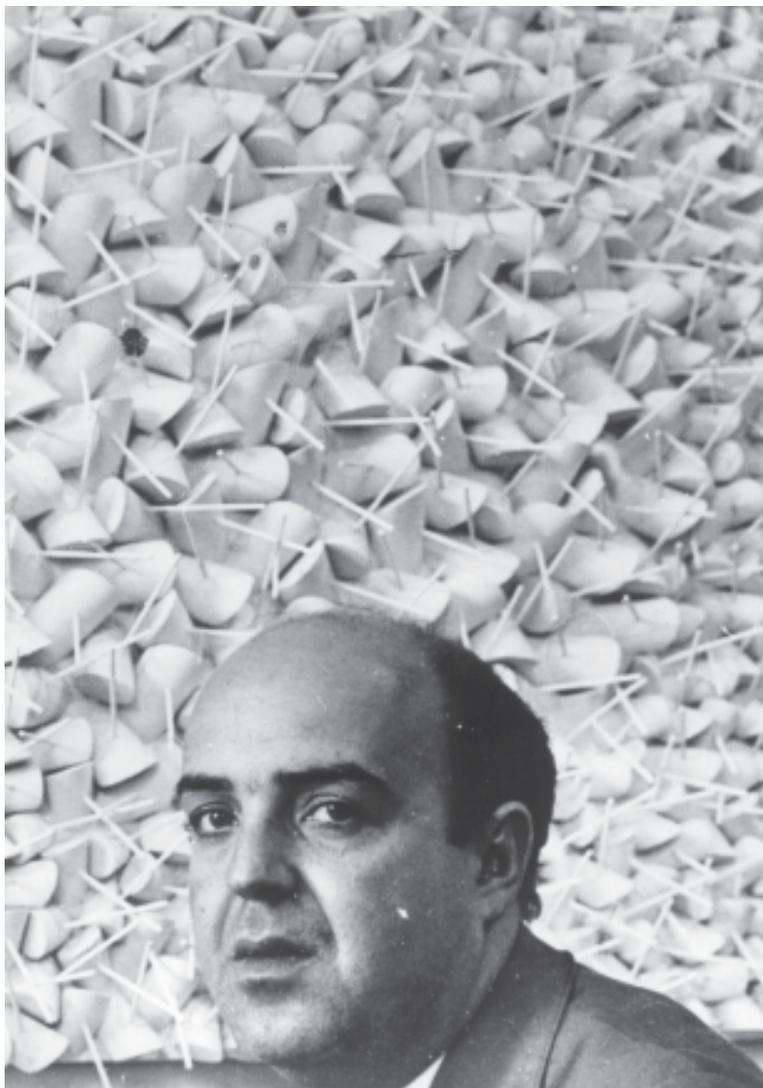
Como definir, então, uma arte brasileira? Com que tradições, e com base em que valores dialogar? O que seria propriamente nativo: a natureza exuberante que os viajantes nos fizeram enxergar? A vontade despudorada de mimetizar o estrangeiro? A apropriação selvagem e intuitiva de modelos artísticos externos? Ou tudo isso seria, ainda, apenas o resultado da colonização e, portanto, mais um elo na longa cadeia de nossa dependência e falta de auto-suficiência? Certo está que precisamos aprender a tratar o nacional como um dos estratos da obra de arte, o que pode nos levar, antes, ao embate com o particularismo local de nossas tradições e com o caráter intrinsecamente imaginativo da circunscrição de uma identidade brasileira.

Os debates plásticos da década de 1950 em diante – que ninguém duvida serem mais 'modernos', no sentido da autonomização das linguagens – costumam aparecer como o pólo oposto da preocupação modernista com o naciona-

lismo. De certa maneira, esse antagonismo existe, sobretudo se pensarmos na arte construtiva e em seus princípios de internacionalismo e despojamento expressivo (seja individual, nacional ou histórico). Há, porém, a perturbar a mesma defasagem com relação ao que ocorria no centro da atividade artística internacional e a vontade historicista de artistas e críticos em atualizar nossa vida cultural. De

novo, o modelo externo e, de novo, a peculiaridade de sua apreensão, que acaba gerando, no caso do neoconcretismo, a orgulhosa certeza de uma contribuição original.

Concretos e neoconcretos assumem o isolamento que os modernistas tentaram camuflar sob o manto elástico do compromisso nacionalista. Em ambos os casos, estamos diante de iniciativas de gru-



Sérgio Camargo. 1965. Arquivo Nacional.

pos de artistas desligados de pressões mercadológicas e em franca dissonância com o ambiente cultural brasileiro. Há que se respeitar, entretanto, o isolamento poético dos artistas da década de 1950. Seria absolutamente injusto cobrar a dimensão pública de poéticas que não dispunham (e ainda não dispõem) de condições sociais para se tornarem públicas. A

recusa de ingressar na esfera das questões nacionais serve como estímulo ao refinamento da linguagem artística, única possibilidade real de desenvolver criticamente aquelas intuições vagas do nosso modernismo.

O isolamento ativo de muitos de nossos melhores artistas não impede o questionamento do componente nacional



**Lígia Clark. 30 de outubro de 1969. Arquivo Nacional.**

de suas obras. Apenas o exige em outro nível, num registro diverso daquela síntese engenhosa e antropofágica modernista. Haveria algo de brasileiro na maneira como Sérgio Camargo agencia as pequenas seções de cilindro de madeira em seus protótipos? Ou certa tropicalidade na sua afirmação luminosa da beleza da forma? E quanto à inquietude de Iberê Camargo, que o faz associar atualidade e destino na materialidade de suas pinturas? Ou ainda a irredutibilidade das operações formalizadoras de Amilcar de Castro e Lígia Pape com relação à ortodoxia da arte construtiva? Não haveria aí um traço latino, a flagrar os impasses da universalidade moderna? E, por espantoso que nos pareça, não seriam perscrutáveis relações mais ou menos sutis com as cidades de realização dessas obras?

A questão é: o que fazer com isso? Como lidar com esses dados? O que eles podem significar? Ou melhor: no que eles importam (ou não) para a compreensão das obras desses artistas? A sua mera constatação serve para acentuar a terminologia aproximativa que caracteriza boa parte de nossa crítica e história da arte, pois a princípio, a menos que se desenvolva numa crítica consistente, a evocação de elos locais nas obras desses artistas não difere radicalmente de definições como “expressionismo de Portinari” ou “cubismo de Tarsila”. Ou seja: volta a tentar conter a experiência artística numa rubrica qualquer que, por aproximativa de fenômenos externos, torna o diálogo com

as obras algo extravagante, quando não deliberadamente desobrigado de embate crítico.

## RESISTÊNCIA POÉTICA

**A** salvar nossos artistas está o seu isolamento poético, a sua afirmação constante de autonomia. Não podemos censurá-los por isso. Sobretudo no período da ditadura militar, a arte precisa enfrentar o perigo de degenerar-se em propaganda partidária, em instrumento de animação social e política. O criticado alheamento desses ‘formalistas’, como alguns gostavam de chamá-los, em nítida discrepância com a militância dos centros populares de cultura da UNE ou com o empenhamento de grande parte da música popular, rejeita acima de tudo a nova feição da velha articulação entre brasilidade e civismo. Agora, a questão do nacionalismo identifica-se com o popular, com este que seria pretensamente um dado ‘puro’, não contaminado, de nossa cultura. Ainda que a crítica a esse tipo de visão seja óbvia, não devemos subestimar a força de seu apelo no país. Até porque ganhou versões mais atualizadas e refinadas, como a de Ferreira Gullar, um dos defensores do engajamento nacional-popular da arte, que o define como resistência à dominação imperialista da indústria cultural, entendida como ameaça externa.

Certamente, a falta de cidadania e a censura política não favorecem a cultura ou a arte; assim como a obrigação cívica em

nada contribui para a qualidade artística. A auto-suficiência passa a ser a saída para aqueles artistas comprometidos com a solidificação e o aprimoramento da visualidade moderna no Brasil, ainda que ao custo de reforçar um isolamento cultural que só faz comprometer a afirmação dessa modernidade artística. Mesmo as obras de Hélio Oiticica e Lygia Clark, a despeito de lidarem imediatamente com o ambiente em que estão inseridas, jamais superam o hiato que as separa de uma apreensão pública vulgar e anedótica.

A singularizá-los aparece uma nova relação com as incipientes instituições culturais. A simples presença institucional não garante, como é óbvio, o alcance público da arte. Se denota o amadurecimento do sistema cultural brasileiro e o avanço da autocompreensão da modernidade artística no país, a história de suas criações e a sua natureza reforçam a ênfase no ato individual, no gesto emancipatório e extraordinário de sujeitos quase heróicos, reprocessando em outro nível a defasagem cultural entre criadores e público.

Tudo isso faz com que, na década de 1980, a ênfase no individualismo assumia sentido simultaneamente mais amplo e mais restrito. Parecíamos aptos, enfim, a uma vivência amadurecida da linguagem autônoma moderna; o legado neoconcreto e a abertura política pareciam dispensar a arte de compromissos cívicos. As lições do experimentalismo de Antônio Dias e Antônio Manuel incentiva-

vam o exercício crítico da linguagem plástica. Mas são eles também que acabam colocando em suspenso a requerida independência do fazer artístico. Não se trata, certamente, de algo semelhante ao retrocesso representativo da arte engajada, ou do carpido perpétuo das viúvas portuguesas, como Hélio Oiticica definia o saudosismo reinante no país. Trata-se do que o crítico Mário Pedrosa chamou de exercício experimental da liberdade.

Aderir ao fluxo do mundo e participar da exibicionalidade pública do real contemporâneo passam a ser tarefas artísticas fundamentais. Mas o que em Antônio Manuel e Antônio Dias era vivido como negatividade, como tensão, e portanto como forma, ganha em artistas posteriores sentido diverso. O experimentalismo perde a postura distanciada e anônima do sujeito para se cercar muitas vezes de referências pessoais e nacionais. Recusando a dúvida *pop* sobre as conquistas e a função da arte, rejeitando o que Frederico Moraes qualificou de hermetismo e intelectualismo excessivo da arte da década anterior, muitos artistas nos anos de 1980 optam pelo decorativismo ou pela figuração narrativa para dar corpo à reiteração de uma subjetividade simultaneamente exaltada e descrente.

Claro que, agora, já não podemos nos contentar com a definição modernista de nacionalismo, até porque as *mass media* trataram de confundir as fronteiras naci-

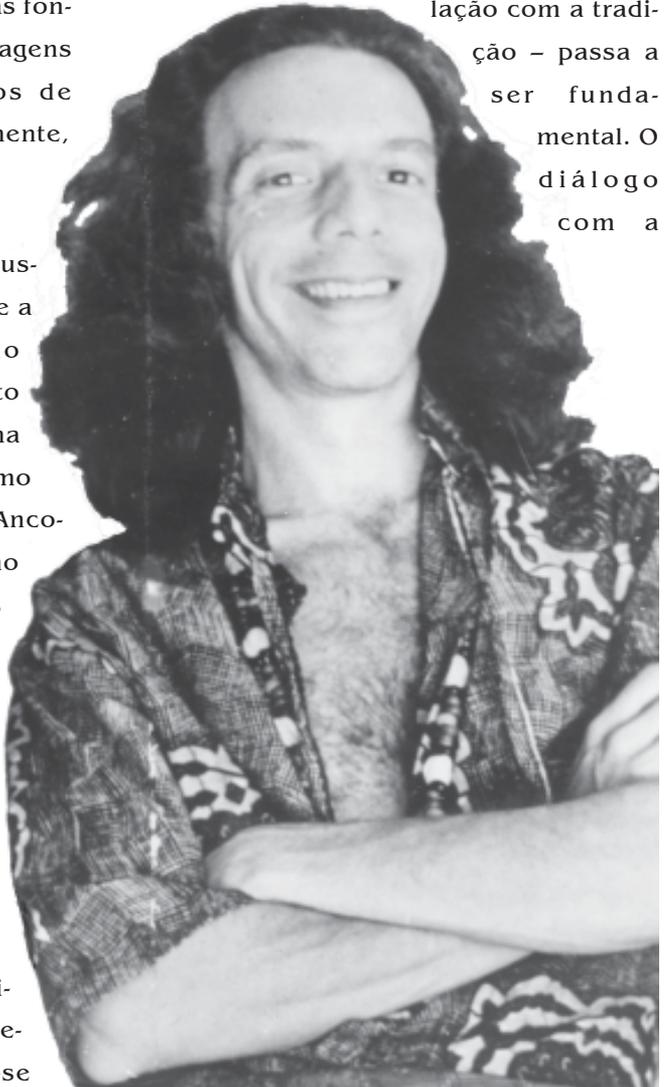
onais. Além disso, entra em crise o nosso propalado otimismo, instaurando-se um clima que combina o desleixo – tão bem definido por Sérgio Buarque de Holanda como a convicção íntima de que “não vale a pena” – com a amargura. Na arte contemporânea brasileira repetem-se os exemplos de aceitação passiva ou ingênua repulsa da questão nacional. Alguns críticos qualificaram como intrinsecamente nacional a polaridade entre o modelo externo, construtivo e racional, e as fontes endógenas, passionais e selvagens (como podemos ver nos textos de Frederico Morais e, mais explicitamente, Roberto Pontual).

Travestido nas intermináveis discussões sobre a ‘morte da arte’, sobre a perda de seu significado sociocultural, insinua-se um projeto de arte brasileira, nostálgico de uma síntese qualquer a justificar o exotismo e o particularismo de suas obras. Ancorados com frequência no pluralismo dos *cultural studies*, alguns artistas brasileiros contentam-se em ocupar um lugar específico, em acatar as deliberações temáticas e formais do mercado mundial. Também o fazem aqueles artistas que, aparentemente em campo oposto, afirmam seu internacionalismo. Sem enfrentar de modo crítico o sistema de arte, eles repisam cansativamente nas qualidades do fenômeno da globalização, consolando-se com o interesse (momentâneo) de

*marchands* e galerias estrangeiras por nossa arte atual.

#### CRÍTICA E IMAGINAÇÃO HISTÓRICA

O adensamento do sistema artístico não pode ser tomado romanticamente como fator negativo. A profissionalização do campo das artes traz consigo uma necessária ênfase na reflexão crítica das obras, na qual a história – o contexto da atualidade e a relação com a tradição – passa a ser fundamental. O diálogo com a



Hélio Oiticica. 1970. Arquivo Nacional.

inteligência da história da arte moderna aparece como estratégia formal das mais relevantes. Trabalhos como os de Jorge Guinle ou Eduardo Sued guardam o esforço consciente e deliberado de consumir a tradição estética moderna, de convertê-la em aquisição pessoal. A repetição heterogênea de procedimentos, princípios e gestos artísticos, porém, cria a singularidade de suas pinturas. Até porque a história da arte não aparece no Brasil como um fato da tradição, mas deve tornar-se dado físico, concreto, na operação artística que a evoca. Tal como os nomes dos artistas na *Série Veneza* de Valtércio Caldas (1997), precisa estar ao alcance de nossas mãos, ocupando um lugar particular, auto-suficiente, em permanente tensão com a universalidade.

Há nesse tipo de repetição crítica da história da arte moderna muito mais do que na proposta antropofágica de digestão de modelos exteriores. Não há remissão a algo externo, o que seria francamente inútil, uma vez que fora da obra essa história sequer existe enquanto fato cultural. Também não há adaptações mais ou menos nativas, ou conjugações simplistas com temas e elementos típicos brasileiros. Há sim a construção empírica de uma tradição, por meio de desvios e contradições dos trabalhos plásticos e pela repotencialização constante dos valores modernos. Quando olhamos para as pinturas prateadas e douradas de Sued, com seus relevos e furos, ou para as peças mais recentes de Amilcar de Castro,

marcadas pela geometria livre, dobras inquietantes e pela cor/textura da oxidação do aço, não devemos nos perguntar sobre a peculiaridade dessas aclimações?

Parece que esse diálogo com a história da arte moderna acabou se revelando mais produtivo para a definição de uma arte brasileira, do que a ênfase em cores, formas, temas e personagens típicos. Seria portanto o caso, como afirmou Ronaldo Brito a respeito do 'contracubismo' de Guinle, de uma obsessão histórica? Talvez pudéssemos chamá-la genericamente de histeria, já que se trata da sensualização extrema, quase absurda, dos elementos constitutivos dessa história. A rigor não haveria propriamente história – no sentido europeu do termo –, uma vez que não há um corpo de valores tradicionais estabelecidos e hierarquizados. Ela não existe como passado, tampouco como futuro, como seria o encargo das instituições e da crítica. Ocorre apenas ali, na matéria do trabalho, donde a marca escultórica de nossa melhor arte contemporânea (mesmo no caso de desenhos e pinturas).

Estranho e interrogativo, o caráter nacional dessa arte precisa redefinir o nosso sublime histórico. Desde Kant, o sublime moderno identifica-se com a capacidade da universalidade questionar a si própria. A falência contemporânea da universalidade, portanto, parece mais um momento dessa auto-interrogação (ou auto-exclamação). Na ausência da história, pre-

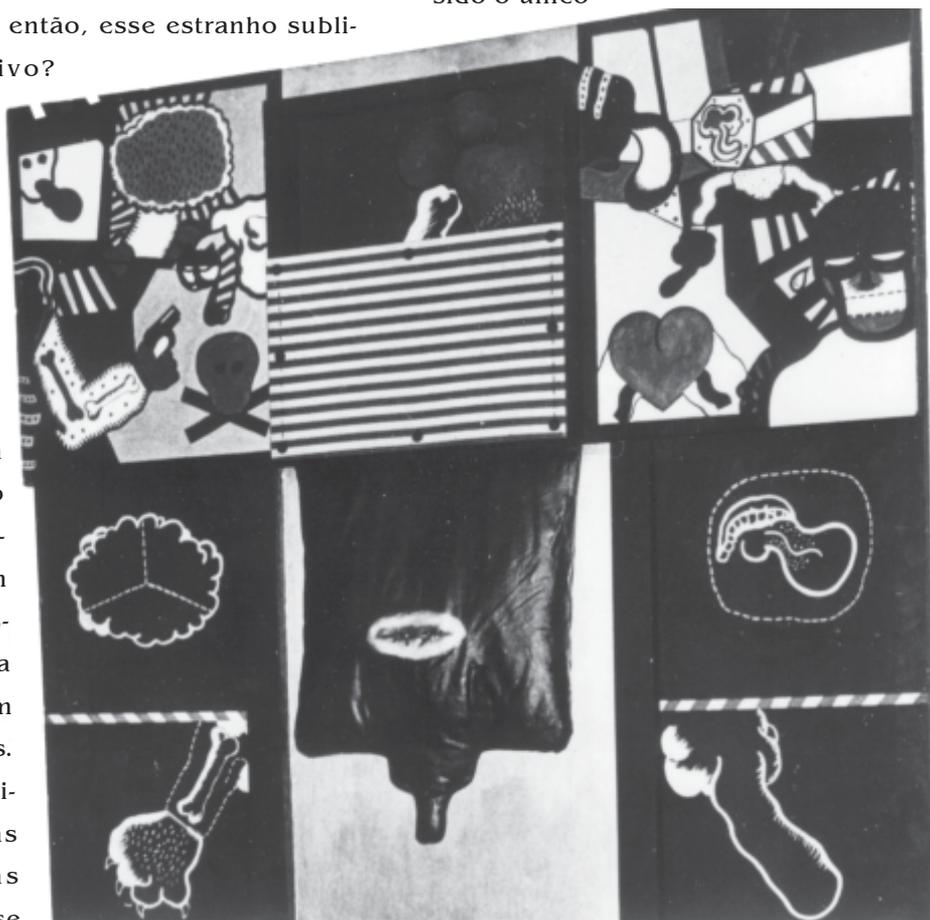
cisamos reinventar continuamente a origem, desconfiar dos marcos originários, tentar achar o fio que nos conduza a uma ordenação plausível, apenas para novamente duvidar dele. Pois jamais chegaremos à totalidade, àquele todo que já sabemos dado. Como no *País inventado* de Antônio Dias, falta sempre uma parte.

Em seus textos, Jorge Guinle gostava de frisar a heterogeneidade de suas apropriações históricas, cujo desvio da proposição original tendia a negar a unicidade do sublime e a provocar o surgimento de um sublime na crítica a si mesmo. O que poderia ser, então, esse estranho sublime negativo?

Oiticica já havia falado do pranto das carpideiras lusas, cujo luto não se justificava. Faltava, na realidade, o cadáver; saber de quem eram os restos mortais a serem ontologizados. O choro copioso das carpideiras dispensa esse conhecimen-

to; o luto o requer. É preciso que algo reste desse morto, que ele se torne presente, para que haja história. E o que fazer quando ele não existe, ou existe apenas como um elo desconectado de toda a cadeia de acontecimentos anteriores e posteriores?

Nossos modernistas sofreram com essa ausência de restos em sua tentativa de traçar o perfil brasileiro. O barroco mineiro – supondo-o existente, e nada é menos certo que essa expressão – foi eleito para encabeçar esse rol de ‘cadáveres’ históricos, muito possivelmente por ter sido o único



Antônio Dias. 1966. Arquivo Nacional.

momento, anterior à modernidade, em que os fatos artísticos e culturais caminhavam com certa congruência numa mesma direção. Mas o seu caráter fabuloso, quase milagroso, compromete a eleição. Como entender o aparecimento de um escultor doente e genial? A obra de Aleijadinho, ubíqua e grandiloqüente, é certamente muito maior do que as cidades coloniais ou o frágil contexto histórico que gostamos de usar para

circunscrevê-la. Tampouco expressa uma vivência privilegiada da época. Sua genialidade, no lugar da tarefa romântica de sintetizar a experiência coletiva, repele as explicações, defende-se da sociabilidade, converte-se em inabordável.

Estamos, na realidade, diante da experiência de um sublime heterogêneo, avesso à totalidade e à unicidade. Desviante, precisa ser auto-suficiente. A falta imbrica-se no excesso. Como planta de estufa



Eduardo Sued. 1968. Arquivo Nacional.

– qualificação dada por Sérgio Buarque de Holanda ao fenômeno literário de Machado de Assis – em sua exuberância planejada, a arte brasileira precisa dar corpo à sua possibilidade precária e contraditória. Não se trata, todavia, do luto pela evanescência do mundo – que Freud chamou de reinvestimento na descoberta do mundo, de sua beleza –, e sim da reiteração do ‘achamento’ (para usar um termo quinhentista luso) de um lugar fisicamente delimitado a ser ocupado.

Se não há, portanto, a aparência forte e viril da arte moderna européia, como constata Rodrigo Naves em seu estudo sobre a ‘forma difícil’ na visualidade brasileira, o movimento inequivocamente retraído de muitas de nossas obras de arte não apaga a afirmação tópica da beleza, a certeza física de seu aparecimento. O sublime, inexistente como princípio ou teleologia, deve adquirir sentido doméstico e particular até se transformar em algo concretamente partilhável. Diante das constantes ameaças externas, alguns artistas respondem com uma espécie de austeridade arrogante, de desinibição defendida, que os leva ao compromisso moral com a desconfiança – forma particular da inquietude que desde Cézanne parece caracterizar a visualidade moderna. Desconfiam de suas afirmações, mas também de suas negativas. Fazem-se céticos com relação ao próprio ceticismo.

E se nunca estamos bem certos a respeito da existência ou inexistência da visualidade moderna no Brasil – certa-

mente porque tampouco estamos certos da veracidade disso que chamamos de Brasil; se não conseguimos organizar os fatos (ou ficções) da arte numa sucessão, em que a memória possa tomá-los para si; se nada no âmbito externo do fenômeno artístico serve para sustentá-lo, então temos que admitir algo de profético ou fundador em cada obra. Ela é, num certo sentido, a causa de si mesma e a constituição renovada da nossa origem – uma forma de contra-sublime.

Talvez possa vir a ser produtivo rediscutir a questão da identidade nacional nas artes plásticas brasileiras a partir do novo parâmetro anunciado por nossos artistas contemporâneos: antes de nos indispor-mos com a imaterialidade da arte e da própria história no país, devemos resistir a toda e qualquer tentativa de sintetização, que ignore esse caráter inextrincável do fato estético particular. Precisamos aprender a ser o solo pátrio de Machado de Assis ou Sérgio Camargo, a enxergar na inefável interioridade de suas obras afinidades eletivas, capazes de formar uma certa paisagem cultural. Precisamos atraí-los e não agarrá-los como objetos que se arrumam numa estante. Se não o fazemos é, provavelmente, por falta de imaginação.

**Este artigo foi escrito como parte da pesquisa “A questão do moderno na historiografia da cultura brasileira”, do Pronex da PUC-Rio.**

# A B S T R A C T

This article's aim is to present the theme of the Brazilian art, from the contemporaneous critiques in the circuit of the artistic production to the synthesis proposed by the modernists through the category of *brasilidade*, with all their posterior variants, which approximated it to the civisme.

Therefore, it is convenient to discuss once again the question of the national identity of the plastic arts, according to another point of view announced by the contemporaneous plastic artists.

# R É S U M É

Cet article a pour but aborder le thème de la définition de l'art brésilien, à partir des critiques contemporaines, dans le circuit de la production artistique jusqu'à la synthèse proposée par les modernistes au moyen de la catégorie de *brasilidade*, avec tous ses variantes postérieures, lesquelles l'approchaient du civisme.

De cette façon, il convient discuter encore une fois la question de l'identité des arts plastiques, selon un autre point de vue annoncé par les artistes plastiques contemporains.

**Rogério Luz**

Doutor em comunicação social pela Universidade de Lovaina, Bélgica, e pesquisador do N-Imagem, da ECO-UFRJ.

# Cornélio Pena

## Notas para um estudo



A imaginação rejeita a insistência das presenças de detalhe e faz surgir o sentimento de presença total, mas só a toma para suspendê-la e produzir, por trás dela, objetos, ações imaginadas, irreais. Todavia, a imaginação vai mais longe. Ela não se contenta em se dar, na ausência de um objeto particular, esse objeto, isto é, sua imagem; seu movimento é o de prosseguir e tentar dar-se essa própria ausência em geral, e não mais, na ausência de uma coisa, esta coisa, mas sim, através dessa coisa ausente, a ausência que a constitui, o vazio como centro de toda forma imaginada e exatamente a existência da inexistência, o mundo do imaginário e, já que ele é a negação,

a inversão do mundo real em sua totalidade.

Maurice Blanchot, "A linguagem da ficção", em *A parte do fogo*, Rocco, 1997, p. 82.

Em *Repouso*, deixei que se libertassem muitas coisas, prisioneiras de meu coração, mas que nele viviam como estrangeiras, sem que fizessem parte de meu ser, e se elas tiverem vida própria, e um dia eu as encontrar diante de mim, independentes e altas, não as reconhecerei e continuarão então duplamente estranhas sua carreira pelo mundo, talvez mais felizes, e chegarão a se dissolver nas almas dos outros. A única felicidade que me

deram foi a da liberdade, da transposição livre, sem peias, do esquecimento de mim mesmo e do mundo.

Apud Adonias Filho, "Os romances da humildade", em Cornélio Pena, *Romances completos*, Editora José Aguilar, 1958, p. XLI.

Os quatro romances de Cornélio Pena (1896-1958) suscitaram à época de seus lançamentos, entre 1936 e 1954, um interesse polêmico, por sua originalidade e estranheza. A crítica literária procurou classificá-los, no interior do movimento moderno, na vertente do romance psicológico, em contraste com as tendências regionalista e realista. Desde *Frenteira*, primeiro romance, o texto corneliano rompia com os modos de contar correntes na literatura brasileira. Grandes nomes da crítica saudaram, naquele romance, a novidade da concepção narrativa. Ao comentar a segunda obra de Cornélio, *Dois romances de Nico Horta*, Mário de Andrade notara o anti-realismo do autor, que apontaria para uma verdade somente apreensível por um "realismo transcendente muito sutil".<sup>1</sup>

Tal entusiasmo conviveu com reparos ao clima de assombro e à perspectiva subjetiva que ameaçava a todo momento o desenrolar do enredo e a caracterização de seus agentes. Ao longo dos outros dois romances, *Repouso* e *A menina morta*, firmaram-se as características a que remetiam cenários e atores: o processo de ruína da identidade dos caracteres, com

ênfase em uma interioridade sem consistência; a posição do narrador que ignora ou não revela os verdadeiros fatos e motivos que movem as personagens; o desfazimento da trama clássica pela interrupção das relações dramáticas de causa e consequência.

Nos anos de 1970, com a renovação da teoria e da crítica literária proporcionada pelo método estrutural, foi possível – sem abandonar a agudeza das observações dos primeiros críticos – reler a obra de Cornélio não à luz da temática psicológica, mas na perspectiva do tempo e do espaço míticos ali elaborados, construindo-a como movimento circular que redistribui, pelos quatro romances concluídos, temas e personagens em função da fuga, da loucura e da morte, como assinalou Luís Costa Lima.

Do ponto de vista teórico, metodológico e também descritivo e explicativo, o estudo de Costa Lima relançou o interesse pelo romancista em um clima de renovação dos estudos literários. O método estrutural, ao evitar o formalismo árido e retornar à sua inspiração antropológica, enriquecida pela psicanálise e pelo materialismo histórico, era uma fronteira de luta, e a obra de Cornélio Pena prestou-se, com originalidade, para instrumentalizá-la. Um dos ganhos mais importantes da análise de Costa Lima foi o de aliar ao estudo das formas a indicação de como o romancista pensava a questão nacional do Brasil, o que serviu para reinscrever a obra em sua

abrangência social. Os procedimentos estilísticos e dramáticos, em parte deslocados dos relatos policiais e de mistério (fundamentais na construção da narrativa ocidental, a partir de Poe), recortavam-se sobre o fundo de uma reflexão acerca do país, seu interior e sua interioridade, e os efeitos, em relação ao destino do povo, da degradação e da culpa de elites cruéis e impotentes. Essa raiz corrompida, que esteriliza a vida interiorana no passado, dá aos romances de Cornélio Pena um inequívoco lastro histórico e uma chave para a compreensão que tinha o autor das raízes de nossos desastres.<sup>2</sup>

Longe do embate que caracterizou, naquele momento, as tomadas de posição sobre teoria da literatura e sociedade,

renasce a exigência de, ainda uma vez, reler e reinventar Cornélio. E este reaparece, em sua modernidade, como precursor de uma escrita que desdiz a história narrada e eleva a tensão entre o que é efetivamente contado e os vazios onde anunciam-se verdades apenas suspeitadas, esperadas como revelação, mas para sempre desconhecidas.

Se o estilo de Cornélio não segue os caminhos abertos pelos modernistas dos anos de 1920, e foge à letra do experimentalismo da vanguarda, não deixa por isso de ser um marco de ruptura com a linguagem romanesca. E é nesse nível que críticos o aproximam de Kafka, Beckett ou Joyce.

Romances da impossibilidade; neles as



**Cozinhando na roça.** Victor Frond. In: Charles Ribeyrolles, *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, instituições, colonização, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1859-1861.*

situações pesam sobre as personagens, incapazes de decidir, e de contracenar com autenticidade no teatro do mundo. Elas devem enfrentar uma inacessível realidade objetiva, que é *natureza*: natureza mortífera ou estuante de vida – da paisagem, do próprio corpo, do corpo e da alma dos outros. O cotidiano simples encobre uma rede de intenções e dores obscuras, a memória que turva a realidade e se lança para um futuro ao mesmo tempo de catástrofe e de esperança, uma promessa de alma e de Brasil que se estiola nos vilarejos e nas fazendas.

Carente do saber e da ação das personagens – a não ser o saber e a ação necessários para os rituais da renúncia e da perda –, o próprio fluxo temporal da história narrada parece suspenso ou imóvel. A estrutura de colagem e montagem de quadros isolados estabelece cortes e continuidades temporais inéditas no interior dos capítulos e entre eles. A composição prevalece em detrimento da ação: nesse sentido, o interesse pela emergência e pelo decorrer do próprio texto prende o leitor, movido pelo enredo a que teria direito e que lhe é, porém, subtraído pelo próprio *fora de foco* da narração.

A contrariedade entre descrição e ação expressa a oposição entre aquilo que, no dizer de Adonias Filho, é o hiato entre os fluidos e contraditórios estados subjetivos das personagens e a objetividade dos exteriores, no rigor de cenários bem articulados.

Na construção dos lugares, a função

imagética – interior e exterior –, que opera a divergência entre a tumultuada indecisão das personagens e a inação dramática a que o próprio meio em que perambulam as obriga, dispersa o curso seqüencial da narrativa. Personagens e cenários não se conformam ou conectam, e isso o narrador menos conta que expõe ou mostra. A narrativa dobra-se aos ditames da exposição dos estados do sujeito e do mundo e, sem reconciliá-los, torna-se incapaz de produzir um sentido diretor.

**E**spaço sem profundidade real, sem ilusionismo naturalista, simulacro explícito de um ambiente de ação, os lugares resistem a serem atravessados por projetos de vontade e verdade. Espaço em luz e sombra contrastantes, mais próximo quem sabe do cinema expressionista do que do teatro ou da pintura.<sup>3</sup>

Os breves, por vezes brevíssimos, capítulos ordenam-se por um ritmo cortante, ofegante e opressor, que põe em confronto sucessão e repetição. A temporalidade estagnada, habitada por estados e não por ações das personagens, marcada pela iminência de desastre ou redenção, é a de uma duração pura, o das existências cujo conteúdo é o próprio tempo, e sua ruína.

A escrita de Cornélio Pena figura esse apagamento e destruição de si própria que se processa na alma de suas personagens. Sua obra acerca-se de um vazio, procura contorná-lo com rigor, preenchê-lo com cenas e seqüências, para melhor

observar movimentos de fuga e indiferenciação. Desenham-se, dessa forma, fronteiras simultaneamente rigorosas e esbatidas para o distanciamento e as ausências, reais ou pressentidas, entre as personagens. Fronteiras que não enfeixam, porém, a forma perfeita dos vazios e não se fecham para aquilo que, no vazio, apela para outra coisa, para o mais longínquo: outra paisagem – a montanha, a cidade, a fazenda; outra vida – por exemplo, um casamento feliz; ou a própria morte em vida como sacrifício.

Tarefa paradoxal a que sua escrita se obriga: ela se quer, repleta de imagens austeras e minuciosas do sentimento e da paisagem em torno, uma travessia por climas e conflitos nunca explicitados, no deserto que é a obra, ou de que a obra vive para ser obra, ferida aberta no descentramento da obra, que é ainda a obra em sua precariedade e, finalmente, em sua impossibilidade.<sup>4</sup>

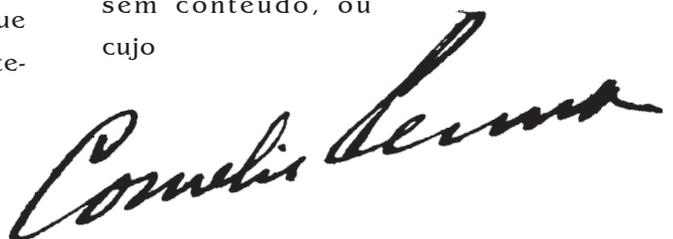
O pensamento romanescos de Cornélio Pena encontra nessa escrita especial sua justificativa, aquilo que lhe faz justiça, e é também um juízo justo que ele pronuncia sobre as nossas tristes tradições, dentre as quais ganha importância a escravidão. Para o autor, redenção só se entrevê no coração do escravo e da escrava negros, em sua primitiva humildade e grandeza. Força vital e virtude moral é o que os negros acabarão significando no interior de sua obra.<sup>5</sup>

Essa obra, como tumba miserável mas solene, escritura entre sagrada e

profana – ao mesmo tempo condenatória e edificante, ligada à safra de romancistas e poetas cristãos –, não pretende, contudo, esconder sua insuficiência diante do que é escombros e do que morre, daqueles mortos que ela não consegue acolher: túmulo vazio, imagem de uma ausência. A obra faz dessa insuficiência radical, e do quadro que pinta, sua razão de ser, a razão do ser de sua linguagem. Ela nada transporta porque nada contém, não encontraremos ali consolo para nossa busca; antes, remete-nos a essa condição de vazio, que dela faz depender todo e qualquer conteúdo narrativo e dramático assinalável. Condição que acaba, nas palavras do romancista, por misturar em um mesmo destino de finitude e esquecimento os romances, suas personagens e o próprio autor. Ao prever a vida de esquecimento a que suas personagens seriam relegadas, em velhas estantes, Cornélio a elas se compara, porque também ele viveu a ilusão de ter vida.

Não *obra aberta*, mas fechada no vazio que a contém, corpo morto que parece clamar para que lhe ignorem o destino, como o próprio Cornélio parecia preannunciar.<sup>6</sup> O romancista se reconhece nessa ausência. Diz ele que, ao terminar um romance, esquece de tudo: “o sepulcro fica vazio”.<sup>7</sup> Imagem de um continente sem conteúdo, ou

cujo



conteúdo é o corpo morto, a *persona* ausente. Momento da figuração ou da imagem: por exemplo, a pintura da menina morta, momento suspenso entre morte e ressurreição. Os romances de Cornélio são o lugar em que se ausentam as esperanças de redenção: se esta se anuncia, o faz tão-somente no negativo da imagem. Tema de uma ausência por assim dizer manifesta, que ressoa nas relações de estranhamento entre as personagens de seus romances.

A vida, sua objetividade e realidade, é a impossibilidade com que se defrontam tais personagens, aquilo que está fora da própria possibilidade da escrita, e faz delas seres exilados em suas próprias moradas: o corpo, a família, os quartos onde se recolhem ou se esbarram, as salas, os terraços ou as ruas onde se defrontam com os outros. Em Cornélio, a obra não é lugar de refúgio, nem mera ocasião para uma reflexão transcendente sobre a natureza ou a condição humana ou brasileira. O que as une, obra e vida, e ao mesmo tempo separa deve ser pensado como o espaço em que se desdobra o jogo de uma escrita que procura dar corpo à vida como impossibilidade, abri-la a uma *experiência da incompreensão*.<sup>8</sup>

Verdade negativa que trabalha a escrita de Cornélio Pena: verdade às margens de um texto que evita enunciá-la. Linguagem homogênea e igual, em luta contra sua inexpressividade: anúncio e escusa da verdade, ao modo reverso de uma profecia de catástrofe ou de júbilo. O que tal-

vez mova e fascine o leitor é a força sugestiva dessa escrita, desse pensamento do que não está ali, não se representa na matéria romanesca, mas a ameaça com extinção e superação. Cornélio Pena será menos um contador de estórias que um escritor: a linguagem literária, certamente narrativa e dramática, em seus limites, em sua infinitude, é o que o move em sua tarefa.

A originalidade do romancista é radical por deslocar o eixo mesmo em que a escrita literária se pensa e se torna comunicável. A trama desfaz-se sempre, até a ruína completa, arrastando consigo a própria escrita. Ou é a escrita que destrama as estórias. O enredo, pontuado por dicotomias que se espelham e se recusam, abre o abismo mais íntimo e mais estranho entre dois domínios, o da interioridade ilusória, inconstante e inconsistente, culpada e em delírio das personagens, e o da enigmática exterioridade perceptiva das coisas e dos lugares, rostos, condutas e acontecimentos.

Em Cornélio Pena, a interioridade é trágica, perseguida por um destino de crime inexplicável, pelo egoísmo de um isolamento e de uma clausura sem repouso, interioridade que se debruça, expectante e em sobressalto, sobre um futuro de iminente desastre, e a esperança vã de integrar-se sem consciência ao fluxo cotidiano do mundo da vida, às forças poderosas que poderiam criar um futuro.

A narrativa em suspenso bem figura a personagem central, de que a narrativa

parte, sob forma indireta, narrativa de *desacontecimentos* e estados paradoxais. Estes se encadeiam sem formar trama sólida, sempre no limite de um desenlace que faria avançar a ação, mas, ao contrário, a interrompem e a cristalizam em um presente ameaçado. Narrativa descontínua de tumultuosa imobilidade: as personagens centrais dos romances ganham uma dimensão trágica. Elas sofrem a ação, que contra elas se volta, dispersando-as na fragmentação de momentos que não asseguram seqüência, apoio ou legitimidade às decisões, elas próprias sombras e simulacros da vontade.

Narrativa e personagens, por meio de pro-

cessos de rigorosa decomposição da própria linguagem – obtida sem apelo a procedimentos vanguardistas de superfície –, expõem um tempo próprio, a criação de um sentido de tempo como inapelável ruína da vontade e da existência mesma.

Todo um concurso de modos de operar amparam a potência do discurso romanesco de Cornélio Pena para cravar na experiência de leitura a impotência da linguagem literária. O escritor não poupará recursos de repetição e de assombro, de digressões vagas e precisas pontuações fulminantes, para desfazer as identidades e tornar presente, sob o modo da dúvida e da angústia, da falta de esperança e da



**Cornélio Pena com a mãe e a irmã. Campinas, São Paulo. S. d. Arquivo Cornélio Pena. Arquivo - Museu de Literatura Brasileira. Fundação Casa de Rui Barbosa.**

abolição da morte, um futuro de redenção e salvação, que não pode aparecer nos limites de uma história e da escrita dessa história, um futuro que só aparece como declínio, incontável – não enumerável, inenarrável – em sua impossibilidade. Cornélio parece querer tomar pelo avesso o próprio quadro dramático em que se encerra a narrativa assombrada pelo fantasma de uma redenção real do ser humano e do mundo, para expor

esse quadro às vicissitudes trágicas de um destino, que não será grego nem clássico, mas ilimitado e caótico. Estranho entrecruzamento de gêneros esse que intriga os comentaristas, encruzilhada por onde sempre escapa a obra de Cornélio da intenção de inseri-lo e classificá-lo na história do romance brasileiro.

Onde não podemos nos recolher diante dessa obra? No espaço de corte onde ela nos dá a experimentar esse vazio, a pro-



O escritor e sua esposa. S.I.,s.d.  
Arquivo Cornélio Pena. Arquivo - Museu da Literatura Brasileira. Fundação Casa de Rui Barbosa.

dução de sentidos paralelos – o sentido interior, sem consciência nem rumo, e o enigmático sentido dos fatos sucessivos, mas passíveis de atestação, sem conexão de causalidade – que se afetam mutuamente sem se relacionarem. A isso se acrescenta a instabilidade de cada um dos sentidos neles próprios, em suas mutações e permutações, que não parecem nunca se encontrar em um mesmo desenho ou convergente direção.

O texto constrói um narrador insciente – de si mesmo e de muito do ocorrido à sua volta – que, por isso, a cada volta se surpreende e nos surpreende, incapaz de totalizar uma história, de unificar em uma sólida arquitetura a saga anti-épica da decadência das fazendas e da própria alma do Brasil. Narrador que produz um leitor insciente e contraria o objetivo da narrativa de contar uma história. Leitor exilado da trama que se desenvolve alhures, e é obrigado a perceber o fato puro da linguagem, intrometido entre a leitura e o drama ficcional, este que a narrativa deveria franquear à imaginação, mas do qual ela parece capaz apenas de dar indícios e mesmo de suspendê-lo, subtraí-lo no momento decisivo, incapaz de orientar a construção de um leitor que sabe.

Esses aspectos – o tipo de narrativa, seus cenários e sua temporalidade, a desconstrução das personagens, a tragédia da vontade que as aflige – devem ser trabalhados no exame da escrita de Cornélio Pena em vistas de um novo experimento da força de seu pensamento

literário, para que a obra prolongue sua trajetória sem pouso fixo em região precisa, seja a da história do Brasil, a do romance brasileiro ou da teoria e crítica literárias entre nós. Proclamar uma verdade não sobre a obra mas a partir dela, ou a seu encaixo, assinalar no vazio a que tão teimosamente se associou – à verdade da literatura, que a esta sempre escapa – mais um lugar de onde a força que a move possa expandir seus efeitos.

O vazio da obra, sua verdade, que é sua busca interminável, continua a ressoar depois e para além dos quatro romances de Cornélio Pena. Escrita que se faz obra, sentido provisório suspenso entre as frases e aquilo para o qual elas apontam, substância não substantiva da linguagem, que nomeia o inomeável, em linhagem de um pessimismo ainda assim redentor e encantatório.

A novidade de Cornélio Pena, dentro do panorama do romance brasileiro, é também a de remeter a escrita literária à busca da verdade enquanto busca vazia, busca do vazio, desaparecimento ou morte, onde um puro sentido – de que toda a linguagem vive – pudesse enfim emergir sem mediação. Essa novidade, um novo aparato de conceitos, pode liberar e reinventar, reinventando para nós Cornélio Pena como passado sempre presente de um texto em que o Brasil é produzido como expectativa trágica, esperança de desastre e de morte, em perspectiva de sacrifício e eventual redenção. Novidade que está em experimentar, como

‘em vida’, na vida das palavras, essa busca que não se revela na morte – seria uma facilidade que repugna ao autor, como nihilismo ou salvacionismo de pacotilha –, mas que se dá, como se retirando, na experiência literária, que é experiência da noite. Decomposição (e não composição dramática) da narrativa e das personagens.

Tal leitura tenta dobrar-se – ilusão necessária e fecunda – à exigência de vazio que a obra de Cornélio Pena impõe, a suas operações desnarrativas, às oposições irreconciliáveis entre estados de um mesmo personagem e entre personagens, na passagem minúscula e veloz, mas repetida, de sentimentos intensos sobre seus rostos, quando, diante uns dos outros – nessa incompetência, tão bem captada, para a chamada ‘vida de relação’, social e erótica –, tornam-se incapazes de tramar uma história autêntica e autônoma, uma história de Brasil... Pois tais personagens não terão nenhuma essência ou atributo prévios ao desfazimento da trama que a operação maior dessa escrita produz como sentido, e que é sua verdade, a verdade que procura e que expõe como procura.

Nesse caso, o esforço crítico deve procurar ir além da dicotomia entre uma análise dos formantes internos da obra, de sua ‘estética’, e uma leitura que a faça surgir de um conjunto de fatores históricos, biográficos e propriamente literários, condicionantes e determinantes. Cabe a uma leitura que, valendo-se de outras, retorne, sempre e repetidamente, à obra

de Cornélio Pena fazer com que esta produza seu próprio pensamento na atualidade, por meio de um *outro texto* possível, que a persegue, acompanha-a, soma-se a ela como mais uma de suas próprias dobras, já que ela própria é um desdobramento, um possível e uma diferença, e não coisa, objeto ou território enclausurado em seus limites.<sup>9</sup>

Nessa empreitada crítica, três ângulos de abordagem devem ser previstos: o do espaço e do tempo explicitados pela descrição e pela narração; o da (des)construção das personagens na duração; o do embate entre o tempo da (in)ação e a temporalidade da escrita, sucessiva e



Cornélio Pena. S.d. Arquivo Nacional.

fragmentária.

Dessa constelação decorre o sentido trágico do tempo, que simultaneamente a informa. Sentido sempre a fugir de qualquer enunciado que o remeta diretamente à narrativa dos fatos, à ação das personagens e à temporalidade implicadas na escrita. Tal sentido não é, justamente, um dado, mas aquilo que, não podendo estar dado, torna possível o lance romanesco de Cornélio, sua aposta, seu fracasso inerente, que é o ganho mesmo de sua empreitada. Produção de um sentido trágico de temporalidade na obra do autor. A partir daí, grandes articulações se desenham.

### **Narrativa/Personagem**

Os procedimentos narrativos não localizam e configuram, antes deslocam e desfiguram a construção das personagens. A narrativa progride aos saltos, sem relações de causa e consequência, como se ações e acontecimentos antes infirmassem do que confirmassem o caráter das personagens. A narração parece poder interromper-se a qualquer momento, porque está orientada por um futuro de abolição: seu movimento tende para um 'fim interminável'.

### **Personagens/Temporalidade**

Um outro sentido de temporalidade permanece suspenso sobre a trama. O tempo do mundo e o tempo das personagens, o tempo das reflexões e sentimentos e o tempo das ações e dos acontecimentos não convergem, nem são abarcados por

um princípio maior. É para isso que aponta a não-relação, no caso da obra de Cornélio Pena. Não é criado um forte e nostálgico edifício de passado: o passado é o que vem apenas assombrar o presente, no sentido de precipitá-lo para um advir improvável. Essas relações entre os três tempos não é, porém, costurada em termos de causas e conseqüências das ações, mas em termos de uma causa anterior, ou destino, crime inexpiable, culpa original e efeito de salvação ou redenção eventual, problemática e, por fim, ambígua. Tal suspensão temporal – tal duração – caracteriza e atinge a 'interioridade' das personagens e provoca sua inconsistência presente. Por fim, ela atinge a própria forma de narrar que lhe deu origem. Circularidade em aberto, em espiral, do sentido: o movimento da escrita é antes vertical, para cima e para baixo, emergência e afundamento, do que linear e progressivo. Não há 'resolução' dos conflitos, nem são desfeitos os nós dramáticos: eles se desfazem em e por uma voz narrativa que se desfaz com eles.<sup>10</sup>

### **Temporalidade/Escrita**

Tomando-se por base os procedimentos narrativos, a construção de personagens e seu papel na experiência 'adversa' e 'estranha' de temporalidade, descemos ao mais concreto – o texto, as frases e palavras, os golpes singulares e localizados que estes distribuem no leitor para compô-lo enquanto texto que se experimenta. Os elementos de imagem, auditi-

vos e visuais, que serviram à edificação dos lugares e das personagens, das cenas e de seus agentes ou pacientes, garantem outro estatuto para o sentido, que *escapa* em duas acepções: a) é provocado como centelha pela contrariedade experimentada e irreconciliável entre sujeito e mundo; b) resulta da relação divergente que a escrita mantém com a narrativa, as personagens e o tempo.

Os três ângulos de juntura da enunciação romanesca não seriam, portanto, suficientes para fazer aparecer o sentido na obra de Cornélio Pena, que só uma ampla consideração sobre a escrita pode elucidar. Nele, a escrita, inobjetiva mas dessubjetivada, é o próprio *fora*, de que a teoria literária não pode falar. A teoria começa a partir do que é formado, das estruturas aparentes ou implícitas, e não deste fundo sem fundamento de que procede a voz que ‘canta’ mais que ‘conta’ a história (como, em um jogo, a sucessão casual dos números, logo transformada em fatalidade), voz que se submete ao rigor e ao acaso da escrita.

Há nos romances de Cornélio Pena um esforço brutal das personagens para dar uma sólida, mesmo rígida e absoluta, direção aos acontecimentos, por meio de regras costumeiras e ditados arbitrários. Nada disso, porém, assemelha-se a uma verdade necessária. Sob a exigência de tal verdade *fora do texto*, inapelável mas desconhecida, é que se processa na escrita a produção do sentido trágico. Este só pode ser afirmação de busca e estabe-

lecimento da verdade a que se destina. Certamente, verdade da arte, mas também verdade na arte, sem o que a arte se submeterá à matéria de sensações e aos procedimentos formais com que trabalha – mera ficção, artifício, dobrando-se em uma auto-referência satisfeita e estéril.

No último estágio de consideração crítica, a escrita de Cornélio Pena aparece como questão em suspenso, prestes a se extinguir. As três dimensões – da narrativa, das personagens e da temporalidade – formam uma rede sempre passível de ‘acréscimo’ e de ‘degeneração’, agenciada pela escrita e seu compromisso com o sentido de verdade da própria palavra, que a literatura romanesca, para o autor, teria por tarefa assumir.

Essa assunção é ela própria trágica: efeito de sentido de verdade da escrita literária, em que se inscreve, sem nacionalismo e populismo, o destino de uma experiência brasileira.

**A obra de Cornélio Pena é tema do projeto *Arte e escrita*, do Núcleo de Tecnologia da Imagem, N-Imagem, da ECO-UFRJ. O projeto tem o ensaísta e romancista francês Maurice Blanchot como autor de referência. O grupo de pesquisadores é formado pelos doutores Liliane Heynemann e Cláudio da Costa (ECO-UFRJ), doutorandas Elvira Maciel (IFCS-UFRJ) e Lúcia de Oliveira (Letras-UERJ), além de dois bolsistas do CNPq: graduanda Cristiana Fadigas (ECO-UFRJ) e o autor do presente texto.**

## N O T A S

1. Segundo Mário de Andrade, as personagens de Cornélio Pena "... são seres de uma vida interior prodigiosa, menos presos à sua cotidianidade afetiva que às forças permanentes da hereditariedade e passadas, seres por isso movidos muitas vezes por imponderáveis e providos de uma volubilidade de ação que os liberta freqüentemente da lógica psicológica". Mário de Andrade, "Nota preliminar a *Dois romances de Nico Horta*", em Cornélio Pena, *Romances completos*, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, 1958, p. 172.
2. "Toda obra de Cornélio Pena tem, por conseguinte, um único alvo: o de, sob o alimento da memória familiar, conceber a simbólica que expresse o espaço ocupado pela formação social brasileira. Este espaço, já o sabemos, tem por matriz um tipo particularizado de estrutura, a estrutura cíclica, que, pelos motivos já invocados, não podia ser captado pelo discurso sociológico". Luís Costa Lima, "As linguagens do modernismo", em Afonso Ávila, *O modernismo*, São Paulo, Perspectiva, 1975, p. 81. Cf., do mesmo autor, o estudo completo *A perversão do trapezista*: o romance em Cornélio Pena, Rio de Janeiro, Imago, 1976.  
  
Em entrevista para os "Arquivos implacáveis" de João Condé, no *Jornal de Letras*, de outubro de 1950, Cornélio Pena historia essa exigência fundamental de sua escrita: episódios de Itabira do Mato Dentro, Brumado, Pindamonhangaba, da fazenda dos avós, contados pela mãe, eram fragmentos desconexos costurados "por um fio inventado por mim" – procedimento que utilizará na feitura narrativa romanesca. Diz ele: "... para desabafar a compreensão devoradora que me fazia perder noites inteiras, pensando no que tudo aquilo representava de verdadeiro Brasil, de humanidade muito nossa e palpitante, eu comecei, por minha vez, a contar a uns amigos o que sabia e os sentimentos que me provocavam, e lhes pedia que escrevessem sobre a alma de Itabira, que resumia a do Brasil, que tão ferozmente se destrói a si mesma, deixando-se perder um tesouro preciosíssimo. (...)". Apud Adonias Filho, "Os romances da humildade", em Cornélio Pena, *Romances completos*, op. cit., p. XL.
3. Como afirmou Alceu de Amoroso Lima muito cedo, em artigo sobre *Frenteira*: "As figuras se projetam sobre a realidade exterior como desenhos de uma imaginação requintada. É, sob esse ponto de vista, um romance baseado na técnica do cinema". Tristão de Athayde, "Nota preliminar a *Frenteira*", em Cornélio Pena, *Romances completos*, op. cit., p. 78.
4. "O assunto da obra é sua realização como obra. O objetivo em função do qual a obra é realizada/sacrificada é o movimento de onde a obra provém". Maurice Blanchot, *O livro por vir*, Lisboa, Relógio d'Água, s.d., p. 44.
5. "Não se terá escrito sobre a escravidão no Brasil, até hoje, nada mais impressionante do que alguns dos capítulos de *A menina morta*, o romance do sr. Cornélio Pena recentemente publicado". Augusto Frederico Schmidt, "Nota preliminar a *A menina morta*", em Cornélio Pena, *Romances completos*, op. cit., p. 723.
6. "... para fugir de livros muito pessoais, deixei minha imaginação construir sem peias o pequeno mundo de fantasmas sem história, onde se agitam os seres fora da realidade que irão, no livro esquecido nas estantes, ter a ilusão, como eu, de que vivem um pouco...". Apud Adonias Filho, op. cit., p. XLIII.
7. Idem, ibidem, p. XLI.
8. A um artista que busca sua cumplicidade, no momento em que Cornélio resolve abandonar as artes plásticas, dizendo-lhe que "nós, artistas, somos uns incompreendidos", o futuro romancista contesta: "Eu, entretanto, me apressei em explicar-lhe que não era de modo algum um incompreendido, mas pelo contrário, alguém que não compreendia". Idem, ibidem, p. XLIII.
9. "Máquina sombria que gera a repetição e nela escava um vazio por onde o ser é tragado, por onde se precipitam as palavras ao encalço das coisas e por onde a linguagem indefinidamente se arruína rumo a esta central ausência". Michel Foucault, *Raymond Roussel*, Paris, Gallimard, 1963, p. 175.
10. Não-relação ou *irrelação* em Blanchot, terceiro tipo de relação ao outro, diferente dos vínculos sujeito/objeto e sujeito/sujeito, e que se mostra na escrita literária: "– Estranha relação, que consiste em que não há relação. – Que consiste assim a preservar os termos em relação daquilo que os alteraria nessa relação, que exclui portanto a confusão extática (a do medo), a participação mística, mas também a apropriação, todas as formas de conquista e até esta posse que, afinal de contas, é a compreensão. – Penso que é outra abordagem da questão que outrossora formulamos: como descobrir o obscuro sem pô-lo a descoberto? Qual seria esta experiência

do obscuro na qual o obscuro dar-se-ia em sua obscuridade?”. Maurice Blanchot, *L’entretien infini*, Paris, Gallimard, 1969, p. 73.

Ou como em Foucault, quanto à relação palavra escrita/imagem visual: “À exterioridade, tão visível em Magritte, do grafismo e da plástica, está simbolizada pela não-relação – ou em todo caso pela relação muito complexa e muito aleatória entre o quadro e seu título. Essa distância tão longa – que impede que possamos ser ao mesmo tempo e de uma vez só leitor e espectador – assegura a emergência abrupta da imagem acima da horizontalidade das palavras”. Michel Foucault, *Isso não é um cachimbo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 47.

## A B S T R A C T

The literary work of Cornélio Pena (1896-1958) represented a deviation from the large realist and social trend of the Brazilian novel of his time, not so much from the point of view of subject or characters but due to his unique style. In fact, the characters are dissolved throughout a story which is bound to extinguish because of the impossibility to put together a consistent plot. Alterity and strangeness for the other and the world develop in the interior of the struggle fought by dark forces against a background of decay which destroys the elite of the regions of a country affected by the wounds of slavery.

## R É S U M É

L’oeuvre littéraire de Cornélio Pena (1896-1958) a signifié à son époque un écart par rapport au grand courant réaliste et social du roman brésilien, moins par la thématique ou ses caractères que par l’exercice d’une écriture originale. En fait, les personnages se dissolvent en travers d’une narrative prêt à s’éteindre devant l’impossibilité de tisser une trame dramatique consistante. Altérité et étrangeté de l’autre et du monde environnant se dessinent au-dedans d’un combat de forces obscures, sur un fond de décadence qui ruine les élites des régions d’un pays meutri par les plaies de l’esclavage.

# Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)

**C**riado em 1962, por iniciativa de Sérgio Buarque de Holanda, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP), é um instituto especializado, centro interdisciplinar de ensino, pesquisa e documentação, voltado para a historiografia e cultura brasileiras.

Com produção reconhecida no país e no exterior, o IEB vem acumulando, nesses 38 anos de atividades, grande experiência em pesquisa, no trato e exploração de seu acervo. Este é composto de "brasilianas", com obras raras, livros, periódicos e partituras; manuscritos, cartas, fotos e recortes; desenhos, gravuras, pinturas e esculturas. Assim, arquivo (250 mil



documentos), biblioteca (116 mil volumes) e Coleção de Artes Visuais (duas mil obras de arte) embasam a estrutura interna do instituto, além das áreas de pesquisa, do Serviço de Difusão Cultural e de setores administrativos.

Integra sua direção um Conselho Deliberativo, formado por professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Faculdade de Economia e Administração, da Faculdade de Educação, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da Faculdade de Direito, da Escola de Comunicações e Artes e do próprio IEB; bem como um diretor e um vice-diretor, respectivamente Murilo Marx, da FAU, e Yêdda Dias Lima.

O acervo do IEB é constituído de fundos pessoais de nomes de relevo de nossa intelectualidade, como os historiadores Yan de Almeida Prado e Alberto Lamego, os escritores Mário de Andrade, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa, a pintora Anita Malfatti, o geógrafo Pierre Monbeig, o educador Fernando de Azevedo – aqui evocados dentre um total de três dezenas, número sempre crescente, graças a novas e contínuas doações ou aquisições. O instituto acaba de receber livros e arquivo, rico em manuscritos musicais e correspondências, do maestro e compositor Camargo Guarnieri.

Distribuídos, conforme a natureza do material, pelo arquivo, biblioteca e Coleção de Artes Visuais, os acervos são preservados, organizados e estudados em sua totalidade, permitindo recuperar a trajetória de cada um de seus titulares e, ao mesmo tempo, oferecendo ao pesquisador publicações, documentos e obras de arte referentes aos mais diversos assuntos e períodos da história brasileira. Um dos mais significativos desses conjuntos, o de Mário de Andrade, com 17 mil volumes, 30 mil documentos e um mil e cem obras de arte, foi declarado patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1995.

Instalados em cerca de 1.800m<sup>2</sup> para consulta, processamento, depósitos e reservas técnicas, os acervos são conservados e processados por técnicos especializados, com a contribuição dos

docentes que orientam equipes de estagiários e bolsistas. Abertos ao público, são consultados por pesquisadores nacionais e estrangeiros, profissionais da mídia, de museus e arquivos. Contam com instrumentos de pesquisa – inventários, índices, catálogos – e, a partir de 1997, com o *ABC do IEB*: guia geral dos acervos, trabalho coletivo, sob a coordenação de Marta Rossetti Batista, publicado em parceria IEB/Edusp. O banco de dados vem sendo implantado.

Técnicos dos setores, representantes de docentes e funcionários compõem a Comissão de Serviços de Apoio (CSA), responsável pela política de acervos, sua recepção, processamento e divulgação.

Em 1995, o IEB foi agraciado com o Prêmio Nacional Rodrigo Melo Franco de Andrade, pelo trabalho de preservação de obras de arte e documentos.

A Pesquisa conta hoje com sete docentes, distribuídos nas áreas de história, literatura, artes plásticas e música. Por seu trabalho individual e interdisciplinar, atuando junto às fontes primárias, coordenam projetos de organização e exploração do acervo, com financiamento das principais agências de fomento – Fapesp, CNPq, Vitae, Fundap, BID e COSEAS. Resgatando fatos esquecidos de nosso passado, contribuindo para a construção da memória brasileira, desenvolvem métodos e técnicas de pesquisa em disciplinas específicas, como arquivologia, paleografia, codicologia, crítica genética, crítica textual, musicologia, documenta-

ção e pesquisa museológica. O IEB também acolhe projetos especiais de pesquisadores e professores de outras unidades da USP e de diversas instituições nacionais.

A Câmara Científica reúne os docentes com o objetivo de traçar diretrizes para a pesquisa, ensino e extensão.

Sempre interdisciplinares, com temas abrangentes da cultura brasileira, os cursos de férias, de extensão e difusão, além de conferências e seminários, acompanham a história do IEB e são programados com regularidade. Desde 1986, em colaboração com a ECA, é promovido anualmente o curso de especialização em organização de arquivos, que tem atraído e preparado arquivistas de numerosos centros governamentais brasileiros e estrangeiros. A partir de 1996, disciplinas optativas de graduação são oferecidas nas áreas de história, literatura, artes plásticas e música. Os docentes colaboram ainda em cursos de pós-graduação em várias unidades da USP. Atualmente, encontra-se em estudo o Programa de Pós-Graduação em Cultura e Civilização Brasileiras do instituto.

Desde o início de suas atividades, o IEB encontrou na publicação o espaço privilegiado para divulgar acervos e pesquisas. Já em 1965, o então Setor Cultural, coordenado por José Aderaldo Castelo, começava a série de publicações avulsas, com catálogos e bibliografias, teses e monografias escritas por seus pesquisadores e outros especialistas, como, por

exemplo, os estudos sobre as revistas modernistas. Em 1966, iniciou a *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (hoje com 42 números), interdisciplinar, com estudos originais, documentação e resenhas. Num segundo momento, passou a investir em co-edições ou edições patrocinadas de catálogos e livros. Nos anos de 1970, desenvolveu, com Castelo, a Biblioteca Universitária de Literatura Brasileira (BULB); desde 1987, participa, por meio de acordo internacional, da Coleção *Archivos* da Association Archives de la Littérature Latino-Américaine, des Caraïbes et Africaine du XX<sup>e</sup> Siècle, vinculada à Unesco, e da Coleção Correspondência de Mário de Andrade, com a Edusp. O ano de 1999 marcou o início de um novo programa com os *Cadernos do IEB*, em duas séries, "Instrumentos de pesquisa" e "Cursos & conferências", difundindo, por um lado, resultados da pesquisa e das técnicas de organização, por outro, o conhecimento disseminado em salas de aula. Em 2000, tomou parte nas Comemorações USP/Brasil 500 anos com edições especiais.

De forma permanente são mostradas obras da importante Coleção de Artes Visuais, que reúne pinturas, desenhos e esculturas representativas da arte moderna brasileira. A partir dos anos de 1980, exposições periódicas contemplam pesquisas e comemorações, como *Cem obras-primas da Coleção Mário de Andrade* (1993); *Centenário de Victor Brecheret* (1994); *Gravadores estrangeiros da Coleção Mário de Andrade* (1995);

*Goeldi e seu tempo* (1995); *Centenários modernistas: o jovem Di* (1997); *Saudades da minha terra*: Blaise Cendrars (1997); *Do catálogo* (1998, por ocasião do lançamento da 2ª edição do livro *Coleção Mário de Andrade – artes plásticas*).

O IEB também tem organizado exposições fotográficas itinerantes: *1º Tempo modernista*; *Eu sou trezentos, sou trezentos-e-cinqüenta. Mário de Andrade*; *Graciliano Ramos*; *Fotomontagens de Jorge de Lima*; *Fui médico, rebelde, soldado. João Guimarães Rosa*; *Tesouros escondidos – IEB*; além da mostra *Fotógrafos presentes no arquivo do IEB/USP, 1870-1949*.

O Primeiro Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, promovido em 1971,

reunindo especialistas brasileiros, americanos e europeus, foi fruto inicial de projetos de intercâmbio, que continuam a ser desenvolvidos pelo IEB, por meio de convênios e acordos com organismos internacionais e universidades estrangeiras dedicados aos estudos brasileiros em seus múltiplos aspectos.

**O IEB/USP tem sua sede na Cidade Universitária Prof. Armando Sales de Oliveira, av. Prof. Melo Moraes, travessa 8, nº 140. Cep: 05508-900. São Paulo, SP. Telefones: (11) 3818.3199 e 3815.3106. Fax: (11) 3818.3143. E-mail: difusão@ieb.usp.br Site:www.ieb.usp.br**

## A B S T R A C T

IEB/USP, an interdisciplinary center for teaching, research and documentation possesses a rich collection, formed by personal archives, of materials dealing with Brazilian intellectual life, housed in an Archive, a Library, and a Collection of Visual Arts. Docents and specialized technicians are responsible for the organization and study of primary sources, which are disseminated in courses, publications, exhibit and exchanges for Brazilian and foreign institutions.

## R É S U M É

L'IEB/USP, centre interdisciplinaire d'enseignement de recherche et de documentation, possède des importants fonds personnels de l'intellectualité brésilienne: Archive, Bibliothèque et Collection d'Arts Visuels. Des professeurs et des documentalistes sont responsables de l'organisation et de l'analyse des sources diffusées à travers des cours, publications, exposition et par des échanges avec plusieurs institutions nationales et étrangères.

R E S E N H A

# Homenagem a Francisco Iglésias

*Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira,*  
Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Nova Fronteira/UFMG, 2000, 251 p.

**Maria Yedda Leite Linhares**

Professora emérita da UFRJ.

**E**ste livro, editado e publicado após a morte de Francisco Iglésias, foi a homenagem mais justa e carinhosa que suas irmãs Teresinha e Marlene Iglésias poderiam prestar à memória de um irmão querido e de um intelectual entre os mais dignos e memoráveis que nosso país já produziu. Coube a seus amigos e companheiros de percurso intelectual na Universidade Federal de Minas Gerais e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada a tarefa de pesquisar os arquivos de Iglésias, recolher o texto escrito nos últimos anos de sua vida e dar-lhe o formato agora publicado, segundo um roteiro de capítulos já deixado, como 'sugestão inicial', pelo próprio Iglésias.



Assim, a publicação dos capítulos de historiografia brasileira, como hoje se apresenta, respeitou a estrutura indicada pelo autor, embora a João Antônio de Paula, entre outros companheiros de trabalho, devamos a cuidadosa tarefa de montar o texto definitivo, amigo, discípulo, admirador que foi, durante muitos anos, de nosso inesquecível Chico Iglésias. Sem Iglésias, ficamos mais sozinhos, em meio a uma sensação de vazio, de irrecuperável empobrecimento. Os que tiveram, como eu, como nós, o privilégio de viver e envelhecer ouvindo suas histórias e estórias de vida, com humor e ironia, erudição e sensibilidade em matéria literária, bem como em cinema, música e artes em geral, sentimo-nos

pobres, tristes e sós.

Obra póstuma e certamente atual, vem preencher um vazio e cumprir papel importante, como é assinalado na nota introdutória, ao ser lembrado que é, ao mesmo tempo, “um prêmio aos leitores que aprenderam a admirar tanto o estilo elegante e fluente, quanto a capacidade de pesquisa, quanto o espírito crítico e lúcido do autor”. Suas preferências literárias refletiam o bom gosto, a erudição, o espírito refinado, qualidades intelectuais de poucos entre nós, apanágio, no entanto, de dois de nossos mestres e dos quais Iglésias mais se aproximava, também amigos e pares, na esfera historiográfica, sociológica e literária: Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido. Iglésias, entretanto, embora detentor da cátedra de história econômica, mais se distinguiu no campo da história política como pesquisador e produtor de conhecimento. Seu espírito crítico, porém aliado a uma bem dosada capacidade de síntese – o como fazer e o como construir o conhecimento –, ressaltando o essencial, levou-o a dedicar atenção especial à historiografia, ou seja, à análise do processo criativo do historiador no ato de pesquisar e sintetizar, e de produzir a escrita da história.

Infenso aos *modismos*, Iglésias atravessou elegantemente e com independência as mudanças de rumo da explicação histórica, na esfera acadêmica, sempre com pinceladas de espírito crítico e, no mais das vezes, irreverente e indiferente aos

cânones *que vêm e vão*. Leitor atento, acompanhava as reviravoltas internacionais, nos mais variados campos do conhecimento, percorrendo da literatura à música, da política às novas revoluções na ciência e na tecnologia, dos comportamentos coletivos à nova maneira de falar, de dançar, de viver. Era um excelente contador de *estórias*, crítico mordaz de costumes, jamais complacente com a mediocridade. Foi protagonista, por vezes hilariante, de alguns episódios curiosos como aquele que ocorreu em Paris, em 1971, ao chegar com pequeno atraso para almoçar na minha casa; desculpou-se então, explicando que o motorista do táxi era muito agradável e inteligente, versado nas idéias de Sartre, e ficou, a pedido do próprio Iglésias, dando voltas na Place Monge até concluir sua exposição.

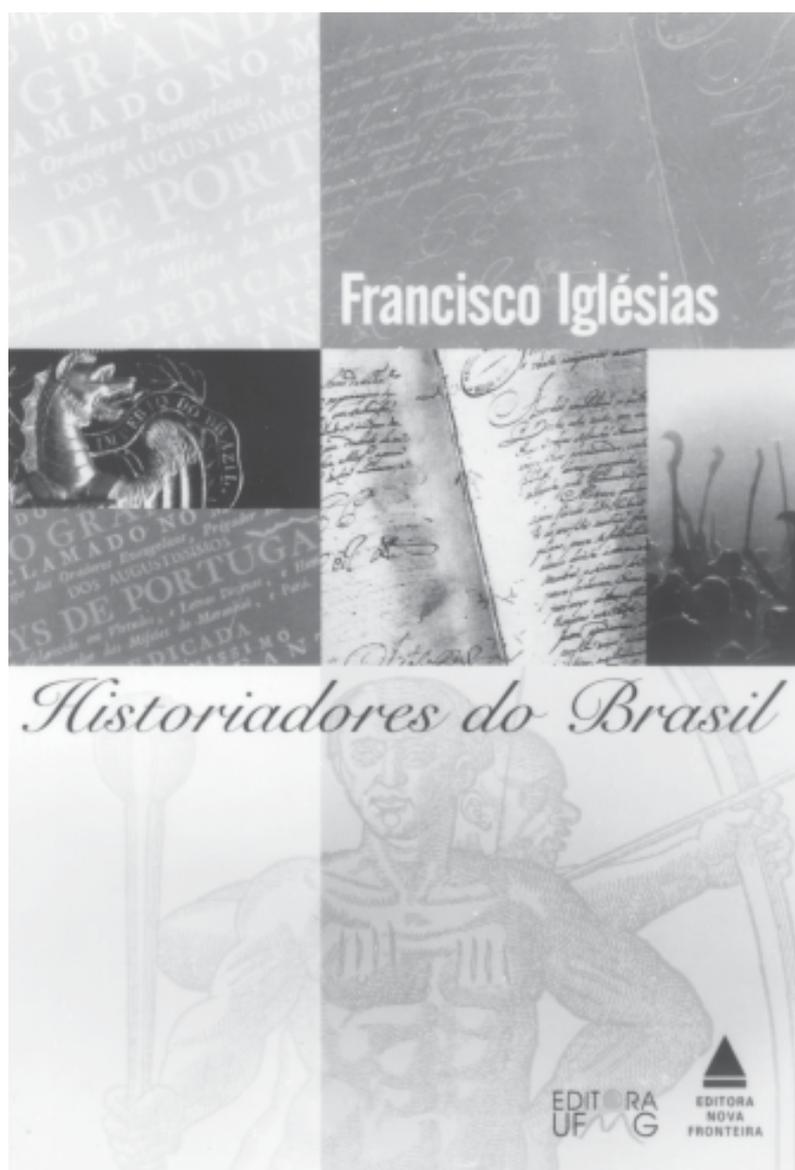
Assim era nosso historiador, integrado no seu tempo, no seu mundo. Irônico, curioso, aberto a todas as manifestações culturais e humanas, irascível com a mediocridade e a incompetência. Jamais pactuou com a desonestidade, quer política quer intelectual, sendo rigoroso com aqueles senhores que tinham o exercício da função pública. Poucas pessoas em nosso país foram tão íntegras e puras nas suas relações com amigos e colegas quanto nosso Iglésias. A ele nossa homenagem e nossa saudade. E ao Brasil que gostaríamos de ter, nossos pêsames.

Em *Historiadores do Brasil*, três são os momentos contemplados: 1500-1838,

1838-1931 e, finalmente, a partir de 1931, o capítulo mais resumido, com tratamento muito conciso, *de orientação enxuta* por ser a historiografia mais conhecida, justifica-se o autor. Creio que se trata de um livro que foi concebido e elaborado como um testamento intelectual, uma síntese de leituras, fruto da erudição, no exercício de uma vida devotada a pensar e repensar o nosso país. Recomen-

damos, pois, ao leitor, de modo especial, as páginas iniciais de autoria de João Antônio de Paula.

A primeira parte, bastante sintética, percorre o período chamado de colonial, e tem como data limite a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Menciona a contribuição das grandes obras de referência, a começar pelo *Catálogo da exposição de história do Bra-*



*sil*, em três volumes (1881-1883), e, já no campo da história da historiografia, as obras de Nelson Werneck Sodré (1945), de Rubens Borba de Moraes e William Berrien (1949), José Honório Rodrigues (1952, 1963, 1979), além de ressaltar a tarefa de grande importância que coube a Varnhagen, Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia, na *arqueologia* de textos fundamentais. Sinteticamente, faz o balanço da produção historiográfica, em 27 páginas apenas, desde os primeiros cronistas do século XVI, com atenção especial para frei Vicente do Salvador (1627) e outros do século XVII, como Ambrósio Fernandes Brandão, para chegar ao século XVIII com Antonil (1711), Rocha Pita (1730), traçando, a partir de um roteiro de leitura dos conhecimentos anotados por contemporâneos sobre a Amazônia, o Maranhão, e com maiores detalhes, Minas Gerais. Como na Europa, o Brasil também teve o seu momento de construção de um determinado saber histórico, seguindo as pegadas de Niebuhr, Ranke e de uma longa lista de eruditos localizados nas *sociétés savantes* de diferentes regiões francesas, toda uma plêiade de intelectuais de província afeitos a coletar documentação sobre os fatos de sua história local e regional.

O segundo momento é o mais extenso, seguramente o melhor texto, o mais atual, sobre o conjunto da produção historiográfica do século XIX brasileiro, embora Iglésias não tivesse deixado a escrita, na sua íntegra, completa, salvo o

ensaio inicial sobre Varnhagen. No entanto, são cerca de 120 páginas primorosamente pensadas e redigidas por um intelectual erudito, senhor de seu assunto. Assinala, em boa hora, que o IHGB, fundado na esteira do Instituto Histórico de Paris (1833), foi a entidade de maior êxito, mas não propriamente a primeira no Brasil a dedicar-se à história (refere-se aí à Academia Brasileira dos Esquecidos, criada na Bahia, em 1724, e que durou apenas um ano). A irradiação do instituto pelas diferentes províncias do Império resultou em atividades editoriais locais importantes – para citarmos apenas um exemplo, o do Ceará –, fundamentais por seus instrumentos de pesquisa. Indiscutivelmente, a historiografia do século XIX nesse texto de Iglésias será referência obrigatória – e roteiro bibliográfico básico – para nossos alunos e professores de história na introdução de pesquisas arquivísticas e referenciais teóricos. Pelo menos, aí estão arrolados os que, de fato, deram sua contribuição à consolidação de uma historiografia brasileira. Cabe assinalar o pequeno ensaio a respeito de Capistrano (pp. 117-125), sobre quem muito já se escreveu, “um autodidata que soube encontrar o próprio caminho”, diz-nos Iglésias. A intimidade que demonstrar com a obra de Capistrano estende-se a tantos outros, e tão numerosos, que seria impossível arrolá-los e resenhá-los sob risco de omissões imperdoáveis: Tobias Monteiro, Manuel Bonfim, Calógeras, Afonso de E. Taunay, Rodolfo Garcia, e assim por diante. E encerra seu painel

com José Maria dos Santos, também jornalista, também nordestino, como grande parte dos intelectuais aqui mencionados que exerciam o ofício de escrever sobre a história de seu país.

A última fase, 1931 e anos seguintes, corresponde ao período da produção universitária, quando o ser historiador se tornará mais do que um atributo, um ofício (um *métier*, segundo Marc Bloch), profissão regulamentada junto com a do magistério, alvo de fiscalização dos órgãos do MEC, pós-graduação e atividades de pesquisa como parte e etapas obrigatórias do exercício profissional. Nesse momento, ressalta Iglésias, o número se reduzirá às figuras que ele intitula de excepcionais, que marcaram rumos. Por isso mesmo, merecem espaço menor, já que suas obras tornaram-se mais divulgadas e mais conhecidas. Assim, diz nosso autor, explica-se o fato de um Manuel Bonfim ter merecido espaço maior do que Caio Prado Júnior. Nesse ponto, pensa na trajetória do século XVI ao atual e, parafraseando Ortega y Gasset (no prefácio à tradução espanhola da *História da filosofia*, de Émil Bréhier), acrescenta ser possível afirmar que a história da historiografia não é feita só de picos e cumes, mas também de planícies e até depressões (a orografia filosófica é constituída pelo todo, não pelas culminâncias). O marco cronológico – 1931 – diz respeito à reforma do ensino de Francisco Campos.

Nosso autor retoma de forma devida o significado do movimento de 1930 e ar-

gumenta com o fato de o Brasil não ter processos verdadeiramente revolucionários, “já que nas mudanças ocorridas ao longo da história brasileira os grupos dominantes souberam compor-se, de modo a não mudar fundamentalmente o sistema de poder. Trinta foi algo mais, o revisionismo de alguns historiadores recentes, negando-lhe tudo, é sem consistência, alguns não passando mesmo de curiosos exercícios”. Os marcos da mudança estão impressos nesses anos: crescimento demográfico, agitação social com a incipiente industrialização, apesar do fraco desenvolvimento da consciência operária. Assim mesmo o país se transforma perante a evidente crise do liberalismo em plano mundial. Também na educação a mudança é clara. O surgimento de verdadeiras universidades em São Paulo e no Rio de Janeiro ao longo da década de 1930, aliado à reforma do sistema escolar na lei de Francisco Campos, a maré montante da participação popular urbana no curso dos acontecimentos políticos, tudo isso não poderia deixar de imprimir novos rumos às maneiras de se ver e ler o Brasil. A obra de Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Vítor Nunes Leal, e toda uma plêiade de historiadores e cientistas sociais dispostos, cada vez mais, a fazer uma outra leitura do Brasil, a começar das cátedras universitárias, modestas nos anos de 1930 e cada vez mais numerosas, dinâmicas e nacionais, a partir do momento em que crescem e se multiplicam professores, escolas e alunos. Nesse capítu-

lo, embora relativamente curto, em torno de sessenta páginas, Iglésias traça um largo painel do país, suas transformações e a variedade de sua produção intelectual no âmbito das ciências que dizem respeito ao homem e à sociedade no seu conjunto. A província também passa a

gerar conhecimento.

Estamos diante, sem dúvida, de uma leitura obrigatória para nossos jovens e, também, para os menos jovens dispostos a ler, refletir, pensar e repensar o país em que vivemos e trabalhamos. A Iglésias, com gratidão e afeto.

# B I B L I O G R A F I A

ABREU, João Capistrano de. *O Brasil no século XVI*. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1880.

\_\_\_\_\_. *Um visitador do Santo Ofício à cidade de Salvador e ao recôncavo da Bahia de Todos os Santos (1591-1592)*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1922.

\_\_\_\_\_. *Rã-txa hu-ní-ku-í, a língua dos caxinauás do rio Ibuacu afluente do Muru*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1941.

\_\_\_\_\_. *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*. Lisboa: s.ed., 1946.

ADONIAS FILHO. *Cornélio Pena, romance*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

ANDRADE, Ana Isabel de Sousa Leão et al. *Catálogo da correspondência de Joaquim Nabuco (1865-1884)*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.

ANDRADE, Olímpio de Sousa. *Joaquim Nabuco e o pan-americanismo*. São Paulo: Editora Nacional, s.d.

ARANHA, Graça. *Machado de Assis e Joaquim Nabuco: comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1942.

AZEVEDO, Aroldo de. *A obra de Gilberto Freire examinada à luz da geografia*. São Paulo:

s.ed., 1960.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Estudos de história paraense*. Pará: Tipografia de Tavares Cardoso e Co., 1893.

\_\_\_\_\_. *A história de Antônio Vieira, com fatos e documentos novos*. 2 vols. Lisboa: A. M. Teixeira, 1918-1920.

\_\_\_\_\_. *O marquês de Pombal e a sua época*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1909.

\_\_\_\_\_. *Cartas do padre Antônio Vieira*. Coimbra: Imp. da Universidade, 1925-28.

\_\_\_\_\_. *Os jesuítas no Grão-Pará, suas missões e a colonização*. 2ª ed. Coimbra: Imp. da Universidade, 1930.

\_\_\_\_\_. *Novas epanáforas, estudos de história e literatura*. Lisboa: Livraria Clássica, 1932.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A outra América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1998.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

BARRETO, Carlos Xavier Pais. *A polimorfia de Nabuco*. S.l., Departamento Administrativo do Serviço Público, 1961.

BARROS, João de Deus Vieira. *Paisagem mental e organizacionalidade na formação do ethos brasileiro: alguns aspectos do imaginário em Gilberto Freire*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 1991.

\_\_\_\_\_. *Regimes de imagens em Casa grande & senzala: um estudo do imaginário em Gilberto Freire*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 1996.

BEIGUELMAN, Paula (org.). *Joaquim Nabuco: política*. São Paulo: Ática, 1982.

BOTTMANN, Denise. *A propósito de Capistrano*. 2ª ed. Campinas/São Paulo: Unicamp/IFCH, 1990.

BRASIL. Universidade de Brasília. *Joaquim Nabuco em Washington: guia de pesquisa*. Brasília, 1981.

BRONZEADO, Luís A. e FREIRE, Gilberto. *Engenhos e senzalas*. Brasil: A União, 1982.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu, tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

- CÂNDIDO, Antônio. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CARMO, José Arimatéia Pinto do. *Capistrano de Abreu e as suas traduções*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Bibliografia de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- CEPÊDA, Vera Alves. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e estado democrático*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1998.
- CHACON, Vamireh. *A luz do norte: o Nordeste na história das idéias do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1989.
- COELHO, Henrique. *Joaquim Nabuco, esboço biográfico*. São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1992.
- COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- COSTA, Milton Carlos. *Joaquim Nabuco entre a política e a história*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1992.
- COSTA, Virgílio Pereira da Silva. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Três, 1974.
- COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas/INL, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Euclides, Capistrano e Araripe*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.
- D'ANDREA, Moema Selma. *A tradução re(des)coberta: o pensamento de Gilberto Freire no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- DANTAS, José Adalberto Mourão. *A problemática desenvolvimento/subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado: os fundamentos de um pensamento original*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1999.
- EUGÊNIO, João Kenedy. *O outro ocidente: Sérgio Buarque de Holanda e a interpretação do Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de História/UFF, 1997-1999.
- FALLEIROS, Marcos Falchero. *Ingenuidade e brasileiro em Manuel Bandeira*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1995.
- FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo: ensaio socio-*

lógico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Editora Nacional, 1959.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Edusp, 1965.

\_\_\_\_\_. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1966.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

\_\_\_\_\_. (org.). *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macrossociológico do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1972.

\_\_\_\_\_. (org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1973.

\_\_\_\_\_. *Las classes sociales en América Latina: problemas de conceptualización*. México: Siglo Veintiuno, 1973.

\_\_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa na Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. (org.). *Lenin: política*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. (coord.). *Bronislaw Malinowski: antropologia*. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *O processo constituinte*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1988.

\_\_\_\_\_. (org.). *Karl Marx/Friedrich Engels: história*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.

- \_\_\_\_\_. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A organização social dos tupinambás*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora da UnB, 1989.
- FERNANDES, Raul. *Joaquim Nabuco, diplomata*: conferência realizada a 28 de junho de 1927 no Instituto Histórico de São Paulo. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1927.
- FONSECA, Edson Neri da. *Casa grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.
- FORMIGA, Marcos e GAUDÊNCIO, Francisco de Sales (coord.). *Era da esperança*: teoria e política no pensamento de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- FREITAS, Marcos César de. *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*. São Paulo: Cortez, 1998.
- FREIRE, Gilberto. *Mucambos do nordeste*: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.
- \_\_\_\_\_. *Novos estudos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- \_\_\_\_\_. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- \_\_\_\_\_. *Ingleses*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- \_\_\_\_\_. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.
- \_\_\_\_\_. *Atualidade de Euclides da Cunha*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.
- \_\_\_\_\_. *Na Bahia em 1943*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1944.
- \_\_\_\_\_. *Brazil, an interpretation*. New York: Alfred A. Knopf, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Guerra, paz e ciência*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948.
- \_\_\_\_\_. *Nação e exército*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- \_\_\_\_\_. *José de Alencar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.
- \_\_\_\_\_. *Um brasileiro em terras portuguesas*: introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e

em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

\_\_\_\_\_. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

\_\_\_\_\_. *Integração portuguesa nos trópicos*. Lisboa: s.ed., 1958.

\_\_\_\_\_. *Sugestões em torno de uma nova orientação para as relações intranacionais no Brasil*. São Paulo: Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958.

\_\_\_\_\_. *A propósito de frades*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

\_\_\_\_\_. *Em torno de alguns túmulos afro-cristãos de uma área africana contagiada pela cultura brasileira: Moçamedes*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

\_\_\_\_\_. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

\_\_\_\_\_. *O velho Félix e suas "Memórias de um Cavalvanti"*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

\_\_\_\_\_. *Olinda: guia prático, histórico e sentimental*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

\_\_\_\_\_. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito/Universidade de Minas Gerais, 1960.

\_\_\_\_\_. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

\_\_\_\_\_. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

\_\_\_\_\_. *O luso e o trópico: sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

\_\_\_\_\_. *Sugestões de um novo contato com universidades européias*. Recife: Imprensa Universitária, 1961.

\_\_\_\_\_. *Homem, cultura e trópico*. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

\_\_\_\_\_. *Problemas brasileiros de antropologia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

\_\_\_\_\_. *Talvez poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

- \_\_\_\_\_. *Vida, forma e cor*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Retalhos de jornais velhos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Seis conferências em busca de um leitor*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Quase política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia da medicina: breve introdução ao estudo dos seus princípios, dos seus métodos e das suas relações com outras sociologias e com outras ciências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Brasis, Brasil e Brasília: sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidade e das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Ed. da UnB, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Açúcar: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Os franciscanos e a formação do Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Assombrações do Recife velho: algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Oliveira Lima, Dom Quixote gordo*. 2ª ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Nós e a Europa germânica: em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX*. Rio de Janeiro: Grifo, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Seleção para jovens*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- \_\_\_\_\_. *A condição humana e outros temas*. Rio de Janeiro: Grifo, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Situação socioeconômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: GERAN/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Além do apenas moderno: sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Estácio Coimbra, homem representativo de seu meio e do seu tempo*. Recife:

MEC/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1973.

- \_\_\_\_\_. *A presença do açúcar na formação brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Os brasileiros entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto regionalista*. 6ª ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Inglese no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Prefácios desgarrados*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Heróis e vilões no romance brasileiro: em torno das projeções de tipos socioantropológicos em personagens de romances nacionais do século XIX e do atual*. São Paulo: Cultrix/Ed. da USP, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Livro do Nordeste*. 2ª ed. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Oh de casa!: em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem*. Recife: Artenova, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Pessoas, coisas e animais: 1ª série*. 2ª ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Insurgências e ressurgências atuais: cruzamentos de sins e não-sins num mundo em transição*. Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Camões: vocação de antropólogo moderno?* São Paulo: Conselho da Comunidade Portuguesa do Estado de São Paulo, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Castelo Branco e Associados Propaganda, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX: o livro embrião de Casa grande & senzala*. 3ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1985.

- \_\_\_\_\_. *Modos de homem e modas de mulher*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Perfil de Euclides e outros perfis*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Ferro e civilização no Brasil*. Recife/Rio de Janeiro: Fundação Gilberto Freire/Record, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Açúcar: uma sociologia do doce, com recitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Casa grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 39ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Anais do Seminário de Tropicologia*. Recife: Massangana, 1983.
- FURTADO, Celso. *De Nápoles a Paris: contos da vida expedicionária*. Rio de Janeiro: Livraria Zélio Valverde, 1946.
- \_\_\_\_\_. *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- \_\_\_\_\_. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: MEC, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- \_\_\_\_\_. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1959.
- \_\_\_\_\_. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Dialética do desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Inflação e desenvolvimento: textos básicos sobre as economias subdesenvolvidas*. Petrópolis: Vozes, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Um projeto para o Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Formação econômica da América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970.
- \_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Prefácio à nova economia política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- \_\_\_\_\_. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Análise do “modelo” brasileiro*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Não à recessão e ao desemprego*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A fantasia organizada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. 25ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. 3 vols. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GILBERTO Freire: *sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Ensaios sobre o autor de *Casa grande & senzala*, e sua influência na moderna cultura do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A expansão quatrocentista portuguesa: problemas das origens e da linha de evolução*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Editores, 1944.
- \_\_\_\_\_. *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Lisboa: Gleba, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Comemorações e história: a descoberta da Guiné*. Lisboa: s.ed., 1947.
- \_\_\_\_\_. *Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850*. Paris: A. Colin, 1955.
- \_\_\_\_\_. *O ‘Mediterrâneo’ saariano e as caravanas do ouro: geografia econômica e social do Saara ocidental e central do XI ao XVI século*. São Paulo: s.ed., 1956.

- \_\_\_\_\_. *História econômica e social da expansão portuguesa*. Lisboa: Terra Editora, 1957.
- \_\_\_\_\_. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à história econômica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1970.
- \_\_\_\_\_. *O socialismo e o futuro da península*. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1970.
- \_\_\_\_\_. *A história social, problemas, fontes e métodos*. Colóquio da Escola Superior de Saint-Cloud em 15 e 16 de maio de 1965. Lisboa: Cosmos, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Arcadia, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Para a renovação da política nacional*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Um projeto para Portugal*. Lisboa: s.ed., 1979.
- \_\_\_\_\_. *Identité culturelle et humanisme universalisant*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Les finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635): matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Os descobrimentos e a economia mundial*. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Les sciences humaines et la mutation du monde: reflexion inactuelles*. Lisboa: Colibri, 1998.
- GOLDMAN, Elisa. *O humilde e o sublime: a representação do bandeirante na historiografia paulista*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC-Rio, 1997.
- GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. *Literatura e identidade nacional: o Brasil best seller de Jorge Amado*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2000.
- GOUVEIA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1989.
- GRANJO, Maria Helena Bittencourt. *Joaquim Nabuco um político liberal*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1976.
- GUIMARÃES, Maria Eugênia. *Celso Furtado, a utopia da razão: um estudo sobre o conceito de subdesenvolvimento (1945-1964)*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1999.

HARDMAN, Francisco Foot. *Duas viagens a Nápoles*. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1998.

HERBOLD, Hildegard. *Sagrado e o profano na literatura intimista dos anos 1930/40 no Brasil: o exemplo de Lúcio Cardoso e Cornélio Pena*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Expansão paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII*. São Paulo: Instituto de Administração, 1948.

\_\_\_\_\_. *A época colonial*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

\_\_\_\_\_. *Do Descobrimento à expansão territorial: a época colonial*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

\_\_\_\_\_. *O processo de emancipação: o Brasil monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

\_\_\_\_\_. *Dispersão e unidade: o Brasil monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

\_\_\_\_\_. *Reações e transações: o Brasil monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

\_\_\_\_\_. *Declínio e queda do Império: o Brasil monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

\_\_\_\_\_. *Do império à República: o Brasil monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

\_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. *Cobra de vidro*. 2ª ed. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia/Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. *Leopold von Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979.

\_\_\_\_\_. *O extremo Oeste*. São Paulo: Secretaria de Cultura/Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

- \_\_\_\_\_. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. 3ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O espírito e a letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, s.d.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Caatingas e chapadões: notas, impressões e reminiscência do meio-norte brasileiro, 1912-1919*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Política econômica do governo provincial mineiro(1839-1889)*. Rio de Janeiro: INL, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte: FCE/UMG, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Periodização do processo industrial no Brasil*. Belo Horizonte: FCE/UMG, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Um projeto para o Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Saga 1969.
- \_\_\_\_\_. *Situação da história econômica no Brasil*. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1970.
- \_\_\_\_\_. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: s.ed., 1971.
- \_\_\_\_\_. *História para o vestibular*. Belo Horizonte: Júpiter, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Retrato do Brasil, 1928-1978*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1978.
- \_\_\_\_\_. *História e ideologia*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Constituintes e constituições brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Idéias políticas de Pandiá Calógeras: introdução, cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado/Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Revolução industrial*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Industrialização brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Breve historia contemporánea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

- \_\_\_\_\_. *Trajatória política do Brasil, 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IGLÉSIAS, Francisco et al. *Carlos Bracher: do ouro ao aço*. S.l.: Salamandra, 1992.
- INOJOSA, Joaquim. *Um 'movimento' imaginário: resposta a Gilberto Freire*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1972.
- INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. *Iconografia de Joaquim Nabuco*. Recife: MEC/Departamento de Assuntos Culturais, 1975.
- LIMA, Alceu Amoroso. *A evolução religiosa de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1949.
- LIMA, José Maria de. *Referências francesas na polêmica Alencar versus Nabuco*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1990.
- LIMA, Mário Hélio Gomes de. *Gilberto historiador*. Dissertação de mestrado. Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de História/UFPE, 1994.
- LIMA, Sonia M. Van Dijck e FIGUEIREDO JÚNIOR, Nestor (orgs.). *Cartas de Gilberto Freire: correspondência passiva de José Lins do Rego*. João Pessoa: Funesc, 1997.
- MAGANO, Otávio Bueno. *Dicionário de trechos escolhidos de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1999.
- MATOS, Pedro Gomes de. *Capistrano de Abreu: vida e obra do grande historiador*. Edição do Centenário. Fortaleza: A. B. Fontenele, 1953.
- MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. *O elogio da dominação: relendo Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- MELO, Afonso de Toledo Bandeira de. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1939.
- MELO, Jairo Gonçalves. *Obras de João Capistrano de Abreu: um estudo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1979.
- MENESES, Diogo de Melo. *Gilberto Freire*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944.
- MENESES, Raimundo de. *Capistrano de Abreu, um homem que estudou*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Bibliografia de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro, 1949.
- MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *A memória de Gilberto Freire*. Recife: Fundação

- Joaquim Nabuco/Massangana, 1988.
- MONTELO, Josué (org.). *Cartas do próprio punho sobre pessoas e coisas do Brasil e do estrangeiro – Gilberto Freire*. Brasília: MEC/Conselho Federal de Cultura/Departamento de Assuntos Culturais, 1978.
- MORAIS, Reginaldo C. Correia de. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. São Paulo: Ática, 1995.
- NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895.
- \_\_\_\_\_. *O direito do Brasil: primeira memória apresentada em Roma a 27 de fevereiro de 1903*. Paris: A. Lahure, 1903.
- \_\_\_\_\_. *O direito do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1941.
- \_\_\_\_\_. *Escritos e discursos literários*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- \_\_\_\_\_. *Discursos parlamentares*. Prefácio de Gilberto Freire. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Cartas aos abolicionistas ingleses*. Recife: Fundaj/Massangana, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. 5ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/INL, 1979.
- NASCIMENTO, Alba Cañizares. *Capistrano de Abreu, o homem e a obra: primeiro ensaio crítico-biográfico*. Rio de Janeiro: s.ed., 1931.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Universidade de São Paulo, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de (org.). *Celso Furtado: economia*. São Paulo: Ática, 1983.
- ORIBE, Aquiles B. *Capistrano de Abreu, perfíles de su personalidad*. Montevidéo: s.ed., 1927.
- ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas*. Seleção e prefácio de Gilberto Freire. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1969.
- PACHECO FILHO, Clóvis. *Diálogos dos surdos: as dificuldades para a construção da sociologia e de seu ensino no Brasil (1850-1935)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 1994.
- PAIVA, Tancredo de Barros. *Bibliografia capistraneana*. São Paulo: Diário Oficial, 1931.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*.

Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1988.

PENA, Cornélio. *Repouso, romance*. Rio de Janeiro: A Noite, 1949.

\_\_\_\_\_. *Fronteira, romance*. 2ª ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1953.

\_\_\_\_\_. *Romance*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1960.

\_\_\_\_\_. *A menina morta, romance*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

\_\_\_\_\_. *Fronteira, biografia*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1976.

PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1959.

\_\_\_\_\_. *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

\_\_\_\_\_. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

\_\_\_\_\_. *Sete lições sobre educação de adultos*. 7ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

PIVA, Luís Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

\_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação dialética da história brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1947.

\_\_\_\_\_. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

\_\_\_\_\_. *Dialética do conhecimento*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

\_\_\_\_\_. *A agricultura subdesenvolvida*. Petrópolis: Vozes, 1969.

\_\_\_\_\_. *O estruturalismo de Levi-Strauss. O marxismo de Louis Althusser*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

\_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

\_\_\_\_\_. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prá-*

- tica do desenvolvimento brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O que é filosofia*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. 31ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O que é a liberdade: capitalismo x socialismo*. Coordenação de Vânia Sant'Anna. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- REBELO, E. de Castro. *Capistrano de Abreu e a síntese histórica*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.
- REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1992.
- RIBEIRO, Maria Teresa Rosa. *Vicissitudes da questão social no Brasil: liberalismo versus positivismo na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre (1870-1905)*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1999.
- SALES, Ricardo Henrique. *Um pensador do Império: Joaquim Nabuco, cosmopolitismo, nação e história*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de História/UFF, 1997-1999.
- SILVA, Edjane de Andrade. *Educação, ciência e consciência: o lugar da ciência no projeto político-pedagógico de Álvaro Vieira Pinto*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 1996.
- SILVA, Leonardo Dantas. *A abolição em Pernambuco*. Recife: Fundaj/Massangana, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Nabuco e a República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1990.
- SILVA, Marco A. Nogueira de Oliveira e. *Monarquia, abolição, República: Joaquim Nabuco e as desventuras do liberalismo no Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1982.
- SOUSA, Otávio Tarquínio de e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Gilberto Freire na UnB: conferências e comentários de um simpósio internacional realizado de 13 a 17 de outubro de 1980*. Coleção Itinerários. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 3º Colóquio UERJ. *Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Doutoramento de Gilberto Freire*. Recife: Ed. Universitária, 1972.

VENTURA, Roberto. *A narração do mundo: ensaios sobre ficção e história*. Tese de livre docência. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1999.

VIANA, Hélio. *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação, 1955.

VIANA FILHO, Luís. *Rui & Nabuco: ensaio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

\_\_\_\_\_. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Editora Nacional, 1952.

WEHLING, Arno. *Capistrano de Abreu, a fase cientificista*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1977.

**Bibliografia organizada pela Coordenação de Pesquisa e Promoções Culturais do Arquivo Nacional.**

# Instruções aos Colaboradores

- I. A revista *Acervo*, de periodicidade semestral, dedica cada número a um tema distinto, e tem por objetivo divulgar e potencializar fontes de pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais e documentação. *Acervo* aceita somente trabalhos inéditos, sob a forma de artigos e resenhas.
- II. Todos os textos recebidos são submetidos ao Conselho Editorial, que pode recorrer, sempre que necessário, a pareceristas.
- III. O editor reserva-se o direito de efetuar adaptações, cortes e alterações nos trabalhos recebidos para adequá-los às normas da revista, respeitando o conteúdo do texto e o estilo do autor. Os textos em língua estrangeira são traduzidos para o português.
- IV. O material para publicação deve ser encaminhado em uma via impressa e uma em disquete ou por intermédio de e-mail com arquivo anexado, no programa Word 7.0 ou compatível, acompanhado de resumo em português e inglês, com cerca de 5 linhas cada. Os textos devem ter cerca de 15 laudas, excetuando-se as resenhas, com aproximadamente 5 laudas, e conter de 3 a 5 palavras-chave. Após o título do artigo devem constar as referências do autor (instituição, cargo, titulação).
- V. Devem ser enviadas também de 3 a 5 imagens em preto e branco, com as respectivas legendas e referências, preferencialmente com indicação, no verso, sobre sua localização no texto. As ilustrações devem ser enviadas em papel fotográfico.

VI. As notas devem figurar no final do texto, em algarismo arábico. A citação bibliográfica deve ser completa quando o autor e a obra estiverem sendo indicados pela primeira vez. Ex: Renato Ortiz, *A moderna tradição brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 28.

VII. Em caso de repetição, utilizar Renato Ortiz, op. cit., p. 22.

VIII. A bibliografia é dispensável. Caso o autor considere relevante, deve relacioná-la ao final do trabalho. Essas referências serão publicadas na seção BIBLIOGRAFIA da revista e devem figurar, em ordem alfabética, conforme os exemplos abaixo:

Livro: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Coletânea: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda de 1961 a 1971*. São Paulo: Marco Zero, 1985.

Artigo em coletânea: LUZ, Rogerio. "Cinema e psicanálise: a experiência ilusória". Em *Experiência clínica e experiência estética*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

Artigo em periódico: JAMESON, Fredric. "Pós-modernidade e sociedade de consumo". *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: nº 12, jun. 1985, pp.16-26.

Tese acadêmica: ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX*. Tese de doutoramento em história. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990.

IX. Caso o artigo ou resenha seja publicado, o autor terá direito a 5 exemplares da revista.

X. As colaborações poderão ser enviadas para o seguinte endereço:

Revista *Acervo*

Arquivo Nacional – Coordenação de Pesquisa e Promoções Culturais

Rua Azeredo Coutinho, 77 – sala 303  
Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil  
20230-170

XI. Informações sobre o periódico podem ser solicitadas pelo telefone (21) 224-4525 ou via e-mail (cpc@arquivonacional.gov.br).